

ERLANDO DA SILVA RÊSES (Org.)

- Alberto Mesaque Martins
- Alexandre Bernardino Costa
- Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira
- Fabiane Macedo Borges
- José Geraldo de Sousa Junior
- Lívia Gimenes Dias da Fonseca
- Luiz Alves da Silva
- Luiza de Marillac Meireles Barbosa
- Maria Lúcia Pinto Leal
- Maria Luiza Pinho Pereira
- Maria Madalena Tórres
- Nair Heloisa Bicalho de Sousa
- Oviromar Flores
- Paíque Duques Lima
- Patrícia Maria Fonseca Escalda
- Perci Coelho de Souza
- Vicente de Paula Faleiros

UNIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

FINO TRACO

FT
EDITORA



Coleção
EDVCERE

Universidade e Movimentos Sociais

ORGANIZAÇÃO

Erlando da Silva Rêses

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Erlando da Silva Rêses

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

U51

Universidade e movimentos sociais / organização Erlando da Silva Rêses. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

284 p. : il. ; 15 cm (EDVCERE)

ISBN: 978-85-8054-289-9 | Versão Digital

1. Ciências sociais. 2. Movimentos sociais. I. Rêses, Erlando da Silva. II. Série 15-27892

CDD: 301

CDU: 316

CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO EDVCERE

Alfredo Macedo Gomes | UFPE

Álvaro Luiz Moreira Hypolito | UFPEL

Dagmar Elizabeth Estermann Meyer | UFRS

Dalila Andrade Oliveira | UFMG

Diana Gonçalves Vidal | USP

Elizeu Clementino de Souza | UNEB

Luiz Fernandes Dourado | UFG

Wivian Weller | UNB

FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Rua Nepomuceno 150 | Casa 3 | Prado | CEP 30411-156

Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefone: (31) 3212-9444

finotracoeeditora.com.br

Sumário

Agradecimentos 9

Prefácio 11

Apresentação 15

1 *Movimentos Sociais nos 50 Anos da UnB: Construindo uma Universidade Emancipatória* 23

José Geraldo de Sousa Junior

2 *Relações Entre a Universidade de Brasília e o Movimento Social Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF (GTPA)/ Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do DF – tensões e desafios de um longo e permanente caminho de lutas* 63

Maria Luiza Pinho Pereira

Maria Madalena Tôrres

3 *Universidade de Brasília e Movimentos Sociais na periferia da MetrÓpole: parceria no Entorno Sul do DF* 87

Erlando da Silva Rêses

Luiz Alves da Silva

4 *A Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década século XXI* 117

PaÍque Duques Lima

5 *Redução da Mortalidade Materno-Infantil: Exercitando o DiÁlogo entre a Universidade e o Movimento Social* 149

PatrÍcia Maria Fonseca Escalda

Alberto Mesaque Martins

Luiza de Marilac Meireles Barbosa

- 6** *UnB em rede com Movimentos Sociais Urbanos: um jubileu de lutas da “univercidade” na crítica ao padrão de segregação socioespacial no DF* 165
Perci Coelho de Souza
- 7** *Organizações Sociais do Distrito Federal: um Perfil Preliminar* 193
Nair Heloisa Bicalho de Sousa
Fabiane Macedo Borges
- 8** *O Direito achado na Rua e os Movimentos Sociais* 219
Alexandre Bernardino Costa
Lívia Gimenes Dias da Fonseca
- 9** *Movimentos Sociais e Educação Popular na Cidade de Ceilândia/DF: mediações e diálogos possíveis* 233
Oviromar Flores
Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira
- 10** *Universidade e sociedade: o movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente* 255
Vicente de Paula Faleiros
- 11** *Depoimento: A UnB na luta pelos direitos da criança e do adolescente* 271
Maria Lúcia Pinto Leal
- Credenciais dos autores* 281

“O pensamento que provém de Marx e que, mal ou bem, atravessou o século XX não tem nenhuma chance de sobreviver refugiado em universidade ou institutos científicos; e também não tem nenhuma possibilidade de resistir à autodissolução se renunciar ao rigor científico.”

(Leandro Konder)

Agradecimentos

À Universidade de Brasília que proporcionou por meio do Edital UnB 50 anos a realização deste livro.

A todos os Movimentos Sociais e sujeitos coletivos que mantêm parceria com a Universidade de Brasília, especialmente aqueles citados na obra.

Aos trabalhadores e trabalhadoras que contribuem com a sustentação financeira da universidade pública.

Prefácio

Universidade e Movimentos Sociais

Se entendermos os movimentos sociais como ações coletivas com uma dimensão político-ideológica de mudança podemos considerar que a própria universidade pode fazer parte de um movimento social, especificamente orientado pela busca do conhecimento crítico e de sua imbricação/implicação social.

É preciso considerar que a universidade está organizada por normas estabelecidas por lei, estatutos, regulamentos, mas também mobilizada por seus membros, tanto internamente como para salários, critérios de progressão, aperfeiçoamento, como pela expressão de ideias, posicionamentos, engajamentos em lutas sociais e na pesquisa e ensino críticos e comprometidos com a mudança da ordem estabelecida.

Sua dinâmica envolve lutas corporativas, sindicais, ideológicas que articulam campos de luta, com envolvimento em disputas por cargos, por posições ideológicas, por recursos, bem como envolve lutas por transformações sociais.

Os coletivos se posicionam na vida acadêmica em várias instâncias, tanto nos instâncias internas, como na esfera pública. Embora a universidade esteja instituída de forma pública ou privada, sua dinâmica instituinte possibilita formas de inserção na *polis*, ou seja, na construção da cidadania, por meio da educação coletiva, da formação de atores sociais, de preparação técnico-científica e de envolvimento nas práticas e mobilizações de transformação da ordem estabelecida.

Os movimentos sociais se configuram diferentemente no contexto socioeconômico, político e cultural e nos espaços públicos, sejam democrá-

ticos ou autoritários, implicando a mobilização da sociedade e da política simultaneamente. Sociedade e política se imbricam nos movimentos sociais, pois os atores que se põem em marcha se tornam força, isto é, defendem interesses, propostas e projetos de grupos específicos ou de maneira mais ampliada, agregando um segmento significativo de pessoas na esfera pública, articulando proposições de mudança ou de opiniões que envolvem a vida comum em sociedade.

Nessa perspectiva, pode haver movimentos contra ou a favor de um governo, de uma visão moral do mundo, de uma ação política do Estado, de mais ou menos inclusão de grupos sociais em direitos reconhecidos.

É no contexto democrático do pós segunda guerra mundial que se ampliam as manifestações da sociedade e da política ocidentais, com a participação cada vez maior no direito de voto. As ditaduras restringiram ou anularam o direito de voto e de expressão dos conflitos sociais por meio das organizações.

Os movimentos sociais democráticos, ao expor projetos e interesses, trazem à tona conflitos entre grupos ou segmentos da sociedade. Na dinâmica do conflito há maior ou menor agrupamento, segundo o processo de aglutinação que se constrói a partir do convencimento que um grupo consegue desenvolver por meio de sua capacidade hegemônica, em confronto com a resistência contra-hegemônica, como assinala Gramsci como ponto crucial de seu pensamento contido nos “Cadernos do Cárcere”.

Os conflitos, no contexto democrático, não expressam somente interesses de classes antagônicas, mas configuram disputas por visões estratégicas diferentes, por valores e ética, por defesa de inclusão social, agregando diferentes atores como estudantes, população LGBT, crianças e adolescentes, mulheres, idosos, índios, afrodescendentes, ecologistas e outros, com uma matização bastante complexa. Os conflitos de interesses e propostas entre esses emergentes atores sociais com a ordem dominante foram denominados de “novos movimentos sociais”, inclusive com sua articulação pelas redes sociais, e também expressão de seus conflitos. A perspectiva que os unifica é a defesa dos direitos humanos.

O conflito entre conservadores e progressistas coloca em evidência os que defendem a ordem dominante e a repressão e os que defendem um processo emancipatório, de autonomia dos sujeitos, da ampliação dos direitos e de inclusão social.

Essa narrativa que separa progressistas e conservadores na questão de defesa dos direitos humanos se expressa nas lutas por reconhecimento dos direitos das mulheres (questão de gênero nas escolas, do aborto), da população LGBT (questão da garantia da opção sexual), dos índios (cultura e terra), dos negros (quilombolas), implicando nuances e pactos que buscam isolar ou ampliar forças. É fundamental contextualizar e situar essa narrativa na relação de forças tanto estrutural como superestruturalmente, articulando os interesses econômicos em jogo com os interesses políticos manifestos e ocultos.

Os processos participativos caracterizam os movimentos democráticos, e suas forças de pressão, de formulação e de implementação de políticas, configurando sua capacidade de incidência na formação de opinião, de consensos, de normativas, de política (*policy*) e de políticas (*politics*), no interesse mais amplo e profundo das populações dominadas e excluídas.

A interação entre setores organizados da universidade e os movimentos sociais emancipatórios expressa uma crítica ao conservadorismo, à dominação, à exclusão social, na busca da inclusão participativa, do reconhecimento de direitos e de sua efetivação.

Essa interação implica estar junto com os atores protagonistas das mudanças e estar em campo com eles. Forma-se uma aliança entre intelectuais reconhecidos por seu papel acadêmico e os atores políticos e intelectuais da prática cotidiana, que articulam permanentemente reflexão e ação, com o bem salienta Gramsci, ao dizer que todos somos intelectuais, mas nem todos temos a função de intelectuais.

Nessa perspectiva da implicação do intelectual na luta, da implicação das lutas na sua dimensão intelectual, a relação entre teoria e prática se torna viva, se torna vida no movimento social emancipatório, pois abre a perspectiva da transformação real não somente da orientação estratégica dos movimentos sociais, como de suas táticas e operações num contexto de

forças acuradamente analisado, e ao mesmo tempo, da teoria. Esta se torna teoria em movimento. Afirmo Gramsci¹ que a relação dos intelectuais com o mundo da produção é “mediatizada” em diversos graus por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas.

O conservadorismo pode se disseminar ou avançar na universidade, principalmente num processo de acomodação nas zonas de conforto de “pensar sem se engajar”, o que é realmente ilusão, pois se trata de um engajamento na ordem dominante. Pode ter força para reduzir ou eliminar a participação da sociedade e dos segmentos estudantil e de trabalhadores nas instâncias decisórias. Conservadorismo, aliás, que pode ser mais ativo na recusa da transformação do mundo, ou mesmo na indiferença para com a opressão, seja naturalizando-a, seja camuflando-a.

A construção do pensamento crítico implica sair das zonas de conforto, da acomodação e também de certezas incrustadas como sendo inquestionáveis, ou seja, é ao mesmo tempo autocrítica.

Brasília, 19 de julho de 2015.

Vicente de Paula Faleiros

Professor emérito da UnB

1. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.10.

Apresentação

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão apresenta-se como princípio básico tanto para a dimensão política quanto didático-pedagógica de forma orgânica, pois sua essência pressupõe a prática do **ensino**, com destaque para a transmissão e apropriação do saber historicamente acumulado e sistematizado; o desenvolvimento da **pesquisa**, processo de construção do saber, objetivação e materialização desse conhecimento e **extensão**, que pressupõe a intervenção na realidade e o retorno de uma retroalimentação do ensino e da pesquisa.

A extensão universitária funda-se voltada para as camadas sociais economicamente desfavorecidas para atender ao controle social e arrefecer o risco de ampliação do escopo comunista no mundo e da violência, depois que a ONU (Organização das Nações Unidas), nas décadas de 1970 e 1980, exerceu maior influência nos chamados países do Terceiro Mundo, com o intuito de integrar uma agenda de combate à pobreza e adotar a política de desenvolvimento econômico e social. Portanto, o enfoque era assistencialista e não humanista e emancipador e no interesse da elite dominante. Infelizmente, essa situação histórica ainda encontra-se presente nos princípios da extensão universitária.

Há uma credibilidade de que a chamada competência acadêmica é indiferente ao conhecimento fora da sala de aula e dos laboratórios. Esta percepção induz a pensar na atuação na extensão pelo viés da sensibilidade social e desmerecimento do saber científico, fortalecendo sua prática no assistencialismo e sem articulação acadêmica (sem a presença dos discentes ou inserindo-os em treinamento, sem a constituição de base de dados para novos conhecimentos e subsídios para discussão em sala de aula).

Paulo Freire, na obra “Extensão ou Comunicação?”, aponta que a ação educadora do professor deve ser a da comunicação se quiser chegar ao Ser Humano concreto inserido numa realidade histórica e não a um ser abstrato. Ele reflete sobre a relação entre sujeitos em diferentes níveis de formação da seguinte forma: “conhecer não é um ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção” (8ª edição, 1983, p. 7).

O professor Renato Hilário dos Reis (FE/UnB) destaca essa relação entre os sujeitos envolvidos nas ações de extensão universitária através de uma tipologia: 1) eventista-inorgânica e, 2) orgânica-processual. No primeiro tipo prevalece uma relação pontual e sem compromisso com a comunidade, que se vincula à concepção tradicional de ciência. No segundo tipo inclui-se o sentido da permanência da relação acadêmica com a intervenção para a mudança, prevalecendo a democratização da ciência.

É com este segundo sentido que esta obra se constitui, sobretudo, porque cumpre a função de recolocar e fortalecer o papel da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, entendendo que a universidade tem o papel de retornar à sociedade o saber que dela se origina. O livro está dividido em onze capítulos que, sinteticamente, apresentamos a seguir.

José Geraldo de Sousa Junior discorre sobre as bases que fundamentam a Universidade Popular dos Movimentos Sociais cunhada no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, na busca e valorização de novos saberes socialmente constituídos. Este modelo visa designar demandas de acesso e de inclusão ao sistema formal de educação superior pela mobilização de movimentos e de segmentos sociais excluídos desse acesso e dessa inclusão por obstáculos de classe, étnicos, de região e de gênero. É o caso da implantação do sistema de cotas raciais Universidade de Brasília (UnB) e de uma turma especial no Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e pequenos produtores rurais na Universidade Federal de Goiás, campus de Goiás Velho. Por fim, o autor associa esta perspectiva com o modelo teórico do “Direito Achado na Rua” em sua vertente indissociável de ensino, pes-

quisa e extensão e com a instalação do Conselho Comunitário da UnB em 2010, depois de 17 anos de previsão estatutária, quando assumiu a gestão da reitoria. Este Conselho teve sua composição reduzida e afetou a quantidade de membros dos movimentos sociais na atual gestão universitária e aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), em 2014, quando se discutiu o processo de recomposição.

O capítulo de Maria Luiza Pinho Pereira e Maria Madalena Törres expressa relações construídas desde 1985, até os dias atuais, entre a Universidade de Brasília e o movimento social intitulado Grupo de Trabalho Pró-alfabetização de Jovens e Adultos do DF (GTPA)/ Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA)/DF. Considerando a necessidade da Educação de Jovens e Adultos como problema estrutural da sociedade brasileira, as autoras utilizaram o documento subsidiador da participação de representantes do GTPA-Fórum/DF no XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos-ENEJA, Belém-PA, de 17 a 20 de setembro de 2009, elaborado coletivamente como Relatório-síntese da luta pela EJA Trabalhadores, para analisar os limites e possibilidades de influência mútua entre a UnB e o movimento social, sob o princípio da autonomia na produção de conhecimento transformador da realidade e dos sujeitos coletivos envolvidos, inspirados em Paulo Freire. Nesse período, se deu um longo e permanente caminho de tensões e desafios, com ciclos marcados por diferentes conjunturas políticas na história de construção da UnB e do GTPA-Fórum EJA/DF, que as autoras analisam.

Erlando da Silva Rêses e Luiz Alves da Silva no capítulo intitulado “Universidade de Brasília e Movimentos Sociais na periferia da Metrópole: parceria no Entorno Sul do DF” discorrem sobre a relação da Universidade de Brasília com movimentos sociais na área de abrangência da RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno) ou simplesmente Região Metropolitana de Brasília, que envolve o município de Novo Gama-GO, foco de análise dos autores. O texto apresenta aspectos históricos que apontam para a relevância da atuação da UnB na conquista de direitos humanos e fundamentais para a população local: abastecimento de água, alfabetização de jovens e adultos, movimento pró-melhoria do transporte coletivo, curso de Educação Ambiental, estratégias de combate à violência, revitalização do Ribeirão Santa Maria, democratização ao acesso à universidade pública, dentre outros.

Paulo Henrique da Silva Santarém (Paíque) se debruça sobre o movimento estudantil no DF e a relação com movimentos sociais na contemporaneidade, apresentando a hipótese de que a Ação Direta é a principal característica deste período. Sua análise tem como parâmetro cinco fenômenos nos quais a participação de estudantes secundaristas e/ou universitários/as foi determinante: a Greve Nacional das Universidades Federais de 2001; a Luta pelo Passe Livre Estudantil e Contra o Aumento de Passagens de ônibus de 2004-2006; a Ocupação da Reitoria da UnB e a Luta pela Paridade em 2008; o Movimento Fora Arruda de 2009-2010; a Luta em Defesa do Santuário dos Pajés e contra a criação do Setor Noroeste de Brasília em 2011-2012. Ele fundamenta-se nas recentes produções acadêmicas de ativistas sobre os movimentos sociais desencadeados no primeiro quartel do século XXI, em Brasília, e faz um balanço geral das principais contradições, limites e possibilidades desta luta, finalizando com uma breve comparação desta geração com a de 1968, que expressou radicalidade similar.

Patrícia Maria Fonseca Escalda, Alberto Mesaque Martins e Luiza de Marilac Meireles Barbosa utilizando a perspectiva da pesquisa qualitativa e ancorados nos pressupostos das intervenções psicossociais, descrevem e analisam um processo de construção participativa de ações para a redução da mortalidade materno-infantil no território de Ceilândia-DF. No primeiro momento, realizou-se uma investigação dos óbitos infantis, seguida de observação dos serviços de saúde locais. No segundo momento, foram realizadas Oficinas em Dinâmica de Grupo com a participação de mulheres integrantes de um movimento social organizado, profissionais e estudantes da área da saúde e a equipe de pesquisa. As vivências compartilhadas no grupo, por diferentes sujeitos, ampliaram a compreensão sobre a temática no território de estudo, revelando a complexidade de fatores que sustentam as condições de saúde locais. Ao final foi construído coletivamente um plano de ação com potencial de contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil no território.

O texto de Perci Coelho de Souza apresenta uma narrativa acerca da relação histórica e indissociável entre a universidade e os movimentos Sociais Urbanos (MSU) no Distrito Federal e Entorno. O autor utiliza o conceito de “*univercidade*”, marco-fundador da UnB, admitindo a hipótese de que

nele se encontra os traços que deram origem a rede sociotécnica que ligam a UnB às lutas populares no DF e Entorno. Ele utiliza os fundamentos teóricos da geografia crítica de Milton Santos em diálogo com os fundamentos da sociologia neomarxista francesa das Políticas Urbanas e elementos de histórias de vida de sujeitos. A pesquisa demonstra que o método de análise de redes sociotécnicas, para revelar a **univercidade**, faz uma crítica contundente a perspectiva conservadora da história da UnB divorciada das lutas sociais de Brasília.

Nair Heloisa Bicalho de Sousa e Fabiane Macedo Borges apontam, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, as várias formas de organização da sociedade civil, por meio dos movimentos sociais, associações, ONGs, fóruns e conselhos e fazem um levantamento destes no DF, observando perfil institucional, natureza da organização, objetivos, abrangência das ações, principais atividades e reivindicações, parcerias, recursos financeiros, demandas da comunidade e beneficiários e perfil socioeconômico dos dirigentes.

Livia Fonseca e Alexandre Bernardino Costa apresentam “O Direito Achado na Rua” como uma linha teórica desenvolvida na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília desde meados da década de 1980, que tem como objetivo a construção de uma perspectiva do Direito que expresse a ação de movimentos sociais na busca pela libertação coletiva das mais diversas formas de opressão presentes na sociedade. Para tanto, a produção do conhecimento jurídico se faz por meio do diálogo emancipatório entre universidade e movimentos sociais, em especial, a partir de práticas extensionistas, de forma que o pensamento se construa de maneira democrática e coletiva, associando teoria e prática.

O texto “Movimentos Sociais e Educação Popular na Cidade de Ceilândia/DF: Mediações e Diálogos Possíveis”, de Oviromar Flores e Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira, procura discutir as experiências de educação popular em saúde em desenvolvimento na cidade de Ceilândia/DF. Destaca o número expressivo de grupos e movimentos sociais com forte ação comunitária com presença de jovens e líderes comunitários na coordenação e na condução dos projetos e ações de natureza educativa e de apelo popular. Enfatiza a educação popular como sendo mobilizadora de autonomias individuais e

coletivas e com capacidade de ampliar a cidadania, o significado e o sentido dos direitos. Aborda o trabalho desenvolvido pelos grupos populares na cidade como importante dispositivo de crítica social e de mobilização de segmentos em torno de práticas inclusivas e emancipadoras. O texto chama a atenção para o significativo papel que a Universidade de Brasília tem, por meio das ações e projetos implementados por seus pesquisadores, docentes e discentes, para o fortalecimento da parceria histórica que construiu ao longo de seus cinquenta anos com a comunidade de Ceilândia.

O capítulo “Universidade e sociedade: o movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente” de Vicente de Paula Faleiros trata da relação entre Universidade e sociedade, em especial quanto à questão da defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Postula que essa relação implica compromissos, nem sempre explícitos, seja com a ordem dominante seja com as forças oprimidas. Analisa, desde o período da Constituinte, o processo de articulação do saber e da militância pelos direitos das crianças e dos adolescentes na UnB. O resultado dessa análise de documentos e da memória do momento histórico assinala que universidade e sociedade se mostram divididas quanto ao lugar da criança e do adolescente na sociedade. Os setores conservadores defendem uma política repressiva que favoreça a tutela e a obediência. Por outro lado, os movimentos sociais pelos direitos da criança e do adolescente partem do pressuposto educativo e de uma relação emancipada e protegida com a criança e o adolescente, ou seja, que ao mesmo tempo, ouça-se e faça-se valer sua voz, seus direitos e assegure sua integridade mental e física contra as violações desses direitos.

O depoimento de Maria Lúcia Leal apresenta de forma descritiva e histórica a participação da pesquisadora da UnB na luta pela construção dos direitos humanos da criança, do adolescente e dos jovens brasileiros nos últimos 30 anos, marcados por lutas políticas e um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A obra tende a ressaltar a função precípua da universidade, que é produzir conhecimento e torná-lo acessível. Mas que conhecimento é esse? Aquele que permite o melhoramento das práticas sociais quando a sociedade se defronta com problemas ou limitações impostos pela realidade.

Se não for assim, teremos uma universidade com produções de pesquisa que ficam empoeirando nas prateleiras de bibliotecas ou na memória das bancas examinadoras.

Os autores desejam boa leitura!

Erlando da Silva Rêses

Professor da Faculdade de Educação (FE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UnB. Coordenador de extensão da FE (2010-2014). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Materialismo Histórico-Dialético e Educação (CONSCIÊNCIA). Autor do livro: “De vocação para profissão – Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil” (Paralelo 15, 2015).

Movimentos Sociais nos 50 Anos da UnB: Construindo uma Universidade Emancipatória

José Geraldo de Sousa Junior

Universidade Popular e Educação Emancipatória

Boaventura de Sousa Santos ofereceu no espaço do Fórum Social Mundial de Porto Alegre uma bem elaborada proposta para a constituição de uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais.

Diante dos limites de concretização de saberes emancipatórios, ele alude a certo esgotamento dos espaços convencionais de produção de conhecimento – as Universidades e os centros de pesquisa – em geral vinculados ao que ele designa de monocultura do saber científico que suprime, marginaliza e desacredita outros saberes socialmente constituídos.

Um projeto popular de Universidade pressupõe a promoção de diálogos significantes entre diferentes tipos de saberes, entre os quais a própria ciência, para poder identificar fontes alternativas de conhecimento e também criadores alternativos de saberes e fazer experiências com critérios alternativos de rigor e relevância à luz de objetivos partilhados de transformação social emancipatória (SANTOS, 2005: 135). Trata-se, nessa linha, ele continua, de apelar a saberes contextualizados, situados e úteis, ancorados em práticas transformadoras e, que, por isso, “*só podem exercer-se em ambientes tão próximos quanto possível dessas práticas e de um modo tal que os protagonistas da ação social sejam também protagonistas da criação de saber*” (SANTOS, 2005: 136). Na sua comunicação ao terceiro Fórum Social Mundial, Boaventura aproxima a sua proposta, cujo objetivo, segundo ele,

seria o de “proporcionar a autoeducação dos ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, dos investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista” (SANTOS, 2005: 136), da concepção de “Universidade Popular”, entendida já não no sentido, diz ele, de universidade operária, como as que proliferaram na Europa e na América Latina no início do século XX, identificadas com iniciativas de partidos comunistas e outras organizações de esquerda, mas antes “para transmitir a ideia de que, depois de um século de educação superior elitista, uma universidade popular é necessariamente uma contra-universidade” (SANTOS, 2005: 136). O primeiro modelo, originado de uma concepção anarquista e de uma pedagogia libertária, se inseria no bojo da proposta de autogestão operária como meio de criar novas formas de organização dos trabalhadores para a gestão da produção e da vida social, priorizando a “Universidade Popular”, uma bem definida iniciativa do movimento anarquista, para o ensino superior, considerando a relevância que esse movimento atribuía ao processo educacional como estratégia fundamental para a perspectiva libertária que preconizava.

Com efeito, os anarquistas privilegiavam duas formas principais de luta: as greves e a imprensa como expressão de uma plataforma cultural para o desenvolvimento de uma prática educativa baseada na liberdade.

Em março de 1904, saiu no Rio de Janeiro a primeira edição da revista *Kultur*, trazendo uma matéria sobre a *Universidade Popular d’Ensino Livre*, com o objetivo principal de criar uma consciência popular. O artigo publicado destacava que a Universidade Popular deveria organizar um curso de nível superior, criar uma biblioteca e um museu social, promover conferências públicas e constituir-se em um centro popular, para empreender a instrução superior e a educação social do proletariado em face de seu protagonismo no processo revolucionário¹.

Em entrevista concedida ao *Le Monde de L’Éducation* o filósofo francês Michel Onfray, fundador da *Universidade Popular de Caen*², resgata a ideia do poder emancipador da pedagogia libertária, reivindicando para essa concepção atualizada de universidade popular, a atribuição de ensinar

1. LIMA, Naira da Costa Muylaert. Universidade Popular. <http://www.unirio.br/cch/nepi/05.htm>. Acesso em: 13/05/2008.

2. Disponível em: <http://somaie.vilabol.uol.com.br/onfray.html>. Acesso em: 13/05/2008.

a todos um saber alternativo e crítico. Cuida-se da possibilidade de poder pensar de outra forma, de atender ao “interesse em ensinar quer um saber alternativo, quer um saber clássico, mas de maneira alternativa, isto é, crítica”.

Para Onfay, nesse sentido, a Universidade popular se constitui como um organismo vivo que pôde suceder à Universidade popular histórica, em razão dessa energia alternativa em condições de *gerar um intelectual coletivo, eficaz, que logo perturba e incomoda*³. Sua função, ele completa, é *“dar o melhor ao maior número, porque o melhor existe, sem dúvida, mas normalmente só é dado aos melhores, pelo menos, aqueles que assim são qualificados pela máquina social. Quando é destinado a todos, ao maior número – é essa a minha definição de popular – o elitismo brilha com outra clareza”*.⁴

Em Boaventura de Sousa Santos, uma Universidade Popular nos moldes por ele propostos, tem como objetivo ultrapassar a distinção entre teoria e prática, entendidas em seu programa como prática de transformação social e sua compreensão reflexiva (SANTOS, 2005: 38).

Movida pela dialética entre saberes que buscam reconhecimento e uma produção compartilhada, a sua função – concretizada por meio de três atividades principais: atividades pedagógicas, atividades de pesquisa-ação para a transformação social e atividades para disseminar competências e instrumentos destinados à tradução intertemática, transnacional e intercultural – é *aumentar significativamente a eficácia e consistência das ações transformacionais no contexto complexo de tensões emancipatórias contra a globalização neoliberal* (SANTOS, 2005: 18-139).

Entretanto, fala-se hoje, também, de Universidade Popular no sentido de designar demandas e pretensões de acesso e de inclusão ao sistema formal de educação superior configurado pela estrutura de Universidades e Centros de pesquisa convencionais, sobretudo pela mobilização de movimentos e de segmentos sociais excluídos desse acesso e dessa inclusão por obstáculos de classe, étnicos, de região e de gênero, principalmente.

Encontra-se nesta condição a reivindicação de cotas contra a desigualdade racial (SOUSA JUNIOR, 2008: 37-38). A partir de Indicadores Sociais divulgados pelo IBGE, revelando um novo dado nos vários cruzamentos de

3. Disponível em: <http://somaie.vilabol.uol.com.br/onfray.html>. Acesso em: 13/05/2008.

4. Entrevista publicada no nº 338, Juillet-Août 2005, do *Lê Monde de LÉducation*.

informações que retratam o grau de exclusão social existente no país, tem-se que, no Brasil, pretos e pardos recebem, em média, apenas metade do rendimento de brancos. Disparidade que se mantém mesmo com o aumento do nível educacional, uma vez que, conforme indicam os dados do IBGE, no grupo com 12 anos ou mais de estudo, a proporção de brancos ocupados é três vezes maior do que a de pretos e pardos com a mesma instrução. A desigualdade racial é também forte quando se contrapõe, por exemplo, ao fator gênero. A pesquisa destacou que homens pretos e pardos têm um rendimento médio 30% inferior ao das mulheres brancas.

Os dados parecem demonstrar que a raça já é, em si, um obstáculo mesmo quando se estabelecem condições equilibradas para o acesso às oportunidades e que, por isso, mais se fazem necessárias ações afirmativas para a superação desse obstáculo.

Por esta razão, acirraram-se nos últimos anos as mobilizações, sobretudo provocadas pelos movimentos antirracistas e por organizações que propugnam por ampliação dos acessos sociais notadamente à educação, como a Educafro, salientando a necessidade de coordenar princípios e procedimentos, para atribuir razoabilidade aos métodos de realização das ações afirmativas.

É nessa linha de coordenação que se insere a medida adotada pela Universidade de Brasília (UnB), por decisão de seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de sua autonomia, depois de longo período de maturação, de reservar 20% das vagas do vestibular para os negros e um número ainda não definido de vagas para índios, cumprindo um Plano de Metas com duração prevista de 10 anos, com a combinação de várias ações afirmativas para o acesso e a permanência de alunos desses grupos étnico-raciais.

Vê-se aí a combinação razoável daqueles elementos que sustentam as ações afirmativas e que se inserem perfeitamente na diretriz nº 19, estabelecida pelo Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001) -, dirigida ao ensino superior, vale dizer: *“criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino”*.

Outra demanda que vem se mostrando perturbadora, para usar a expressão de Fernanda de Paula Ferreira Moi⁵, é a de acesso ao ensino superior para assentados e beneficiários da reforma agrária (MOI, 2008: 16-17). A nota de relevo vem do fato de que, embora já existentes turmas especiais para estes pleiteantes em vários cursos, uma forte celeuma estabeleceu-se quando essa pretensão alcançou a área do Direito.

Com efeito, com a criação em maio de 2006, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, no *campus* de Goiás Velho, de uma *Turma Especial no Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e pequenos produtores rurais*, teve início, antes mesmo da aprovação da proposta e do começo das aulas, acalorados debates, envolvendo, inclusive, a participação do Ministério Público Federal, sobre a constitucionalidade de tal turma (MOI, 2008: 16).

Como registra Fernanda Moi, o interessante a notar, na discussão, foi o questionamento de fundo: “*por que uma turma especial para o MST?*”. Finalmente implantada, a proposta trazida pelos movimentos sociais e tolerantemente acatada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, abrigou em seu bojo, para além do aspecto afirmativo da ação promovida, a atenção da abertura da Universidade para novas demandas de inclusão.

De fato, nos fundamentos da proposta o que se pretendeu objetivar, segundo os seus termos, foi a *formação e informação de profissionais com um perfil diferenciado, inexistente até o presente momento, de assessores jurídicos populares com qualificação técnica que lhes permitam reverberar, permanentemente, em ações de natureza preventiva junto às associações e cooperativas que congregam beneficiários da Reforma Agrária*, e ao mesmo tempo, *contribuir para a pluralização do debate no meio acadêmico, proporcionando a inclusão de trabalhadores no meio jurídico, para facilitar a expressão desta categoria social* (MOI, 2008: 16).

Numa outra vertente de demanda de expansão da Universidade convencional e, sobretudo, da oferta de vagas no sistema público, têm sido

5. Convém registrar, que tanto no caso das cotas raciais, quanto no de reconhecimento das turmas especiais, o Judiciário, capitaneado pelo Supremo Tribunal Federal, vem avalizando o seu requisito de constitucionalidade.

notáveis as pressões de trabalhadores e jovens pobres no sentido de reivindicar políticas de criação de novos *campi* e novas unidades universitárias.

Entre os projetos que respondem a essa demanda estão o da criação do novo *campus* e da nova unidade da USP na Zona Leste de São Paulo, que, em tese, pretenderia atender a tais expectativas. O fato de que jovens do próprio bairro da Zona Leste no qual a unidade se instalou, organizados num *movimento comunitário por vagas para os mais pobres nas universidades públicas* (*?Juventude Manifesto?*, originado em Ermelino Matarazzo), criticarem o projeto por o considerarem *um arremedo de universidade e não uma verdadeira universidade*, não infirma a reivindicação que está na origem de seu movimento.

Ou seja, mesmo quando criticam as políticas em execução, os trabalhadores e jovens pobres, assim como aqueles que frequentam *cursinhos populares* nos bairros operários, permanecem firmes na reivindicação de uma universidade expandida, para pobres, mas com carreiras nobres (medicina, direito, engenharia), e não carreiras que formem peões, mas não gerentes; que formem técnicos, mas não cientistas, rejeitando, por isso, a educação e o ensino de segunda linha.

Radica aí também, a mudança levada a efeito na UnB, a partir de 2006 e acelerada entre os anos de 2008 e 2012, para fazer-se uma instituição *multi-campi*, com a instalação majoritariamente aprovada por seus conselhos superiores, mas não sem uma objeção difusa, espelhada no espaço universitário em nichos de conservadorismo elitista, das novas unidades descentralizadas em Planaltina, Gama e Ceilândia, cidades-satélites do Distrito Federal. Uma UnB policêntrica, territorialmente expandida, traduz a dimensão de completude sugerida por Darcy Ribeiro para caracterizar o alcance de seu original projeto.

Na proposta de Boaventura de Sousa Santos para uma Universidade Popular há, portanto, um duplo objetivo, o primeiro de ultrapassar a distinção entre teoria e prática, o segundo de superar a distinção entre ensinar e aprender, sempre com a finalidade de aumentar significativamente a eficácia e a consistência das ações transformadoras, impulsionadas por estratégias de movimentos coletivos orientados por direções emancipatórias de mudança social (SANTOS, 2005: 137-138).

Mas o fato de se referir a outro modelo de articulação de conhecimentos, não quer significar que Boaventura de Sousa Santos perca de vista a possibilidade de que a Universidade convencional, em sua continuidade histórica, que denota certa ideia de Universidade, não possa ela mesma reorientar-se para se reconstituir como Universidade de Ideias, num movimento interno para se configurar como uma alternativa a si própria⁶.

Do que se trata é considerar o quanto pode ainda se pôr em curso modos de transformação no conhecimento e no ensino, que ativem as condições sociais e epistemológicas para essa transformação.

Em um trabalho no qual atualiza sua reflexão anterior sobre a Universidade convencional, Boaventura de Sousa Santos propõe uma passagem do conhecimento universitário para um conhecimento pluriversitário, concebido como um conhecimento contextual na medida em que o seu princípio organizador é o da aplicação que pode ser dada ao saber que é produzido (SANTOS, 2004: 41). Trata-se, ele diz, de um conhecimento *“que substitui a unilateralidade pela interactividade, uma interactividade enormemente potenciada pela revolução nas tecnologias de informação e de comunicação”* (SANTOS, 2004: 43) e que a leve a assumir *“formas mais densas de responsabilidade social, aceitando ser permeável às demandas sociais, sobretudo àquelas oriundas de grupos sociais que não têm poder para as impor”* (SANTOS, 2004: 91).

Movimentos Sociais e a Emergência de Novos Sujeitos

É certo que esse processo não segue um impulso de espontaneidade e de autorreflexibilidade, originado de revisões conceituais operadas no seio das instituições universitárias, mas deriva em grande parte de uma interpelação de novos sujeitos de direito que se instalam no seio dos chamados novos movimentos sociais. Veremos, a seguir, em grandes traços, o que traduz esse processo.

6. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. In: Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade, Biblioteca de Ciências Humanas, Edições Afrontamento, Porto, 2ª edição, setembro de 1994, p. 194: *“Na fase de transição paradigmática, a universidade tem de ser também a alternativa à universidade. O grau de dissidência mede o grau de inovação. As novas gerações de tecnologias não podem ser pensadas em separado das novas gerações de práticas e imaginários sociais. Por isso, a universidade, ao aumentar a sua capacidade de resposta, não pode perder a sua capacidade de questionamento”*.

Touraine (1994: 277-279), grande pesquisador do tema dos movimentos sociais⁷, trata, no segundo capítulo do livro *Crítica da Modernidade*, a questão do sujeito como movimento social, partindo da ideia de que “o indivíduo só se torna sujeito, arrancando-se ao si-mesmo, se opuser à lógica de dominação social em nome de uma lógica da liberdade, da livre produção de si próprio”, no sentido da afirmação de um sujeito e de seus direitos. Para o autor, o sujeito deve ser definido a partir da ideia de indivíduo como agente, ou seja, imbricado em sua condição social. Neste sentido, o sujeito é um “modo de construção da experiência social”, e “só existe como movimento social, como contestação da lógica da ordem”.

Esta postura implica na compreensão do movimento social como contraponto a uma concepção historicista e utilitarista da ação coletiva, à medida que ao afirmar a liberdade do sujeito adota um conteúdo de contestação que se contrapõe ao positivismo e tecnicismo da sociedade moderna com seus aparelhos de gestão e controle. A partir dessas colocações, Touraine (1994) propõe a construção da categoria de movimento social contendo, ao mesmo tempo, a ideia de conflito social e de projeto cultural.

Nesta matriz, o autor (TOURAINÉ, 1994: 292-294) apresenta o conceito de novos movimentos sociais no qual os sujeitos são portadores de organização e ação em torno de problemas e de conflitos sociais e culturais. Os exemplos presentes incluem os estudantes e as mulheres como referência das novas contestações presentes no espaço público e voltadas para uma configuração societal centrada na luta por direitos. Essas ações coletivas de novo teor estão vinculadas à defesa da dignidade e da identidade, incorporando temas de conteúdo pessoal e moral, diferentemente dos movimentos da sociedade industrial centrados nas reivindicações econômicas da classe trabalhadora. Além disso, se mobilizam a partir de princípios e sentimentos, estão voltadas para o tema da autogestão e preocupadas com a democracia interna das organizações que as representam.

7. A este respeito ver: La voix et le regard. Paris :Éditions du Seuil, 1978; Le retour de l'acteur. Paris:Fayard, 1984; Palavra e sangue. Campinas: UNICAMP, 1989; *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994; Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis :Vozes, 2006; *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007; *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Em livro mais recente (2006), ele discute a sequência dos paradigmas ao longo do processo histórico, destacando o paradigma político (direitos políticos) no início da modernidade, substituído posteriormente pelo econômico-social (direitos sociais) e hoje, com a globalização dos mercados no final do século XX, seguida pela formação da sociedade tecnológica em redes, resultou em separação cada vez mais expressiva da dimensão econômica em relação às esferas política e social. Este processo incluiu a resistência ao modelo de desenvolvimento globalizado neoliberal que resultou na afirmação do indivíduo enquanto sujeito pessoal, destacando assim a dimensão cultural (direitos culturais). Este ator, dotado de ação criadora, explicitou a rebeldia do sujeito vinculada à existência de mecanismos individuais de libertação em relação às imposições do mercado ou dos comunitaristas.

Esta luta por direitos culturais ampliou a reivindicação democrática às diferentes instâncias da vida social e da consciência individual, exigindo o reconhecimento do outro e a afirmação dos direitos individuais. Nesta esfera, o direito à diferença ganha destaque na reivindicação dos movimentos pelos direitos das minorias. Ao mesmo tempo, o autor destaca a necessidade de um diálogo intercultural que implica em garantir um princípio de cidadania entre culturas diferentes, de modo que haja o reconhecimento mútuo de componentes universais presentes em cada uma delas.

Para Touraine (2006: 136), o sujeito está presente nos indivíduos, nos grupos e nos movimentos sociais. “Quem se torna sujeito retorna a si mesmo, àquilo que confere sentido à sua vida, aquilo que cria sua liberdade, sua responsabilidade e sua esperança”. Para ele, nos conflitos e movimentos sociais há apelo “à igualdade, à liberdade, à justiça e ao respeito de cada um” (2006: 140). Por isso, atento aos movimentos das categorias inferiorizadas (trabalhadores colonizados e mulheres) que lutaram por sua libertação, ele resgata a ideia de “ser de direito” (2006: 142), ao mesmo tempo em que estabelece como fundante da nova figura de sujeito a presença da consciência e de um projeto (identitário).

Neste aspecto, ele se articula com a proposta de Castells (1999: 22) na discussão da identidade, ao tratar das identidades múltiplas (individuais e ator coletivo), cujo processo de construção envolve indivíduos, grupos e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências so-

ciais e projetos culturais enraizados na estrutura social e na visão de tempo e espaço que adotam. Castells estabelece, assim, um diálogo com Touraine ao propor a identidade de projeto que gera sujeitos compreendidos como atores sociais coletivos.

Outro interlocutor importante do processo de construção teórica dos movimentos sociais, Alberto Melucci, também compartilha da vertente vinculada à identidade. Trata os movimentos sociais em uma abordagem inicial (MELUCCI, 1989: 52) como “formas de ação coletiva baseadas na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Estas diferentes dimensões analíticas têm implicações importantes: a solidariedade envolve a partilha de uma identidade coletiva; o conflito exige certa capacidade de atores opostos lutarem por recursos que valorizam, e finalmente, o rompimento dos limites do sistema social abre um campo de novas possibilidades.

Preocupado com as sociedades complexas contemporâneas, ele faz uma retrospectiva das contribuições teóricas dos anos 1970 e 1980 e se debruça na reflexão acerca da constituição de uma nova esfera de conflitos, específica das sociedades capitalistas. Para o autor (MELUCCI, 1989: 58), o desenvolvimento capitalista hoje exige crescente integração das estruturas econômicas, políticas e culturais das sociedades complexas e intervenção nos sistemas simbólicos, nas relações sociais, assim como nas necessidades e identidades individuais. A resultante deste processo é a transferência dos conflitos sociais, anteriormente presos à esfera econômico-industrial, para as áreas culturais, afetando a vida cotidiana, as motivações e padrões culturais da ação individual, além das noções de tempo e espaço.

Nesta perspectiva, os conflitos dos anos 1980 envolvem novas contradições, uma vez que os grupos sociais passam a ser afetados por um novo processo que envolve os investimentos informacionais e simbólicos. Os atores passam a lutar por projetos simbólicos e culturais e adotam uma postura de autonomia em relação ao poder. Para o autor (MELUCCI, 1996), os movimentos sociais nas sociedades complexas são símbolos da profunda mudança na lógica e nos processos que dirigem estas sociedades. São anunciadores, profetas do presente que pela palavra falam para todos. Neste caso, o movimento das mulheres é paradigmático: ao lutar pela diferença, está se

dirigindo ao conjunto da sociedade e não apenas às mulheres, com efeito disruptivo e desafiador da lógica do sistema social. A diferença se torna um “objetivo cultural e político que mobiliza outros grupos” (MELUCCI, 1989: 63).

Dessa forma, os movimentos sociais instauram um novo espaço público onde a sociedade passa a ouvir suas mensagens e traduzir as reivindicações em tomada de decisão política, sem com isso perder a autonomia conquistada no processo de luta. Como já havia afirmado em outro livro (2001), os movimentos sociais passam a adotar uma maneira de agir politicamente criativa e transformadora com motivações culturais, permitindo assim que as experiências psicológicas e culturais se tornem inovações culturais e conflitos sociais.

No texto sobre “O que há de novo nos novos movimentos sociais” (1992), o autor enfatiza as características da sociedade complexa (da informação) e mostra como os novos movimentos combinam formas de ação referentes a diversos níveis da estrutura social, adotam diferentes pontos de vista e pertencem a períodos históricos distintos. Os atores coletivos captam esta multiplicidade de elementos (sincrônicos e diacrônicos) e produzem o sentido de seus atos por meio de um processo de interação social. A identidade coletiva é restabelecida e renegociada de modo contínuo por meio de redes sociais, que conferem certa estabilidade às identidades de indivíduos e grupos em sistemas sociais fragmentados em diferentes filiações, papéis e tempos de experiência social (MELUCCI, 1992:134).

Este processo de negociação da identidade coletiva também implica nas diferentes orientações da ação de um movimento, assim como nas atividades concretas que ocorrem nas redes de movimentos (MELUCCI, 1992: 136). No caso da luta das mulheres pela emancipação, o autor chama a atenção, tal como faz Touraine (2006), para a ação coletiva voltada não só à igualdade de direitos, mas também ao direito à diferença. Ser reconhecida como mulher significa afirmar uma visão distinta sobre a realidade, o outro e o mundo, além do próprio corpo.

Por outro lado, os movimentos contemporâneos são meios que falam através da ação, de modo que sua análise exige compreender os significados contraditórios de sua ação e estar atento aos conflitos que emergem dos próprios critérios que dão sentido à ação. Estes movimentos possuem um

modelo de funcionamento composto por dois polos: latência e visibilidade (MELUCCI, 1992:147). A fase de latência inclui uma rede de pequenos grupos submersos na vida cotidiana, que exigem envolvimento pessoal na criação e experimentação de modelos culturais. Esta rede surge para enfrentar problemas específicos e cria um circuito de indivíduos e mensagens, além de agências, que permite pertencer a vários grupos, ocupa parte do tempo dos atores e exige deles um envolvimento pessoal de solidariedade afetiva. Esta fase de latência corresponde a de um laboratório que trabalha o antagonismo e a inovação.

O momento da emergência dos pequenos grupos (visibilidade), geralmente, é feito diante da figura de uma autoridade política e apresenta-se voltado para diferentes objetivos: oposição a uma lógica de tomada de decisões de uma política específica e modelos culturais alternativos praticados e difundidos pela ação coletiva. O aspecto interessante a ser destacado é o fato de os atores coletivos preservarem seu espaço de autonomia em relação ao sistema. Para o autor, os novos movimentos sociais cumprem a função de fazer a sociedade ouvir suas mensagens e traduzi-las em tomada de decisão política pelo poder público. Melucci (1989: 64) reforça a ideia de que uma sociedade aberta “pode aceitar a coexistência de um poder criativo e de conflitos sociais ativos sem entrar em colapso”.

Na América Latina, o processo de redemocratização das últimas décadas esteve fortemente embasado na ação dos novos movimentos sociais, especialmente no México (movimento zapatista), na Argentina (movimento dos piqueteros – desempregados), na Bolívia e Equador (movimentos indígenas) e na Venezuela (movimento de vizinhos, que se somou em 1990 aos círculos bolivarianos). Esses movimentos têm sido objeto de diversos estudos⁸, porém, não serão alvo de apreciação neste livro.

8. Uma das principais fontes de informação dos movimentos latino-americanos são as revistas do Observatório Social de America Latina, publicação do CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). Além disso, diferentes autores têm contribuído para esta análise: DI MARCO, Graciela e PALOMINO, Hector. Reflexiones sobre los movimientos sociales en la Argentina; CAETANO, Geraldo (compilador). Sujetos sociales y nuevas formas de protesta em la historia recente de America Latina. Buenos Aires, CLACSO, 2006; DÁVALOS, Pablo (compilador). Pueblos indígenas, Estado y democracia. Buenos Aires, CLACSO, 2005; DI FELICE, M. e MUÑO, C. A revolução invencível. S. Paulo: Boitempo, 1998; HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. S. Paulo: Viramundo, 2003; MARINGONI, Gilberto.

No Brasil, há uma expressiva produção de livros, teses, revistas e artigos vinculados ao tema dos movimentos e dos novos movimentos sociais, que se fizeram presentes na cena pública durante o processo de resistência ao autoritarismo e nas demandas por direitos ontem e hoje⁹. Alguns autores ganharam destaque neste debate, especialmente Ilse Sherer-Warren e Maria da Glória Gohn.

Gohn em *Teorias dos movimentos sociais* (1997) trata com fôlego a discussão a respeito dos paradigmas norte-americano, europeu e latino-americano, destacando a especificidade deste último, sobre o qual elabora uma proposta teórico-metodológica de análise. No caso do Brasil, faz uma reflexão sobre o período 1978-1989, denominado por ela de “era da participação”, e, em anexo, apresenta um mapeamento dos movimentos sociais brasileiros no período 1972-1984, enquadrando-os em três ciclos distintos: o primeiro, de 1972 a 1984 (lutas pela redemocratização do país e acesso aos serviços públicos); o segundo, de 1985 a 1989 (institucionalização de movimentos) e o terceiro, de 1990 a 1997 (emergência de novos atores, desmobilização dos movimentos populares urbanos e crescimento de movimentos populares rurais). Nesse mapeamento, lista uma série de movimentos somados às organizações sindicais e políticas, delineando assim um cenário de atores e organizações presentes na cena histórica dos diferentes períodos.

Em livro posterior (2005), analisa os movimentos sociais brasileiros a partir de 2000 em torno de treze eixos¹⁰, dos quais cabe destacar a presença

A Venezuela que se inventa. S. Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004; HOPSTEIN, Graciela. A rebelião argentina: assembléias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas. Rio de Janeiro: E-papers, 2007; MIRZA, Cristian A. Movimientos sociales y sistemas políticos en America Latina: la construcción de nuevas democracias. Buenos Aires, CLACSO, 2006; NEGRI, A. e COCCO, G. Global: biopoder y luchas en una America Latina globalizada. Buenos Aires, Paidós, 2006; TOLEDO, Enrique de La Garza (compilador). Sindicatos y nuevos movimientos sociales en America Latina. Buenos Aires: FLACSO, 2005.

9. Para uma leitura contextualizadora desta produção uma excelente referência é o trabalho de Maria Célia Paoli (1995).

10. Movimentos sociais pela questão urbana, inclusão social e habitabilidade nas cidades; mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na gestão político-administrativa da cidade; movimentos pela educação, saúde, por direitos humanos e culturais, contra o desemprego, por questões religiosas, contra políticas neoliberais, dos sem – terra, das cooperativas populares, do setor de comunicações, além de fóruns de mobilização da sociedade civil organizada contra a globalização e as mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos pelas Barragens.

dos movimentos sociais por direitos humanos, em especial, aqueles que demandam direitos culturais. Neste caso, as mulheres, os afrodescendentes, o grupo GLBT e os indígenas ganham um espaço especial, junto com as lutas pelo direito à vida e à memória. Estes dois últimos foram alvo de inúmeras mobilizações no período autoritário, sob a liderança dos centros e entidades de direitos humanos que se aglutinaram em torno do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)

Ao tratar dos movimentos sociais no século XXI (2003: 55), em especial da rede de redes configurada pelo II Fórum Social Mundial, composta por ONGs, sindicatos, movimentos sociais dentre outros, mostra como este “fortaleceu a rede de outro tipo de globalização: a sociocultural, tecida por valores universais como a solidariedade e a justiça social e pela troca de experiências culturais nacionais, gerando novas articulações no plano da cultura, de caráter transnacional”. Neste evento, dos 35 movimentos sociais presentes, 6 eram vinculados à área dos direitos humanos, o que corresponde a quase um quinto do total.

Em trabalho pioneiro publicado em 1987 a respeito do caráter dos novos movimentos sociais, Sherer-Warren faz a diferenciação entre os movimentos sociais tradicionais (sociedade industrial) e os novos movimentos sociais (CEBs-comunidades eclesiais de base, novo sindicalismo, movimento de mulheres e ecologista). Em relação aos últimos, aponta a emergência de uma nova cultura política a partir das propostas presentes nas suas pautas de reivindicações: democracia direta, de base ou representativa; autogestão e novas formas de vida comunitária.

Em análise posterior, conceitua os movimentos sociais como formas de ação coletiva de natureza contestadora, solidarística e propositiva, de modo a configurar:

um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam à realização de um projeto de mudança, resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político ou com múltiplas práticas efetivas (SHERER-WARREN, 1999: 14-16).

Preocupada com a dialeticidade das múltiplas práticas sociais, aponta os caminhos do fortalecimento dos movimentos, por meio do compromisso com a coletividade e a construção da esfera pública democrática, além de combinar a ética, a cultura e o conhecimento reflexivo da ciência, considerando os riscos decorrentes do isolamento ou segregacionismo de qualquer uma dessas dimensões.

O alvo desta elaboração teórica é a possibilidade dos movimentos definirem projetos emancipatórios dentro de cenários de globalização pautados pela homogeneização da cultura, a fragmentação da vida societária e reações fundamentalistas. Neste caso, a configuração de movimentos sociais libertários, sensíveis à diversidade cultural e à justiça social, só conseguirá se fortalecer na medida em que articular dialeticamente as dimensões e práticas sociais apontadas acima.

Quanto às redes de movimentos que estão se constituindo no Brasil, Sherer-Warren (1996) define algumas características: a) articulação entre atores e movimentos sociais e culturais; b) transnacionalidade; c) pluralismo organizacional e ideológico e d) atuação nos campos cultural e político. No primeiro, ocorrem diversas formas de articulação por razões múltiplas; no segundo, há uma intensidade diferente nas diversas redes, funcionando uma cooperação em mão dupla: as ONGs estrangeiras propiciam recursos para a execução de projetos no país; no terceiro, observam-se atores sociais participando de várias redes ou organizações, compartilhando princípios éticos comuns; e no último, as redes de movimentos tendem a atuar na formação de novos sistemas de valores, configurando uma dimensão ética de compromisso com o futuro da coletividade ao nível local, nacional e planetário. Com essas atribuições, as redes ganham significados políticos à medida que se tornam alvo de uma prática mais democrática e tolerante em relação à diversidade social, construindo um imaginário de paz e de novas utopias ou modo de vida alternativos.

Em outro trabalho (SHERER-WARREN, 2006: 110-112), destaca o dinamismo da realidade dos movimentos sociais no contexto da globalização e informatização da sociedade e aponta a existência de uma nova configuração da sociedade civil organizada, expressa nos múltiplos tipos de ações coletivas recentes. Neste caso, reconhece três níveis desta configuração: 1º) associa-

tivismo local (associações civis e movimentos comunitários – Núcleos do MST); 2º) articulações interorganizacionais (fóruns, associações nacionais de ONGs e redes de redes); 3º) mobilizações na esfera pública (articulação entre atores de movimentos sociais localizados, fóruns, ONGs e redes de redes, como forma de pressão política).

Tendo em vista a multiplicidade das ações coletivas contemporâneas, a autora propõe um olhar sobre a diversidade identitária dos sujeitos, a transversalidade nas demandas por direitos, as formas de ativismo e empoderamento através das articulações em rede e a participação política das organizações em rede. No nosso caso, cabe destacar a transversalidade nas demandas por direitos que encontra nos fóruns e redes transnacionais de organizações, espaços importantes “para a articulação das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais” (SHERER-WARREN, 2006: 117). A referência organizada é a Plataforma DhESCA (direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais), defensora da indivisibilidade dos direitos, que tem uma articulação com diferentes sujeitos e redes: Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Fórum Nacional de Entidades de Direitos Humanos (FENDH), além da articulação com comissões de direitos humanos, pastorais sociais, ONGs e diversas entidades (ambientalistas, afrodescendentes, mulheres e indígenas).

No Brasil, esta transversalidade das lutas sociais por direitos tem, segundo a autora, uma base no Fórum Social Mundial e em diferentes redes que atuam do local ao global, alargando o conceito de direitos humanos e expandindo a base das mobilizações (SHERER-WARREN, 2006: 118-119). Um exemplo importante é o da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) que surgiu no Canadá em 1999 sob o lema “pão e rosas”, como expressão contra a pobreza e a violência, conclamando os movimentos sociais a lutar por um “outro mundo” e novos direitos, fazendo uma crítica ao colonialismo, imperialismo, escravismo, trabalho forçado, misoginia, xenofobia, sexismo, racismo e homofobia. Pautada nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz, transformou-os em demandas coletivas da Marcha. Reivindicando direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e das minorias, a “Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade” é a expressão de um movimento que luta contra a exclusão e a violência, incorporando as

“dimensões de gênero, étnica, etária, regional, de equidade e de qualidade de vida”. Assim, além de se comunicar diretamente com o movimento das mulheres, alcança movimentos sociais de outra natureza “formando redes de redes de movimentos, identidades plurais, radicalizando a democracia a partir dos níveis locais, regionais, nacionais até dos transnacionais na direção de uma cidadania planetária” (SHERER-WARREN, 2006: 119).

O Sujeito Coletivo de Direito

A partir da constatação derivada dos estudos acerca dos chamados novos movimentos sociais, desenvolveu-se a percepção, primeiramente elaborada pela literatura sociológica, de que o conjunto das formas de mobilização e organização das classes populares e das configurações de classes constituídas nesses movimentos instaurava, efetivamente, práticas políticas novas em condições de abrir espaços sociais inéditos e de revelar novos atores na cena política capazes de criar direitos.

Ana Amélia da Silva (1996), em sua tese de doutoramento, referiu-se à “trajetória que implicou uma concepção renovada da prática do direito, tanto em termos teóricos quanto da criação de novas institucionalidades”. Eder Sader trata desse tema em *Quando Novos Personagens Entraram em Cena* (1995), apontando para a dimensão instituinte dos espaços sociais instaurados pelos movimentos sociais e aludindo à capacidade de constituir direitos em decorrência de processos sociais novos que eles passaram a desenvolver.

A irrupção dos movimentos operários e populares, sobretudo a partir dos anos 1970, rompendo em ação coletiva o isolamento determinado por uma ordem autoritária que restringia a mobilização das organizações sociais, fez emergir uma nova sociabilidade, com a marca da autonomia que passou a caracterizar a ação dos sujeitos assim constituídos. Vera da Silva Telles (1984), por exemplo, referiu-se a esta emergência dizendo:

hoje, descobrem-se os trabalhadores como sujeitos autônomos, dotados de impulso próprio de movimentação, sujeitos de práticas cujo sentido político e dinamismo não são derivados dos espaços cedidos pelo Estado e cujas reivindicações não são o reflexo automático e necessário das condições objetivas, mas passam por formas de solidariedade e de sociabilidades coladas na vida cotidiana.

Caracterizados a partir de suas ações sociais, estes novos movimentos sociais, vistos como indicadores da emergência de novas identidades coletivas (coletividades políticas, sujeitos coletivos), puderam elaborar um quadro de significações culturais de suas próprias experiências, ou seja, do modo como vivenciam suas relações, identificam interesses, elaboram suas identidades e afirmam direitos.

Para Sousa (2001: 61), a originalidade destas lutas por direitos diz respeito precisamente ao caráter coletivo do sujeito de direito, o qual não deve ser confundido com os interesses difusos de sujeitos individuais, nem com o sujeito ainda individualizado dos *direitos individuais homogêneos*, definidos como os *de origem comum*¹¹.

A minha abordagem está demarcada pela consideração sociológico-jurídica da questão do sujeito. Ela não envereda para além da compreensão do sujeito reflexivo no sentido de Descartes ou do sujeito transcendental, no sentido de Kant, já referidos ao longo deste trabalho. Mas não tem a pretensão de enveredar por uma teoria filosófica do sujeito, como o faz, por exemplo, Badiou (1994: 107-114), em que para ele o sujeito é sujeito de uma verdade:

Chamaremos de “sujeito” o suporte de uma fidelidade. Logo, o suporte de um processo de verdade. O sujeito não preexiste de forma alguma ao processo. Ele é absolutamente inexistente na situação antes do evento. Dir-se-á que o processo de verdade induz o sujeito. O “sujeito”, assim concebido, é diferente do sujeito psicológico, do sujeito reflexivo (no sentido de Descartes) ou do sujeito transcendental (no sentido de Kant). Por exemplo, o sujeito induzido pela fidelidade a um encontro amoroso, o sujeito de amor, não é o sujeito “amante” descrito pelos moralistas clássicos. Porque tal “sujeito” psicológico concerne à natureza humana, à lógica das paixões. Ao passo que aquilo de que falamos não tem nenhuma preexistência ‘natural’. Os amantes entram

11. “Ao invés do indivíduo do liberalismo, – diz Sousa – trata-se agora de minorias culturais, étnicas, raciais, sociais ou de gênero, as quais reclamam direitos para seus respectivos grupos. O objeto da disputa de direitos também é peculiar: o direito a uma identidade cultural autêntica e a um processo de subjetivação autônoma, isto é, formação de identidades positivas, baseadas em critérios valorativos próprios. Esta nova configuração social apresenta-se como um desafio ao campo jurídico, que deve enfrentar os impasses engendrados pela contraposição dos sujeitos de direitos coletivos x sujeito de direito individual”.

como tais na composição de um sujeito de amor, que os excede um ao outro. Da mesma forma, o sujeito de uma política revolucionária não é o militante individual, nem tampouco uma “classe-sujeito”. É uma produção singular, que teve nomes diferentes (às vezes “Partido”, às vezes não). E por certo o militante entra na composição desse sujeito, que uma vez mais o excede (é justamente este excesso que o faz advir como imortal). Ou ainda, o sujeito de um processo artístico não é o artista (o “gênio” etc). Na verdade, os pontos-sujeito da arte são as obras de arte. E o artista entra na composição desses sujeitos (as obras são as “suas” obras) sem que se possa de nenhuma maneira reduzi-las a ele. Os eventos são singularidades irredutíveis, “foras-da-lei” das situações. Os processos fiéis de verdade são rupturas imanentes, a cada vez inteiramente inventadas. Os sujeitos são ocorrências locais do processo de verdade (“pontos” de verdade). Também, não há aqui nenhuma vinculação a uma dimensão psicológica ou psicanalítica do sujeito. Principalmente tendo em conta as proposições lacanianas, é improvável associar essa categoria à consideração que lhe é dada no presente trabalho. Conforme Fink (1998: 56), “o sujeito laciano não é o indivíduo nem o que poderíamos chamar de sujeito consciente (ou o sujeito pensante consciente), em outras palavras, o sujeito a que se refere a maioria da filosofia analítica. O sujeito pensante consciente é, de modo geral, indistinguível do eu como entende a escola de psicologia do ego, que é dominante nos mesmos países nos quais a filosofia analítica predomina”.

Nada obstante, neste último caso, pode-se ao menos pôr em relevo um bem fundamentado estudo no qual foram indicados balizamentos para uma aproximação psicanalista em condições de fundamentar uma compreensão do sujeito jurídico:

Uma ineliminável presença de subjetividade é um traço constitutivo da experiência psicanalítica, na indissociabilidade de sua teoria e de sua prática. E não se trata de mero acréscimo accidental: não pode haver Psicanálise sem sujeito. Esta presença de subjetividade como fator necessariamente intrínseco a seu campo e à sua estrutura é também

um importante fator de diferenciação do campo da Psicanálise em relação aos campos das disciplinas científicas e filosóficas (MARQUES NETO, 1993: 23-28).

Em seguida, muito em base aos meus pressupostos e, bem assim, os de Wolkmer, o autor vai sustentar:

Quanto à segunda questão, concernente à natureza jurídica dos sujeitos coletivos de direito, entendo que é a partir dos assim chamados direitos alternativos que devemos trabalhá-la. Porque a emergência do Direito Alternativo enquanto formação jurídico-social específica, autônoma e informal, inserido nas práticas sociais e delas produto, transcendendo aos órgãos estatais, emergindo de vários centros de produção normativa e adquirindo um caráter múltiplo e heterônimo, não pode ser situada em outro lugar senão no próprio teatro onde se dá o embate das forças sociais, isto é, onde se constituem os sujeitos coletivos de direito.

Em suma, é ali onde a condição de sujeito se intersecciona com a sua presença no social, ainda que, como em Morin (1995: 56), que vincula a noção a um ponto de partida biológico, pensar o sujeito é concebê-lo como uma unidade referida a uma pluralidade de personagens, de caracteres, de potencialidades, sem reduzi-lo, socialmente, a uma essência, a uma substância ou a uma ilusão. Em última análise, como nos recorda Touraine (1995: 21-45), o sujeito é uma atividade de indivíduos e de grupos que não restam totalmente identificados a uma prática real, mas são eles, todavia, que a informam e lhe dão sentido.

A análise sociológica ressalta que a emergência do sujeito coletivo pode operar um processo pelo qual a carência social contida na reivindicação dos movimentos é por eles percebida como negação de um direito, o que provoca uma luta para conquistá-lo. De acordo com Eder Sader (1995),

a consciência de seus direitos consiste exatamente em encarar as privações da vida privada como injustiças no lugar de repetições naturais do cotidiano. E justamente a revolução de expectativas produzidas esteve na busca de uma valorização da dignidade, não mais no estrito cumprimento de seus papéis tradicionais, mas sim na participação

coletiva numa luta contra o que consideram as injustiças de que eram vítimas. E, ao valorizarem a sua participação na luta por seus direitos, constituíram um movimento social contraposto ao clientelismo característico das relações tradicionais entre os agentes políticos e as camadas subalternas.

No projeto “O Direito Achado na Rua”, as contribuições de Sousa (1993 e 2006) recolocam a questão dos novos sujeitos sociais na perspectiva do sujeito coletivo de direitos. Nos dois trabalhos, parte da ideia da pluralidade de sujeitos, cujas identidades são fruto da interação social que permite reconhecimento recíproco, assim como seu caráter coletivo está vinculado à politização dos espaços da vida cotidiana e à prática de criação de direitos. Neste sentido, a classe trabalhadora se soma às lutas de diferentes movimentos sociais (mulheres, homossexuais, indígenas, ecologistas dentre outros), que entraram na cena pública com suas demandas específicas de reconhecimento e negociação de direitos.

Tomando como referência as propostas de Thompson (1987), analisa a classe trabalhadora como sujeito e movimento

em permanente autofazer-se a partir do cotidiano onde estão presentes suas tradições, crenças, sentimentos e valores, mediados por relações sociais que expressam a experiência vivida a respeito de suas condições sociais de existência. Falamos assim de sujeitos com experiências comuns e identidade de interesses que se contrapõem às de outros agentes sociais com os quais se relacionam na sociedade (1993:55).

Ao tratar da trajetória da classe trabalhadora brasileira desde 1889 até os anos 1990, a autora demarcou um cenário histórico onde os trabalhadores aparecem em uma trajetória de luta por direitos que ganham dimensão inovadora nos anos 1990.

Em *Trabalhadores pobres e cidadania* (2006), Sousa trata do processo de formação do sujeito coletivo na construção civil a partir da vida em família, da experiência de trabalho nos canteiros de obra e da cidadania do protesto presente nos quebra-quebras, onde os trabalhadores usam a violência para garantir direitos até a vivência das greves operárias, momentos de configuração emergencial do sujeito coletivo. Com base nas suas experiências no

mundo privado e nos conflitos vivenciados no cotidiano de trabalho, nos quebra-quebras, nas greves e nas representações sociais sobre justiça, lei e direito, ela constata a configuração de uma identidade de interesses compartilhados que tornam possível a instrumentalização de uma luta coletiva pela criação de direitos.

Ainda que empurrados para o limite da exclusão com a supressão dos direitos da cidadania, a luta operária e sindical, quando articulada à questão da justiça, abre um campo simbólico nas representações culturais da ação, para o autorreconhecimento de um sujeito coletivo capaz de se tornar protagonista de estratégias de alcance público que garantem legitimidade e reconhecimento para suas demandas e seu projeto de mundo.

Essas contribuições dialogam com o campo dos novos movimentos sociais, na medida em que trabalham com a categoria de “configurações de classe” (SADER, 1995) presentes no cenário histórico da sociedade brasileira, junto com os distintos movimentos sociais que se configuram em redes de movimentos e se articulam com associações civis, fóruns e demais instrumentos democráticos e participativos. Neste processo, lembra Boaventura de Sousa Santos, as clivagens problemáticas de seus modos de relacionamento distribuem-se de maneira não linear e não uniforme (SANTOS, 2005: 101). Em suas diferentes alianças estratégicas ou ações comuns, tendem a ter diferentes parcerias. A resultante transformadora é a acumulação do que os une em contraponto ao que os divide. Na luta pela construção de novas subjetividades democráticas, diz Santos, “são sujeitos todos os que se recusam a ser objectos, ou seja, a serem reduzidos à condição de súbditos” (SANTOS, 2005: 112).

A questão que se coloca, a partir da experiência da ação coletiva dos novos sujeitos sociais, é a da designação jurídica destas práticas sociais, em configuração determinada pelos processos sociais, e os direitos novos que elas enunciam e é, novamente, Marilena Chauí quem vai oferecer a fundamentação filosófica que permite sustentar o sentido projetivo dessa nova identidade social para indicar o seu potencial protagonismo de sujeito instituinte de direitos.

Em Prefácio ao livro de Eder Sader, Chauí propõe a seguinte questão: “Por que sujeito novo?”. “Antes de mais nada”, ela própria responde:

[p]orque criado pelos próprios movimentos sociais no período: sua prática os põe como sujeitos sem que teorias prévias os houvessem constituído ou designado. Em segundo lugar, porque se trata de um sujeito coletivo e descentralizado, portanto, despojado das duas marcas que caracterizaram o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem ações livres e responsáveis e o sujeito como consciência individual soberana de onde irradiam ideias e representações, postas como objeto, domináveis pelo intelecto. O novo sujeito é social; são os movimentos populares em cujo interior indivíduos, até então dispersos e privatizados, passam a definir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas. Em terceiro lugar, porque é um sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para a qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos ou engrenagens da máquina organizadora. Referido à Igreja, ao sindicato e às esquerdas o novo sujeito neles não encontra o velho centro, pois já não são centros organizadores no sentido clássico e sim ‘instituições em crise’ que experimentam ‘a crise sob a forma de um deslocamento com seus públicos respectivos’, precisando encontrar vias para reatar relações com eles.

Formulada nesses termos a questão, tornou-se possível para o pensamento jurídico crítico abrir novas perspectivas paradigmáticas, de relevante alcance político, quando se consideram os problemas de legitimação em sede de teoria da justiça, para poder pensar-se em um novo sujeito coletivo que se emancipe enquanto sujeito coletivo de direito, em um novo modo de produção do social, do político e do jurídico¹².

12. Carrego, neste tema, certo pioneirismo autoral, desde que adotei, nos meus textos de 1984 e, sobretudo, na tese apresentada à XIII Conferência Nacional dos Advogados realizada em Belo Horizonte (1990). Esta anterioridade conceitual está, aliás, plenamente reconhecida. Entre todos, WOLKMER (1991: 124-125 e PASSIM; 2001: 240-241): “Por essa via alinha-se José Geraldo de Souza Jr., para quem a significação político-sociológica dos movimentos, enquanto potencial prático-teórico de enunciação e articulação de direitos, possibilita e justifica seu enquadramento na esfera de incidência jurídica. Com efeito, empenha-se o autor em demonstrar a relação entre a condição social de sujeitos populares e sua luta por reparar carências e injustiças, do que se infere que a apreciação político-sociológica pode, perfeitamente, ‘precisar que a emergência do sujeito coletivo opera num processo pelo qual a carência social é percebida como negação de um Direito que provoca uma luta para conquistá-lo’; PINTO (1992: 21-22).

No paradigma da modernidade, o Direito constituiu-se à base de uma noção fundamental – a noção de sujeito de direito – a partir da qual a pessoa humana que lhe serve de referência antropológica individualiza-se e polariza a estrutura abstrata da relação jurídica. Na tradição filosófica, o sujeito aí radicado reflete, na sua impregnação iluminista, uma visão de mundo dominada pela racionalidade e a autotransparência do “pensar em si mesmo” que deseja “ser sujeito”, segundo Kant. Nesta sua origem histórico-filosófica, o conceito coincide com a noção aristotélica de substância ou, como em Descartes, com quem começa a tradição moderna do sujeito, como “início” do indivíduo em si mesmo (o legislador de si próprio no sentido kantiano)¹³.

As referências trazidas por Marilena Chauí e então apropriadas para o debate do pensamento jurídico crítico vão permitir as condições de intersubjetividade não substancial, mas relacional, do fazer-se sujeito no processo mesmo no qual este se revela e se realiza. Franz J. Hinkelammert, desde uma perspectiva de libertação (2000), sugere que o sujeito não é um *a priori* do processo, senão que resulta como seu *a posteriori*. Hinkelammert supõe, portanto, uma intencionalidade solidária, no agir protagonista dos novos sujeitos em alargamento das possibilidades institucionais e da criação de espaços de vivência da “sujeitidade humana”.

Já mencionei com outro viés, mas com resultado idêntico, Patrick Pharo e sua noção de civismo ordinário (1985) para me referir às formas de sociabilidade constituídas em relações de reciprocidade de um cotidiano que adentra a convivência e legitima padrões sociais livremente aceitos. No estudo que toma como base as estratégias sociais para a institucionalização do “direito à moradia”, tema antigo de minhas pesquisas (1982), Ana Amélia

13. Note-se, neste sentido que quer indicar a pessoa humana a partir desta consciência, a pertinente articulação elaborada por Silva Filho (2008: 311), com base em Ricoeur e Heidegger: “A identidade aqui não se confunde com algo que possa ser simplesmente reificado ou percebido em geral, mas atrela-se de maneira incontornável ao ‘quem’, traduz muito mais a ideia de existência do que de substância. A permanência no tempo deste tipo de identidade revela sempre a necessidade de uma manutenção de si mesmo, de uma consciência que, ao mesmo tempo em que é determinada pela palavra que a formou e pela palavra que formula, possui consciência desta situação. Esta consciência é considerada profundamente imersa na temporalidade”.

da Silva refere-se à formação de “agendas sociais” e de “espaços públicos” para aí inserir o que denomina de “direitos de cidadania”, reivindicando outras leituras aptas a conceber “o horizonte de propostas e lutas pelos direitos de cidadania como um campo social em construção” (1996). Trata-se de ampliar “os sentidos da democracia”, de modo a permitir, como lembra Maria Célia Paoli (1999), “recuperar os direitos de uma cidadania que, reiventando a si própria pela discordância e pela sua própria recriação, possa reventar novos caminhos de construção democrática”.

A noção de democracia como invenção, que Marilena Chauí toma em Claude Lefort para redesignar a cidadania (compreendida como cidadania ativa), é outra importante contribuição que permitiu amplificar o seu diálogo com o pensamento jurídico crítico. Por ocasião de sua participação na XIIIª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados, Marilena Chauí (1990) propõe:

a cidadania ativa é a que é capaz de fazer o salto do interesse ao direito, que é capaz portanto de colocar no social a existência de um sujeito novo, de um sujeito que se caracteriza pela sua autopoisição como sujeito de direitos, que cria esses direitos e no movimento da criação desses direitos exige que eles sejam declarados, cuja declaração abra o reconhecimento recíproco. O espaço da cidadania ativa portanto, é o da criação dos direitos, da garantia desses direitos e da intervenção, da participação direta no espaço da decisão política.

Antecipando o tema que retomaria depois no último capítulo de seu *Convite à Filosofia* (1995b), Marilena Chauí associa a questão democrática ao processo de “criação de direitos”. Discorrendo sobre a “liberdade como autonomia”, Chauí designa os “sujeitos capazes de dar a si mesmos a lei”, sujeitos, portanto auto-nomos (auto, isto é, a si próprios; nomos, a norma, a lei), referindo-se à “possibilidade de que no interior da sociedade civil, para além do privado e dos interesses, se constitui uma região instaurada pelos direitos, âmbito da cidadania”. Chauí conclui: “cidadania – a capacidade de colocar no social um sujeito novo que cria direitos e participa da direção da sociedade e do Estado”.

A condição democrática leva Alexandre Bernardino Costa (2005: 211-245) a inferir da ação dos sujeitos que constroem seus próprios direitos uma possibilidade constituinte derivada de suas lutas por esses direitos. Com efeito, para ele:

essas lutas não só constroem e reconstroem o entendimento e auto-entendimento sobre o direito comum, como também sobre o direito constitucional, revelando-se nesse momento como práxis constitucional legítima que se fundamenta no poder constituinte como critério de verificação para a atualização do projeto constitucional (COSTA, 2005: 226).

Relacionando esta perspectiva com o modelo teórico de *O Direito Achado na Rua*, em cuja construção ele se empenha, participando de vários de seus projetos nos âmbitos acadêmicos do ensino, da pesquisa e da extensão, o professor da Faculdade de Direito da UnB salienta que a “*questão que se coloca a partir do direito achado na rua é saber qual a sua relação com o conceito de poder constituinte e a práxis constitucional*”. Em sua compreensão, conquanto o senso comum teórico de cunho positivista houvesse relegado à cidadania um papel secundário, inclusive no tocante ao poder constituinte, vai ser neste ponto que *O Direito Achado na Rua* vai ter inserção e ganhar relevância, “*pois o poder constituinte e a práxis constitucional que o atualiza como afirmação de igualdade e liberdade são processos sociais, políticos e jurídicos praticados pelo povo*” (COSTA, 2005: 232).

Para este autor (COSTA, 2005: 239), em suma, “*a perspectiva teórico-prática do direito achado na rua, compreendida procedimentalmente possibilita essa ligação*” uma vez que “*a democracia de uma determinada sociedade depende de seus membros levarem a sério o direito*”. De acordo com este ponto de vista

a pluralidade e a complexidade da sociedade contemporânea exigem, portanto, um direito aberto constituído procedimentalmente, espaço público de sua formação, a rua. Poder constituinte somente pode assim ser chamado se for direito achado na rua, caso contrário, é arbitrário e ditadura ou delírio de constituição teórica idealizante, que por fim também resulta em autoritarismo (COSTA, 2005: 244-245).

Em um exercício de aplicação dessa sua percepção, dirigida à institucionalização de uma categoria jurídica constituída diretamente pelo agir material de movimentos sociais e à qual, desde há muito dou atenção (Sousa Junior, 1982), Costa e Amorim (2007), reafirmam a dimensão instituinte deste processo¹⁴.

Compreende-se, assim, porque Roberto Lyra Filho passa a entender o direito como modelo de legítima organização social da liberdade. Mas o que significa isso? Conforme indica Lyra Filho (1985),

o direito se faz no processo histórico de libertação enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não-lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (isto é, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência), quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito no próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso, como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade, a pretexto da consagração do direito).

A UnB, os Movimentos Sociais e os Desafios para o Futuro: Construindo uma Universidade Emancipatória

O ponto de partida para o exercício de uma gestão deve ser a sua permanente atualização. Isto significa que não é suficiente focar-se na UnB para administrá-la. Pelo contrário, devemos extrapolar suas fronteiras e buscar compreender a posição ocupada pela instituição em um cenário educacional mais amplo, considerando a dimensão política e social do ensino superior no mundo contemporâneo.

14. “Direito à moradia não se resume a ter um teto, mas a ter um local adequado para morar, com acesso a serviços básicos de fornecimento de água tratada, luz, captação de esgoto, transporte, pavimentação de ruas, escola, creche, centro de saúde e áreas para o lazer. Tal ideia veio positivada na Constituição brasileira de 1988 e, antes, em instrumentos internacionais como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Mas a mera positivação não quer dizer que o direito já esteja garantido. É preciso lutar por ele. E foi por esse direito, em sua concepção mais ampla, que a comunidade da Telebrasil lutou e vem lutando em um processo não só de construção de casas, mas também na construção de uma identidade e de uma memória”.

A instalação em 2010, depois de 17 anos de previsão estatutária do Conselho Comunitário da UnB, com competência consultiva, mas com a indicação de um membro para integrar o Conselho Universitário, principal instância deliberativa da instituição, seguiu essa lógica de extrapolação de fronteiras, ainda que acompanhada com muita cautela por vários segmentos políticos da universidade.

Somos hoje testemunhas de um grande aumento no número de movimentos sociais em diferentes nações, que não se resumem a manifestações isoladas cultural ou geograficamente. O que existe em comum entre estes movimentos é que todos operam como reação à onda de marketização da economia que atravessa o nosso sistema-mundo atualmente.

Pudemos observar este fenômeno em grande escala na ocupação de praças públicas iniciada em Wall Street, na Primavera dos povos árabes ou no movimento dos Indignados, pela austeridade fiscal, iniciado com grande força na Grécia e incendiado em toda a Europa.

Na América Latina em particular, os exemplos são igualmente numerosos, como o movimento dos Piqueteiros na Argentina, o Movimento de Sem Terra no Brasil, os Cocaleiros no Peru e na Bolívia, os movimentos indigenistas baseados no ideal utópico de *buen vivir* andino, especialmente no Equador e na Bolívia, os zapatistas no México, o movimento coletivo Via Campesina e o grande movimento estudantil chileno da Revolta dos Pinguins.

Tais movimentos são uma reação à desigualdade na distribuição de recursos socioeconômicos e à má distribuição das condições de desenvolvimento humano provocada pela regulação da economia por *commodities* fictícias, ou seja, mercadorias que só possuem valor relacional.

No Brasil, quatro destas *commodities* podem ser identificadas como centrais no processo de eclosão dos movimentos sociais. A primeira e mais evidente se trata da força de trabalho, cuja expropriação cria uma fonte artificial de lucro. Como sintoma deste processo, podemos observar a precarização do trabalho, presente de maneira inaceitável no Brasil e cujos casos extremos podem ser reconhecidos nas *sweatshops* e no trabalho em condição de escravidão.

A segunda *commodity* é o próprio dinheiro, quando se opera a geração de lucro sem lastro, que inflaciona a economia e provoca uma circulação de

mercadorias baseada em uma moeda fictícia. Os efeitos dessa prática sobre a absoluta desigualdade na distribuição de renda brasileira são também inegáveis.

Associados, estes dois elementos provocam como reação os movimentos de trabalhadores em diferentes setores da sociedade. Trabalhadores rurais e urbanos, organizados em marchas e em múltiplos sindicatos, além da proliferação das greves que são hoje rotina em todo o país, e que podemos observar ao detalhe em nossa própria universidade.

A terceira *commodity* é a terra, em sua expropriação pela renda privada, que gera no Brasil o quadro de urgente reforma agrária e provoca como reação as correntes do Movimento dos Sem Terra e da Marcha das Margaridas.

E finalmente, o quarto elemento dessa conjuntura é a comodificação do conhecimento, cuja importância para o mercado está ligada à necessidade permanente de inovação tecnológica para girar a economia moderna. Esta é a medida dada pelos *rankings* mundiais de avaliação, e a tentativa de adequação das instituições a tais padrões pode ser percebida na crise da universidade em todo o mundo, com grande força no Brasil. Não apenas a autonomia é afetada, por sua associação da gestão universitária a interesses privados, como também sua função social, que transita da educação para a formação de mão de obra.

Como reação a esta comodificação, não se pode ignorar no Brasil o número crescente de ocupações de universidades federais por seus próprios estudantes nos últimos anos. Estas são consequências do hiato entre as expectativas dos estudantes e a realidade política de suas instituições.

As universidades têm, em nossa estrutura societal, uma posição privilegiada de concentração e formação das classes intelectuais, e não podem se comportar como espaços de decisão isentos, neutros, cuja função seja observar científica e profiliticamente a sociedade. Pelo contrário, as universidades devem não apenas voltar-se ao estudo dos movimentos sociais como trabalhar para estes, na medida em que possam desenvolver soluções para suas demandas. Sobretudo, as universidades devem tornar-se elas próprias movimentos sociais, ou seja, centros de reação às desigualdades que afetam a população que as envolve, capazes de pesar politicamente no aprimoramento da democracia.

Este é o sentido da sua integração. A universidade não pode ser um espaço hiperreal, desconectado da sociedade, e de suas necessidades. Por isto é tão fundamental a gestão compartilhada e a inclusão social na comunidade acadêmica. A participação na administração de recursos não se reduz a uma utopia moderna, assim como as ações afirmativas não se resumem à boa vontade das elites e do Estado em reparar diferenças históricas; são antes uma expressão da necessidade de que a universidade seja cada vez mais representativa da população civil para incorporar as suas demandas, como organização pública que é.

Para tanto, e estes são os desafios das próximas gestões assim como foram para esta que se encerra, é preciso garantir que a universidade seja 100% gratuita e pública, além de subsidiar a expansão das vagas com assistência estudantil de qualidade para minimizar as desigualdades de oportunidades educacionais que seus estudantes enfrentam.

É preciso também integrar a universidade com os níveis de ensino anteriores, especialmente promovendo a formação qualificada de professores; pensar modalidades de formação continuada para promover a educação como processo permanente; estimular a internacionalização da UnB, para incentivar a troca de saberes entre culturas; e, finalmente, elaborar mecanismos de avaliação do ensino superior que permitam avaliar o seu desenvolvimento, com respeito às diversidades de formato na produção do conhecimento.

Além destas, seria possível listar uma infinidade de possíveis ações para contribuir ao amadurecimento da universidade nas próximas décadas. A única tarefa da qual não se pode escapar é a perpetuação de sua utopia transformadora. A crença na missão da UnB não pode ser reservada aos momentos de nostalgia e poesia, mas deve ser realizada diariamente como prática de sua comunidade.

Referência bibliográfica

AGUIAR, Roberto A. R. de. O Direito Achado na Rua: um olhar pelo outro lado. *In*: Molina, Mônica Castagna; Sousa Júnior, José Geraldo de; e Tourinho Neto, Fernando da Costa. *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Série

O Direito Achado na Rua, v. 3, Brasília/São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

BADIOU, Alain. *Para uma Nova Teoria do Sujeito*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Roberto Lyra Filho ou da Dignidade Política do Direito. In: Lyra, Doreodó de Araujo (org.). *Desordem e Processo*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, Estado, OAB. In: XIII Conferência Nacional da OAB, Conselho Federal da OAB. Belo Horizonte: *Anais*, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Prefácio**. In: Eder Sader. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COSTA, Alexandre Bernardino. *Desafios da Teoria do Poder Constituinte no Estado Democrático de Direito*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

DOIMO, Ana Maria. *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil Pós-70*. Rio de Janeiro: Anpocs / Relume-Dumará, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Gohn, Maria da Glória. *O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

KANT, Emmanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Coleção os Pensadores (II)*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LIMA, Naira da Costa Muylaert. *Universidade Popular*. Disponível em: <http://www.unirio.br/cch/neephi/05.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

LYRA FILHO, Roberto. *O Que é Direito*. 1ª. ed., Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1982.

LYRA FILHO, Roberto. Desordem e Processo: um prefácio explicativo. In Doreodó Araújo Lyra (org). *Desordem e Processo. Estudos sobre o Direito*

em homenagem a Roberto Lyra Filho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. Para a Compreensão do Sujeito Jurídico: Uma Leitura Transdisciplinar. In: *Seminário Nacional sobre o Uso Alternativo do Direito*. Rio de Janeiro: Instituto dos Advogados Brasileiros, 1993.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? *Revista Lua Nova*. n. 17. São Paulo: CEDEC, 1989.

MELUCCI, Alberto. Que hay de nuevo em los Nuevos Movimientos Sociales? *Revista Mexicana de Sociologia*. n. 15, 1992.

MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes. Collectives Action in the Information Age*. Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Adriana Andrade. *Movimentos Sociais, Aids e Cidadania: o direito à saúde no Brasil a partir das lutas sociais*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da UnB. Brasília, 2007.

MIRANDA, Biancka. *Democratização e Movimento Social no Brasil*. Monografia apresentada ao Depto. de Ciência Política da UnB, para obtenção do bacharelado. 1992.

MOI, Fernanda de Paula Ferreira. Da (in)constitucionalidade da turma especial para os beneficiários da reforma agrária: questão jurídica ou ideológica? *Constituição & Democracia*, UnB/Sindjus, Faculdade de Direito da UnB, Brasília, nº 19, janeiro e fevereiro de 2008.

MORIN, Edgar. Le Concept de Sujet, in Penser le Sujet. Autour d'Alain Touraine. *Colloque de Cerisy*, Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.

MORIN, Edgar. A Noção de Sujeito. In: Dora Fried Schnitman (org). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

ONFRAY, Michel. <http://somaie.vilabol.uol.com.br/onfray.html>. Acesso em: 13 mai.2008.

PAOLI, Maria Célia. Conflitos Sociais e Ordem Internacional: Cidadania e Espaço Público no Brasil do Século XX. In: *OAB – Revista da Ordem dos Advogados do Brasil*, nº 53. Brasília: Conselho Federal da OAB, 1989.

PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e Cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados – Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP*, v. 3 n. 7, p. 40-66, 1989.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais, Cidadania e Espaço Público – Anos 90. *Revista Humanidades*, n. 30. Brasília: Editora UnB, págs. 498-504, 1992.

PAOLI, Maria Célia. Os Direitos do Trabalho e sua Justiça. Em Busca das Referências Democráticas. *In: Revista USP – Dossiê Judiciário*, nº 21, 1994.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. *In: Michaela Helmann (org). Movimentos Sociais e Democracia no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

PINTO, João Batista Moreira. *Direito e Novos Movimentos Sociais*. São Paulo: Acadêmica, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da Ideia de Universidade à Universidade de Ideias. *In: Cristiano Paixão Araújo Pinto (org), Redefinindo a relação entre o professor e a universidade: emprego público nas Instituições Federais de Ensino? Coleção O Que se Pensa na Colina*, v. 1. Brasília: UnB/Faculdade de Direito/CESPE, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: Manual de Uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Estado e Sociedade*, v. 21, n. 1. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 2006.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *O Pluralismo Jurídico, os Novos Movimentos Sociais e a Exterioridade em Dussel*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, 1996.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Pluralismo Jurídico y nuevos movimientos sociales: de la crisis de la dogmática jurídica a la afirmación de nuevos derechos. In: Jesús Antonio de la Torre Rangel (org). *Pluralismo Jurídico. Teoría y Experiencias*. San Luis Potosí, México: Cenejus – Centro de Estudios Jurídicos y Sociales “Padre Enrique Gutiérrez”, 2007.

SILVA, Ana Amélia; SAULE JR., Nelson. A Cidade faz a sua Constituição. In: *Polis*, nº. 10, São Paulo: Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 1993.

SILVA, Ana Amélia da. *Cidadania, Conflitos e Agendas Sociais: das Favelas Urbanizadas aos Fóruns Internacionais*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da USP, 1996.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Especificidade e Ambiguidade no Processo de Constituição de um Sujeito Coletivo*. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 34. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 1992.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Novos Sujeitos Sociais: a classe trabalhadora na cena histórica contemporânea. In: José Geraldo de Sousa Júnior & Roberto A. R. de Aguiar. *Introdução Crítica ao Direito do Trabalho*. Série O Direito Achado na Rua, v. 2. Brasília: Editora da UnB/CEAD, 1993.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. Novos Sujeitos Coletivos. In: *XV Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (Anais)*. Foz do Iguaçu: OAB, 1994.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. *Trabalhadores Pobres e Cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. Fundamentação Teórica do Direito de Moradia. *Direito e Avesso – Boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira*. ano 1, n. 2. Brasília: Edições Nair, 1982.

SOUSA Júnior, José Geraldo de. *Direito de Moradia, Antologia Poética Vinicius de Moraes*. Edição Independente. São Paulo: Grupo Artístico e Cultural Vinicius de Moraes, 1983.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Ser Constituinte. In: *Humanidades* n. 11. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Movimentos Sociais. A Emergência de Novos Sujeitos – O Sujeito Coletivo de Direito*. Belo Horizonte: XIX Conferência Nacional da OAB (anais), 1990.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org). *Introdução Crítica ao Direito*. Série O Direito Achado na Rua, v. 1, 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CEAD-Centro de Educação a Distância, 1993.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Novas sociabilidades, novos conflitos, novos direitos*. In: Pe. José Ernanne Pinheiro *et. al.* (orgs.). *Ética, Justiça e Direito. Reflexões sobre a reforma do judiciário*. 2ª. Ed. Petrópolis; Editora Vozes/CNBB, 1996.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Movimentos Sociais e Práticas Instituintes de Direito: Perspectivas para a Pesquisa Sócio-Jurídica no Brasil*. In: *OAB – Conselho Federal. 170 Anos de Cursos Jurídicos no Brasil*. Brasília: Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB, 1997.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de & COSTA, Alexandre Bernardino. *Introdução*. In: MACHADO, Maria Salete Kern e SOUSA ,Nair Heloisa Bicalho de. *Ceilândia: Mapa da Cidadania. Em rede na defesa dos direitos humanos e na formação do novo profissional do direito*. Brasília: Faculdade de Direito da UnB/Secretaria de Estado de Direitos Humanos/MJ, 1998.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de & Costa, Alexandre Bernardino. *Introdução*. In: José Geraldo de Sousa Júnior e Alexandre Bernardino Costa (orgs.). *Direito à Memória e à Moradia. Realização de Direitos Humanos pelo Protagonismo Social da Comunidade do Acampamento da Telebrasilândia*. Brasília: Faculdade de Direito da UnB/Secretaria de Estado de Direitos Humanos-MJ, Brasília, 1998.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Movimentos Sociais e Práticas Instituintes de Direito: Perspectivas para a Pesquisa Sócio-Jurídica no Brasil*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito/STVDIA IVRIDICA 48/ COLLOQUIA – 6, Universidade de Coimbra, Conferências na Faculdade de Direito de Coimbra, 1999/2000.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Sociologia Jurídica: Condições Sociais e Possibilidades Teóricas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. El derecho hallado em la calle: tierra, trabajo, justicia y paz. *In*: RANGEL, Jesús Antonio de la Torre (coord.), *Pluralismo Jurídico. Teoría y Experiências*, Cenejus – Centro de Estudos Jurídicos y Sociales “Padre Enrique Gutiérrez”, San Luis Potosí, México, 2007.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Ideias para a cidadania e para a justiça*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor/Sindjus – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF, 2008.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; COSTA, Alexandre; MAIA FILHO, Bernardino & SAID, Mamede (orgs). *A Prática Jurídica na UnB. Reconhecer para Emancipar*. Brasília: Faculdade de Direito da UnB, 2007.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de; MOLINA, Mônica Castagna & TOURINHO NETO, Fernando da Costa. *Introdução Crítica ao Direito Agrário*. Série O Direito Achado na Rua, v. 3. Brasília/São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Entrevista à revista Getulio*. ano 2, n. 7. São Paulo: Direito GV, p. 22-31, 2008b.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Educação em Direitos Humanos: desafio às universidades. Brasília: *Revista Direitos Humanos*. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, n. 2, 2009 (junho).

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. Brasília, Capital da Cidadania. Brasília: *Revista Humanidades*. n. 56, Editora UnB, 2009 (dezembro).

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (org). *Da Universidade Necessária à Universidade Emancipatória*. Brasília, Editora UnB, 2012.

TELLES, Vera da Silva & PAOLI, Maria Célia. Direitos Sociais. Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Coleção Humanitas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

TELLES, Vera da Silva. *A Experiência do Autoritarismo e Práticas Instituintes*. São Paulo: mimeo, 1984.

- TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos. *In: DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90. Política e Sociedade no Brasil.* São Paulo: Braziliense, 1994.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais. Afinal do que se Trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa (3 vols.).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Tradicón, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Barcelona: Editorial Crítica, Grupo Editorial Grijalbo, 1989.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Le voix et le regard.* Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur.* Paris: Fayard, 1984.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue.* Campinas: Editora Unicamp, 1989.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade.* Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- TOURAINÉ, Alain. La Formation du Sujet. *In: Penser le Sujet. Autour d'Alain Touraine. Colloque de Cerisy.* Paris: Librairie Arthème Fayard, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje.* Petrópolis: Vozes, 2006.
- TOURAINÉ, Alain. 2007. *O Mundo das Mulheres.* Petrópolis: Vozes.
- TOURAINÉ, Alain. *Pensar Outramente. O discurso interpretativo dominante.* Petrópolis: 2009.
- VAZ, Pe. Henrique C. de Lima. Ética e Justiça: Filosofia do Agir Humano. *In: PINHEIRO, Pe. José Ernanne et. al. (orgs.). Ética, Justiça e Direito. Reflexões sobre a reforma do judiciário.* Petrópolis: CNBB/Editora Vozes, 1996.
- VERAS, Mariana Rodrigues. *Campo do Ensino Jurídico e Travessias para Mudança de Habitus: Desajustamentos e (Des)Construção do Personagem.* Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da UnB, Brasília, 2008.

VIEIRA, José Ribas. A Pesquisa do Direito no Brasil - Saídas? In: CORREAS, Oscar, *Sociologia Jurídica in América Latina*. Oñati Proceedings 6. Oñati: Oñati Internacional Institute for the Sociology of Law, 1991.

WARAT, Luis Alberto. *Manifesto do Surrealismo Jurídico*. São Paulo: Acadêmica, 1984.

WARAT, Luis Alberto. *Confissões Pedagógicas Diante da Crise do Ensino Jurídico in OAB Ensino Jurídico. Diagnóstico, Perspectivas e Propostas*. Brasília: Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB, 1992.

WARAT, Luis Alberto. *Epistemologia e Ensino do Direito. O sonho acabou*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WARAT, Luis Alberto. *Surfando na Pororoca. O Ofício do Mediador*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WARAT, Luis Alberto. *Territórios Desconhecidos. A Procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WARAT, Luis Alberto. s.d. A Condição Transmoderna: o Desencanto na Cultura Jurídica. *Revista Humanidades*. Editora Universidade de Brasília, vol. 9, nº 2 (32).

WARAT, Luis Alberto. s.d. *Bases y fundamentos para la implantación de la Misión Justicia Barrio Adentro como forma de reinclusión social*. Caracas: Mimeo.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.

WOLKMER, Antonio Carlos (org). *Fundamentos do Humanismo Jurídico no Ocidente*. Barueri/Florianópolis: Editora Manole/Fundação José Arthur Boiteux, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Ideologia, Estado e Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 1ª ed. São Paulo: Acadêmica, 1991.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Editora Acadêmica, 1995.

WOLKMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

Wolkmer, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 3ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico. Fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo Jurídico: nuevo marco emancipatorio en América Latina. In: JESÚS, Antonio de la Torre (org). *Pluralismo Jurídico. Teoría y Experiencias*. San Luis Potosí, México: Cenejus – Centro de Estudios Jurídicos y Sociales “Padre Enrique Gutiérrez”, 2007.

WOLKMER, Antonio Carlos. s.d. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma Nova Cultura do Direito*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.

Relações Entre a Universidade de Brasília e o Movimento Social Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do DF (GTPA)/ Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do DF – tensões e desafios de um longo e permanente caminho de lutas

Maria Luiza Pinho Pereira e Maria Madalena Tôrres

Uma breve apresentação

Ao longo de 23 anos (1989-2012), vem se construindo relações entre a Universidade de Brasília e o movimento social Grupo de Trabalho Pró-alfabetização de Jovens e Adultos (GTPA)/Fórum de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Distrito Federal (DF), germinadas com base na educação libertadora de Paulo Freire,¹ desde 1985, no contexto político da transição democrática do Brasil, da luta pela autonomia política do Distrito Federal, da segunda eleição para diretores de escolas públicas do DF e da primeira eleição de reitor da Universidade de Brasília.

Na tentativa de síntese expressiva das tensões de um longo e permanente caminho de luta, consideramos como principais fontes de consulta, todas disponíveis no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil acesso www.forumeja.org.br

1. Principais obras: Educação como prática da liberdade, RJ: Paz e Terra, 1967. Pedagogia do Oprimido. RJ: Paz e Terra, 1987. Pedagogia da Esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido. SP: Paz e Terra, 1992. Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa. SP: Paz e Terra, 1996. Mais informações: disponível em: www.forumeja.org.br/paulofreire. Acesso em: 01/11/12.

org.br, o texto orientador² da práxis do princípio da construção coletiva do conhecimento a serviço da transformação da sociedade brasileira; o artigo sobre extensão como espaço de formação de educadores de jovens e adultos³ apresentado no I Seminário Nacional de Formação de Educadores Jovens e Adultos-2006; o Relatório-síntese da luta pela EJA Trabalhadores (EJAT)⁴, elaborado coletivamente como documento subsidiador à participação de representantes do GTPA-FÓRUM EJA/DF no XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos-ENEJA, Belém – PA, ocorrido de 17 a 20 de setembro de 2009; o artigo de autoria coletiva sobre a formação de professores da EJA na educação popular, experiências e desafios no Distrito Federal e Entorno, que vai na direção de como pessoas que começam no movimento popular interagem com a universidade e se constituem acadêmicos sem perda de suas raízes, apresentado no III Seminário Nacional de Formação de Educadores Jovens e Adultos⁵; e o Infográfico 2012 do GTPA-FÓRUM EJA/DF⁶.

A origem do problema da EJA no DF tem sua referência no Relatório-síntese de 2009:

Construída como desafio, nas contradições estruturais de um capitalismo dependente, Brasília ergue-se no planalto central como a nova capital do Brasil pelas mãos de milhares de trabalhadores brasileiros não alfabetizados, procedentes na sua grande maioria do nordeste.

Desde 1963, a Universidade de Brasília, ousada como proposta universitária esteve presente nas tentativas de alfabetização de jovens e

2. Consulta popular. A construção coletiva, 1987. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 01/11/12.

3. ANGELIM, M.L.P. Extensão como espaço de formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: Formação de educadores de jovens e adultos, organizado por Leôncio Soares. — Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 01/11/12

4. Documento Relatório-síntese do GTPA-Fórum EJA/DF-2009. Disponível em: www.forumeja.org.br/df. Acesso em: 01/11/12

5. REIS, R.H. *et al.* Formação de educadores de jovens e adultos na educação Popular: experiências e desafios no Distrito Federal e Entorno. In: Anais:do III Seminário Nacional de Formação de Educadores de EJA, Porto Alegre,2010. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 01/11/12.

6. Anexo ao texto. Disponível em: www.forumeja.org.br/df. Acesso em: 01/11/12.

adultos no Distrito Federal, quando Paulo Freire pessoalmente conduziu as atividades de formação e supervisão dos Círculos de Cultura com a participação de estudantes e moradores da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante e Candangolândia), do Gama e de Sobradinho, contribuindo diretamente para a institucionalização do Plano Nacional de Alfabetização em fevereiro de 1964, sob sua coordenação. O golpe militar de março de 1964 extinguiu a iniciativa institucional do governo João Goulart, proibindo a prática do “método” de alfabetização de adultos ao perseguir e prender brasileiros como o próprio Paulo Freire, que se exilou, retornando ao Brasil por força do movimento pela anistia política, em junho de 1979.

E prossegue o histórico:

A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF criada pelo regime militar (Lei 5.379/67) demonstrou-se ineficaz e muito contribuiu para aumentar o descrédito das pessoas não alfabetizadas em relação à ação alfabetizadora no DF. Importante é registrar que a ação de Alfabetização de Jovens e Adultos do GDF pela Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDEF, iniciou-se, somente, em 1990 com a extinção da Fundação Educar (antigo MOBRAF), observando-se a experiência anterior localizada em Ceilândia (1985/86 Escola Normal) e no Paranoá (1986/87), ambas com participação da Universidade de Brasília.

O mesmo documento sistematiza os períodos históricos ao longo do processo:

Registramos nossa história em permanente movimento, nestes vinte e três anos de luta em prol da Educação libertadora de Jovens e Adultos Trabalhadores no DF, num esforço preliminar de síntese, compreendendo os seguintes períodos, marcados por diferentes conjunturas políticas: Antecedentes históricos (1985/1989); CONSTITUIÇÃO DO GTPA/DF: 20/10/89 - 23 anos de luta; Participação no AIA/90 e Luta na elaboração da Lei Orgânica do DF -1989 a 1994; Experiência de luta no governo democrático popular do DF - 1995 a 1998; Progressiva luta pela Educação Básica de EJA com integração no movimento nacional dos

Fóruns estaduais de EJA - 1999 a 2002; Efetiva participação no movimento nacional dos Fóruns estaduais e regionais de EJA e contribuição na construção do ambiente interativo virtual (Portal) com impacto na VI CONFINTEA (2003 a 2009); Participação no Conselho Comunitário da UnB, na CNAEJA com intensificação da pesquisa, ensino e extensão na UnB (2010 a 2012), (acesso 01.12.12 www.forumeja.org.br).

A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT) é o problema estrutural da sociedade, que nos une

Essa união se dá no contexto do entendimento de um país capitalista, que, da maneira em que se constitui, produz essa população, esse segmento, essa classe de trabalhadores que na verdade não exerceu, em tempo próprio, seu direito à educação básica. Na LDB 9.394/96, ocorreu uma conquista parcial do direito à Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino, a partir dos 15 anos completos. Esta definição traz em si uma questão política da luta dos movimentos sociais pela educação pública, laica e de qualidade, que já propunham, no contexto da elaboração da Constituição Federal/1988 e da LDB 9.394/96, a definição de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores (EJAT), como reconhecimento do mundo do trabalho no qual o recorte da faixa etária seria de 18 anos. Nesse sentido, os adolescentes de 15 a 17 anos respaldados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mantêm-se estudando com os seus pares na educação básica em condições de convivência e de enfrentamento da realidade de desenvolvimento desse ciclo da vital.

Em termos numéricos, no Brasil contamos 57 milhões de brasileiros de 15 anos ou mais com o ensino fundamental incompleto (IBGE, 2010), praticamente um terço da população, com uma oferta de menos de 10% de matrículas em EJA.

No Distrito Federal, esse problema nasce com a construção de Brasília. Os operários da construção civil que para cá vieram, exatamente nesta condição, grande parte de nordestinos, mineiros e goianos, “expulsos” da terra pela ausência da reforma agrária, em busca do sonho brasiliense, mantiveram-se empregados para o sustento da família, mas sem oportunidade de

estudo. No Distrito Federal, não é muito raro, encontrar famílias cujos pais não alfabetizados ou de baixa escolaridade convivem com filhos graduados ou mesmo pós-graduados. Dados da PDAD DF/2011 CODEPLAN informam 844.623 pessoas com ensino fundamental incompleto, ou seja, 33% da população, das quais 94.958 se declararam analfabetos; os que dizem saber ler e escrever e na fase de alfabetização de adultos, correspondem a 3,71%.

Estudantes de mestrado em Educação se desafiam na Alfabetização de Jovens e Adultos fundamentados em Paulo Freire

No contexto da transição democrática em 1985, estudantes de mestrado da Faculdade de Educação da UnB, a partir de uma greve pela eleição do reitor, tiveram a atitude de estar juntos, pensando o seu próprio mestrado. Isso permitiu criar laços por interesses comuns e, na medida em que assumiram uma identidade com a perspectiva mais emancipatória e mais freireana, se propuseram a colaborar com o Complexo “A” de Ceilândia Sul⁷ que, na verdade, tinha realizado a segunda eleição para diretores de escolas públicas do Distrito Federal, uma vez que a primeira escola pública, na década de 1960, já havia realizado eleição para diretor.

Mestrando em Educação na UnB e diretor eleito do referido Complexo, Erasto Fortes Mendonça convocou a comunidade para saber suas demandas, comparecendo pais, mães, estudantes, professores, auxiliares escolares, delegado de polícia, trabalhadores, líderes comunitários, sindicalistas, voluntários e religiosos que elegeram a alfabetização de jovens e adultos como uma das suas prioridades. Além disso, indicaram que não queriam a alfabetização do MOBRAL, mas que a base do trabalho fosse Paulo Freire. A comunidade assim reivindicava por compreender que o “método” utilizado pelo MOBRAL, no período da ditadura, desqualificou Paulo Freire, visto que as pessoas diziam: “se for o método do tijolo, não vá porque você não vai aprender nada”. Isto impediu, inclusive, ao grupo que iniciou a alfabetização em 1985, em Ceilândia, de usar essa palavra geradora.

Foi nessa conjuntura, com a comunidade consultada e decisão coletiva, que se deu a primeira experiência dos alunos de Escola Normal com estágio

7. Instância administrativa responsável por um conjunto de unidades escolares.

em alfabetização de jovens e adultos, porque, até então, a Escola Normal só lidava com crianças da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental como escola experimental. Então, nesse primeiro momento desenvolveu-se essa experiência com o Círculo de Cultura. Assim, todos aprenderam, alguns com experiências anteriores e outros aprendendo no exercício presencial.

Os mestrandos envolvidos como precursores nesse projeto eram o professor Renato Hilário dos Reis, a professora Laura Maria Coutinho, a professora Ana Maria Jacobino e a professora Maria Luiza Pereira Angelim. Os quatro desencadearam um processo que foi interrompido em 1986, na crise política da tentativa do governo federal de implantar o programa “Tudo pelo social”, que consistia na distribuição de comida, do tipo “ração”, para a família dos estudantes, daí o nome “Projeto irmãozinho”. As escolas mais politizadas de Ceilândia recusaram-se com intensa mobilização da comunidade escolar e receberam como resposta a demissão de diretores, inclusive por telefone. Neste conflito demonstrou-se a força da proposta emancipatória com a sua continuidade assumida pela comunidade com apoio da UnB.

Crise política - JEBAM assume a continuidade da alfabetização de jovens e adultos

Em 1986, quando o professor Erasto Fortes Mendonça deixou a direção do Complexo “A” de Ceilândia, localizado no espaço da Escola Normal, jovens integrantes do Grupo JEBAM – Jovens em Busca de Algo Mais – assumem o trabalho de alfabetização, graças a uma normalista, alfabetizadora que também fazia parte desse grupo de jovens.

Os padres da igreja onde militava o grupo JEBAM eram bem conservadores, pois quando se falou do trabalho com Paulo Freire, as portas se fecharam, era o período de redemocratização do país e ainda se vivia em meio aos resquícios militares. Por sorte, nesse período, uma das participantes do grupo havia deixado o convento e tinha as chaves do salão paroquial e de algumas salas da igreja, enfim, fez cópias e como os padres, no final da tarde iam para suas casas, o grupo entrava com os alfabetizandos para as salas da Paróquia Nossa Senhora da Glória/Ceilândia Sul-DF e alfabetizavam. Também não

se podia guardar o material na igreja. Assim, todo material era guardado debaixo da cama dos jovens recém-casados membros do JEBAM, cuja casa passou a ser a sede das reuniões pedagógicas, de avaliação do trabalho que, muitas vezes, ocorriam aos sábados e, algumas vezes, aos domingos.

A primeira entrega de certificados no espaço da Paróquia de Nossa Senhora da Glória aconteceu na presença dos padres que ficaram admirados de ver tantos fiéis alfabetizados, questionando onde ocorreu o projeto. Os jovens rebeldes comunicaram a eles que o “esconderijo” era na própria paróquia. E, a partir daí, deixaram como estava, ninguém mais implicou com o grupo, mas na cabeça dos padres era uma confusão entre Paulo Freire⁸, Gilberto Freyre⁹ e Roberto Freire¹⁰. Para eles, todos eram da mesma família, “comunistas, farinha do mesmo saco”.

Em 1987, o trabalho de alfabetização ganhou expansão na Ceilândia com turmas nas áreas norte e sul e com apoio do Decanato de Extensão (DEX) deixou de ocupar pequeno espaço do prédio público “Quarentão” do GDF para ocupar o primeiro prédio da UnB, em Ceilândia. Quanto aos mestrandos, alguns estão aposentados, como professores da UnB, mas continuam com o compromisso social na assessoria político-pedagógica ao trabalho da educação popular.

Concomitantemente, o DEX da UnB atendeu à demanda do movimento popular do Paranoá representado pelo Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá-CEDEP¹¹ com mais iniciativas acadêmicas ao implantar o Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, parceria fundante do Grupo de Pesquisa-Ensino-Extensão em Educação Popular (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) e estudos filosóficos e histórico-culturais – GENPEX¹².

8. Pernambucano (1921-1997), bacharel em direito, patrono da educação brasileira, Lei 12.612, de 2012.

9. Pernambucano (1900-1987), sociólogo, autor da obra “Casa grande e senzala”; colega de estudos de pós-graduação de Anísio Teixeira, baiano, bacharel em direito (1900-1971) nos EUA, quando Monteiro Lobato, paulista, bacharel em direito (1882-1948) era Adido comercial do Brasil.

10. Pernambucano (1942), bacharel em direito e deputado federal pelo PMDB, Partido Comunista Brasileiro-PCB, fundador do Partido Popular Socialista-PPS.

11. Disponível em: www.cedep.org.br. Acesso em: 01/11/12.

12. REIS, R. H. A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. Acesso 01.11.12. <http://www.fe.unb.br/pesquisa/grupos/genpex>.

1988 – UnB coordena projeto de alfabetização de jovens e adultos com parcerias

Em 1988, mantendo a parceria com a Fundação Rondon, a Universidade de Brasília / DEX firmou um significativo Convênio com a Fundação Educar, resultando na mobilização de jovens estudantes como alfabetizadores em Ceilândia que ao final do projeto alfabetizaram 1.182 pessoas e organizaram-se na conquista da remuneração atrasada. Nesse mesmo ano, a UnB/DEX promoveu um Seminário para Troca de Experiências de Educação de Adultos (15/16 - setembro), destacando a Experiência da Baixada Fluminense (prêmio UNESCO - 1986), Ceilândia e Paranoá no DF, Luziânia, Novo Gama e Pedregal em Goiás.

Ainda em 1988, jovens comprometidos com a alfabetização de jovens e adultos e estimulados por professores e assistentes sociais criam o Centro de Educação, Pesquisa, Alfabetização e Cultura de Sobradinho - CEPACS. Por sua vez, jovens do Serviço Nacional de Justiça e Não-Violência – SERPAJ/Brasil –, Núcleo do Gama em contato com a experiência de Ceilândia desde 1987, iniciaram a alfabetização de jovens e adultos, embrião do Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC – do Gama e do SERPAJ – Pedregal/Novo Gama/ Luziânia/GO –, posteriormente SERPAJUS no Novo Gama/GO, onde a partir de 2012 se realiza o FORMANCIPA¹³.

Oriundo do Núcleo de Alfabetização de Adultos (1985), em 2 de setembro de 1989, foi fundado o Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia/DF- CEPAFRE.

Constituição do GTPA - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno - 20 de outubro de 1989

O GTPA/DF criado basicamente por iniciativa do movimento popular da Universidade de Brasília e da Fundação Educacional do governo do DF representa um espaço político organizado em rede da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas,

13. Programa de Ação Contínua de Extensão da FE/UnB – Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior (FORMANCIPA) - coordenado pelo Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses. Disponível em: www.formancipa.blogspot.com.br . Acesso em: 01/11/12.

movimentos, grupos, ONGs e a vários segmentos dos poderes: executivo, legislativo, judiciário, do movimento popular; dos sindicatos; dos grupos; das associações; das organizações estudantis, das entidades religiosas, de voluntários e outros. Nesse sentido, quem observar o infográfico do GTPA/DF perceberá que alguns grupos já não estão mais nessa caminhada, mas permanecem no infográfico para não perder a memória jamais de quem esteve um dia na luta pela EJAT.

Em 1990, a grande motivação do GTPA/DF girou em torno do Ano Internacional da Alfabetização (AIA-90), tendo, inclusive, um dos seus membros como observador na comissão organizadora desse grande evento político-pedagógico. Esses acontecimentos foram e continuam sendo fundamentais para motivar o movimento social de educação, sustentando seus sonhos e, de certa maneira, suas realizações, por isso é imprescindível que aconteçam seminários e encontros locais, regionais e nacionais, a fim de fortalecer o debate daqueles que entram e permanecem na luta.

Dessa maneira, o AIA-90 teve o empenho pessoal de Paulo Freire em São Paulo, à frente da Secretaria Municipal de Educação do Governo Luíza Erundina (1989 e 1993). A delegação do GTPA/DF se fez representada pelos diversos segmentos que o compunham.

Em julho de 1992, o GTPA/DF participou intensamente da elaboração, da mobilização e do envio de duas Emendas populares apresentadas pelo Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE –, Centro Popular de Educação e Cultura do Gama - CPEC – e Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do DF – SAE –, com duas mil assinaturas (2000), incluindo registros digitais de pessoas não alfabetizadas, e com apoio de Deputados Distritais do PT, PC do B, PPS, PDT, sendo elas substitutivas do Art. 236 e aditiva, no Título VIII das Disposições Transitórias, aprovadas na Lei Orgânica do Distrito Federal¹⁴ e promulgada em 8 de junho de 1993, nos termos a seguir:

Art. 225. O Poder Público proverá atendimento a jovens e adultos, principalmente trabalhadores, em ensino noturno de nível fundamental e

14. CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL. Lei Orgânica do Distrito Federal, 08/06/1993.

médio, mediante oferta de cursos regulares e supletivos, de modo a compatibilizar educação e trabalho.

Parágrafo único. Cabe ao Poder Público implantar programa permanente de alfabetização de adultos articulado com os demais programas dirigidos a este segmento, observada a obrigatoriedade de ação das unidades escolares em sua área de influência, em cooperação com os movimentos sociais organizados.

Das disposições transitórias - artigo 45, incisos de I a V: Determina que o Poder Público do Distrito Federal promova formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos, reconheça como aproveitamento de estudos as atividades de alfabetização de alunos de ensino médio, envide esforços para a erradicação do analfabetismo entre os servidores públicos do DF, incluindo a destinação de duas horas de suas jornadas de trabalho para esse fim e assegure nos meios de comunicação social pertencentes ao DF trinta minutos semanais para veiculação de mensagens de apoio ao programa de erradicação do analfabetismo no DF.

Em dezembro deste mesmo ano, os educadores populares do GTPA/DF participaram da cerimônia em homenagem a Paulo Freire pelo Prêmio Andrés Bello, concedido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por solicitação da UnB.

De 1995 a 1998 a experiência de luta se deu junto ao governo democrático popular

O governo democrático popular foi constituído por uma Frente de partidos progressistas com base em movimentos sindicais e populares, tendo como governador o professor Cristovam Buarque – do PT – que, anteriormente, havia sido reitor da UnB. Com a Lei Orgânica sendo colocada em prática, surgiram novos atores como o Centro de Alfabetização do Recanto das Emas – CAREMAS –, Grupo de Alfabetizadores de Brazlândia – GAB –, Centro de Educação Popular de São Sebastião – CEPS –, Centro de Educação Popular de Samambaia – CEPS –, Núcleo de Alfabetização de Jovens e Adultos de Santa Maria – NAJA. Além desses grupos, vários outros grupos foram se

constituindo como grupos organizados em torno da alfabetização de jovens e adultos, dentro do GTPA-DF. Para além do Distrito Federal, essa experiência expandiu para Cáceres, Dourados, Ponta-Porã em MT; Nova Olinda, Araguaína em TO; Goiás Velho (antiga capital de Goiás) e Goiânia em GO.

Em 1996, aconteceram alguns fatos determinantes na Alfabetização de Jovens e Adultos, como a vinda de Paulo Freire à Ceilândia. Era o segundo ano do governo democrático popular e, com articulação do GTPA/DF, o CEPAFRE e a Regional de Ensino de Ceilândia com muitas de suas escolas iriam formar o Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos. Na parceria entre a Secretaria de Educação e o GTPA/DF, Paulo Freire veio à Ceilândia, num espaço denominado “Quarentão”, sendo, hoje, um restaurante comunitário. Foi o maior evento de educação realizado na cidade, pois foram colocadas mais de duas mil cadeiras, com telão para o pátio e, mesmo assim, ainda havia pessoas de pé, atentas às palavras do mestre Paulo Freire.

Com o incentivo de Paulo Freire, um censo parcial foi realizado e mais de 6 mil pessoas não alfabetizadas foram encontradas em apenas um final de semana. Participaram desse acontecimento educadores populares, professores, alunos de ensino fundamental e médio e líderes dos movimentos sociais da Ceilândia.

No GTPA/DF, as estratégias de luta sempre foram muito bem definidas, face à correlação de forças da conjuntura política, ora se reivindica no Poder Legislativo, ora no Poder Executivo, no Judiciário ou com foco no fortalecimento do Movimento Social.

Na atuação por dentro do governo do DF (1995 a 1998), o GTPA/DF contribuiu fundamentalmente na criação das políticas públicas, como: o GTALFA – Grupo de Trabalho de Alfabetização para servidores públicos do GDF –, a fim de executar o PROALFA – Programa de Alfabetização – no âmbito do GDF; publica a Portaria nº. 74 de 17 de maio do Secretário de Educação designando servidores públicos titulares e suplentes; aprova as Normas de Organização e Funcionamento do GTALFA; o Decreto nº. 17.505, de 10 de julho, regulamenta a Lei 1008/96; a Portaria nº 109, de 29 de julho, do Secretário de Educação normatiza o Decreto nº. 17.505/96.

2002 – GTPA/DF integra-se ao movimento nacional dos fóruns como GTPA-Fórum EJA/DF

Em 2002, algumas ações levaram o GTPA/DF a se organizar para as discussões regionais e nacionais, uma vez que a professora Maria Margarida Machado – então coordenadora do Fórum EJA de Goiás e participante ativa do GTPA/DF quando residente no DF, após análises, debates e propostas de ação alfabetizadora, frente ao cenário político local, regional e nacional, em plenária, com 51 participantes – decidiu credenciar o GTPA/DF como Fórum legítimo de Educação Básica de Jovens e Adultos do Distrito Federal, junto aos demais 18 Fóruns Estaduais já criados, com o objetivo de, efetivamente, integrar-se à luta regional e nacional. Portanto, a partir de 2002, o movimento social pela continuidade da EJA absorve e amplia o GTPA/DF como FÓRUM EJA/DF, mantendo-se a referência GTPA/DF por sua história de luta de 13 anos no DF e Entorno. Esta integração efetivou-se, em 2003, no 3º Encontro Nacional de MOVA's, de 10 a 12/agosto, em Goiânia-GO e no V Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA –, de 3 a 5/setembro, em Cuiabá-MT.

Em 2003, começa o governo de coalizão, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva – PT, e acontece que o Ministério da Educação, pela primeira vez, criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, a fim de pensar políticas de alfabetização de jovens e adultos, cujo secretário era o Professor João Luiz Homem de Carvalho, ex-secretário de agricultura do governo democrático popular do DF (1995-1998), cujo ex-governador Cristovam Buarque, naquele momento, era Ministro da Educação. No GTPA-Fórum EJA/DF é necessário fazer essa leitura política, sempre, para marcar a memória da “peleja” que é a EJA. Neste contexto, o grupo convidou o prof. João Luiz para uma conversa sobre a alfabetização de jovens e adultos e numa grande roda de organizações e militantes, foram traçadas novas políticas para alfabetização de jovens e adultos no Programa Brasil Alfabetizado – PBA.

Nesse reencontro, as entidades populares e movimentos sociais integrantes ao GTPA-Fórum EJA/DF fizeram um projeto ousado com o MEC/FNDE que repassou recursos para o CEPAFRE. Nessas condições, o CEPAFRE e as demais entidades, alfabetizaram jovens e adultos em todo DF.

2005 – GTPA-Fórum EJA/DF coordena o 5º Encontro Nacional do MOVA - Brasil e o VII ENEJA – criação do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil

Ano de intensa mobilização e afirmação construtiva nacional do GTPA-Fórum EJA/DF eleito nos eventos anteriores para coordenação local com a colaboração de todos os representantes estaduais para realização do 5º Encontro Nacional do MOVA-Brasil e do VII ENEJA, quando, também, foi criado e aprovado em plenária final, o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil www.forumeja.unb.br, em seguida mudado para “org.br”.

Em 2005, pela relevância do trabalho de alfabetização, o CEPAFRE-Ceilândia/DF recebeu o prêmio Medalha Paulo Freire, e no ano seguinte, o CEDEP – Paranoá/DF recebeu o mesmo prêmio. Sem dúvida que, sem a assessoria político-pedagógica dos professores da Universidade de Brasília e todas as discussões que o GTPA-Fórum EJA/DF veio acumulando nas ações em prol da EJAT, esses prêmios de reconhecimento do trabalho dificilmente viriam. Hoje, essas entidades populares continuam firmemente realizando formação de educadores populares em suas cidades e adjacências.

Nesse sentido, raramente se verá organizações de educação popular criadas no seio do movimento social, integrantes do mesmo fórum ganharem, por dois anos seguidos, prêmios tão importantes para a educação popular.

E em 2007, o GTPA-Fórum EJA/DF se colocou, também, em parceria, para organizar o diagnóstico da alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal, a fim de compor o documento base nacional da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, promovida pela UNESCO, indicando dois representantes para participarem das oficinas do Ministério da Educação. Uma delegação significativa do GTPA-Fórum EJA/DF participou dessa Conferência, em Belém-PA, de 1º a 4/12/09.

Em 2009, a representante do GTPA-Fórum EJA/DF foi eleita pelos demais como membro representante dos Fóruns de EJA do Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e EJA-CNAEJA do MEC, criada em 2003 como Comissão Nacional de Alfabetização-CNA e ampliada para EJA, em 2004.

2010-2012 – Participação no Conselho Comunitário da UnB, na CNAEJA, intensificação da pesquisa-ensino-extensão na UnB, Regionalização dos Fóruns e participação na gestão do governo distrital

Com a consolidação das discussões regionais e nacionais, o GTPA – Fórum EJA/DF teve uma representação de 40 delegados no II EREJA-CO, ocorrido de 8 a 10 de novembro de 2012, em Goiânia/GO, com o objetivo de discutir propostas de EJAT para o Centro-Oeste e os encaminhamentos da CONAE-2014 das conferências municipal, distrital, estadual e nacional de educação.

Além da participação marcante da delegação do GTPA-Fórum EJA/DF no XII ENEJA, em Salvador, a equipe do Portal contribuiu com a primeira transmissão *online* em tempo real com gravação de um encontro nacional, uma vez que já havia procedido dessa forma, no I EREJA-Centro-Oeste e I EREJA-Sul.

Anualmente e mais recentemente, de dois em dois anos, ocorre também o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos-ENEJA e, em todos esses encontros, distrital, estaduais, regionais e nacionais, membros desse fórum têm estado presentes. Esses são momentos privilegiados de reflexão que não podem e não devem parar, pois são impulsionadores dos avanços no movimento pela EJAT.

De 2011 a 2012, já no governo de coalizão do governador Agnelo Queiroz-PT, o GTPA-Fórum EJA/DF participou muito ativamente, apresentando propostas para EJAT no DF. No processo de transição foi entregue o documento do XX Encontro de EJA do DF resultado das discussões do encontro anual. O GTPA-Fórum EJA/DF indicou parte da equipe para a Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, assim como contribuiu junto à equipe da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAPE – na formação dos educadores que atuaram no “Programa DF Alfabetizado-Juntos por uma nova história”, a fim de garantir os princípios freireanos na formação oferecida aos alfabetizadores do DF, bem como participação efetiva no recém-criado Fórum Distrital de Educação.

Na linha de formação, a reivindicação que o GTPA-Fórum EJA/DF vem fazendo à Universidade de Brasília é o mestrado coletivo para os professores e profissionais da educação de jovens e adultos trabalhadores e, no mínimo, curso de extensão para os educadores populares, visto que é preciso prepará-los cada vez mais, para lidarem com os alfabetizandos, na fase primeira e despertá-los para a necessidade de continuidade de seus estudos.

Muitas vezes quando a universidade pensa a formação de professores, tudo é voltado ao público da escola pública, mas há uma grande demanda pela formação de boa qualidade por parte dos educadores populares, pois geralmente são eles que organizam e impulsionam o público da EJAT, para segmentos subsequentes.

Enfim, nesse longo caminho que o GTPA-Fórum EJA/DF vem trilhando e ainda terá que trilhar, talvez sua maior contribuição tenha sido pensar a construção coletiva, porque esse jeito de fazer é um exercício de cada dia. Nem os delegados aos encontros dos Fóruns de EJA são indicados na própria reunião de discussão, visto que, a recomendação é clara, todos devem discutir objetivos e nomes nos grupos de base de suas cidades, só depois os nomes são referendados pelo coletivo maior. Assim, virtudes como a responsabilidade e a cumplicidade estão presentes nas ações do movimento. E, é também nessa lógica, que GTPA – Fórum EJA/DF – comemorou seus 23 anos de luta, no dia 20 de outubro de 2012.

Ao longo desses anos, construiu-se uma relação de complementaridade exercida sob o princípio da autonomia política de uma realidade em permanente movimento, tensionada pelos interesses públicos e privados, na qual é difícil ao GTPA – Fórum EJA/DF, como movimento social, se pensar historicamente sem a presença da UnB e esta sem a presença do GTPA – Fórum EJA/DF. Esta complementaridade, que permite participar de desafios e fecundar possibilidades de mudança, consubstancia-se na participação orgânica do GTPA-Fórum EJA/DF no Conselho Comunitário e, por consequência de representação, no Conselho Universitário da UnB-CONSUNI, desde 2010.

Para melhor compreensão, a primeira questão mais conceitual é que o movimento social desencadeou-se no enfrentamento do problema da alfabetização de jovens e adultos no DF, que não deixou de ser ainda motivo de

luta política emancipatória necessária em nosso país. Entretanto, ao longo desse processo se deu, de fato, uma ampliação para o entendimento da alfabetização integrada à EJA, como modalidade de ensino conquistada nos limites da conjuntura política da LDB 9.394/96 e, para além dela, retomou-se o eixo da luta pela identidade da EJAT com princípios inseridos, de forma solidária e libertadora no mundo do trabalho, organizados politicamente na construção de uma nova sociedade, em oposição à simples empregabilidade reprodutora do mercado de trabalho explorador e competitivo. Na EJAT, conjuga-se dialeticamente a construção coletiva na luta popular, sindical, estudantil, partidária e em outras formas de organização por autogestão como a economia popular solidária¹⁵, que desafia sua própria viabilidade nessa prática emergente com 81 bancos comunitários no Brasil¹⁶, cooperativas e empresas autogestionadas.

Também na EJAT, busca-se a efetiva participação na gestão social para formulação e controle social de uma política pública de Estado com representação em conselhos, fóruns, comissões, conferências e audiências públicas, juntamente, com o esforço de representação no poder legislativo federal, estadual, distrital e municipal.

Com estas possibilidades, a questão da educação profissional, assumida dentro de uma compreensão do currículo integrado, implica na indissociabilidade de pesquisa-ensino-extensão nas universidades públicas, inclusive a UnB. Esse é o grande desafio político-pedagógico da EJAT, para consolidar como eixo o mundo do trabalho. Eixo integrador da EJAT que supõe incorporar as diferentes territorialidades nas conexões da educação da cidade e do campo, expressas na complexa diversidade exposta pelos crescentes movimentos sociais de indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, camponeses, trabalhadores rurais, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta, trabalhadores urbanos, cooperativados, mulheres, pessoas com necessidades educativas especiais, LBG, pessoas privadas de liberdade, entre outros. Hoje, os mo-

15. CARBONARI, P.C. Economia Popular Solidária: possibilidades e limites, 1999. Disponível em: www.ifil.org/racs/biblioteca/Carbonari.htm. Acesso em: 01/11/12.

16. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbese.org.br/>. Acesso em: 01/11/12; Rede de Bancos comunitários. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>, <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/12/13/brasil-ja-tem-81-bancos-comunitarios>. Acesso em :01/11/12.

vimentos sociais pela diversidade, no esforço de afirmação das identidades e das diferenças, começam a reconhecer as desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista como um ponto comum da luta que vai em direção dos interesses da classe trabalhadora pela construção coletiva solidária de uma sociedade socialista. Trata-se de uma questão tensionada no movimento social do GTPA – Fórum EJA/DF e demais Fóruns do Brasil, porque é um movimento aberto às várias tendências e possibilidades políticas, mas, é dentro desse campo que se caracteriza a luta atual da EJAT.

Para o movimento social do GTPA – Fórum EJA/DF como espaço político de exercício de autonomia, o infográfico, anexo, representa a teia ou rede de relações construídas (apelidada de “aranha”) da sociedade civil organizada nas suas diferentes formas, pressionando de cima para baixo os poderes: executivo (UnB no Ministério da Educação como serviço público federal), legislativo e judiciário. Tratando-se do DF como capital do país, as relações com embaixadas realizam-se como parcerias de cooperação e de intercâmbio, sobretudo, com países da África pela CPLP¹⁷ e América Latina pela OEI¹⁸.

Nesta tentativa de síntese das relações construídas entre a UnB e o movimento social GTPA – Fórum EJA/DF, mantendo a indissociabilidade da pesquisa-ensino-extensão é possível destacar contribuições identificadas em cada uma destas finalidades acadêmicas com intenso diálogo com o GTPA – Fórum EJA/DF, focando a EJAT e envolvendo quatro grupos de pesquisa CNPq Lattes¹⁹.

Na pesquisa, em 1985, os quatro mestrados de educação, com base empírica na experiência de alfabetização de jovens e adultos na Escola Normal de Ceilândia, assumiram a aplicação da metodologia observacional

17. Comissão dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Disponível em: www.cplp.org. Acesso em: 01/ 11/ 12.

18. Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Disponível em: www.oei.org.br. Acesso em 01/ 11/ 12.

19. ATEAD-Aprendizagem, Tecnologia e educação a distância - Coord. Profa. Dra. Laura Maria Coutinho; GENPEX-Grupo de Pesquisa-Ensino-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais - Coord. Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis; Projeja-Transiarte: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional em Brasília - Coord. Prof. Dr. Lúcio França Teles; NEPET - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Trabalho - Coord. Profa. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho

de base etológica, desenvolvida originariamente na zoologia, seguida pela psicologia, contribuindo para a análise da dinâmica interativa geradora do ato de descoberta no círculo de cultura, baseado na educação libertadora de Paulo Freire, usando pela primeira vez o registro audiovisual em videoteipe na educação. Evidenciou-se a compreensão do fenômeno interativo que se passa no círculo de cultura na perspectiva de educação política, pois, permitiu o recorte em episódios com a transcrição de imagens e sons, identificação dos sujeitos de saberes envolvidos no fluxograma da interatividade, intervenção direta no processo da descoberta, medida de duração do tempo e ocorrência do extracampo.

Fruto de duas dissertações de mestrado²⁰, em 1988, também foi produzido um vídeo²¹ em linguagem de documentário utilizado até hoje na mobilização e no processo formativo de educadores populares e professores. Criou-se uma cultura político-tecnológica de registro fotográfico, áudio e audiovisual nas ações do GTPA – Fórum EJA/DF que contribuiu para a iniciativa, entre outras, do uso apropriado de filmes no processo de alfabetização e a criação do Cine Popular, em Ceilândia, objeto de pesquisa de uma educadora popular e mestre pela UnB, em 2005²². A inserção de linguagens tecnológicas na educação libertadora retoma o pioneirismo de Paulo Freire, em 1963, quando fez uso de projeção de imagens fixas coloridas no processo de alfabetização de jovens e adultos²³.

Outra contribuição na pesquisa, decorrente da adoção do referencial freireano da pedagogia do oprimido ou da educação libertadora, reconhecido como transdisciplinar, é a prática da metodologia da pesquisa-ação existencial de René Barbier com as referências precedentes de Paulo Freire (1971-Tanzânia) e, mais recentemente, Michel Thiollent e Carlos Brandão²⁴,

20. COUTINHO, L. M. Ver e rever educação. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB, 1988. ANGELIM, M.L.P. Educar é descobrir – um estudo observacional exploratório. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB, 1988.

21. Educar é descobrir -26 min. Março/1986. Direção: Laura Maria Coutinho. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 01/11/12.

22. TÓRRES, M. M. O cinema – *a língua escrita da realidade* – na alfabetização de jovens e adultos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB, 2005.

23. Curiosamente chamado à época de “cineminha da favela”.

24. ANGELIM, M. L. P.; BRUZZI, R.; REIS, R. H. Cap. 5 - Implicações da Pesquisa-ação no Projea. In: TELES, L.; REIS, R. H.; CASTIONI, R. (orgs.) Projea-Transarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. Brasília: Verbena, 2012. (p.94-110) e-book e pdf. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/node/2482>. Acesso em: 01/12/12.

acrescida do espaço de construção coletiva do conhecimento em ambiente virtual. E, seguindo o mesmo referencial freireano, desenvolve-se a metodologia do Estudo do Meio, baseada na contribuição do geógrafo Milton Santos²⁵, acrescida das possibilidades do ambiente virtual interativo multimídia com significativos resultados na informação, comunicação, mobilização, formação e organização política dos segmentos organizados por cidades participantes do GTPA-Fórum EJA/DF.

E, por fim, desde 1998, desenvolve-se e intensifica-se na Faculdade de Educação a pesquisa das possibilidades do ambiente virtual interativo multimídia a serviço do movimento social dos Fóruns de EJA do Brasil, a partir do GTPA-Fórum EJA/DF, consubstanciada na criação da página www.gtpadf.unb.br em 2005, seguida da criação do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil www.forumeja.unb.br aprovada na plenária do VII Encontro Nacional de EJA-ENEJA, em setembro/2005, em Brasília, com suporte tecnológico do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia do Conhecimento - CDTC/UnB e apoio do MEC/SECAD. Este Portal mudado para o domínio org.br, por coerência política, resulta da adesão aos movimentos sociais de software livre e de acesso aberto, constituindo-se como espaço formativo permanente, integrando as dimensões política, tecnológica e pedagógica na apropriação criativa e desenvolvimento pelos participantes do GTPA-Fórum EJA/DF e demais Fóruns de EJA. O Portal como campo de pesquisa-ação tem se desafiado na construção do conceito do real como a inter-relação do vivencial (físico vivido) e do virtual e, mais recentemente, com o conceito de telepresença nas experiências de transmissão *online* em tempo real de plenárias deliberativas de encontros, nos quais os delegados eleitos pelo coletivo são assistidos pelos representados, estes com comentários via *livestream*, num exercício de transparência democrática fundamental em movimento social.

A produção coletiva de conhecimento multimídia dos Fóruns de EJA constitui a maior parte do acervo do Portal, no qual o GTPA – Fórum EJA/DF tem progressivamente exposto sua dinâmica política, sendo referência para outros Fóruns. Importante registrar que parte deste acervo, reconhe-

25. FERNANDES, M. L. B. & COSTA, T. S. O. O Estudo do meio e a Educação de Jovens e Adultos. Texto apresentado ao Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Goiânia, 2011.

cido institucionalmente pela UNESCO, constitui o registro em áudiovisual, incluindo produção de entrevistas com participantes estrangeiros e coordenação da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA²⁶ – realizada pela primeira vez no hemisfério sul, de 1º a 4/12/ 2009, em Belém-PA.

Mantendo e aperfeiçoando a metodologia da pesquisa-ação, envolvendo o ambiente virtual interativo multimídia, a EJAT constitui o foco de dois significativos programas na Faculdade de Educação da UnB: o PROEJA-Transiarte²⁷ e o Centro de Memória Viva DF²⁸.

Já é expressiva a produção de pesquisa acadêmica de graduandos, pós-graduandos especialistas, mestrands e doutorandos com foco na EJAT, em particular, com aplicação da metodologia de pesquisa-ação.

No ensino, o conceito de autoria coletiva “Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede – CTAR”²⁹, de base freireana e de outros pesquisadores, tem norteado a docência sobre a EJAT na graduação e pós-graduação com uma reiterada demanda do GTPA-Fórum EJA/DF, pelo mestrado coletivo, diante da experiência positiva da oferta de especialização a distância com projeto de intervenção local coletivo, em 2009/2010. Constitui desafio à consolidação da CTAR conjugada ao Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, banco de dados, portais do Centro de Memória Viva DF e Proeja-Transiarte, *moodle* e o potencial de possibilidades interativas *online* em tempo real pelo *livestream*, *mever* ou *web* conferência.

Na extensão, citado anteriormente, o GTPA – Fórum EJA/DF mantém uma relação orgânica de membro do Conselho Comunitário da UnB, podendo fortalecer esse espaço de interlocução com os movimentos sociais do DF. Como consequência destes 23 anos, consolida-se como Programa de Extensão de Ação Contínua – PEAC – o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, o Centro de Memória Viva e a Alfabetização no Paranoá. Como reconhe-

26. VI CONFINTEA. Disponível em: www.forumeja.org.br/confintea. Acesso em: 01/12/12.

27. PROEJA-TRANSIARTE. Disponível em: www.proejatransiarte.ifg.edu.br. Acesso em: 01/12/12.

28. Centro de Memória Viva do DF. Disponível em: www.forumeja.org.br/cr. Acesso em: 01/12/12.

29. SOUZA, A. M.; FIORENTINI, L. M. R.; RODRIGUES, M. A. (orgs.) Educação Superior a distância – CTAR. Editora da Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: www.fe.unb.br. Acesso em: 01/12/12.

cimento da contribuição da UnB na relação com o GTPA – Fórum EJA/DF e demais Fóruns de EJA, por solicitação do MEC/SECAD, em parceria com a UNESCO/ICAE e Cátedra UNESCO de EJA, foi oferecido o primeiro curso de extensão de Gestão Social em política educacional de EJA para gestores públicos e representantes dos Fóruns de EJA do Brasil integrantes da Agenda territorial de desenvolvimento integrado de Alfabetização e EJA (Turmas - 2010 e 2011).

Outras atividades sobre a EJAT envolveram a participação da UnB, do GTPA-Fórum EJA/DF e demais Fóruns quando, na instância do executivo federal, professores da Faculdade de Educação da UnB, no exercício da construção coletiva, compartilharam com os Fóruns de EJA e demais participantes em audiências públicas (2007) propostas que contribuíram de forma decisiva para a elaboração pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação da Resolução nº 3/2010³⁰ sobre Diretrizes Operacionais de EJA referente à idade mínima, certificação/ exames e educação a distância.

Assim, como no legislativo distrital, realizaram-se audiências públicas por iniciativa de deputados distritais do Partido dos Trabalhadores-PT com intensa participação do GTPA-Fórum EJA/DF e da UnB, dentre elas na cidade Estrutural, com gravação em audiovisual e disponibilização imediata no Portal www.forumeja.org.br/df, documentando a garantia de abertura de escola de EJA reivindicada pelo movimento popular local.

Diante do exposto, as relações entre a UnB e o GTPA – Fórum EJA/DF construídas ao longo destes 23 anos, ou seja, 27 anos, se considerarmos que o início de tudo se deu em 1985, sugerem reflexões sobre a perspectiva política de organização da luta pela EJAT como problema estrutural da sociedade capitalista, que implica necessariamente em transformação radical pela construção de uma sociedade socialista e, portanto, de inserção dos movimentos estudantis, populares, sindicais e partidários, tensionando o setor empresarial e o terceiro setor.

Por um lado, na construção desta teia de relações, os Fóruns de EJA buscam de forma polêmica sua identidade como movimento social, tendo

30. Audiências públicas da CEB/CNE. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 01/12/12.

como um dos seus segmentos os gestores públicos, muitos deles procedentes e atuantes em movimentos populares, sindicais, estudantis com opções partidárias, filiados ou não, o que contraria conceitos do movimento social como sociedade civil organizada que enfrenta, negocia interesses com o poder público, sobretudo, o executivo.

Por outro lado, o histórico do exercício da gestão democrática na universidade pública, dentre elas a UnB, constitui espaço de conflitos entre interesses públicos e privados seja na pesquisa-ensino-extensão expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – na polêmica presença das Fundações de apoio e, sobretudo, o apelo à autonomia conquistada no texto constitucional.

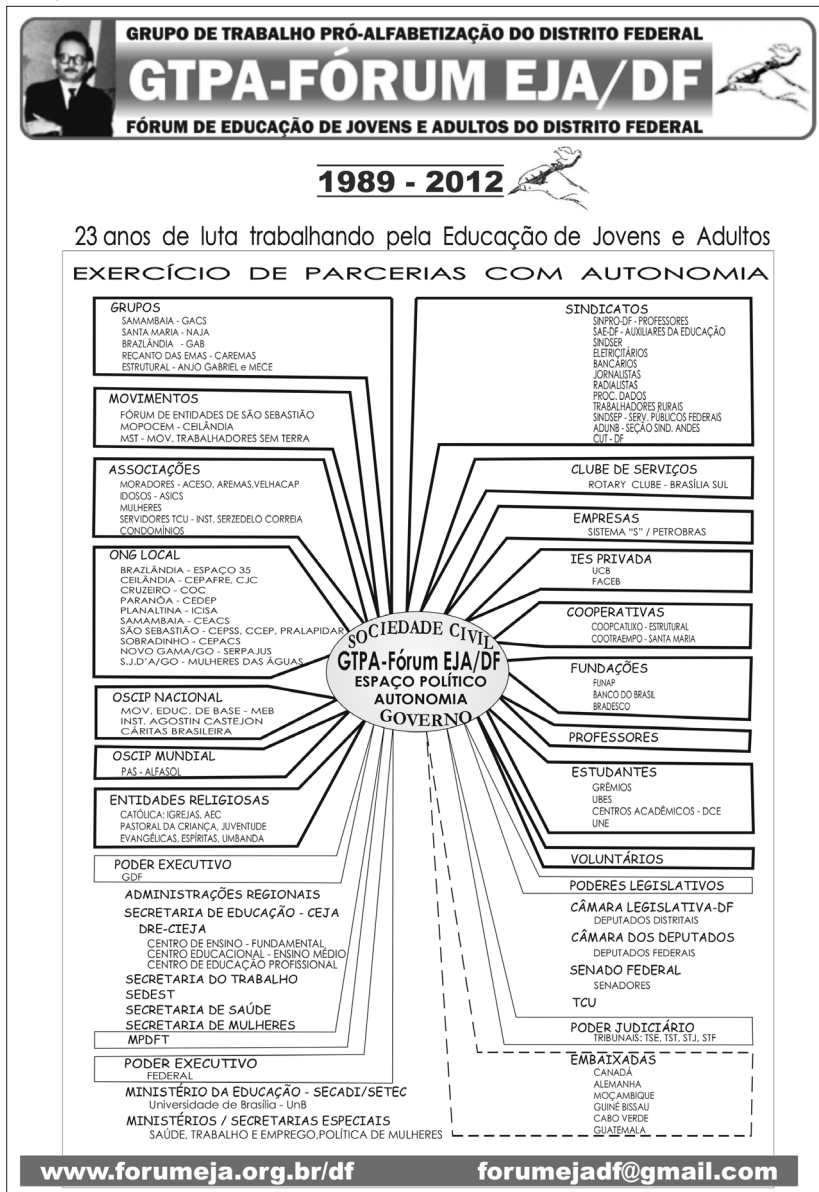
O primeiro grande desafio, a história do DF não está contada do ponto de vista dos movimentos sociais. O resultado desse seminário pode ser uma primeira aproximação, somada a outras, no sentido de constatar que há outra história a ser contada, a história que vem dos movimentos sociais, dizendo como o DF, de fato, se constitui nas suas contradições atuais, desde a ditadura da especulação imobiliária, da alta concentração de renda, da precarização do trabalho, da carência de serviços públicos até a ditadura da negação da escola pública para os trabalhadores. E por fim, o entendimento de que há diferenças de olhares, entretanto, elas não são antagônicas, são diferenças que têm que ser contempladas na sua diversidade, de formas de ação, de dinâmicas, de pautas, de agendas, com foco comum a luta por uma sociedade socialista.

O segundo grande desafio é a busca da história dos 50 anos da UnB que está permitindo, muito recentemente, uma apropriação muito preliminar da pesquisa-ensino-extensão que incorpore efetivamente os movimentos sociais do DF como sujeitos coletivos, também da história da própria UnB.

Este esforço de síntese, ainda limitado pela complexidade das relações construídas entre a UnB e o GTPA – Fórum EJA/DF, constitui um convite ao leitor na esperança de aprofundarmos esta compreensão como instrumento de luta pela transformação construtiva de uma nova sociedade brasileira.

Anexo 1

Infográfico do GTPA-Fórum EJA/DF, em 2012



Fonte: Disponível em: www.forumeja.org.br/df. Acesso em: 01.12.12.

Universidade de Brasília e Movimentos Sociais na periferia da Metrópole: parceria no Entorno Sul do DF

Erlando da Silva R ses e Luiz Alves da Silva

Município de Novo Gama: Quel nio¹ de Goiás e aten o de movimentos sociais e UnB

*“A cidade não para, a cidade s  cresce...
O de cima sobe e o de baixo desce”
(Chico Science e Na o Zumbi)*

O Município de Novo Gama é uma microrregião da Fazenda Alagado e está localizado a 40 Km de distância do centro da Capital Federal do país, na Região do Entorno Sul da Capital Federal². Inicia-se a partir do loteamento Parque Estrela Dalva VI (conhecido por Pedregal), que teve seu início no ano de 1974 pela Empresa Imobiliária Queiroz Imóveis e no ano de 1978 deu início   constru o do Bairro de Novo Gama pela Empresa Construtora e Incorporadora Economisa.

O município faz limite ao Norte com o Distrito Federal, ao sul com o município de Luziânia, a Oeste com Santo Antônio do Descoberto e a Leste

1. Os quelônios, como as tartarugas e os jabutis, deixam os ovos e eles que se virem pra crescer e se desenvolver.

2. Os Municípios do Estado de Goiás, Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Luziânia, Cristalina,  guas Lindas, Santo Antônio do Descoberto compõem o Entorno Sul do DF.

com Valparaíso de Goiás. O Novo Gama alcançou sua autonomia político-administrativa com a emancipação de Luziânia em 19 de julho de 1995, por meio da Lei Estadual n. 12.680, após decisão dos eleitores em plebiscito realizado em 15 de junho do mesmo ano com votação em urna eletrônica, sendo uma das primeiras utilizações deste modelo de eleição no Brasil. A posse do 1º prefeito foi em 01 de janeiro de 1997. Os principais acessos ao Município se dão por meio das rodovias BR-040, BR-060 e DF 290 que ligam o município a Goiânia, Brasília, Luziânia-GO, Valparaíso de Goiás e Gama – DF. Seu território possui uma área de 192,3 Km² e sua área urbana é de 95 Km² com sede localizada a 500 metros da cidade de Santa Maria – DF.

O Parque Estrela Dalva VI ficou conhecido pelo nome popular e carinhoso de Pedregal.³ A alcunha para o bairro surgiu a partir da telenovela da Rede Globo “Fogo sobre Terra”, exibida nos anos de 1974/75. O local não dispunha de água encanada e para a obtenção dela os moradores tinham que perfurar cisternas com 20, 30 ou 40 metros de profundidade em um subsolo bastante rochoso (Pedregal), associando à cidade de Divineia da telenovela. As duas realidades se entrecruzam pela construção de uma represa em Divineia. A cidade deveria ser deslocada do seu lugar de origem para dar lugar à represa e reconstruída uma nova cidade à margem desta represa.

Até o ano de 1988 a população residente no Bairro do Pedregal não contava com água tratada, apenas 30% da população tinha água proveniente de cisternas em suas residências⁴. Porém, no ano de 1985, um grupo de jovens membros da Igreja Católica São Pedro Apóstolo do Pedregal resolveu fazer um levantamento junto à comunidade para saber quais eram as maiores deficiências de serviços públicos e quais as prioridades. O levantamento feito por domicílio durou seis meses e o tratamento das informações demorou outros seis meses.⁵

3. O nome designa lugar em que há grande quantidade de pedras. Cf. o Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa 2.o.

4. Situação retratada no vídeo “Água para Todos”, produzido pelo CPCE/UnB, em setembro de 1987. Disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=mWov9-n566g>. Acesso em 12 de julho de 2015.

5. Luiz Alves, educador popular, residiu no Pedregal de 1975 a 2005. Integrou o Grupo de Jovens Mahatma Gandhi da Igreja São Pedro Apóstolo nos anos de 1980 e atua no SERPAJ/ SERPAJUS desde 1985, sendo um dos seus fundadores. Erlando Rêses, educador popular, residiu no Pedregal de 1984 a 2000. Integrou o Grupo de Jovens Renascer da Igreja São Pedro Apóstolo (1990-1992) e atua no SERPAJ/ SERPAJUS desde 1989. Os dois mantêm familiares na região e continuam atuando como profissionais e militantes no Entorno Sul do DF.

Figura 1

Moradores do Pedregal retiram água de uma torneira pública



Fonte: Moradores do Pedregal (Novo Gama-GO) em uma torneira “pública” (chafariz), instalado por um morador conhecido por Antônio Cacete, que canalizou a água do Ribeirão Santa Maria para a sua residência. Arquivo Pessoal. foto de 14/12/1987.

Concluída a pesquisa constatou-se que a prioridade número um era a construção do sistema de água tratada. Iniciou-se assim, uma peregrinação do grupo junto à administração de Luziânia. Nenhuma solução foi alcançada. Concomitantemente a essa reivindicação, a Universidade de Brasília-UnB elegeu pela primeira vez um Reitor, o Professor Dr. Cristovam Buarque, que desenvolveu uma política de extensão com a implantação de Núcleos Permanentes de Extensão nas Cidades de Paranoá, Ceilândia e Novo Gama-GO⁶. A partir da implantação do Decanato de Extensão houve impulso no diálogo com estas localidades e no Novo Gama criou-se o Movimento Água para Todos, que contou com o apoio da Faculdade de Tecnologia (FT) por meio do curso de Engenharia Civil, com participação ativa do professor Ricardo Bernardes. Esta aproximação permitiu a elaboração de laudo téc-

6. Estes núcleos foram desativados na gestão do reitor da UnB, João Cláudio Todorov, em 1997.

nico para constatar a possibilidade de vazão das águas do Ribeirão Santa Maria⁷ para abastecer a comunidade. Em outubro de 1988 o sistema de água tratada foi implantado no Pedregal para atender cerca de 45 mil habitantes. O professor Perci Coelho de Souza, do Departamento de Serviço Social da UnB, atuou ativamente neste processo de implantação da água no Pedregal quando pertencia ao quadro permanente de técnico-administrativo da universidade, como Assistente Social, e também como coordenador do Núcleo de Extensão do Novo Gama.⁸

No ano de 1988, além do projeto Rondon, foi significativo o apoio da LBA (Legião Brasileira de Assistência), por meio do convênio para a implantação dos Centros de Apoio ao desenvolvimento Infantil (CADIs). Além desta, o Núcleo de Extensão no Novo Gama desenvolveu diversas outras ações com os seguintes movimentos sociais: Grupo Reivindicatório da Água para o Pedregal, Céu Azul e Pacaembú; Conselho Comunitário do Novo Gama e Pedregal; Associação dos Idosos do Pedregal; Associação do Comércio, Indústria e Pequenos Fabricantes do Pedregal; Associação de Moradores do Pacaembú; Associação Jovem do Pedregal; Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Novo Gama; Grupo de Moradores da Bica D'Água do Pedregal; Associação de Moradores do Pedregal (região baixa do Pedregal); Igreja São Pedro Apóstolo; Associação de Moradores de Céu Azul; Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência (SERPAJ) e Pastorais da Juventude do Pedregal, Novo Gama e Céu Azul (GARRAFA, 1989).

A população do Novo Gama é de 98.135 habitantes, segundo dados do IBGE/2012 (BRASIL, 2012) com uma densidade demográfica de 4.420 habitantes por km² e possuindo um dos mais altos índices de crescimento do país. O município é formado por 38 bairros, distribuídos em 194 km², a saber: Alphavile Paiva; Boa Vista; Chácaras Araguaia; Chácaras Minas Gerais B; Chácaras Paulista; Chácaras Vale das Andorinhas; Jardim Lago Azul; Jardim Paiva; Jardim Tropical; Loteamento Grande Vale; Loteamento Lunabel 3; Loteamento Lunabel 3A; Loteamento Lunabel 3B; Loteamento Lunabel 3C; Loteamento Lunabel 3H; Loteamento Santa Cecília; Mansões

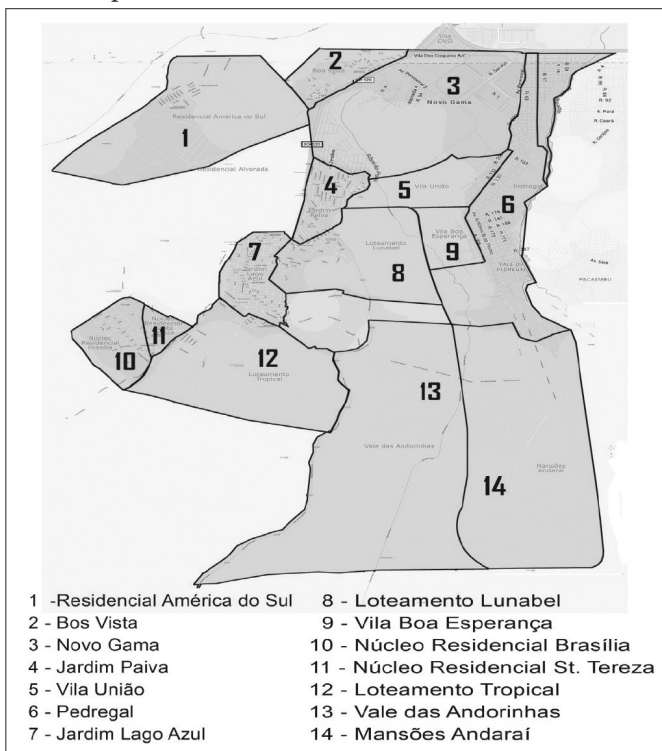
7. O Ribeirão Santa Maria nasce na cidade de Santa Maria-DF e corta três municípios goianos: Novo Gama, Valparaíso e Luziânia.

8. No anexo 1 encontra-se reportagem do jornal Folha do Gama que registra uma reunião de parceiros na luta pela implantação da água.

das Andorinhas; Mansões de Recreio Estrela Dalva VII-A; Mansões de Recreio Estrela Dalva VII-B; Mansões Eldorado; Mont Serrat Paiva; Núcleo Habitacional Novo Gama; Núcleo Residencial Brasília; Parque Estrela Dalva VI (Pedregal); Parque Nova Brasília; Residencial Alvorada; Residencial América do Sul; Residencial Brasília; Residencial Cidade Nova; Residencial Negreiros; Residencial Paiva I; Residencial Paraíso; Residencial Santa Luzia; Setor de Mansões Santa Barbara; Sítio Santa Maria; Vale do Pedregal; Vila Lolli; Vila União.⁹

Figura 2

Mapa do município de Novo Gama-GO (2015)



Fonte: adaptação do Google Maps por Antônio do Nascimento Ribeiro.¹⁰

9. Cf. site que busca CEP. Disponível em: <http://obusacep.com/cidade/goias/novo-gama>. Acesso em: 05 de junho de 2015.

10. O autor é artista plástico pela Universidade de Brasília (UnB), conhecido por Tone Ribeiro, e membro do SERPAJUS.

A população do entorno tende a aumentar, na medida em que a especulação imobiliária traz como consequência um verdadeiro processo de expulsão das classes menos privilegiadas do centro valorizado para a periferia. Este processo de distanciamento das populações de baixo salário, principalmente devido às condições de habitabilidade e emprego, é denominado por Paviani (1989) de **periferização**. Esta não se relaciona somente à distância física, mas a uma falta de acesso às melhores condições socioeconômicas da população.

A periferização no Distrito Federal inicia-se a partir dos anos 1960, marcando a expansão da metrópole Brasília, não somente pela criação das cidades-satélites, mas pela construção de conjuntos habitacionais e de loteamentos que extrapolam a área geográfica do DF (BONFIM, 1990).

A Área Metropolitana de Brasília (AMB) não se limita ao interior do quadrilátero do DF, mas enraíza seu território de influência nos municípios goianos, em especial Formosa, Luziânia, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina de Goiás, Valparaíso, Cidade Ocidental, Novo Gama e localidades adjacentes na periferia sul, como Céu Azul, Pedregal, Lago Azul, dentre outras. Sendo uma Periferia pobre, originada da expulsão de contingentes populacionais do DF, é reconhecida essa dependência, o que despertou imaginações férteis na oferta de projetos para ampliar o quadrilátero que abriga a Capital, como “solução” para o desequipamento e carências dessa mesma periferia goiana, o denominado Entorno do DF (Paviani *apud* Nunes, 1997).

O município do Novo Gama assim como toda a região do Entorno Sul do Distrito Federal tem um extenso fluxo migratório, particularmente do nordeste Brasileiro, interior de Minas Gerais e dos Estados de Goiás e Tocantins. Na infraestrutura o serviço de saneamento é prestado pela empresa Saneamento de Goiás S.A. SANEAGO, mas somente o núcleo habitacional de novo Gama possui coleta de esgoto, o que totaliza apenas 7% das residências. Os demais bairros utilizam-se de fossas sépticas aonde o esgoto escorre a céu aberto e o tratamento é feito pelo sistema anaeróbico com três lagoas de oxidação. A coleta do lixo é feita diariamente por caminhão e carroceiros e o destino é o lixão, localizado no bairro de Lago Azul, não havendo nenhum tipo de tratamento dos resíduos sólidos.

Sua população é composta por pessoas de baixa renda, uma vez que a renda média da população é de um salário e meio por família. As áreas urbanas são compostas por ocupações de terras, que se constituem em áreas de risco devido à ausência de urbanização que faz com que as pessoas vivam em aglomerados urbanos insalubres e a população exposta a constantes riscos à saúde, sujeitas às mais diversas epidemias. As nascentes e os mananciais existentes apresentam preocupantes níveis de poluição e de degradação e mesmo de destruição da vegetação que compõem as matas ciliares, pois não existe planejamento nem preocupações por parte dos poderes públicos local com os desmatamentos e nem com depósitos e tratamentos de resíduos¹¹.

O Município do Novo Gama compõe a Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, criada por meio da Lei Complementar nº 94 e sancionada pelo Presidente da República em 19 de fevereiro de 1998. Formam a RIDE, além do Distrito Federal, 19 Municípios do Estado de Goiás e 3 do Estado de Minas Gerais (BRASÍLIA, 2007). O Município possui um Índice de Desenvolvimento Social – IDS bem abaixo da média do Estado de Goiás e está entre os 100 municípios populosos, com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica, segundo publicação ‘g100’ da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), de dezembro de 2013. No geral, o município demanda mão de obra com baixa qualificação e remuneração, produzindo impacto pouco expressivo no comércio e no setor de serviços.

Esse quadro econômico desfavorável faz com que os indicadores sociais também sejam os mais baixos do Estado de Goiás. Boa parte dos avanços alcançados no município deve-se à implementação de políticas sociais, principalmente nas áreas de saúde, educação e distribuição de renda (SERPAJUS, 2012). A população economicamente ativa tem um forte vínculo empregatício com Brasília e depende de um transporte interestadual para se locomover para a Capital. O Produto Interno Bruto (PIB) do Município está fortemente vinculado ao setor de serviços (comércio varejista), agricultura e pecuária,

11. Para maior aprofundamento sobre a situação da água e do Ribeirão Santa Maria consultar a dissertação de mestrado de Luiz Alves intitulada “Desafios da Educação Ambiental na recuperação da nascente do Ribeirão Santa Maria: o sentido da ação humana na preservação do meio ambiente”, defendida no dia 10 de abril de 2015 na Faculdade de Educação (FE) da UnB.

pequenas indústrias de cerâmicas, granjas, fábricas de doces, tijolos e telhas e frigoríficos.

É importante ressaltar que a maioria da população economicamente ativa encontra-se empregada em empresas ou órgãos públicos do Distrito Federal. O comércio local é composto por mais de 1600 estabelecimentos comerciais divididos entre postos de gasolina, supermercados, lojas de eletrodomésticos, material de construção, bares, restaurantes, farmácias, açougues, padarias, mercearias e hotéis.

Há uma feira-livre de uso misto no Pedregal¹², que atrai pessoas tanto de Goiás quanto do Distrito Federal, mas que emprega, de forma precária, jovens e adultos da região. É a atividade comercial mais acentuada, com mais de 3000 bancas e funcionamento aos domingos, destinando-se a venda a varejo de gêneros alimentícios de primeira necessidade, produtos de horticultura, floricultura, artigos de pequena indústria caseira, artefatos de uso doméstico, manufaturados, semimanufaturados e animais de corte (suínos, bovinos, aves e similares).

O Serviço de transporte era prestado à população em regime de monopólio pela Empresa Viação Anapolina – VIAN em condições precárias, com tarifa elevada e má qualidade¹³. Hoje, após intensas mobilizações da população, a empresa perdeu o monopólio, porém no processo licitatório provido pela ANTT em outubro de 2014 sofreu interdição do TCU (Tribunal de Contas da União) e o serviço está sendo executado por empresas em caráter provisório e com a mesma precariedade de outrora¹⁴.

O Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência (SERPAJUS) e a parceria com a Universidade de Brasília (UnB)

É neste contexto sócio-histórico que surge na década de 80 do século XX um intenso movimento social com articulações na comunidade e com a

12. A feira do Pedregal é parte do calendário cívico cultural do Estado de Goiás. Disponível em: <http://al-go.jusbrasil.com.br/noticias/100223172/projetos-parlamentares-sao-aprovados-em-sessao-ordinaria>. Acesso em: 12 de julho de 2015.

13. Cf. Anexo 3 sobre atuação do SERPAJ (hoje SERPAJUS) com relação ao transporte público, em 1997.

14. Disponível em: <http://aconteceunoentorno.com.br/tcu-suspende-contrato-de-onibus-entre-df-e-cidades-do-entorno/>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

Universidade de Brasília (UnB). O Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência – SERPAJUS é uma entidade civil e popular, fundada em 1987 como Grupo Mahatma Gandhi por jovens da Igreja Católica São Pedro Apóstolo no Pedregal.

SERPAJUS é uma sigla local herdada de SERPAJ. No Pedregal fundou-se o núcleo SERPAJ/Pedregal integrante do SERPAJ/ Brasil (Serviço de Paz e Justiça), organização não governamental e sem fins lucrativos e de âmbito transnacional. Em 2001, o SERPAJ/Brasil encerrou suas atividades e o núcleo do Pedregal manteve sua atuação, alterando a sigla, com novo CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica).

O SERPAJ/Brasil foi fundado em 21 de abril de 1978 e se expandiu para as cinco regiões do País. A atuação dos núcleos atendeu aos princípios norteadores da entidade num processo concatenado com a realidade local. Sua finalidade foi/é a promoção da vida em todas as suas dimensões, usando os princípios da justiça, do humanismo, da solidariedade, da educação para a paz, da não-violência, da firmeza permanente, dos direitos humanos, da equidade, do direito ao trabalho digno, da solidariedade e da defesa e a proteção ao meio ambiente, além disso, tem a autogestão como diretriz.

Esta organização civil, popular e transnacional foi filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e manteve parceria com a Anistia Internacional. Ela teve em seus quadros o eminente ativista dos Direitos Humanos, Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da Paz em 1980. Argentino, ele coordenou a fundação do Servicio Paz y Justicia en América Latina (SERPAJ-AL) em 1974. A organização foi dedicada à defesa dos Direitos Humanos no continente e à difusão da Não-Violência Ativa como instrumento de transformação da realidade e de enfrentamento dos crimes de tortura e desaparecimento de militantes políticos, praticados pelas ditaduras militares instaladas por toda a América Latina com o apoio dos Estados Unidos, que viviam o auge da Guerra Fria com a União Soviética (URSS). Em 1973, Esquivel fundou o Jornal Paz e Justiça, que se tornou uma das expressões do movimento pacifista na América Latina. A partir de 1974, ele se tornou o secretário do SERPAJ/AL e foi preso entre 1977 e 1979 e novamente em 1981 (após a premiação), por sua dedicação ao movimento pacifista (PAZ Y JUSTICIA, 1980).

O SERPAJ/SERPAJUS já desenvolveu diversas ações em prol da melhoria das condições de vida da população do Novo Gama: 1) Movimento Água para todos nos anos de 1985 a 1988; 2) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos pelos princípios político-pedagógicos de Paulo Freire nos Municípios de Novo Gama, Cidade Ocidental, Luziânia e no Distrito Federal entre 1989 e 1999; 3) Mutirões para reformar e ampliar a sede do SERPAJUS; 4) Bazares e festas juninas para manter a tradição popular e arrecadar recursos financeiros para a manutenção da sede; 5) Projeto de Educação Ambiental com produção e plantio de mudas de árvores nativas da região para reflorestar e revitalizar a mata ciliar do Ribeirão Santa Maria em parceria com a UnB; 6) Curso de Educação Ambiental para professores e interessados da comunidade em parceria com a UnB e duração de 180 horas; 7) Palestras nas escolas municipais e estaduais do Município do Novo Gama e faculdades da Região do DF e Entorno sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Não-Violência.

Figura 3

Construção da sede do SERPAJ/SERPAJUS por seus membros, em 1991



Fonte: Arquivo Pessoal.

Com base na Educação para a Paz, este movimento social implantou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios goianos do Entorno Sul do DF¹⁵ com a assessoria e supervisão pedagógica da Faculdade de Educação (FE) da UnB e participação ativa da professora Maria Luiza Pinho Pereira (ex-Angelim). O SERPAJ/Pedregal integrou o Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do DF e Entorno (GTPA)¹⁶ e representou o Entorno no Fórum Permanente de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos-FORALFA/DF. A criação deste fórum vinculou-se à implantação do Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos-PROALFA/DF, instituído pela lei n. 849 de 1995, no governo democrático-popular do DF.

O GTPA-Fórum EJA/DF se constituiu num espaço político-pedagógico em potencial na formação continuada de educadores populares tanto pela extensão da UnB quanto pela Faculdade de Educação (FE/UnB) e em parceria com organizações não governamentais de base popular que se instituíram como formadoras, tal foi o caso do SERPAJ/SERPAJUS (ANGELIM, 2006).

Várias gestões foram feitas junto à Secretaria de Educação de Luziânia-GO, no período de 1990 a 1993, visando concretizar e institucionalizar a prática educativa de Alfabetização de Jovens e Adultos porque era restrita à iniciativa popular do SERPAJ. A partir de 1994, com a mudança da gestão administrativa de Luziânia foi possível estabelecer parceria para a formação de professores da rede municipal de ensino¹⁷. Em seguida, oito turmas de Alfabetização de Jovens e Adultos foram abertas no município de Luziânia, sob a supervisão e orientação do SERPAJ, e a formação continuada acontecia com encontros mensais de formação, planejamento e avaliação, seguindo a mesma prática de acompanhamento da Faculdade de Educação (FE) da UnB.

Esta trajetória credenciou o SERPAJ a ampliar a iniciativa de formação para o município de Cidade Ocidental-GO, a convite da Secretaria de

15. Para maior conhecimento desta atuação, conferir os documentários “sessão especial na Câmara Municipal de Luziânia (Alfabetização de Jovens e Adultos) – agosto de 1990 - e “Pedregal: Construindo a Cidadania (1994) em: <http://www.formancia.blogspot.com.br/p/videos.html>.

16. A partir de 2005, com a expansão do movimento social Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br), a representação do Entorno ficou a cargo do Fórum de EJA do GO.

17. Cf. anexo 2 - I Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de Luziânia – Jan/1995.

Educação, também em 1995. O acompanhamento deste trabalho perdurou até 1996, com o fim da gestão administrativa do município e em Luziânia durou até 1997. Contudo, o grupo do SERPAJ entendeu que deveria dar autonomia pedagógica aos municípios na condução dos trabalhos de Alfabetização e Educação e Jovens e Adultos.

Existe um fosso entre o Distrito Federal e os Municípios que compõem o seu entorno metropolitano tanto em relação ao tamanho do PIB quanto ao valor do PIB *per capita*. A principal causa desta situação foi um excepcional crescimento populacional na região periférica sem o correspondente desenvolvimento de atividades produtivas, principalmente, da atividade industrial (MIRAGAYA *apud* DAL ROSSO, 2011). O crescimento da população da área urbana, a falta de infraestrutura básica e a ausência de emprego e renda para a população economicamente ativa acarretam problemas de diversas ordens para o Município de Novo Gama. Em relação à educação, a situação não é diferente: praticamente 70% dos professores lecionam no Ensino Fundamental, índice elevado de evasão escolar e reprovação em todos os níveis, baixo rendimento escolar, dificuldades de aprendizagem e desassistência aos portadores de deficiência. A população entre 7 e 15 anos também sofre com a alimentação precária, a violência doméstica e o uso de drogas. Há ainda pessoas órfãs, sem assistência dos órgãos governamentais (SERPAJUS, 2012).

É neste cenário educacional que se insere uma nova proposta de Programa de Extensão voltado para a elevação da escolaridade dos jovens moradores da região.

Programa de Extensão: FORMANCIPA – Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior

O Formancipa inicia suas atividades na região do Entorno Sul do DF em 2012. A formação integrada e emancipadora nos municípios goianos é conduzida diretamente por estudantes da graduação selecionados/as por meio da análise curricular, visita *in loco* e entrevista com a equipe executora. São classificados/as, prioritariamente, estudantes de licenciatura, do 3º semestre em diante e morador/a dos municípios e região circun-

vizinha (Cidade Ocidental-GO e cidades do DF: Santa Maria e Gama). A proposta inclui as seguintes áreas do conhecimento: Matemática, Geografia, Química, Línguas Estrangeiras (Inglês, Francês, Espanhol), Português, Biologia, Sociologia, Filosofia, História, Física, e Artes (Música, Cênicas, Plásticas e Visuais). Portanto, seleciona-se pelo menos um estudante para cada área do conhecimento, totalizando quinze monitores, e ainda conta com a colaboração de estudantes e professores voluntários/as. Em recente levantamento feito pela coordenação do Programa Formancipa¹⁸ junto às instâncias de dados cadastrais de estudantes da UnB (Secretaria de Administração Acadêmica – SAA e Centro de Informática – CPD) constatou-se a existência de somente 50 pessoas cursando a graduação na UnB neste município. Mesmo com a aproximação geográfica da UnB na cidade do Gama-DF, que tem uma distância de aproximadamente 10 Km do centro de uma cidade para outra, não foi possível constatar um ingresso significativo de estudantes do município ou região circunvizinha. A Faculdade do Gama (FGA/UnB) foi criada oficialmente em 2008 e atende aos cursos de Engenharia: Aeroespacial, Automotiva, Energia, Software e Eletrônica.

Em levantamento socioeconômico do perfil de alunos que ingressaram na FGA em 2010 ainda há uma reduzida presença de estudantes oriundos do Gama e regiões circunvizinhas ao Campus, ou seja, são aproximadamente 15% apesar do programa de bonificação oferecido pela UnB, divulgado nos editais de abertura dos vestibulares. Diversos fatores contribuem para a baixa participação de estudantes do Gama e regiões circunvizinhas no Campus: a) Há uma ausência da noção de pertencimento a uma universidade com qualidade, com a presença de baixa autoestima dos/as estudantes de ensino médio com relação ao acesso à Universidade de Brasília; b) Deficiência na formação escolar da Educação Básica pública e privada; c) Prioridade e necessidade dos/as estudantes ingressarem primeiro no mercado de trabalho (UnB, 2012). O município de Valparaíso de Goiás, também atendido diretamente pelo Programa desde 2014, também integra os 100 municípios populosos, com baixa receita per capita e alta vulnerabilidade socioeconômica, segundo

18. A autoria da proposta e coordenação do Programa de Extensão (PEAC) é de Erlando da Silva Rêses, professor do Departamento de Teoria e Fundamentos (TEF) da Faculdade de Educação (FE) da UnB.

publicação 'g100' da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), de dezembro de 2013. Segundo dados do IBGE (2012) ele detém uma população de 138.740 habitantes. Os dados levantados junto ao SAA e CPD deu conta de informar que existem 243 pessoas cursando a graduação na UnB neste município, em 2012. Portanto, a realidade deste município não difere muito da realidade apresentada pelo município de Novo Gama-GO. Neste sentido, o Formancipa tende a amenizar este quadro, a partir do ingresso de estudantes do município de Novo Gama, Valparaíso e região circunvizinha na Educação Superior pública.

A perspectiva de formação no Formancipa se alinha ao conceito de Cidade Educadora e representa a possibilidade das cidades (no caso os municípios goianos) servirem de palco para a aquisição de conhecimentos numa simbiose entre teoria e prática, em que a rua, o movimento, a moradia, o meio ambiente, os serviços, o lazer, o transporte, a segurança, os habitantes, o trabalho, a educação, incluem-se no ato de conhecer. Também poderíamos dizer que essa formação integrada e emancipadora coaduna-se com o conceito de Território, do geógrafo Milton Santos (Doutor Honoris Causa pela UnB), representando a potencialidade do espaço físico da cidade para a construção do conhecimento (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Neste sentido, o projeto assume também a abordagem transdisciplinar porque transcende a perspectiva disciplinar de forma linear e tradicional com encadeamento lógico de conteúdos.

Autores como Célestin Freinet e Paulo Freire têm em comum o objetivo de dar à criança e ao adolescente o estatuto de ator e não de espectador passivo, partindo da concretude territorialmente vivida e se relacionando com os mestres como quem aprende e ensina ao mesmo tempo. Soma-se a esta abordagem a Pedagogia Waldorf e a Pedagogia da Alternância¹⁹. Paulo Freire, em especial nos convida a refletir sobre o papel da autonomia no ato de educar.

19. Trata-se de uma proposta educacional que começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no Estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas (TEIXEIRA; BERNARTT e TRINDADE, 2008).

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história” (FREIRE, 1999, p. 14).

Na obra “Pedagogia da Autonomia”, Paulo Freire nos convida a uma reflexão sobre ensino, docência, discência, conhecimento e humanidade. Para ele, ensinar exige rigorosidade metódica, pesquisa, respeito aos saberes dos educandos, criticidade, estética e ética, corporeificação das palavras pelo exemplo, risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação, reflexão crítica sobre a prática, reconhecimento e a assunção da identidade cultural. Exige também consciência do inacabamento, reconhecimento de ser condicionado, respeito à autonomia do ser do educando, bom senso, humildade, tolerância e luta em defesa dos direitos dos educadores, apreensão da realidade, alegria e esperança, convicção de que a mudança é possível, curiosidade: “a consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca” (FREIRE, 1999, p. 64). Este ser inconcluso em sua formação está presente nos diferentes atores que compõem o Formância: professores, estudantes da graduação e estudantes do Ensino Médio e egressos.

A formação integrada pretende desenvolver esta função desde a concepção do curso, quando todas as áreas do conhecimento estarão dialogando, a partir de possibilidades de vinculação teórico-conceitual e prática, considerando suas especificidades.

A interdisciplinaridade ocupa um lugar central neste programa. Ela está relacionada a processos e funções desencadeadas pelas várias disciplinas, não anula o conhecimento específico nem o papel de cada profissional, pelo contrário com essa prática cada vez mais se afirma a especificidade e não se confunde com polivalência e nem com justaposição.

Trata-se de uma proposta que procura avançar ainda mais no sentido de romper com o paradigma tradicional, ao propor a quebra de outro dos

seus pilares: a lógica de encadeamento dos conteúdos por pré-requisitos. Nessa lógica, um conteúdo A precede um conteúdo B, que por sua vez precede um C. O primeiro bimestre precede o segundo, a primeira série precede a segunda e assim por diante. O tempo é dividido em dias letivos, bimestres, semestres, séries, etc., de acordo com as necessidades de estruturação dos conteúdos e não de acordo com as necessidades e ritmos de aprendizagem dos/as estudantes. Como consequência, aqueles que não dominarem os conteúdos naqueles prazos estabelecidos deverão repetir o processo (WUENSCH, 2004).

Salienta-se que o rompimento com essa lógica não significa a inexistência de uma proposta de sequenciação. Ela acontece, porém, sob a lógica da retomada das temáticas, em níveis maiores de complexidade e aprofundamento, como meios de consolidar conhecimentos.

Na relação entre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade o entorno cultural da escola transforma-se em espaço educativo também. Há a comunidade, o bairro, a cidade, suas histórias, geografias, geometrias e instituições. Salões de museus, prateleiras de supermercado, organizações não governamentais, reuniões familiares, festas folclóricas, arquivos de órgãos públicos, redações de jornais, reservas ambientais transformam-se em fontes de descobertas, vivências, de conhecimentos e aprendizagens diversas.

No entanto, o estudante beneficiário do programa é estimulado a exercer o autodidatismo e o autoconhecimento, a partir dos elementos fundantes e centrais de cada área do conhecimento ou da formação integrada. Não há nenhuma intenção em fundar um Cursinho preparatório para o Vestibular pela abordagem tradicional e mercadológica. A natureza é de outra ordem e não implica em benefícios ou contrapartida financeira por parte da equipe executora ou dos estudantes, ministrantes das disciplinas.

O trabalho é princípio educativo/pedagógico/ontológico de todo processo educativo e sistema escolar, que transcende a noção de emprego. No começo do século XXI, o trabalho como princípio educativo agrega novas dimensões, subsumindo inclusive o conceito de território da existência e da identificação econômica, social e cultural do ser humano (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Partindo do pressuposto de que o conceito de território formulado pelo geó-

grafo Milton Santos compõe o núcleo teórico da noção de trabalho, pode-se afirmar que a escola tradicional promoveu o êxodo dos melhores estudantes para os grandes centros urbanos do país, ao fomentar o individualismo e a negação ou infidelidade ao território (NOSELLA, 2011). Utiliza-se a aula-passeio socrática, desenvolvida pelo pedagogo francês Célestin Freinet, como estreitamento da relação entre teoria e prática e o desenvolvimento da práxis. Os estudantes/ministrantes das aulas são cadastrados nos programas de fomento da extensão universitária, de modo a gerar benefícios, como créditos de extensão. Acrescenta-se a este estímulo, a possibilidade de crescimento profissional e ampliação da aprendizagem, a partir da vinculação com as áreas de conhecimento. A experiência adota mecanismos de produção do conhecimento e serve de base para a elaboração de pesquisas e trabalhos acadêmicos dos/as envolvidos/as, como também para o processo formativo para a vida, numa perspectiva ontológica, como bem expressa Luiz Alves, numa entrevista²⁰ em que abordou sobre a iniciativa da Faculdade de Educação (FE) com o Programa de Acesso à Educação Superior.

No caso dos monitores, é uma condição importantíssima, pois é uma oportunidade de aperfeiçoamento e de formação intelectual, porque é uma experiência que eles estão tendo antes de exercer uma função. É uma oportunidade de colocar em prática aquilo que eles estudam. É importante para os alunos e para nós, pois de certa forma funciona como um laboratório.

A coordenação do Programa e Equipe Executora acompanham e supervisionam o desenvolvimento das atividades de formação em turmas de, no máximo, 30 estudantes/beneficiários(as) inscritos/as, de modo a promover encontros de formação da equipe que inclui: elaboração de plano de curso e de aulas; discussão coletiva dos planos de curso e de aulas; discussão e análise de perspectivas formativas com a inclusão dos municípios; avaliação constante do trabalho e da equipe; reuniões periódicas e elaboração de relatórios de trabalho.

20. Entrevista concedida à pedagoga pela FE/UnB e membro do FORMANCIPA, Carem Tamiris.

O programa também prevê atividades coletivas com estudantes/ministrantes das aulas, coordenação, equipe executora e estudantes/beneficiários, que envolvam orientações, projeção de filmes, festival de arte e cultura, oficina de dança, musicalidade, palestras e debates de temas candentes, contemporâneos e de interesse do grupo com especialistas, pesquisadores e estudiosos, como: Meio Ambiente, Direitos Humanos, Gênero, Relações Étnico-raciais, Corrupção, Poder Local, Mundo de Trabalho, Orientação Vocacional e Profissional, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC,s), Drogadição, Economia Solidária, Juventude, Emancipação, Autodidatismo e Autoconhecimento, dentre outros. O desenvolvimento do programa ocorre nos finais de semana no espaço físico (sede) do Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência (SERPAJUS) no Novo Gama e no espaço físico da prefeitura de Valparaíso no bairro de Parque São Bernardo, onde funciona o PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Ministério da Educação (MEC).

Figura 4

Aula integrada no FORMANCIPA na sede do SERPAJUS (2014)



Fonte: Arquivo do blog Formancipa: www.formancipa.blogspot.com.br.

A proposta encontra respaldo nas iniciativas de cursinhos populares, que são espaços onde a juventude encontra apoio e entusiasmo para complementar a sua formação secundária para lutar e sonhar coletivamente, tal é o exemplo da Rede Emancipa – movimento social de cursinhos pré-universitários - criada em 2007 e distribuída em 16 projetos em escolas públicas da capital e Grande São Paulo, Rio Grande do Sul e Pará. A Rede baseia-se na defesa da educação pública e à democratização do acesso à universidade pública, pela profusão de debates e contra a mercantilização da educação (ARELARO; FRANCA e MENDES, 2012).

Enfim, o programa visa criar valores fundamentais do humanismo, auxiliando os/as estudantes na identificação de suas individuais inclinações intelectuais, morais e sociais, por meio de uma orgânica e refletida articulação entre escola, família e território.

Considerações finais ou o início de uma conversa?

“Periferia é periferia em qualquer lugar” (GOG)

A Universidade de Brasília (UnB) desde o início de sua atuação no Novo Gama buscou pautar-se por duas diretrizes: não ao assistencialismo e estímulo à interdisciplinaridade. Assim, intensificou-se a articulação entre professores, técnicos e estudantes para planejamento, execução e avaliação das atividades conjuntas com a população. A UnB com a população local se aliaram num processo de reflexão e busca de soluções para os problemas mais significativos (GARRAFA, 1989).

Este modelo de atuação da universidade tem sido percebido, desde as primeiras ações de parceria com o movimento social do Entorno Sul do DF, como a iniciativa para a implantação da água, o projeto de alfabetização de jovens e adultos, a recuperação do Ribeirão Santa Maria até o Programa de Extensão Formancipa.

A presença da Universidade de Brasília (UnB), numa perspectiva emancipadora e não assistencialista, contribui sobremaneira para a elevação da qualidade de vida da população ao instituir mecanismos de superação das condições socioeconômicas, conforme ilustra Luiz Alves em sua entrevista:

penso que o FORMANCIPA é uma atividade genuína, no sentido de política de extensão, pois abre portas significativas para estudantes de graduação e de pós-graduação. Depende da percepção de mundo, da inserção no mundo e da vida que cada um tem (...) Isso se os estudantes que passam por ali buscarem realmente compreender e se esforçarem por entrar em uma Universidade – especialmente, em uma Universidade Pública. Se for desta forma terá um impacto positivo na vida das pessoas da família desses estudantes, na vida da comunidade, bem como do próprio município.

Um dos desafios colocados com o desenvolvimento das ações de parceria é a valorização do território pelos atuantes nos programas e projetos do SERPAJUS e da UnB. Segundo Bonfim (1990), em estudo sobre as representações sociais do local de moradia, de si e do outro no Pedregal e Novo Gama, o conhecimento do local de moradia não depende apenas de processos cognitivos individuais, mas o conhecimento da cidade é um fato coletivo. A pesquisa inferiu que as representações sociais dos moradores destas localidades são fortemente impregnadas por julgamentos internalizados e predisposições que têm por base influência direta ou indireta da estrutura urbana e são componentes essenciais na formação da identidade social dos moradores.

A coordenação do Programa Formancipa percebeu dificuldade na identificação do estudante com o local de moradia quando fez o levantamento de moradores da região no banco de dados do registro acadêmico do estudante: endereços alterados e desconforto com a descoberta do local de moradia. Diferentes estruturas urbanas determinam níveis diferentes de reputação social do local de moradia, bem como orientam atitudes e comportamentos de seus habitantes com relação a si próprios e aos outros (Bonfim, 1990).

A extensão da universidade tem papel preponderante para o fortalecimento do elo identitário com o território em cada localidade de atuação e parceria. Há uma compreensão da extensão universitária como espaço de realização de ensino e pesquisa, tal como foi a proposição do Programa DF e Entorno (Santos *et al*, 1996):

- a) estimular e apoiar projetos e atividades diversas de ensino e/ou pesquisa, a serem desenvolvidos por professores, alunos e técnicos da UnB, integrados à realidade da sociedade local;
- b) estimular a compreensão da Extensão no nível institucional, como sendo o espaço de integração entre o ensino e a pesquisa em busca de soluções criativas e inovadoras para as demandas sociais;
- c) buscar a integração dos projetos e atividades diversas à rede de relações sociais existentes nas comunidades, entendendo a Universidade como parceira significativa entre as forças de transformação social, abstendo-se entretanto de substituir as funções assistenciais do Estado;
- d) contribuir para o processo de formação de profissionais críticos, sintonizados com os setores organizados das comunidades, em função de seu envolvimento direto e sistemático com os problemas sociais.

Com esta percepção constroem-se cada vez mais espaços de interlocução com indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Aliado ao desenvolvimento do Programa Formância e do projeto de extensão intitulado “Biblioteca Comunitária Dinâmica do Novo Gama”, ocorre às disciplinas Projeto 3 (relação ensino-pesquisa-extensão) e Projeto 4 (estágio), e suas fases, do currículo de pedagogia da FE/UnB²¹. Outra possibilidade de relação é com o desenvolvimento direto das aulas com as disciplinas, baseadas nos planos de curso de cada área do conhecimento. No campo da pesquisa, além do Formância representar um amplo escopo de pesquisa para a conclusão de curso dos estudantes, há a possibilidade de ingresso no Programa de Iniciação Científica (PROIC/UnB).

Este texto constitui o início de uma conversa sobre a história da atuação da UnB no Entorno Sul do DF, especificamente nos municípios de Novo Gama e Valparaíso. Certamente, novos textos virão e novas abordagens sobre esta teia de relações, imbricadas harmonicamente, para formar a totalidade constituinte de uma parceria profícua e estruturante para a região. Muitas informações sobre a história da parceria ficaram de fora do texto

21. Disponível em <http://www.fe.unb.br/images/graduacao/PROJETO%20ACADEMICO%20-%20atualizado%20-%20FE%20COM%20ALTERACOES%20ATE%20%2016-12-2010.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2015.

em função do espaço- limite para esta produção, contudo fica o anseio para a publicação desta continuidade. Há, por exemplo, a implantação junto com o Programa Formancipa, em 2012, do projeto de extensão intitulado “Biblioteca Comunitária Dinâmica do Novo Gama”, funcionando no mesmo espaço físico do Formancipa.

Referências bibliográficas

ANGELIM, Maria Luiza Pereira. Extensão como espaço de formação de educadores de jovens e adultos. In: Soares, Leôncio (org.). *Formação de educadores de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

ARELARO, Lisete Regina Gomes; FRANCA, Gilberto Cunha e MENDES, Máira Tavares. (org.). *Às Portas da Universidade: alternativas de acesso ao ensino superior*. São Paulo: Xamã, 2012.

BONFIM, Zulmira Aurea Cruz. *Representações Sociais do Local de Moradia, de si e do Outro: um estudo introdutório*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Psicologia, 1990.

BRASÍLIA. CODEPLAN. *Anuário Estatístico do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2007.

DAL ROSSO, Sadi (org.). *Trabalho na Capital*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa*. 13ª ed. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARRAFA, Volnei (org.). *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania – relatório de atividades 1987/1988*. Brasília: Universidade de Brasília, 1989.

PAZ Y JUSTICIA. *Boletín Informativo del Servicio Paz y Justicia en América Latina*. n. 79, octubre-noviembre-diciembre, 1980.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Educação: Território e Globalização. Texto apresentado no VIII Colóquio de Pesquisa em Instituições Escolares: pedagogias alternativas. PPGGE da UNINOVE /SP, de 09 a 11 de novembro de 2011.

NUNES, Brasilmar Ferreira (org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PAVIANI, Aldo (org.). *Brasília: A metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação para Profissão: Sindicalismo Docente da Educação Básica no Brasil*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2015.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record Ltda. 2001.

SANTOS, Luiz Cezar dos; BONFIM, Antônia Célia Lins; OLIVEIRA, Francisco Gois de e ROSA, Zelinda Torri. *A Extensão Universitária na UnB: uma história de parceria*. Brasília: Universidade de Brasília/Decanato de Extensão. Série Textos de Extensão. ano 1, n. 1, junho de 1996.

SERVIÇO DE PAZ, JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA (SERPAJUS). *Projeto Educando para o Futuro Novo*, 2012.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes e TRINDADE, Glademir Alves. *Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa*. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago, 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Decanato de Extensão. *Programa de Extensão: UnB Perto de Você: ocupe este espaço! PROEXT 2013*. Brasília, 2012.

WUENSCH, Ana Miriam et. al. *Documento Inicial Subcomissão Assessora Filosofia e Sociologia do PAS/UnB*. Brasília: mimeo.

Anexo 1

Reunião do Movimento Reivindicatório da Água com autoridades municipais, estaduais e moradores do Entorno Sul do DF (09 de julho de 1988)

04 FOLHA DO GAMA Gama-DF, julho de 1988

Movimento por água pressiona Governo

TOBIAS FILHO



O Movimento Reivindicatório da Água para o Pedregal, Céu Azul e Pacoemba, com o apoio do Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), realizou no dia 9 uma reunião-debate à qual estiveram presentes o prefeito de Luziânia, Orlando Roriz, o deputado Delio Braz (PMDB-GO), diretores da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) e representantes da comunidade.

Após serem submetidos a uma verdadeira sabinagem por parte dos moradores, que cobraram medidas urgentes no sentido de solucionar este grave problema, as autoridades se comprometeram por escrito em colocar em prática o projeto ou lutar para que isso seja feito provavelmente ainda este ano.

Luís Antônio Ungarelli, diretor de Saneago, entregou aos organizadores do evento uma cópia completa do projeto de abastecimento de água do Pedregal, orçado em Cr\$ 301 milhões e que será executado "tão logo sejam liberados os recursos". O prefeito de Luziânia se mostrou favorável ao projeto específico para o Pedregal e se comprometeu, na medida do possível, colocar à disposição recursos municipais. Já o deputado Delio Braz, se comprometeu em acompanhar junto ao Governo Federal o andamento do processo de liberação de recursos para a região do Entorno, especificamente para o Pedregal.

Céu Azul e Pacoemba. Atualmente os moradores destas cidades vivem uma triste rotina: carregar água em latas, caldeirões e baldes, percorrendo uma distância de mais de um quilômetro às suas casas. Ultimamente com a estiagem, o problema tem se agravado ainda mais porque os poços com mais de 40 metros de profundidade secam e as opões são uns poucos chafarizes ou as águas contaminadas das minas e córregos das redondezas. Neste trabalho cansativo são envolvidos homens, mulheres, velhos e crianças, todos em busca de um pouco de água para satisfazer as necessidades básicas.

Até pessoas que se encontram em seu estado físico normal reclamam desta triste sina, gerada, como entendem, pelo desinteresse do Governo de Goiás. Antônio de Souza, residente na Quadra 506, no Pedregal disse que ali só existe água encanada nas ruas principais atendendo menos de 10% da população, que é de 35 mil pessoas. Ele relata que começa a carregar água para sua casa, vindo de um chafariz, logo que o dia amanhece, só para voltar por volta das 11 horas, quando tem de ir trabalhar como cobrador de ônibus. Para ele esta situação perdura até hoje porque os próprios moradores se acomodam diante dos problemas que os afligem.

Muitas pessoas compareceram à reunião que exigiu do Governo a instalação de água

Fonte: Folha do Gama, julho de 1988.

Anexo 2

I Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de Luziânia – Jan/1995


"Não posso continuar sendo humano se faço desaparecer a esperança.
Ela é uma condição e criação do ser humano, faz parte de sua natureza.
É um projeto inerente ao ser humano.
É também a energia que move e anima o próprio projeto, a vida."

Paulo Freire

- Núcleo de Extensão da UnB
Av. Central, 2H Bloco 10 Lda 104
Novo Gama (GO)

- Secretaria de Educação do Município de Luziânia
Ginásio de Esportes José de Araújo Leite - Rua 01 - Selo' Vigas Luziânia (GO)

- Serviço Paz e Justiça - SERPAJ/ Pedregal Quaraia 602 Lda 02 Pedregal (GO)



I Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de Luziânia

Promoção: Núcleo de Extensão da UnB no Novo Gama
Secretaria Municipal de Educação de Luziânia-GO
Serviço Paz e Justiça - SERPAJ/Pedregal

Jan/1995

Convite

O Núcleo de Extensão da UNB no Novo Gama, a Secretaria Municipal de Educação de Luziânia e o Serviço Paz e Justiça-SERPAJ/ Pedregal convidam V. Sa. para participar do **I Encontro Pró-Alfabetização de Jovens e Adultos de Luziânia**, que terá o objetivo de proporcionar a troca de experiências em alfabetização de Jovens e Adultos e formular propostas de ações conjuntas.

DATA: 07/01/95
HORÁRIO: das 9:00h às 18:00h.
LOCAL: **CAIC de Luziânia**



Programação

9:00h - Abertura

Profa. Maria Luiza P. Angellm
Faculdade de Educação/UnB

9:20h - Exposição de Experiências

1. Secretaria Municipal de Educação de Luziânia

• **Profa. Cleusa Meireles**

2. Serviço Paz e Justiça-SERPAJ/ Pedregal

• **Maria José R. do Nascimento**

3. Associação de Moradores do Parque São Bernardo

• **Sr. José Ferreira Gomes**

4. Secretaria Municipal de Educação de Goiânia

• **Profa. Maria Margarida Machado**

12:00h - Almoço

14:00h - Discussão em Grupo

16:00h - Apresentação da Síntese das discussões em Grupo e de propostas

17:30h - Encerramento
Apresentação Cultural



Fonte: Arquivo do SERPAJUS.

Luiziânia-GO, 1º a 15 de junho de 1997

Prefeito apóia movimento por melhor transporte

O prefeito Belmiro Teixeira recebeu em audiência dois representantes do Movimento Pró-Melhoria do Transporte Coletivo de Novo Gama. Erlando da Silva Rêses e Luiz Alves da Silva entregaram ao prefeito cópia de vários documentos já entregues por eles, ao Diretor de Departamento de Transportes Rodoviários, da Secretaria de Transportes Terrestres, do Ministério dos Transportes e aos diretores da empresa Vian.

Erlando e Luiz pediram ao prefeito Teixeira a realização de estudos técnicos e medidas que contribuam para a melhoria dos serviços e a superação de vários problemas apresentados no serviço de transporte coletivo do Novo Gama.

Teixeira determinou ao Departamento Jurídico da prefeitura, através do advogado Gustavo Badauy para proceder um completo levantamento de todos os itens apresentados pelos representantes do Movimento Pró-Melhoria do Transporte Coletivo do Novo Gama, que também integram o SERPAJ.

Algumas das reivindicações do movimento

1. Criação das linhas, principalmente para atender aos trajetos: Pedregal - W3 Sul e Norte, via Novo Gama; Pedregal - L2 Sul e Norte - UnB, via Novo Gama; Pedregal - Paranoá, via Aeroporto e Lago Sul; Pedregal - Sia - Rodoferroviária, via Novo Gama e Santa Maria; Pedregal - Santa Maria; Pedregal - Brasília, via Santa Maria; Pedregal - Taguatinga, via Novo Gama e Santa Maria; Pedregal - Rodoviária, via Esplanada; Novo Gama - Ro-



O prefeito Teixeira recebeu Luiz e Erlando para debater a melhoria do transporte coletivo da cidade. Também participou da audiência o advogado da prefeitura, Gustavo Badauy

doviária, via Esplanada.

2. Aumentar a frequência dos ônibus, com intervalos entre um e outro de no máximo 10 minutos, durante os horários de "pique", para os trajetos: Pedregal - Brasília e Pedregal - Gama.

3. Ampliação da oferta de ônibus para os trajetos: Pedregal-Ocidental; Pedregal-Luiziânia.

4. Ampliar a oferta de serviços noturnos, principalmente com vistas à atender a demanda da população estudantil;

5. Criação de linhas circulares, principalmente para atender aos trajetos: Pedregal - Novo Gama, via feira do Pedregal; Pedregal - Valparaíso I, com tarifas compatíveis com a quilometragem, previamente discutida com os interlocutores dos usuários.

6. Instituição do serviço de transporte executivo e o expresso Pedregal;

7. Implementação do direito do passe estudantil;

8. Acesso dos usuários com direito à passe livre pela porta traseira dos veículos;

9. Intensificar a formação dos recursos humanos da operadora, principalmente com os conteúdos de abordagem nas relações humanas;

10. Melhoria do sistema de fiscalização, tornando-o mais acessível ao usuário, e estabelecendo representação nos terminais de partida e destino; bem como a implementação de fiscalização no trajeto;

11. Institucionalização do sistema de transporte alternativo;

12. Institucionalização de uma política de informações ao usuário, como a fixação de horários e linhas nos terminais, nas paradas e no interior dos ônibus, informações sobre mudanças de linhas e horários, alterações de tarifas, dentre outras;

13. Institucionalização de conselhos gestores do sistema que contemple a participação de usuários;

14. Identificação do itinerário com a nomenclatura "PEDREGAL", tanto partida quanto chegada.

Anexo 4

Lista de estudantes da graduação UnB que integraram ou integram o Programa FORMANCIPA e Projeto Biblioteca Comunitária Dinâmica do Novo Gama.

N	Monitor	Curso	Função
01	Adriel Medeiros de Lima	Engenharia	Monitor Matemática
02	Alane Nóbrega	Ciências Sociais	Monitora Sociologia
03	Amanda Oliveira de Faria Junqueira	História	Monitora História
04	Anna Lídia Garcia	Fisioterapia	Monitora Biologia
05	Andrey Soares	História	Monitor História
06	Ariadne Rodrigues Passos	Letras	Monitor Letras português
07	Brenda Ribeiro	Letras	Monitora Letras
08	Carem Tamiris Oliveira Santos	Pedagogia	Apoio acadêmico e Administrativo
09	Cataryna Ridda S. Santana	Letras	Monitora Espanhol
10	Carlos Vinicius s. Mendes	Ciências Sociais	Monitor Sociologia/ Antropologia/Ciência Política
11	Cristiano Silva	Computação	Monitor Física
12	Doralice Pereira de Assis	Ciências Sociais	Monitor Sociologia/ Antropologia/Ciência Política
13	Eduardo César da Silva Carvalho	Matemática	Monitor Matemática
14	Érika marques Ribeiro	Química	Monitora Física
15	Elaine Dias Pinho	Contabilidade	Apoio acadêmico e Administrativo
16	Eliza Holanda	Pedagogia	Equipe Pedagógica
17	Felipe Thiago Morais Aguiar	Engenharia	Monitor Matemática
18	Geovane Oliveira Santos	Música	Monitor Música
19	Helena Regina Cavalcante Duarte	Letras	Monitora Francês
20	Ieri de Sousa Braga Junior	Química	Monitor Química
21	Jaqueline Rodrigues	Biblioteconomia	Biblioteca Comunitária
22	Jéssica Laine Ramos Tavares	Geologia	Monitora Geografia
23	Joailson Oliveira	Contabilidade	Monitor Matemática
24	João Victor Veras de Carvalho	Ciências Sociais	Monitor Sociologia/ Antropologia/Ciência Política

N	Monitor	Curso	Função
25	Judah Iann Machado Costa	Engenharia	Monitor Física
26	Julyanna Neiva Werneck	Artes Cênicas	Monitora Artes Cênicas
27	Kamilla Lorena	Enfermagem	Monitora Biologia
28	Laryssa B. Lima	Pedagogia	Biblioteca Comunitária
29	Letícia Gomes da Silva	Biblioteconomia	Biblioteca Comunitária
30	Lílian Santos Rocha	Pedagogia	Equipe pedagógica
31	Lucas Ferreira Tabosa	Filosofia	Monitor Filosofia
32	Mariana Aragão de Macêdo	Biologia	Monitora Biologia
33	Marilsa Duarte Braga da Silva	Pedagogia	Equipe Pedagógica
34	Micheli Suellen Neves Gonçalves	Pós-Graduação em Educação	Equipe Pedagógica
35	Natanael Fonseca Neto	Química	Monitor Química
36	Nathália Barros Ramos	Pedagogia	Equipe pedagógica
37	Nathaly Cristine leite Rocha	Biblioteconomia	Biblioteca Comunitária
38	Rafael Furtado da Silva	Geografia	Monitor Geografia
39	Renata Carvalho Rodrigues Souza	Ciências Sociais	Monitora Sociologia
40	Renata Franco	Biologia	Monitora Biologia
41	Ricardo Cavalcanti de Oliveira	Pedagogia	Monitor pedagógico
42	Savana Lorraine Pereira Alves	Medicina Veterinária	Monitora Biologia
43	Simone da Silva de Jesus	Biblioteconomia	Biblioteca Comunitária
44	Tainara Almeida	Biblioteconomia	Biblioteca Comunitária
45	Tainara Rayanne da S. Vital	Pedagogia	Equipe pedagógica
46	Taís Aragão de Almeida	História da Arte	Monitora artes
47	Tays Pereira Miranda	Pedagogia	Equipe pedagógica
48	Thays Vieira Nascimento	Pedagogia	Equipe pedagógica
49	Thiago Rodrigues	História	Monitor História
50	Vandeilson Souza Santos	Letras	Monitor português
51	Zenon de Araújo dos Santos	Letras	Monitor Letras português
52	Wesley da Silva Oliveira	Pedagogia	Equipe pedagógica

Fonte: Arquivo do Programa Formancia e do Projeto Biblioteca Comunitária Dinâmica do Novo Gama.

Os membros do SERPAJUS Luiz Alves da Silva e Maria do Rosário do N.R. Alves também atuam como monitores nas áreas de Filosofia e Língua Portuguesa, respectivamente.

A Ger'Ação Direta no DF: Reflexões sobre as lutas sociais em Brasília na primeira década século XXI

Paíque Duques Lima¹

Apresentação

Um trabalho acadêmico dificilmente consegue apreender em sua essência um fenômeno político complexo com a devida relevância que este merece. Ainda mais quando se realiza simultaneamente a eles, pois perde sua qualidade de análise de longo prazo, interlocução de eventos com estruturas e significados mais gerais das ações em análise. Todavia este artigo – cujo objetivo é contribuir para a reconstrução da memória das lutas sociais no Distrito Federal e sua relação com a Universidade de Brasília (UnB) – busca sistematizar e aprofundar um atual esforço de dissertar sobre algumas experiências contemporâneas de movimentações sociais locais. Procedemos, para tanto, uma análise das produções acadêmicas acerca de recentes lutas políticas de Brasília escritas por ativistas destes movimentos sociais em trabalhos de graduação e pós-graduação da UnB. O sujeito deste estudo refere-se a uma geração – compreendida nos primeiros anos dos anos 2000

1. Ou Paulo Henrique da Silva Santarém, como preferirem. Participante do grupo de estudos Modos de Produção e Antagonismos Sociais (MPAS). Este artigo foi elaborado desde a exposição feita no Seminário “Os Movimentos Sociais nos 50 anos da UnB: Desafios e Perspectivas” realizado em outubro de 2012, onde realizei fala sobre o referido assunto com Morena Marques, principal colaboradora deste artigo – ainda que seja inteiramente minha a responsabilidade por todas as afirmações presentes. Agradeço também enormemente às revisões e contribuições de Caio Csermak, Camila Souza Betoni, Diego Mendonça, Elisa Rosas, Gabriel Santos Elias, Leila Saraiva, Pablo Ortellado e Rafael Moreira.

- que ficou famosa em lutas empreendidas nos comandos de greve estudantil (1); pelo passe livre e transporte coletivo de qualidade (2); na ocupação da reitoria da UnB e derrubada do reitor Timothy Muholland (3); pela queda do ex-governador Arruda (4); na defesa do Santuário dos Pajés contra a especulação imobiliária (5).

Trata-se de um grupo heterogêneo, composto por pessoas de diferentes condições sociais, faixas etárias e orientações políticas que foi reconhecido socialmente como “estudantes da UnB”². Contudo, partimos da hipótese de que o diferencial desta geração não é a sua faixa etária ou situação escolar; seu diferencial na apreensão da *Ação Direta* como princípio, metodologia e forma de organização. Faremos uma síntese histórica do movimento com base nos cinco episódios acima citados. Compreendo esta geração como resultado e parte de um constante fluxo de organização coletiva marginal³. Marginal porque a ênfase prioritária do grupo à *Ação Direta* não pôde desenvolver-se sob qualquer tutela estatal ou como tática legítima pelos aparelhos tradicionais de organização política.

Nomeamos este grupo como ‘Ger’Ação Direta.’ É necessário esclarecer que este é um nome puramente literário, arbitrário e externo às movimentações, utilizado somente para os fins deste artigo. Não recordamos desta expressão ter sido utilizada em nenhum momento, sendo de nossa inteira responsabilidade a criação e uso do termo. Tratamos o grupo como uma geração porque suas ações são muito distintas e conscientemente opostas às do período anterior – da abertura política pós-ditadura – que se baseou na ação institucional partidária, na disputa eleitoral do aparelho estatal, nas formas deliberadamente hierarquizadas de organização e na ação política de massas

2. Esta é uma nomenclatura generalista e inadequada, porém expressiva: esta geração tem forte participação juvenil, grande participação de estudantes universitários e, dentre outras, utiliza – ou utilizou – instâncias da militância estudantil como mote de sua organização. Entretanto, trata-se de um grupo que atua em diferentes locais do DF, com presença significativa de estudantes secundaristas, jovens trabalhadores/as sem estudo formal, agitadores/as culturais, entre outras características. Para além da juventude, somam-se uma série de ativistas/militantes que estão fora do padrão socioeconômico, cultural, etário e escolar do que insistem em definir como sua característica central.

3. Daí segue-se uma segunda questão que é a da constituição deste grupo desde uma cultura de lutas forjada na cidade, tanto por características próprias do momento atual, da experiência vivida no ambiente urbano e da interlocução local/global com outras lutas e perspectivas do período.

cujos objetivos são o acúmulo de forças para a disputa do estado. Grosso modo, a Ação Direta pode ser definida como um princípio revolucionário - herdeiro principalmente do movimento operário anarquista - que busca acabar com as mediações sociais hierárquicas utilizando métodos mais imediatos de ação; um “conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas apesar do Estado ou contra o Estado, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais” (SOUZA, 2012).

Comando de Greve Estudantil na UnB - 2001

A participação da UnB na greve nacional de estudantes, docentes e funcionários/as em 2001, pela forma como concretizou a reorganização do movimento estudantil, pode ser vista como o marco inicial desta geração. A conjuntura era propícia, apesar do Diretório Central dos Estudantes da UnB (DCE) estar sem diretoria há alguns anos após gestões dirigidas pela União da Juventude Socialista (UJS), o braço jovem do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) - que se perpetuava na entidade com a herança política de sua participação no “Fora Collor” em 1992. O DCE ficou sem diretoria por decisão do Conselho de Entidades de Base (CEB, com representantes de todos os Centros Acadêmicos Estudantis da Universidade), que se opôs à política de trampolim político-eleitoral realizado pelos Partidos Políticos além dos sucessivos desvios de lucros com as carteiras estudantis. O CEB constituiu uma comissão responsável pelas tarefas executivas do DCE que seria ativada sempre que as entidades assim quisessem.

A ideia de atacar a burocracia estudantil – identificada com o DCE – e abrir espaço a conselhos de base é entremeada a uma perspectiva política que pouco a pouco se desenvolvia na época. Baseava-se na influência política formada pelas grandes ações de movimentos nacionais como o MST (as marchas de 1995, 1997 e a marcha dos 100 mil em 1999) e internacionais (o movimento Zapatista mexicano que começa sua ação pública em 1994, o auge do movimento antiglobalização de 1999 até 2003, o painel argentino de 2002, a guerra do gás/água boliviana entre 2000 e 2003, o bolivarianismo venezuelano emergido em 2002 com a tentativa de golpe de estado na Venezuela) junto às ações radicalizadas do movimento estudantil

Autogestionário e AnarcoPunk nas mobilizações de massa (em especial no ato contra o apagão de 2001 em Brasília); a constituição de experiências autônomas no movimento estudantil; a cena contracultural e underground baseada na filosofia do “faça-você-mesm@” onde realizavam-se shows, compartilhavam-se fanzines, reunia-se em grupos de estudo e realizava-se campanhas específicas; a crença cada vez mais generalizada de que as entidades estudantis haviam se engessado dentro de seu próprio aparelho burocrático; a crise da primeira fase do neoliberalismo e os movimentos de Resistência Global (ou Antiglobalização, ver a frente), entre outros fatores. Estas foram referências marcantes para que fosse constituído um comando de greve estudantil durante a greve docente realizada em meados de 2001. Projetava-se que as demandas estudantis tivessem voz ativa naquele movimento em defesa da educação pública.

O comando organizou muitas atividades, além de um acampamento no ICC-Norte (prédio da UnB) que durou mais de um mês. Dentre as principais bandeiras estavam a crítica do modelo educacional privatista desenvolvido pelo então ministro da educação Paulo Renato⁴ e a pauta da assistência estudantil permanente. Deste processo consolidou-se na universidade uma série de coletivos atuando em diferentes questões: o coletivo “ExtraMuros”, pautando a política da extensão universitária; o “Estágio Interdisciplinar de Vivência” - que realizava formação de estudantes junto a assentamentos rurais; a Rádio Laboratório de Comunicação Comunitária – RALACOCO. Outros coletivos surgiram nesta época, frutos de outros processos, como o ENEGRESER (de estudantes negros/as), defensor de ações afirmativas,

4. Trata-se basicamente de uma política educacional do octênio 1995-2002, quando o país esteve sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e do então Ministro da Educação Paulo Renato. Em geral as principais características deste período em relação às Universidades públicas são o fortalecimento do poder docente na gestão universitária; a redução de despesas das universidades públicas, com congelamento de salários, de investimentos em pesquisa e não reposição de quadros perdidos; o ataque à autonomia destas instituições por meio de projetos e lei e iniciativas de controle federal sobre gestão, recursos e poderes das mesmas. No que diz respeito às Instituições Privadas de Ensino Superior, este período foi caracterizado por seu fortalecimento: seu crescimento numérico foi enorme, em forma de faculdades e centros universitários, chegando a um cenário em que os/as estudantes de faculdades particulares superaram os/as de Instituições de Ensino Superior públicas. Em síntese, este modelo é caracterizado pela precarização do ensino superior público de qualidade e o incentivo ao estudo superior privado e sem necessária excelência.

em especial do projeto de cotas raciais no vestibular; grupos feministas e LGBTs, como o Nada Frágil, Filoginia. Ao fim da greve, abriu-se um debate bastante polarizado no CEB em relação à retomada das eleições ao DCE. Por um lado, defendiam a necessidade deste para uma representação política estudantil constante; por outro argumentava-se que o conjunto de coletivos da universidade poderia realizar por si mesmos esta representação. Ao fim, as eleições foram retomadas, porém o DCE não possuía mais os amplos poderes centrais que detinha anteriormente. Em especial porque não era mais responsável pelas lucrativas carteiras estudantis.

Esta divergência revela que a geração não era homogênea em nenhum sentido – as disputas internas sempre foram acirradas – porém constituiu mecanismos de ação coletiva para reivindicar respostas para demandas do cotidiano estudantil. A transversalidade das organizações – ou seja, coletivos orientados a temas específicos e não a um ou outro programa político – constituiu a base de princípios e pautas que se desenvolveriam nos momentos seguintes por todo o movimento: autogestão, mídias livres, horizontalidade, prefigurativismo, reparação, lutas raciais, contra a homofobia, ambientalistas e feministas. Em alguma medida, este grupo extrapolava a universidade e articulava-se no DF sob as mesmas bases.

Neste período, as cotas para negros e negras nos vestibulares são implementadas, o DCE firma-se como entidade sem grandes poderes burocráticos, algumas experiências de rádios livres consolidam-se na cidade, os primeiros estágios de vivência são realizados no DF e a pauta de extensão universitária torna-se consensual.

Durante este processo surgiu no DF um coletivo do Centro de Mídia Independente (CMI, ou Indymedia Center) – uma Rede Global de Ativistas que utilizam a mídia como meio de manifestação, comunicação e organização. Fundado em 1999 durante os protestos massivos em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio, o CMI organiza-se no Brasil ao fim do ano 2000. Em Brasília houve diferentes iniciativas por um coletivo local entre 2001 e 2003, quando finalmente o coletivo local se organiza. O CMI tinha como foco os movimentos sociais, principalmente aqueles de ação direta.

Danilo Farias (2005) apresenta uma análise da constituição do CMI-Brasília argumentando sobre como um coletivo local pode difundir e/ou ser

interlocutor da cultura política radical numa região. O estudo debruça-se sobre esta organização por julgar que ela concentra ao mesmo tempo práticas organizativas, midiáticas e ideológicas que refletem um tipo de atuação da qual a juventude é o seu maior protagonista.

Formado por uma convergência de ativistas recém-ingressados/as em diferentes militâncias - feminista, ecológica, lgbt, negra, sindical, de mídia alternativa, educação popular, estudantil e contracultural – o CMI-Brasília buscou irradiar o tipo de movimento social que a mídia independente buscava cobrir. Era um grupo de pessoas que havia tido relação direta ou indireta com a greve estudantil da UnB, a campanha pelas Cotas Raciais, o movimento contracultural ou com os atos daquele período. Pelo seu caráter em rede, o coletivo articulou-se com diferentes outras pequenas iniciativas locais/globais, desenvolvendo localmente a referência de uma perspectiva autogestionária contrária ao que se impunha sobre a cidade. Era, em alguma medida, uma reedição das táticas empregadas globalmente na constituição do movimento antiglobalização⁵, sem, todavia deixar de retirar dele seus ensinamentos⁶.

5. No caso do DF trata-se quase literalmente de uma consequência, pois o CMI-Brasília consolidou-se no momento de descenso deste ‘movimento de movimentos’. O Movimento de Resistência Global, Anticapitalista ou Antiglobalização - como ficou mais conhecido - foi uma articulação entre diferentes setores cindidos há décadas por suas lutas específicas que se uniram em torno das pautas comuns de combate às políticas neoliberais globais no âmbito trabalhista, ambiental, de direitos humanos e proteção a comunidades camponesas e tradicionais, por exemplo. As características mais marcantes - porém não únicas - deste período foram as ações diretas radicalizadas, a cultura de rede, os atos simultâneos em várias cidades do mundo - Dias de Ação Global. Cf. “Aproximações ao Movimento Antiglobalização” (Ortellado, 2002).

6. O ápice e fim destas lutas no Brasil foi ao final da década de 1990 e começo dos anos 2000, momento em que a geração da Ação Direta começa a se organizar no DF. Foram especialmente relevantes alguns artigos e livros de membros do Centro de Mídia Independente que realizavam um balanço dos limites e iniciativas deste movimento. Destacamos, como exemplos, os livros “Estamos Vencendo - Resistência Global no Brasil” (André Ryoky; Pablo Ortellado. Conrad, Coleção Baderna, 2004); “Urgência das Ruas” (Nedd Lud org. Conrad, Coleção Baderna, 2002); “Guerra da Tarifa” (Leo Vinícius, Editora Faísca 2004). Estes textos problematizavam, desde a prática recente sobre temas como a Autonomia, Horizontalidade, Anticapitalismo, Dificuldades e Alternativas à mídia; Organização em Redes, resolução de conflitos em organizações libertárias; Relatos, táticas e formas de Ação Direta; Repressões. Todos eles foram muito debatidos no DF em listas, eventos, entre outros, de forma que podemos concluir que o movimento aqui se constituiu inspirado nas lutas de Resistência Global, porém já conhecendo suas autocríticas mais relevantes.

Esta articulação organizou em setembro de 2004 um encontro voltado à difusão destes valores em toda esquerda: o primeiro Encontro de Grupos Autônomos (EGA)⁷, onde nasceu a *Convergência de Grupos Autônomos (CGA)*, uma articulação destes coletivos com intenção de desenvolver práticas autogestionárias, radicais e anticapitalistas no DF com uma perspectiva autonomista ainda em gestação. O foco de atuação que mais se desenvolveu após o encontro foi a luta pelo passe livre estudantil⁸.

O Movimento Passe Livre - MPL

Para tratar do Movimento Passe Livre é necessário analisar a Mobilidade Urbana e o Transporte Coletivo no DF. Brasília é uma cidade marcada pela segregação entre seu Centro (Plano Piloto, parte planejada e tombada como patrimônio, ocupada majoritariamente pela elite local) e as Cidades Satélites (regiões administrativas periféricas ocupadas por migrantes de baixa renda e originadas, sobretudo, das ocupações irregulares de trabalhadores/as que construíram a capital). Trata-se de um núcleo urbano polinucleado, ou seja, onde os bairros estão distantes entre si e conectam-se por meio de rodovias. A renda e emprego concentram-se na área tombada e a maioria dos trabalhadores/as vive nas cidades satélites.⁹

Numa situação deste tipo, o transporte coletivo tem papel vital: seja para o deslocamento da força de trabalho, controle da circulação da população, como influência política e fonte de lucro inesgotável de alguns empresários sobre a cidade. Este cenário configurou a mobilidade do DF, pois desde o

7. Tal iniciativa surgiu porque no início de 2004 ocorreu em São Paulo um Encontro de Grupos Autônomos Nacional, onde uma das deliberações finais era a realização de encontros locais para difundir esta forma de ação política. Organizaram o encontro do DF o CMI-Brasília, o Coletivo Feminista La Carnissa e o Coletivo Anarcopunk Persona Non Grata.

8. O estudo de Farias acaba justo quando a primeira grande movimentação oriunda da cultura anticapitalista chegou ao auge no DF: era a jornada de lutas do Movimento Passe Livre contra o aumento das tarifas em janeiro de 2006.

9. Segundo a CODEPLAN, em 2003 – pouco antes do MPL-DF surgir – o Plano Piloto abrigava aproximadamente 10% da população e concentrava 76,2% dos empregos e renda do Distrito Federal. (Elias e Telésforo, 2010)

acordo entre algumas oligarquias regionais e o Estado¹⁰, todo o transporte local passou a ser realizado por empresas com serviço de rebaixada qualidade, horário reduzido, com poucos veículos e passagem cada vez mais cara. O senso comum era de que o transporte coletivo era muito ruim e caro, apesar de extremamente necessário. Tais condições constituíram a base necessária para que a demanda reprimida por transporte público se materializasse em pauta reivindicativa de inevitável prioridade: ao fim do ano de 2004 surge o Movimento Passe Livre, impulsionado pelo Encontro de Grupos Autônomos do DF¹¹.

O objetivo do encontro era mapear a política independente do DF – não partidária e não relacionada a ONGs – e também unir pessoas que, apesar de interessadas em um tipo de política diferente, ainda não sabiam como se organizar. No encontro, se discutiram alguns pontos de atuação no DF. Foram formuladas quatro ideias: o jornal Autonomia DF; lutar contra a violência policial; contra a ALCA (Tratado de Livre Comércio entre as Américas); e pelo transporte público. Havia uma conjuntura favorável para a criação de um grupo que pensasse esse assunto já que o transporte da cidade necessitava uma reforma urgente e emergencial (MENDES, 2007, p. 21).

As jornadas de lutas que o movimento realizou em seu primeiro ciclo de atuações (de quando o MPL foi fundado em outubro de 2004 até o fim da jornada de lutas contra o aumento das passagens em maio de 2006) envolveram um conjunto expressivo de pessoas tanto em suas reuniões (com cerca de 60 participantes ativos/as), em suas listas de e-mails - com de centenas de estudantes - como em suas manifestações onde milhares de pessoas participaram fechando ruas, ocupando prédios públicos, pulando

10. Falamos do domínio do transporte coletivo por empresas privadas ligadas aos Grupos Amaral, Constantino e Canhedo durante os Governos de Joaquim Roriz (1988-1994;1999-2006). Apesar de uma série de disputas internas, imperou neste período a precarização da empresa estatal de transporte coletivo (TCB), a concessão de linhas a estas e outras empresas privadas sem licitação e a pouca fiscalização aos maus serviços prestados por estes grupos. Estas três lideranças do setor tinham investimentos em setores comerciais locais, propriedade de terras na região e participação política direta ou indireta na cidade, além do financiamento de campanhas. Um grupo retroalimentou o outro.

11. Para entendermos como este movimento chegou a um auge de mobilizações pelo DF nos ativemos a alguns trabalhos, em especial o estudo de Mendes (2007) abordando o choque político que o MPL-DF causou na cidade ao insurgir-se com grandes manifestações baseadas em uma metodologia diferenciada da até então conhecida na cidade. A base principal desta etnografia é o acompanhamento de lutas do MPL-DF, cidade onde se situava a pesquisadora.

catracas e manifestando-se em diversas cidades do DF. Além daqueles/as diretamente vinculados/as ao movimento e as instituições com as quais se relacionaram – a mídia local, polícia militar, órgãos públicos – muitas pessoas presenciaram as manifestações, conheceram o movimento e foram influenciadas e identificaram-se com este processo. Daí pode-se entender quando Mendes diz (2007, p.10) que a formação do MPL forjou uma cultura de ação política que se desenvolveu para além da sua própria luta. Em outras palavras, a experiência organizativa do MPL despertou militantes a outros tipos de ações não vinculadas ao transporte público. Segundo a autora (Idem, *Ibidem*), o movimento empreendeu seu impacto principalmente sobre dois eixos: o primeiro, imediato, por uma mobilidade urbana com um transporte coletivo público, gratuito e de qualidade; o segundo tratou do direito à cidade, ou seja, da gestão direta na política urbana, do direito não só de acessar a cidade, mas também decidir sobre ela.

Trata-se, assim, de um movimento que surge de uma questão específica - a precariedade do transporte coletivo - e que a partir deste item se politiza e envolve-se com diferentes outras reivindicações chegando a uma crítica geral da sociedade capitalista,¹² identificada na assunção da bandeira do Direito à Cidade.

Mendes (2007) observa o constante crescimento das bandeiras do movimento, não mais restritas ao transporte. Este conjunto de bandeiras é denominado “Identidade Libertária”, a convivência de diversas lutas contrárias às opressões (racial, de gênero, de orientação sexual, de libertação animal, contracultural, pela mídia independente, de software livre, contrária à propriedade privada) articuladas entre si. A universalização deste processo de consciência rumo a uma crítica sistêmica da sociedade capitalista é denominado pela autora como “Constelação”, ou seja, a forma como este grupo partiu do diálogo entre as bandeiras específicas a um entendimento Anticapitalista de sua luta. Este é o salto do movimento.

O Movimento Passe Livre interferiu objetivamente no seu campo específico - ainda que não da forma como previra. Para atestar esta afirmação

12. Parte do grupo que o compôs, todavia, já tinha uma prévia formação política. Mendes (2007) apresenta os três principais setores sociais de onde vieram os/as integrantes do movimento, sendo eles a parte de ativistas do movimento antiglobalização (CMI e Anarcopunks), uma série de militantes jovens em ruptura com os modelos de ação institucional, parlamentar e hierárquica dos partidos políticos e também uma leva de pessoas que iniciaram sua militância política por meio do movimento, atraídos/as em especial pela dinâmica participativa e a radicalidade das lutas que o mesmo desenvolvia.

basta observar a relevância pública que o tema dos transportes ganhou após as grandes ações de 2004 a 2006, a estabilidade no preço das tarifas e o número de programas implementados ou sugeridos pelos sucessivos governos a fim de equacionar a mobilidade urbana¹³. Em especial destacamos a implementação do Passe Livre Estudantil no DF – principal bandeira do MPL – em 2009 pelo então governo de José Roberto Arruda, que pouco tempo antes se pronunciou publicamente contra a proposta.

Após as grandes manifestações contra o aumento das passagens em 2006, a sensação generalizada era de que esta luta havia sido plenamente derrotada. A passagem não havia baixado e ninguém imaginava ainda que ela passaria os próximos sete anos sem sequer previsão de aumento. O MPL-DF manteve sua organização ativa após esta derrota desde aquela época até os dias atuais passando por diferentes momentos de sua luta. Porém este duro episódio teve como consequências algumas rupturas. A autocritica foi severa, e muitos/as militantes do movimento buscaram novos espaços de atuação: seja construindo novos coletivos e frentes de atuação autonomistas; rompendo com a autonomia rumo a formas anarquistas mais programáticas ou passando a militar em Partidos Políticos. Este grupo se conhecia e, apesar das divergências, havia se formado em uma luta comum baseada nos mesmos referenciais. Não foi de se espantar que esta cultura tenha contaminado suas novas organizações.

O Movimento “Fora Timothy” e a ocupação da reitoria da UnB

Voltemo-nos à Universidade de Brasília. Desde a reativação do Diretório Central de Estudantes em 2004, este havia sido ocupado por diferentes grupos políticos que não se perpetuaram no cargo. Fossem gestões ligadas a algumas correntes do Partido dos Trabalhadores (PT), de estudantes independentes, autonomistas, da UJS, do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Movimento

13. Já ao fim do Governo Roriz, articulava-se no DF um programa de reestruturação dos transportes chamado “Brasília Integrada”. Este foi um dos três principais eixos do programa do governo de José Roberto Arruda (2007-2010), mantido mesmo após sua queda por denúncias de corrupção. Agnelo Queiroz (2011-atualmente) também colocou a reestruturação do transporte coletivo como uma das principais metas de governo em sua campanha. Independentemente das ações efetivas dos governos na área, o transporte tornou-se tema de constante diálogo.

Instinto Coletivo¹⁴, este período caracterizou-se por uma diversidade de táticas e pluralidade de coletivos atuando no movimento estudantil. O DCE manteve sua relevância ainda que com limites, dada a forte atuação dos grupos de base. Ativistas do MPL, CMI e outros coletivos com participação de estudantes, não atuavam organizadamente na universidade, ainda que seus militantes estivessem muito presentes nos debates e lutas - nem sempre buscando cargos representativos para além dos centros acadêmicos. É importante frisar que durante o primeiro ciclo de lutas do MPL a maioria esmagadora do movimento era secundarista, sendo que muitos/as tornaram-se universitários/as logo em sequência.

A universidade neste período era atravessada politicamente por grandes debates. No âmbito federal, mantinha-se a resistência estudantil à política de privatização do ensino superior empreendida no governo de FHC/Paulo Renato, que abriu a possibilidade da criação indiscriminada de instituições privadas de ensino superior (IPES), em detrimento da educação pública. Esta crítica desenvolveu-se especialmente nos debates sobre o PROUNI¹⁵. Ligada a este tema, debatia-se a concomitante política de Reforma Universitária (REUNI), que previa uma expansão do ensino superior por todo o Brasil com investimentos maciços e profunda reformulação das grades de ensino, pesquisa e extensão.¹⁶

14. Uma organização estudantil que emergiu da Gestão “Autonomia no Movimento D@S Estudantes” (2005-2006), de inspiração autonomista. Criada em 2006, a organização manteve suas atividades até meados de 2009.

15. Programa Universidade para todos (PROUNI) é uma política do Governo Lula criada em 2004 e gerida pelo Ministério da Educação. Este programa oferece bolsas de estudos em instituições de educação superior privadas, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

16. A Reforma Universitária é uma reformulação do Ensino Superior em curso no país. A principal questão deste processo é a ampliação do número de universitários/as e diplomados/as no país. O Governo Lula, com diferentes estratégias e atores, tem o objetivo geral de elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais de setenta e dois para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor de dez para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano das Universidades Federais. Esta alteração central tem modificado as estruturas organizacionais, relações internas, missão institucional, diretrizes pedagógicas, filosofias e forma de trabalho nas IFES. Além da precarização, o REUNI é muito criticado pela mercantilização do ensino, pela forma autoritária como foi implementado (por decretos), pelo investimento em ampliação sem inovação nem aumento da qualidade, pelo seu vínculo maior com os interesses de mercado que com os interesses da comunidade. (Ricardo Gandini; Abrantes, Luiz Antônio; Júnio, Antonio Carlos Brunozi; Silva, Fernanda Cristina da; Souza, Alisson Penna De.; 2010)

A diferença do impacto deste debate na Universidade de Brasília em relação aos períodos anteriores é que estes dois programas foram propostos pelo recém-empossado governo Lula, do PT e sua coligação - cujas correntes tinham relevante presença no movimento estudantil local e nacional. As posições se polarizaram: de um lado, os setores vinculados institucionalmente aos grupos políticos do governo defendendo que o REUNI e o PROUNI não eram totalmente bons, mas poderiam ter seu conteúdo alterado pelo movimento estudantil se este os disputasse politicamente; de outro, partidos radicais da esquerda e outros setores independentes do governo realizando uma crítica estrutural a estes projetos sob o argumento de que eles aprofundavam igualmente a precarização do ensino público e a privatização do ensino superior e que, por isso, deveriam ser combatidos. Da mesma forma, os debates internos da UnB davam-se em parte vinculados aos projetos federais: discutia-se a possibilidade da criação de novos campi fora do Plano Piloto em locais já previstos anteriormente – Planaltina, Ceilândia e Gama – com as verbas do REUNI, onde as posições acima se repetiam na disputa e resistência ao projeto de novas instalações.

Outro tema relevante eram os acordos das Universidades Federais com as Fundações Privadas de Apoio à Pesquisa. Neste ponto, mesmo com nuances, havia maior consenso entre os grupos do potencial danoso que as fundações privadas exerciam na universidade ao passarem a ser financiadoras-gestoras de grupos de interesse privado no ensino superior, retirando sua autonomia. Inalienável a este debate era a questão da democracia universitária em seus diversos planos: desde a burocracia nos conselhos de Institutos e Departamentos setoriais, passando pelas abusivas taxas de formatura, matrícula entre outras, indo fundo à crítica da composição dos Conselhos de Decisão - Conselho Administrativo (CAD), Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (CONSUNI), cujas vagas são distribuídas em 70% para docentes, 15% para estudantes e 15% para funcionários/as. A crítica acentuou-se, pois, após algumas eleições paritárias para reitor – ou seja, cada segmento com peso de um terço dos votos –, foram realizadas três eleições repetindo a fórmula percentual dos conselhos – o “setenta-quinze-quinze”, como nomeado à época. A insatisfação discente materializou-se em Campanha pela Paridade.

Em 2005, durante a eleição para a reitoria, a Gestão do DCE “Autonomia no Movimento d@s Estudantes” (AME) chamou, após derrotada a campanha pela paridade, a campanha “Boi-Cotar”, que incentivou o voto nulo estudantil em defesa da democracia universitária. O movimento chegou inclusive a ocupar a reitoria no dia da posse do então recém-eleito reitor Timothy Mulholland. Esta gestão foi caracterizada por vários reordenamentos institucionais: cresceram os acordos com as Fundações Privadas; os poderes do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília foram ampliados e conseqüentemente o CAD, CEPE, CONSUNI e reuniões dos colegiados dos Institutos foram esvaziados. Ou seja, a participação política da UnB foi institucionalmente asfixiada.

Não surpreendeu quando, em 2008, surgiram as denúncias do Ministério Público de uma série de desvios de verba por parte desta administração em conjunto com algumas Fundações Privadas.¹⁷ Os órgãos docentes foram silenciados por esquemas de cumplicidade. Porém, emergiu o “Fora Timoty”, um amplo movimento de estudantes – cujo DCE estava sob a gestão “Nada Será Como Antes” (2007-2008) - que realizou assembleias, atos e ocupou a reitoria da UnB por 15 dias, tendo como reivindicações: a renúncia do Reitor e seu vice; a realização de um congresso estatuinte paritário; eleições paritárias para reitor, dissolução do conselho diretor da FUP, melhoria nos campus da UnB e Casa dos Estudantes Universitários, abertura das contas de todas as fundações da UnB e melhoria das condições para docentes e técnico-administrativos. O movimento estudantil apenas desocupou a reitoria da UnB após a derrubada do reitor e seu vice, a garantia em CONSUNI da realização de congresso estatuinte paritário e a realização imediata de eleições paritárias para reitor. Todavia, poderíamos dizer que este movimento,

17. A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) foi acusada em 23 de janeiro de 2011 pelo Ministério Público do DF de dar prejuízo aos cofres públicos e atuar como entidade privada. O orçamento previsto para 2008 era de R\$ 104 milhões, mas apenas R\$ 750 mil seriam investidos em pesquisa e educação. Gastos com a decoração do imóvel funcional usado pelo reitor Timothy Mulholland, na 310 norte, foi de R\$ 470 mil, incluindo três lixeiras a R\$ 2,7 mil. Da mesma forma, denúncias envolveram desvio de verbas na Funsaude. Dinheiro para financiar o tratamento de índios Xavantes e Yanomamis foi utilizado para comprar objetos de luxo, como cinco Tvs LCD e 2.500 canetas com ponteiros laser. Fonte: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1480>

fundamentalmente, apontou para o DF e até mesmo para o país a força do Movimento Estudantil, que já havia contagiado tantas outras universidades¹⁸.

Segundo Padilha (2008), o movimento estudantil presente na UnB demonstrava características gerais de outros períodos históricos, como pluralidade na origem de classe, militância transitória e ênfase nas lutas conjunturais. Mas cada geração realiza suas lutas sob particularidades históricas e condições sociais determinadas. Apesar da conjuntura desfavorável à sua organização – dada sua crise de representatividade e rejeição à burocratização que então se generalizava no movimento estudantil e em outros aparelhos da classe trabalhadora pós-governo PT – esta geração reencontrou-se em outras referências organizativas. Em muito herdeira de experiências prévias vivenciadas – a greve estudantil de 2001 e a consolidação do MPL – as características de cooperação, horizontalidade, participação coletiva, descentralização, assembleias e transparência nortearam o movimento “Fora Timothy”. Daí concluímos que esta “Cultura Libertária”, tal qual nomeia Mendes (2007), tornou-se hegemônica no movimento estudantil universitário, transcendendo o espaço do movimento rumo a outras lutas da sociedade. Para Padilha (2008), a luta desenvolve seu caráter pedagógico porque, a depender de suas características internas mais ou menos participativas, ela formará militantes mais ou menos ativos/as, criativos/as, emancipados/as¹⁹.

18. Neste mesmo ano foram ocupadas inúmeras outras reitorias de universidades públicas pelo país em resistência à Reforma Universitária: UFRJ, UNIRIO, USP, UNCISAL, UFS e outras. A ocupação da reitoria da UnB destacou-se justamente por ter sido uma das poucas que conquistou a renúncia do reitor.

19. Luan Grisolia (2008) ressalta nesta geração o vínculo entre a ação política e a performance constituindo dimensões estético-antiartísticas da luta, em grande parte herdada do movimento contracultural e das referências à geração de 1968. Ele trabalha sob a hipótese de que esta dimensão é politicamente potencial porque “ao ousar no vínculo entre intervenção lúdica, contestação e intervenção de massas, atacam os mecanismos de subordinação da sociedade e revelam que seus consensos são frágeis”. Ele trabalha com a sugestão - bastante provocadora, no mínimo - de que as lutas estéticas quando vinculadas à ação direta podem constituir subjetividades libertárias desde a experiência transformadora que se viveu durante a ação. Assim, as mobilizações não são mais somente espaços de reivindicação, mas propriamente o local de constituição de uma consciência anticapitalista.

O Movimento “Fora Arruda”

Desde a articulação entre a pedagogia das lutas baseadas na horizontalidade/autonomia e a experiência que a Ação Direta trouxe como renovação tática para a militância desta geração, passaremos a análise das mobilizações que conduziram a derrubada do ex-Governador José Roberto Arruda, na jornada de lutas conhecida como “Movimento Fora Arruda e Toda Máfia” ou somente “Fora Arruda”. Esta luta durou aproximadamente um semestre e teve como episódios centrais a ocupação da Câmara Legislativa do DF, a “Batalha do Buriti” (onde a foto de um cavalo policial pisoteando um manifestante rodou o mundo), o bloco carnavalesco “Fora Arruda” e os escrachos às residências dos envolvidos no esquema de corrupção.

Para compreender o movimento “Fora Arruda” é necessária uma análise sobre como José Roberto Arruda e seu segmento político construíram em Brasília uma determinada forma de governabilidade. Tal projeto, de indiscutível caráter privatista, se fundamentou em uma retórica desenvolvimentista e modernizadora da gestão do setor público-estatal. Sob uma campanha eleitoral cuja maior bandeira propunha um choque de gestão nos serviços e contas públicas, Arruda (DEM) – que ficara famoso no caso de corrupção do painel do Senado – elegeu-se com popularidade baseado no discurso da “legalidade e eficiência”.

A política de choque de gestão executada pelo GDF a partir de 2007 centrou-se em três ações concomitantes, voltadas tanto para os mais pobres e para classe média baixa como para a alta classe média brasileira. De um lado, o argumento da eficiência administrativa justificou a transferência para a iniciativa privada das políticas e serviços sociais, principalmente os vinculados aos direitos sociais básicos e populares: assistência, saúde, educação, habitação e transporte. De outro, através do projeto de reorganização territorial do Distrito Federal mercantilizou-se o solo urbano, com fomento estatal à especulação imobiliária. Não coincidentemente o vice-governador Paulo Octávio era proprietário de uma das maiores construtoras da capital e, fingindo ser ‘despropositadamente’, aprovou-se um novo Plano Diretor de Ordenamento de Terras (PDOT), que transformou em área urbana grande parte do território rural do DF, abrindo um novo ciclo econômico de empreendimentos imobiliários na região. Para tornar as duas primeiras ações

administrativas viáveis e conter possíveis manifestações, o setor da segurança pública foi fortalecido, ampliando a presença de seu braço armado nas ruas²⁰.

Ao fim do terceiro ano de mandato, a Polícia Federal deflagrou a operação Caixa de Pandora - responsável por fiscalizar a distribuição de recursos ilegais à base aliada do Governo Arruda. Gravações do inquérito policial foram exibidas em audiência nacional/internacional e o esquema de corrupção do GDF foi publicizado. O governador, seu vice, o presidente da Câmara Legislativa, deputados distritais e o subsecretário de saúde apareciam recebendo dinheiro de Durval Barbosa, então presidente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN)²¹. Entre as irregularidades do governo Arruda destacavam-se o suborno na aprovação do PDOT (com o valor de 420 mil reais por voto de cada deputado distrital); o uso indiscriminado de cargos de confiança; as ilegalidades no sistema de transporte. Foi mostrada também uma oração de parlamentares evangélicos para abençoar a distribuição de propinas. Os bolos de dinheiro eram escondidos em bolsas e baixas vestimentas.

Surgiu neste instante uma contradição, um caldo político de unificação dos movimentos sociais locais. A retórica da “legalidade e eficiência” do governo não correspondia à aplicação material de sua política, gerando uma Dissonância Cognitiva entre o dito e o visto (SOARES, 2012). A negligência nas políticas públicas, sobretudo em serviços essenciais – transporte, saúde,

20. Segundo Cardoso (2011), a relação do governo Arruda com os movimentos sociais ultrapassou os limites da simples repressão, agregando a esta um novo diálogo com instrumentos de cooptação e consenso. Além da violência contra manifestações, o governo “buscava o diálogo com alguns grupos e movimentos, tentando cooptá-los para aplicar políticas que entendia como necessárias”, e estabelecia “espaços de negociação, se mostrando uma administração aberta mas sem encaminhar os acordos” (CARDOSO, 2011, p. 36). “Esse novo padrão de relacionamento, que misturava cooptação política e violência conseguiu fazer com que, durante os três anos de governo Arruda, os movimentos sociais do DF enfrentassem enormes dificuldades” (CARDOSO, 2011, p. 37).

21. As investigações tiveram o apoio do secretário de Relações Institucionais do GDF e do ex-delegado da Polícia Civil, Durval Barbosa, que aceitou colaborar em troca de uma punição mais branda em outro caso de corrupção, revelado pela Operação Megabyte, ainda na gestão de Joaquim Roriz. Barbosa estaria envolvido, ainda, em outros escândalos, como irregularidades na terceirização de serviços prestados pelo Instituto Candango de Solidariedade (ICS) e pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Fonte: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/11/30/interna_cidadesdf,158092/index.shtml.

educação e habitação – somada à repressão social constituiu um clima de tensão que, com as denúncias de corrupção, pôde explodir em forma de luta.

Uma janela de oportunidades foi aberta. Após a exibição midiática de governantes recebendo propina instaurou-se, por distintas organizações sociais, sindicais, partidárias e movimentos dos mais diversos tipos, uma dinâmica de revolta generalizada - com reuniões, encontros paralelos, conspirações. Foi definido em um encontro das diversas forças a convocação para o dia 2 de dezembro de 2009 um ato em frente à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) a fim de protocolar diversos pedidos de impeachment contra o governador.

O ato na Câmara Legislativa ultrapassou os limites propostos, pois os grupos de juventude impulsionaram uma ação conjunta não planejada de ocupação da CLDF que durou uma semana. A ocupação da CLDF foi tanto um espaço de organização interna do movimento – dado que as diferentes forças políticas internas e externas foram levadas a constituir mecanismos de negociação sobre a manutenção e/ou apoio à ocupação – como externas – pois ocupar a Câmara Legislativa era um ato inédito e espetacular que centrou atenções locais/nacionais ao movimento. Assim como no MPL e na ocupação da reitoria, as instâncias de organização da ocupação eram os Grupos de Trabalho - responsáveis pelas tarefas diárias - e as Assembleias - que definiam os rumos do movimento.

Assembleias são um recurso recorrente dentro de movimentos autônomos. Elas são expressões concretas da visão autonomista de ‘dar-a-si própria suas próprias leis’ (...) também expressam o conceito autonomista de autovalorização, permitindo e incentivando a participação de todos os participantes nas decisões coletivas do movimento. (...) Ela se imbuí dentro do cotidiano dos manifestantes, que frequentemente abrem e fecham seus dias com ela. Reúnem todos os participantes juntos, e assim fazendo, criam uma sensação de comunidade (SOARES, 2012, p. 34).

Saindo da CLDF, o movimento ganhou força e tomou as ruas com diferentes estratégias. Na manhã seguinte à desocupação, uma grande batalha de rua foi realizada em frente à Praça do Buriti. A truculenta repressão policial, ao invés de enfraquecer o movimento, impulsionou a luta e criminalizou as

arbitrariedades do governo. Muitas marchas seguiram-se até o fim do ano de 2009, quando a principal estratégia passou aos escrachos nas residências dos denunciados por corrupção. O movimento preparou um bloco do “Fora Arruda” para o carnaval de 2010 com carrinho de som, marchas e alegorias. Estas, porém, tiveram que ser remodeladas de última hora, pois poucos dias antes do evento foi decretada a prisão preventiva do então governador, sob suspeita de que ele estivesse obstruindo as investigações. O bloco “Fora Arruda” passou de bloco reivindicativo a um *mix* de comemoração da prisão do governador e exigência da punição de “toda a máfia”. Arruda não voltou ao cargo e eleições indiretas foram realizadas para o governo, onde os parlamentares denunciados elegeram Rogério Rosso (PMDB, atualmente no PSD) como governador até o fim de 2010. A repressão policial aos protestos contra esta eleição novamente foram muito violentas. O “Movimento Fora Arruda e Toda Máfia” encerrou suas atividades no aniversário de Brasília (21/05/2010) ocupando por 24 horas o prédio da nova Câmara Legislativa do DF e estendeu sob sua janela uma enorme faixa preta com as palavras PODER POPULAR. Após estes atos foi feito um encontro chamado “Brasília - Outros 50 construindo o poder popular”, composto por diferentes movimentos sociais da cidade. O principal saldo desta atividade foi o balanço das lutas locais, elaboração conjunta de bandeiras e articulação de perspectivas futuras para a esquerda não institucional da cidade.

Ao retratar a diversidade dos movimentos que contribuíram para a consolidação do movimento Fora Arruda, Cardoso (2011, p. 39) descreve seus quatro principais grupos: o movimento sindical, principal atuante nos diálogos externos e articulações institucionais; o movimento comunitário, presente no diálogo com as comunidades, nas redes, e nas manifestações locais; os assessores de parlamentares e partidos políticos, aplicados em constituir os primeiros espaços de diálogo e negociação; e o movimento de juventude, composto principalmente pelo movimento estudantil. Este último, constituído desde a cultura política oriunda das lutas com estratégia autonomistas, tornou-se o setor politicamente hegemônico nas ações diretas de ocupação e bloqueio de rua.

O autor identifica este grupo com o mesmo que realizou a ocupação da reitoria da UnB em 2008. O repertório de ações é semelhante e muitos participantes de um movimento estiveram no outro. Conclui-se que a iden-

tidade do movimento foi formada na ocupação da reitoria em 2008 - esta, por sua vez, teve seu repertório de lutas montado nas lutas anteriormente citadas - e desenvolvida na ocupação da CLDF em 2009. A análise parte do pressuposto de que Brasília teve a constante presença de movimentos sociais e cada geração de lutas mantém - com rupturas e continuidades - características comuns.

“Santuário Não se Move!”

Gostaríamos de voltar um pouco na história e lembrar de um fato curioso e gracioso. Quando surgiram as denúncias contra o Governo Arruda, em 27 de novembro de 2009, muitos/as ativistas receberam a notícia em uma ocupação que realizavam na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Aquela ação direta ocorria em defesa do Santuário dos Pajés, uma comunidade indígena de Brasília que há décadas resiste aos projetos de Especulação Imobiliária interessados em converter a área em um bairro de elite chamado Setor Noroeste. Da ocupação da Funai, o movimento seguiu às lutas do “Movimento Fora Arruda” que, além de derrubar aquela gestão do governo e rearticular as forças sociais do DF, criou condições para que o Partido dos Trabalhadores montasse uma amplíssima aliança eleitoral e fosse eleito ao GDF na gestão de Agnelo Queiroz (PT) e Tadeu Filipelli (PMDB). A coligação “Um Novo Caminho”, além de suas desventuras e aventuras pelo planalto central, possui uma questão controversa: muitos/as militantes das recentes lutas do DF integram este governo em cargos estratégicos²².

22. É uma situação estranha, pois o Governo tem recebido severas críticas de movimentos sociais integrados por militantes que também participaram da Ger'Ação Direta'. O Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) - que atua no enfrentamento da Especulação Imobiliária e na defesa do direito à terra por parte de povos originários e da classe trabalhadora - realizou duras jornadas de lutas criticando os programas de governo, seu vínculo com as Construtoras/ Empreiteiras que se gestam como nova elite econômica da cidade. Movimentos contrários às Parcerias Público Privadas do GDF questionam os acordos com empresas privadas para realizar serviços públicos essenciais. O MPL também questionou a nova política de Mobilidade Urbana deste governo apresentando suas lacunas, vínculos com a Especulação Imobiliária e sua concepção que trata o Transporte Coletivo como fonte de lucro e não como direito. Juntamente a isso as greves de professores/as, bancários/as, urbanitários/as e servidores públicos locais são protagonizadas por ações diretas realizadas na base, em geral impulsionadas por militantes daquele mesmo período - são muitos os relatos de tensões nas lutas sindicais entre os grupos tradicionais e estas novas forças recém-chegadas.

A Especulação Imobiliária foi o eixo central do governo Arruda e inaugurou um novo ciclo econômico no DF. Ciclo este seguido por Agnelo, que manteve o PDOT comprovadamente aprovado com fraudes; a subsequente construção do Setor Noroeste e a ampliação dos empreendimentos imobiliários de luxo a todas as cidades no DF, provocando expulsão das comunidades locais a áreas ainda mais afastadas e pauperizadas. Penhavel (2013) sugere que analisemos esta confluência de mecanismos de expropriação no meio urbano desde a chave analítica da “Urbanização por Expropriação”. Este processo é constituído pela articulação entre mecanismos de estado e mercado para apropriar-se de territórios ocupados por outros grupos sociais e convertê-los em mercadoria²³. No caso de Brasília, esta disputa se dá em tons ambientais no Santuário dos Pajés, onde o discurso articulado entre a mídia e a publicidade sugere que o Setor Noroeste será um bairro sustentável, dando um caráter supostamente militante ao consumidor daqueles prédios, que são impulsionados a crer que realizam uma ação transformadora ao comprar um imóvel na área. Todavia, o bairro somente será construído se realizar danos sociais e ambientais - esta é a condição da constituição daquele projeto urbano. Todo esse processo é compreendido pelo autor desde o conceito do Ambientalismo de Espetáculo, cujas implicações são os componentes ideológicos da urbanização expropriadora.

O conflito já existente no Santuário dos Pajés durante o Governo Arruda gestou o movimento social “Santuário Não Se Move!”, aglutinando em torno da comunidade indígena ativistas egressos de grupos como o MPL, CMI, Ambientalistas, Movimento Estudantil, Políticos Profissionais, entre outros. O grupo age com o mesmo método anterior: assembleias gerais de organização da luta, ações diretas, escrachos, manifestações, organização de debates

23. Urbanização por Expropriação parte de um entendimento elaborado por David Harvey (2006) de que o processo chamado de Acumulação Primitiva tem um caráter permanente na reprodução capitalista e não é, portanto, um processo ultrapassado. Por isso precisa ser renomeado por Acumulação por Despossessão (ou Expropriação). Daí segue-se a proposta de Penhavel da chave analítica da Urbanização por Expropriação como “a utilização dos instrumentos de organização, regulação e expansão das cidades em benefício da acumulação de capital.” (PENHAVAL, 2013, p. 15)

e outros eventos de conscientização, produção de material audiovisual, uso da internet para se organizar e atuar. Uma diferença deste movimento em relação aos outros até aqui apresentados é a clara diferença entre a base social da luta (comunidade indígena) e o grupo que a apoia. Esta característica gerou uma série de problemas e possibilidades de atuação, uma vez que a luta em apoio a setores marginalizados coloca as diferenças entre realizar a horizontalidade numa mesma categoria social e entre grupos sociais estruturalmente clivados. Foram muitos os momentos em que a orientação da ação estava mais baseada nas decisões da comunidade indígena que nas opiniões de seus/suas apoiadoras. A questão das diferentes cosmovisões e a solidariedade entre grupos sociais diferentes foi marcante²⁴.

Apesar do apoio ao Santuário dos Pajés ser muito antigo, esta configuração do grupo formou-se no primeiro semestre de 2008, quando começou a maior pressão estatal pela construção do referido bairro. As principais bandeiras do movimento são a demarcação do Santuário dos Pajés como território indígena, a paralisação das obras do Setor Noroeste e a preservação do cerrado nativo em torno da terra indígena. As primeiras ações foram de agitação social e pressão política. Mas em outubro de 2011 as imobiliárias invadiram e iniciaram a construção em áreas até então judicialmente embargadas - numa situação de desrespeito/manobra às ordens de interrupção das obras na área em disputa. O movimento agiu para impedir as obras, sabotar a construção realizando enfrentamento direto na área. Este conflito durou dois meses resultando na garantia da permanência do “Santuário” em sua área e acordos jurídicos sobre a situação legal da área.

O movimento “Santuário não Se Move!” talvez seja, dentre as lutas citadas, o que obteve menos arcabouço institucional que subsidiasse minimamente suas ações radicais. Não se estava em um terreno que não pode ser ocupado

24. Não se trata, porém, de algo novo ou estranho a esta geração. É constante a relação com movimentos sociais locais pelo menos desde a constituição dos coletivos ExtraMuros e do Estágio Interdisciplinar de Vivência, passando p.e. pelas atuações no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Catadores e Catadoras de Materiais recicláveis (MNCR), Coletivo da Cidade e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). O centro desta reflexão foi acerca da nomenclatura “estudantes da UnB” mas, desenvolvendo o que ressaltamos acima (na nota de rodapé nº2), cremos que esta geração poderia igualmente ser analisada desde os movimentos sociais populares dos últimos dez anos.

pela polícia sem ordem federal (a Universidade), nem em luta contrária a uma lei impopular (o aumento de passagens) e muito menos se tinha a favor do grupo um escândalo de corrupção que justificasse socialmente as ações. Ao contrário, haviasobretudo o secular racismo/colonialismo estatal direcionado a comunidades indígenas somado à sanha capitalista por expansão de mercado. Na luta em defesa do Santuário dos Pajés, o movimento recorreu à Ação Direta radicalizada como resistência aos tratores de empreiteiras, às empresas de segurança, às ostensivas tropas da Polícia Militar com ordens expressas de prender manifestantes²⁵, ordens judiciais incentivando as construções, a mídia local atacando a comunidade indígena e apoiadores/as, o cúmplice silêncio da FUNAI em relação à especulação imobiliária. Um grande marco do movimento foi garantir, em situação institucional completamente adversa e arbitrária, vitórias importantes onde quase ninguém esperava ser possível. Mais que isso, esta jornada de lutas politizou e tornou factível o slogan do movimento de que “A Ditadura da Especulação Pode Ser Derrotada!”.

Um balanço necessário

Segundo Saraiva (2010), a especificidade desta geração pode ser apreendida observando as características do movimento autônomo local²⁶. A análise das ocupações como rituais demonstra como as experiências concretas e as dinâmicas de enfrentamento que a geração enfrentou por meio destas Ações Diretas gestaram um *modus operandi* das lutas no DF, justamente por fortalecerem as relações de solidariedade entre pessoas de diferentes segmentos, grupos e espaços sociais.

25. Destacamos especialmente a repressão cavalari direcionada a estas movimentações. No Longa-Metragem do CMI-Brasília chamado “Sagrada Terra Especulada: A luta Contra o Setor Noroeste” (2011) apresenta-se a questão indígena de forma detalhada, além do esquema de especulação imobiliária montado para construção do setor noroeste durante o governo Arruda. O Curta metragem “A ditadura da especulação” (2012) também do CMI-Bsb é um Thriller de violentas cenas de combate empreendidas pela gestão Agnelo contra o movimento social que - por meio da mesma metodologia de Ação Direta - criou as condições políticas de sua eleição.

26. Cf. SARAIVA, Adriana. *Movimentos em movimento – uma visão comparativa de dois movimentos juvenis no Brasil e nos Estados Unidos*. Brasília: UnB, 2010. A tese de doutorado de Adriana nos auxilia na construção da hipótese de que foram os movimentos autônomos, empreendendo novas dinâmicas ao movimento social de juventude, que atuaram definitivamente como um vetor à radicalização destas lutas.

Algumas características da geração são tratadas a fundo²⁷, em especial a opção pela Ação Direta como Princípio de atuação - ou seja, que os grupos buscam a eliminação das mediações entre as pessoas e a realidade, seja pelo estado, capital ou gestores. Isso quer dizer que a metodologia de movimentação desta geração é realizada tendo como primeira forma de reação aos problemas da sociedade a manifestação de rua, sendo que só posteriormente segue a um processo de enfrentamento, diálogo ou interlocução com as instituições. Implica também que suas organizações buscarão empreender desde dentro relações que combatam as hierarquias internas e estabeleçam relações igualitárias entre seus/suas participantes. Trata-se de uma forma diferenciada da geração anterior, que baseava suas ações num crescente de mobilizações de massa casadas com projetos institucionais de acúmulo de forças. Deste acúmulo se seguiria disputa de cargos institucionais - por isso a necessidade de lideranças constituídas - e ocupação cada vez maior da esfera estatal. As lutas sociais seguir-se-iam neste processo não ao enfrentamento final entre classes com propósitos opostos, mas sim à constituição de mesas de debate entre estado, capital, trabalhadores. Grosso modo, esse é o chamado “Projeto Democrático Popular”. Já na Ação Direta a ruptura pública é anterior à utilização da via institucional e não se objetiva com a luta um acúmulo de forças buscando ocupar o estado; ao contrário, a forma democrática e participativa da luta é vista, ela própria, como um acúmulo de forças para acabar com as relações sociais hierárquicas desta sociedade.

27. Cf. SARAIVA, Adriana. *Movimentos em movimento – uma visão comparativa de dois movimentos juvenis no Brasil e nos Estados Unidos*. O texto centra-se especificamente no Movimento Passe Livre, analisando sua atuação em diferentes eventos. Esta opção tem o problema de talvez obliterar uma série de outras relações paralelas que também são constitutivas deste período. Todavia, pelas características próprias da geração que ela observa no texto este problema é minimamente dirimido: talvez pela característica denominada “Multimilitância” (a participação simultânea em diferentes coletivos, espaços, movimentos e lutas específicas), através da análise de um movimento social pelo qual passaram centenas de militantes pode-se ter em conta esta diversidade de lutadores/as. A isto se soma a Fluidez na atuação desta geração. Há uma dificuldade em estudar este período pois os/as militantes sempre estavam circulando em diferentes posições a cada momento. A opção por pensar como um movimento específico comportou-se e remoldou-se durante grandes eventos analisados balança o que há de constante e inconstante nesta geração. Dado também que em diferentes momentos estudados o Movimento Passe Livre atuou em rede com outros grupos, a diversidade de organizações presentes pode ser percebida. A qualidade final deste estudo é falar sobre uma multidão, todavia escolhendo desde onde retratá-la, entendendo-a em sua história e desde os seus próprios conceitos.

Igualmente, basear-se ou mesmo participar destas estruturas dominantes só cria relações sociais contrárias à sociedade emancipada que se quer construir. O desenvolvimento destas lutas não busca nem opera em momento algum com a constituição de articulações com setores opostos, de forma que o consenso entre as classes sociais antagônicas não é um objetivo tático. Este movimento valoriza a tensão entre setores com interesses materiais opostos, rumo a um enfrentamento final.

Isso não quer dizer propriamente que esta geração não tivesse relação com instituições ou não realizasse disputas públicas. Justamente o contrário: ainda que minoritária e não hegemônica, parte dos militantes e apoiadores/as eram vinculados às estruturas burocráticas de partidos ou direções sindicais; grande parte das lutas tratam justamente de incursões às instituições do estado, seja disputando projetos de lei, determinações de governo ou mesmo a própria forma das instituições do mesmo. Não fossem os turbulentos apoios de sindicatos, centrais sindicais e parlamentares as lutas realizadas teriam um caráter completamente diferente. E, não fossem questões que tratassem de temas referentes à vida de setores expressivos da sociedade, estas lutas não seriam relevantes. A questão principal era a da autonomia do conjunto de lutadores/as em relação a um ou outro programa político-partidário específico; também da linha tênue entre a crítica radicalizada/utópica no que diz respeito às relações sociais atuais e às possibilidades de transformação imediata possíveis.

Há, sim, uma dissonância entre as lutas de curto prazo (passe livre, paridade, derrubada do reitor/governador, santuário não se mover) e as pretensões de longo prazo (Poder Popular, Socialismo, Anarquismo, Comunismo). Esta disparidade acentua-se justamente pela rejeição pública que o discurso geral do grupo tem em relação à ocupação eleitoral de cargos institucionais por membros do próprio movimento. A compreensão geral seja dos militantes anarquistas, autonomistas, por parte dos partidos de extrema esquerda ou da esquerda dos partidos tradicionais é de que a ocupação dos cargos parlamentares tem no máximo um poder tático de frear avanços conservadores; jamais a possibilidade de imprimir uma revolução por meio das formas atuais das instituições do estado e do capital. Ainda que defendidas, as reformas burocráticas de curto prazo não são o horizonte estratégico.

O problema, todavia, não está na negação destas estruturas, mas na ausência de alternativas de acúmulo de forças por parte dos movimentos que não seja pela ocupação de cargos institucionais, isto é, as estratégias revolucionárias de médio prazo não são apresentadas por parte deste grupo. Do ponto de vista das relações sociais locais, as críticas à oligarquia e especulação imobiliária no Distrito Federal também não são correspondidas a um projeto geral de transformações econômicas e políticas que pudessem reorganizar o DF rumo ao Poder Popular almejado. A situação fica mais tensa quando a estratégia central do grupo é desestabilizar e deslegitimar estruturas institucionais por meio da Ação Direta. Esta lacuna configura um limite do movimento, pois ele converte seus projetos estratégicos não em meios de realizar seus objetivos, mas sim em mecanismos principiológicos. Ou seja, o Poder Popular é simultaneamente horizonte e princípio, mas não um consistente meio de realizar a luta em seus momentos de ascenso e recuo. Dando um exemplo mais claro, não foram constituídos organismos de controle popular sobre a política local que pudessem configurar-se - ainda que embrionariamente - em estruturas permanentes de contrapoder. Some a isto que a apropriação estatal/mercadológica das lutas (seja assumindo/deturpando a bandeira do passe livre, convergindo a força das ruas em campanhas eleitorais para reitor ou governador sem obviamente manter a essência rebelde do movimento); garantindo uma permanência institucionalmente instável do Santuário dos Pajés. Os desdobramentos institucionais imediatos das movimentações não cumpriram as expectativas do movimento: vide a crítica à burocrática e limitada política do passe livre estudantil, às gestões da reitoria e governo pós-lutas e a insatisfação com o Setor Noroeste. Isso não é novidade, pois em nenhum momento estas estruturas institucionais foram objetivos almejados pelo movimento e já se conhecia há muito a capacidade da sociedade capitalista em aglutinar opositores. Por isso a lacuna de táticas para impulsionar desdobramentos sociais concretos das vitórias das lutas torna-se mais visível.

Estas lacunas não permitem, todavia, a avaliação de que as lutas foram unicamente pontuais e não alteraram em longo prazo as formas sociais e políticas na cidade. É notório que este movimento constituiu no DF um conjunto de relações sociais solidárias e críticas ao capital e ao estado. Por

meio de suas conquistas esta geração reafirmou a efetiva possibilidade da ação popular organizada transformar a realidade. Talvez não na velocidade e força inicialmente desejadas, mas certamente para um caminho distante do que se criticava anteriormente. Se esta geração criou, como tantas outras, uma ou outra nova elite política, não é de surpreender ninguém. A novidade deve ser observada onde ela de fato está, ou seja, na constituição de um conjunto de lutadores e lutadoras anticapitalistas com mecanismos eficientes de resistência à dominação e cooptação burocrática ou de mercado. E é importante salientar que todas as conquistas do movimento, apesar de limitadas, são avanços políticos inegáveis.

Acreditamos que do ponto de vista das relações sociais na Universidade de Brasília esta geração está chegando ao seu fim ou mudando radicalmente de estágio, tanto pelas condições internas do grupo como também pelas mudanças sociais que se operaram na universidade. A expansão do ensino superior público (por exemplo a expansão da UnB a outros campi e a criação dos Institutos Federais) e privado, os programas de ações afirmativas, graduações voltadas a movimentos sociais, incentivos para a população de baixa renda a realizar o ensino superior e outras medidas semelhantes modificaram sensivelmente o público universitário. Ainda que seja composta por uma maioria de estudantes provenientes da elite, a presença consolidada de outras camadas sociais no grupo de estudantes universitários/as modificou as relações políticas internas do setor. Como os campi universitários estão espalhados pelas cidades do DF, muda-se também a geografia das lutas universitárias, que agora podem ocorrer no centro e nas periferias. Soma-se o fato da maioria dos/das participantes das lutas anteriores se formou e está inserida em outros espaços de luta, coletivos, movimentos, sindicatos, partidos ou governos.

Outro motivo que reconfigura esta geração é a presença organizada de grupos conservadores realizando a séria disputa dos Centros Acadêmicos, DCE e ADUnB (sindicato de docentes) da universidade, ocupando estes espaços com larga votação de estudantes e professores/as. Esta presença de grupos assumidamente direitistas nas disputas internas do movimento estudantil não foi algo enfrentado por nossa geração e nem pela geração anterior. A última notícia que temos de grupos deste tipo com relevância na

universidade foi na ditadura militar. Talvez por esse ou por outros motivos a própria composição interna da esquerda da universidade é cada vez mais preenchida por grupos focados em programas próprios e sem tanta capacidade de articulação entre si como tivemos em nosso período. Os coletivos transversais que desenvolviam lutas em temas específicos enfraqueceram frente às organizações estudantis que possuem, cada uma, seu programa próprio de universidade, país, mundo e militância.

Todavia esta geração não deve ser compreendida como derrotada nem muito menos superada. Suas perspectivas e formas de luta tanto alteraram significativamente as relações e referências políticas locais como têm relação com um amplo e heterogêneo conjunto de atores locais. Trata-se de uma perspectiva de lutas que visivelmente ainda tem muito a crescer no DF, talvez agora não mais identificada com apenas um setor social. Com certeza a Ação Direta logo retornará ao centro da política local, com todas suas implicações possíveis²⁸.

Considerações finais

O livro “A rebelião dos Estudantes (Brasília: 1968)” apresenta, por meio de crônicas dos principais episódios, a história de luta do movimento estudantil no período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964 chegando ao ápice em 1968 e toda repressão seguinte. É curioso comparar esta história com as lutas da geração que agora estudamos: ressaltam-se as

28. O destino sempre nos reserva agradáveis coincidências. Este artigo foi finalizado e enviado à revisão ortográfica dia 15/05/2013 para posterior publicação. Ou seja, quase um mês antes das “Jornadas de Junho” - mobilizações nacionais pautadas na Ação Direta e em movimentos sociais muito semelhantes aos que aqui estudamos. Curiosamente ou não, foi o Movimento Passe Livre que desencadeou novamente todo este processo em uma jornada de lutas contra o aumento da passagem, desta vez em São Paulo. E, mais que isso, creio que estava desgraçadamente certo quando afirmei que a Ação Direta voltaria à tona com “todas suas implicações possíveis”: tentativa de apropriação pela direita, repressão brutal do estado dito democrático, tensionamentos sociais, emergência política de atores marginalizados. Enfim, me falta espaço e ainda é cedo para realizar um amplo balanço desta luta que agora nos toma de assalto. Mas o *GAP* entre finalizar o artigo e publicá-lo pôde, ao menos tacitamente, confirmar minha afirmação. A Ger'Ação terá uma longa vida por este caminho. Por isso é tão importante cuidarmos com carinho de nosso movimento, analisando-o seriamente e superando nossos principais problemas. Quem sabe assim alcançamos nossos principais objetivos. (Nota escrita dia 18/10/2013)

claras similaridades de ser um movimento efervescente, que realizava ações de protesto radicalizadas com táticas semelhantes às atuais (grandes marchas, ocupações/tomadas das instituições de ensino sob controle estudantil; contra-ataques à repressão policial, uso de molotovs, deitar na rua para fechar as vias); também destaca-se a semelhança de ser um movimento realizado com a articulação de estudantes secundaristas e universitários/as junto à ação concomitante extrapolando o centro da cidade, tomando o conjunto dos núcleos urbanos do DF; o vínculo estreito entre a luta política e a cultural; também são semelhantes as articulações pontuais e desconfiadas com parlamentares que se colocam a disposição para intermediar confrontos institucionais ou retirar manifestantes da prisão.

Por outro lado, as características dos dois grupos diferem entre si quando vemos nas metodologias de 1968 a prática deliberada de encontros fechados entre lideranças para definir os rumos da ação; a prioridade dada pelo movimento à disputa das diretorias dos órgãos estudantis em relação às organizações de base (que quase se confundiam, pois as diretorias eram mais clandestinas que propriamente burocráticas), a definição mais ideológica e programática de cada uma das correntes no seio do movimento. Para além destas aproximações, há a questão central colocada com relação às distintas conjunturas em que as disputas das duas gerações realizavam: o movimento estudantil de 1968 realizava lutas radicais contra as instituições federais reconhecidamente autoritárias e repressoras da ditadura (o que justificaria a transgressão institucional), enquanto as lutas atuais realizam atos radicalizados nos limites das instituições estatais que se afirmam democráticas, com processos aparentemente mais públicos e regulamentados.

Não deixa de ser interessante a coincidência tática em momentos institucionais tão distintos, ainda que os direcionamentos de cada luta sejam de esferas diferenciadas - uma mais federal e outra mais local. A questão que se coloca é: como em um período de aparente abertura política tornou-se tão contundente e adquiriu tantos/as adeptos/as a tática radicalizada e transgressora das instituições? É curioso também que muitos/as militantes notórios/as daquele período tornaram-se hoje políticos profissionais ocupando cargos estatais vinculados a grupos mais à direita ou mais à esquerda no quadro político. E também que muitas/os militantes das lutas atuais são

filhos e filhas, netos e netas, sobrinhas e sobrinhos daquele grupo. E que militem, em grande parte, de forma crítica aos caminhos que seus antecessores trilharam.

A geração da Rebelião dos Estudantes é aquela cujo principal líder e mártir é Honestino Guimarães, militante desaparecido e morto pela ditadura militar. Honestino Guimarães dá nome ao Diretório Central dos Estudantes da UnB. Respondendo à questão acima levantada, fica a hipótese de que a Ger'Ação Direta, observando o caminho das gerações anteriores, acreditou/acredita que aquele método de inserção institucional pós-ditadura (que chamamos aqui de Projeto Democrático Popular) estando ou não correto em seu período de gestação, claramente chegou ao seu limite. Se naquela geração a ruptura institucional foi a forma-conteúdo da ação contra o autoritarismo militar, o mesmo caminho foi rearticulado nesta geração como forma de resposta ao avanço neoliberal combinado com a rebelião à burocratização da esquerda hegemônica e à própria burocracia estatal.

Talvez, fazer hoje justiça às bandeiras que a parte de baixo da sociedade sempre defendeu implique em articular a radicalidade dos períodos anteriores com a projeção de um futuro libertário sempre presente. Cremos que a Ação Direta pavimentou o caminho desta articulação histórica e geracional para o hoje e o amanhã de nossas lutas, vidas.

Referências bibliográficas

ANDES-SN. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. *Cad. ANDES* - Brasília - n. 25 - p. 1-41, ag. 2007

CARDOSO, Raul. *A ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a formação do Movimento Fora Arruda*. 2011, Monografia de Graduação – Instituto de Ciência Política -UnB.

CUNHA, Luiz Antonio. O ensino superior no octênio FHC. *Educ. Soc.* Campinas, v.24, n.82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v24n82/ao3v24n82.pdf.

ELIAS, Gabriel Santos; MEDEIROS, João Telésforo. *A luta pelo passe livre sob a perspectiva do Direito à Cidade no Distrito Federal*. VI Encontro anual ANDHEP, Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. Brasília, 2010.

ELIAS, Gabriel Santos. *Estratégia e identidade nos Movimentos Sociais Urbanos do Distrito Federal - Os casos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e do Movimento Passe Livre*”. Trabalho de Final de Curso. Instituto de Ciência Política. UnB, 2012.

FARIAS, Danilo Pires. *Desaf((i)os da Rede Centro de Mídia Independente*. Trabalho de Monografia. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2006.

GURGEL, Antonio de Pádua. *A Rebelião dos Estudantes (Brasília, 1968)*. Brasília: Editora da UnB. 2002

GRISOLIA, Luan. *Multidão: imaginário em expansão*. 2008, Trabalho Final de Curso, IDA-UnB.

LUGÃO, Ricardo Gandini; ABRANTES, Luiz Antônio; JÚNIO, Antonio Carlos Brunozi; SILVA, Fernanda Cristina da; SOUZA, Alisson Penna De. *Reforma Universitária no Brasil: Uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o REUNI - Programa de apoio a planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais*. (2010) Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96929>.

MENDES, Elisa Rosas. *Por uma vida sem catracas! Um estudo sobre o Movimento Passe Livre*. Trabalho de Monografia. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2007.

PADILHA, Mônica Fonseca. *O Movimento Estudantil como espaço dialógico de formação*. 2008, Trabalho Final de Curso – Faculdade de Educação –UnB.

PENHABEL, Pedro Felix Carmo. *Urbanização por expropriação: o caso do Setor Noroeste*. Dissertação de mestrado. Brasília-DF: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2013.

SARAIVA, Adriana. *Movimentos em movimento – uma visão comparativa de dois movimentos juvenis no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. 2010.

SCHVARSBURG, Alan. *A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense*. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2009.

SERRA da Silva; MOREIRA, Rafael. *O Plano dos Brancos - Brasília e a Marcha para o Setor Noroeste*. Monografia de Graduação. Departamento de Antropologia da UnB, 2011.

SOARES, Gabriel Ozorio de Almeida. *Fora Arruda: Uma etnografia do Movimento Fora Arruda e Toda Máfia durante a ocupação da Câmara Legislativa do Distrito Federal*. 2012, Monografia de Graduação – DAN-UnB.

SOUZA, Marcelo Lopes De. *Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? (1ª parte)*. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/04/56901>.

Redução da Mortalidade Materno-Infantil: Exercitando o Diálogo entre a Universidade e o Movimento Social

Patrícia Maria Fonseca Escalda, Alberto Mesaque Martins e
Luiza de Marilac Meireles Barbosa

Introdução

Apesar da constatação da redução do número de óbitos, a mortalidade materno-infantil (MMI) ainda configura-se como um importante problema de saúde coletiva, desafiando gestores, pesquisadores e profissionais de saúde em todo o mundo (VICTORA *et al.*, 2011; REIS; PEPE; CAETANO, 2011). Tratando-se dos países pobres e em desenvolvimento, como o Brasil, a temática ganha uma maior complexidade, explicitando a implicação das condições sociais, políticas e econômicas na configuração e manutenção deste cenário.

Estudos chamam a atenção para o fato da MMI não se distribuir de forma aleatória e homogênea, de modo que coeficientes de morbimortalidade mais expressivos são encontrados entre a população de menor renda, menor escolaridade, negra e com maiores dificuldades de acesso aos serviços de assistência à saúde, revelando assim um contexto permeado pela desigualdade e iniquidade social (MORSE *et al.*, 2011).

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2010), no ano de 2008, a razão de mortalidade materna apresentou variação significativa, quando comparados países com realidades de desenvolvimento e renda distintos, indo de 3/100.000 nascidos vivos (NV) na Irlanda a 1.200/100.000

NV no Afeganistão. A mortalidade infantil no Brasil – que caiu de 120,7 a cada mil nascimentos vivos, em 1970, para 19,88 em 2010 - ainda é muito superior a dos países com o menor índice de mortalidade: Islândia (2,6) Suécia (2,7) e Chipre (2,8). Na Itália, o número é de 3,3, na Noruega de 3,4 e na França de 3,8 (VICTORA *et al.*, 2011).

No contexto brasileiro, a constatação da desigualdade na distribuição das mortes maternas e infantis vem sendo apontada na literatura científica, evidenciando importantes variações nas diferentes regiões: de 1990 a 2010, a mortalidade materna no Brasil caiu pela metade - de 141 para 68 óbitos para cada 100 mil NV, mas nas regiões Norte e Nordeste, a mortalidade materna ainda se apresenta- maior quando comparada às outras regiões brasileiras (BRASIL, 2012). Na região sudeste a mortalidade materna foi de 42/100.000 NV e na região Nordeste 73/100.000 NV (LAURENTI; JORGE; GOTLIEB, 2004).

A mortalidade infantil também apresentou diferenças importantes entre as diversas regiões de 2000 para 2010, a taxa de mortalidade infantil caiu de 29,7‰ para 15,6‰, o que representou decréscimo de 47,6% na última década. Com queda de 58,6%, o Nordeste liderou o declínio das taxas de mortalidade infantil no país, passando de 44,7 para 18,5 óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidas vivas, apesar de ainda ser a região com o maior indicador. A região Sul manteve os menores indicadores tanto em 2000 (18,9‰) quanto em 2010 (12,6‰) (IBGE, 2012).

Soma-se ainda a fragilidade dos sistemas de notificação de óbitos contribuindo para o sub-registro, devido, por exemplo, ao sepultamento em cemitérios não oficiais (VICTORA *et al.*, 2011). A evitabilidade dos óbitos maternos e infantis vem sendo apontada por diversos autores como relacionada à melhoria na qualidade da assistência pré-natal, parto e ao recém-nascido, assegurando o acesso em tempo oportuno a estes serviços (HARTZ; CHAMPAGNE; CONTANDRIOPOULOS, 1996; NOVAES; ALMEIDA; ORTIZ, 2004). As precárias condições socioeconômicas e culturais também são indicadas como fatores condicionantes e/ou determinantes do elevado número de mortes (DUCHIADE; CARVALHO; LEAL, 1989).

Todavia, os esforços para a redução das taxas de MMI não devem estar restritos ao âmbito do desenvolvimento econômico. Antes, devem estar

voltados para a construção da cidadania e garantia dos direitos humanos (REIS; PEPE; CAETANO, 2011). Desse modo, torna-se necessário o desenvolvimento de intervenções pautadas na compreensão dos determinantes sociais da saúde e, ainda, a implementação de estratégias inovadoras alicerçadas nos saberes, realidades e estimativas locais, na perspectiva da Promoção da Saúde (MORSE *et al.*, 2011).

Definida como um processo de empoderamento da comunidade para atuação na luta pela melhoria da qualidade de vida e transformação social, a Promoção da Saúde configura-se como um importante referencial para compreensão do processo de saúde/ adoecimento/ cuidado e fomento de mudanças coletivas (MACHADO *et al.*, 2007). Por se tratar de uma perspectiva indissociável dos determinantes sociais da saúde e fortemente articulada ao resgate da autonomia, cidadania e justiça social, as ações de Promoção da Saúde apresentam-se como um importante recurso no enfrentamento dos problemas de saúde, como a MMI.

Entretanto, ainda é recorrente que as propostas de ações sejam delineadas de forma verticais, com pouco diálogo e interlocução com os movimentos sociais organizados. É preciso levar em conta que, apesar de algumas semelhanças, os territórios são marcados por singularidades que exigem, dos planejadores em saúde, intervenções contextualizadas e que levem em conta os diferentes saberes e projetos dos cidadãos que o integram. Embora incentivadas, ainda persiste na literatura científica brasileira a incipiência de estudos que se debruçam sobre a implantação e desenvolvimento de estratégias que busquem a redução da mortalidade materno-infantil, sobretudo, aquelas construídas de forma participativa e dialógica.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo descrever e analisar um processo de construção participativa de ações com potencial de contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil em um território marcado por elevada vulnerabilidade social.

Procedimentos Metodológicos

O estudo foi realizado segundo pressupostos da abordagem quanti-qualitativa (MINAYO, 2007) tendo em vista o seu potencial de conjugar

diferentes técnicas de pesquisa que possibilitam a compreensão dos fenômenos da saúde sob diferentes perspectivas, valorizando assim o diálogo entre os diferentes tipos de conhecimento.

Optou-se pela construção de um Estudo de Caso que, segundo Yin (2005), refere-se a uma pesquisa que busca compreender em profundidade um determinado fenômeno e/ou objeto, levando em conta não apenas as características que o constituem, mas também o seu contexto. Os Estudos de Caso vêm sendo apontados como um importante recurso metodológico que possibilita ampliar a compreensão sobre o processo de implantação de ações, projetos e programas de saúde, em uma perspectiva processual (DENIS; CHAMPANGE, 2000).

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, sendo aprovado pelo parecer nº 143/10. Os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

As intervenções foram realizadas em três etapas. Na primeira buscou-se analisar a mortalidade materno-infantil, bem como delinear o perfil dos óbitos no território de estudo. Em seguida, foram realizadas observações nos serviços de saúde locais buscando identificar os elementos que possam contribuir para a mortalidade materno-infantil nesse contexto. No terceiro momento, foram realizadas oficinas com moradores da comunidade, integrantes de um movimento social, para discussão sobre os resultados e a construção de um plano participativo de intervenção. Cada uma dessas etapas será descrita a seguir.

O Contexto da Intervenção: Ceilândia – DF

O estudo foi realizado na Região Administrativa de Ceilândia – Distrito Federal (DF) – que conta com a maior população do DF, concentrando mais de 15,7% população da capital, com 402.234 habitantes, de acordo com o censo de 2010. Ceilândia foi construída por meio de mobilização da comunidade em torno das suas necessidades sociais, surgindo a partir da

Campanha de Erradicação de Invasões - CEI -, em 1971, e hoje possui uma das menores rendas per capita da região. Apenas 12,5% da população da cidade possui o segundo grau completo e menos de 1% concluiu o ensino superior (CODEPLAN, 2006).

A cidade apresenta ainda grandes deficiências na organização e funcionamento dos serviços de saúde locais, refletindo na dificuldade de acesso e na pior condição da saúde da população. Segundo dados do Governo do Distrito Federal (GDF) (SES-DF, 2011), a cidade apresentava a preocupante Razão de Mortalidade Materna (RMM) de 72,5/ 100.000 NV em 2002 e 62,6/ 100.000 NV em 2004. Resultados semelhantes foram encontrados por outros estudos na literatura científica, justificando a escolha do território (MONTEIRO; SCHMITZ, 2007).

A Mortalidade Materno-Infantil em Ceilândia – DF

A Faculdade de Ceilândia-UnB foi contemplada no ano de 2010 no edital referente ao Programa de Ensino pelo Trabalho em Saúde (PET Saúde) com tema específico em Vigilância em Saúde. Nessa perspectiva, foi possível estabelecer um trabalho conjunto com o Comitê de Prevenção e Controle dos Óbitos Infantil e Fetal da Regional de Saúde de Ceilândia - CPCOIF/ SES/DF - por meio de estudantes bolsistas do PET. Os estudantes bolsistas estavam vinculados a um preceptor, que coordenava o CPCOIF.

O trabalho era estruturado para realizar o levantamento e a investigação dos óbitos infantis no âmbito de Ceilândia/DF que eram discutidos em encontros semanais com o preceptor e os estudantes. As fontes de informações eram as declarações de óbitos de menores de um ano de idade, processadas no Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), como também prontuários, visitas domiciliares e outras informações administrativas disponíveis.

No segundo momento, realizou-se uma análise dos perfis de vulnerabilidade e os fatores sociodemográficos associados à mortalidade materna, fetal e infantil, em Ceilândia-DF, entre os anos de 2001 e 2008, a partir da base de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/ MS). Para tanto, foi utilizada uma técnica estatística específica para a construção

1. Apoio financeiro: CNPq/UnB.

de perfis com base em dados heterogêneos multidimensionais - o método “*Grade of Membership* (GoM)”, que se refere a um procedimento multivariado que, aplicado ao problema deste estudo, ajuda a identificar perfis latentes de associação entre fatores de risco à mortalidade materno-infantil, estabelecendo em que medida cada indivíduo se assemelha àqueles perfis inicialmente traçados.

O GoM possibilita descrever as causas de morte de cada indivíduo em função do grau de similaridade ou de pertencimento aos perfis de vulnerabilidade encontrados. A justificativa para a utilização de uma metodologia de perfilhamento é o fato de que todos aqueles indivíduos que vivenciaram o evento “mortalidade infantil” ou “mortalidade materna” na Regional de Ceilândia-DF, constituam, por hipótese, um grupo vulnerável.

A definição dos perfis de vulnerabilidade social à mortalidade a partir das características socioeconômicas, culturais e demográficas permite diferenciar as condições de vulnerabilidade social. Foram gerados perfis de vulnerabilidade para cada grupo em separado: materno (n=132), fetal (n=673) e infantil (n=796). No caso da mortalidade infantil, a análise foi ainda desagregada em neonatal (n=568) e pós-neonatal (228).

Os resultados demonstraram que entre 2001 e 2008, em Ceilândia: i) a mortalidade fetal esteve fortemente relacionada a desvantagens socioeconômicas da mãe e ao baixíssimo peso ao nascer; ii) a mortalidade neonatal precoce respondeu por 72% dos óbitos infantis, estando majoritariamente concentrada no perfil no qual é maior a presença de mães mais escolarizadas, baixo peso ao nascer e menção aos transtornos que acometem a mãe durante a gestação, como causa básica; iii) a mortalidade pós-neonatal foi fortemente caracterizada pela ocorrência de doenças infecciosas intestinais, influenza, pneumonia, e causas mal definidas, além de o parto ser cesáreo; iv) a mortalidade materna foi majoritariamente caracterizada pelas afecções obstétricas não classificadas em outra parte, eclampsia e gravidezes que terminaram em abortos.

Pôde-se concluir que ainda é significativa, embora em menor proporção, a presença de perfis de óbito materno-infantis e fetais caracterizados por uma maior desvantagem socioeconômica da gestante e do recém-nascido, além de causas básicas de óbito associadas a um pré-natal deficiente. Esses

dados apontam ainda para a necessidade de se adotar políticas públicas com foco na redução das iniquidades materno-infantis e na melhoria da qualidade da assistência.

Observação dos serviços de saúde locais

A observação da assistência à saúde da mulher e da criança foi desenvolvida a partir de um projeto de extensão universitária sob a coordenação dos integrantes da pesquisa, tendo como objetivo analisar a organização da atenção básica em saúde voltada à saúde da mulher e da criança. A área de estudo foi composta por 6 Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Ceilândia, durante o período de novembro/ dezembro de 2010.

As observações foram feitas nos dois turnos de funcionamento em 13 sessões de trabalho. Elas foram orientadas e registradas em notas condensadas segundo um roteiro de observação elaborado pelos pesquisadores que englobava os seguintes tópicos: características físicas do contexto; comportamentos; interações; aspectos gerais não incluídos nos itens anteriores.

Tratando-se do ambiente físico das UBS, observou-se que esses serviços funcionam em espaços físicos inadequados e, muitas vezes, não planejados para o desenvolvimento de atividades em saúde. Da mesma forma, verificou-se que as UBS se encontravam em maus estados de conservação, marcadas por limpeza deficiente, ausência de material higiênico e descartável, além de não possuir destino apropriado para os resíduos.

Constata-se uma grande ênfase, dada por esses serviços, à garantia da assistência ao pré-natal, ao puerpério e ao atendimento materno e infantil, de modo que o uso da caderneta da criança e do cartão de pré-natal encontra-se incorporado na rotina dos serviços investigados. Nos trabalhos de grupo desenvolvidos pelos profissionais, é perceptível a constante interação entre as gestantes, mães e equipe de saúde. A divulgação de informações é feita por cartazes e folhetos educativos distribuídos às usuárias e também por meio de um funcionário do “Programa Posso Ajudar?”. Contudo, constata-se a ausência de um funcionário fixo na recepção o que pode dificultar o acolhimento das usuárias.

Entretanto, ainda é recorrente a existência de longo tempo de espera para consulta, não cumprimento de horário pelos profissionais de saúde e ausência de critérios para estabelecimento de prioridade nas filas de espera. Esses fatores, também apontados em outros estudos, podem ser considerados como barreiras que inviabilizam o acesso e dificultam a criação de vínculos entre a equipe e os usuários.

Em geral, as gestantes e as mães compareciam ao Centro de Saúde (CS) acompanhadas, na sua maioria das vezes, por filhos menores, familiares, amigas. Dada a distância de suas residências, grande parte das mulheres chega à UBS a partir da utilização de transporte público e apenas aquelas que residem no entorno da instituição optam por ir caminhando até a mesma. Observou-se a quase inexistência de mulheres acompanhadas por seus companheiros, refletindo a dificuldade de inserção dos homens nas atividades de pré-natal, de puerpério e de atendimento infantil, tanto por aspectos culturais, bem como pela ausência de processos de trabalho que incentivem sua participação.

Diálogos com a comunidade

Na terceira etapa, buscou-se construir um espaço reflexivo e dialógico com os moradores da comunidade de Ceilândia para discussão sobre os resultados das etapas anteriores e construir, de forma participativa, uma proposta de plano de ação. A intervenção esteve ancorada nos pressupostos da Pedagogia Libertadora Freireana (FREIRE, 2001) e na perspectiva das intervenções psicossociais (MACHADO, 2004). Nesse sentido, mais do que proporcionar a aquisição de novas informações e novos conhecimentos acerca de um tema específico, foi proposta a criação de espaços crítico-reflexivos, com circulação da palavra, valorizando-se os saberes prévios dos participantes na construção coletiva de ações, promovendo o protagonismo dos sujeitos nos processos de transformação da realidade.

Como recurso metodológico, foram realizadas Oficinas em Dinâmica de Grupo que, segundo Afonso (2000, p. 7), se referem a “um trabalho estruturado com grupos, independente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a ela-

borar, em um contexto social”. Para tanto, são consideradas as dimensões cognitivas, afetivas, psicossociais e institucionais, visando à compreensão do sujeito em sua totalidade, valorizando sua participação efetiva no processo de construção do conhecimento e na transformação da realidade.

A efetividade do uso das Oficinas em Dinâmica de Grupo, enquanto metodologia de intervenção psicossocial aplicada ao contexto da saúde coletiva, vem sendo reconhecida e incentivada pela literatura acadêmico-científica (AFONSO, 2010). Nesse sentido, diversos estudos apontam para suas contribuições no processo de mobilização, reflexão e transformação social (BRITO *et al.*, 2008; MAHEIRIE, *et al.*, 2005; MENEGHEL *et al.*, 2008).

Foi identificado, no território, o movimento social organizado, intitulado “Mulheres Promotoras Legais Populares” (MPLP), composto por mulheres engajadas na luta e na defesa dos direitos femininos. A proposta foi apresentada, discutida e pactuada com este grupo em uma de suas reuniões. Este estudo foi composto por todas as mulheres que aceitaram o convite de participação. As oficinas foram realizadas em dias, locais e horários elegidos pelas próprias mulheres visando favorecer a sua participação.

O primeiro encontro ocorreu em um domingo à tarde nas instalações do Campus da Faculdade da Ceilândia – Universidade de Brasília (UnB) – e teve duração de duas horas. Participaram mulheres integrantes do Movimento PLP, graduandos de cursos da área de saúde coletiva, bolsistas integrantes de Projetos de Extensão e do Programa de Ensino e Trabalho (PET) em Vigilância em Saúde, bem como a equipe de pesquisa, totalizando 22 pessoas.

O encontro teve como principal objetivo apreender os saberes prévios, compreender as vivências do grupo na utilização dos serviços de saúde locais e levantar temas geradores que orientariam as demais atividades. Assim, as ações de educação em saúde devem estar pautadas na compreensão do contexto sociocultural e nos sentidos afetivos e cognitivos que os diferentes sujeitos atribuem à realidade. Nesta perspectiva, propõe-se o diálogo e a reciprocidade entre os saberes acadêmicos e aqueles produzidos e vivenciados pela população no território onde vivem/ atuam (SCHALL; MODENA, 2005).

No primeiro momento, cada participante foi convidado a apresentar-se dizendo o nome e a história da atribuição do mesmo. Além de funcionar como uma eficiente estratégia de apresentação e descontração (quebra-gelo), o uso

desta técnica contribuiu para disparar um processo de identificação mútua entre os participantes. Desse modo, o coordenador das oficinas deve estar atento ao processo grupal, permeado por aspectos conscientes e inconscientes, explícitos e implícitos (AFONSO, 2010). Nesse sentido, o coordenador deve atuar como um mediador do grupo e um catalisador de novos processos que propiciem a reflexão, a interação, a participação e o diálogo.

Também foi construído com o grupo um “Contrato de Convivência” buscando pactuar a estrutura e a organização dos encontros com as participantes. Mais do que um tratado de ordem, o contrato de convivência considera as especificidades do grupo e fortalece a participação dos sujeitos no planejamento das oficinas. Nesse sentido, foram pactuados os horários do encontro, as formas de participação e a organização do grupo e, ainda, discutidos os aspectos éticos, sobretudo, a importância do sigilo referente às vivências e às histórias ali compartilhadas.

Em seguida, os participantes foram divididos em pequenos grupos e orientados a discutir sobre as principais dificuldades relacionadas à assistência, à saúde materno-infantil na comunidade onde vivem/atuam e refletir sobre as possibilidades de enfrentamento das mesmas. Em seguida, realizou-se uma plenária na qual os participantes compartilharam suas reflexões seguidas de problematização, mediada pela equipe de pesquisa.

O discurso do grupo apontou para a incipiência das ações do Programa de Planejamento Familiar e Pré-Natal local, fragilidade nas relações entre profissionais de saúde/ usuários, elevada frequência de gestação na adolescência e o desconhecimento da população em relação aos fatores de risco da mortalidade materna e infantil. Estes dados mostram-se coerentes com a literatura que demonstra a fragilidade dos serviços de saúde do Distrito Federal.

A formação integral e permanente dos profissionais de saúde, aliada aos investimentos nos serviços de Atenção Primária e ao fortalecimento do controle social, foram indicados como caminhos para a potencialização dos serviços de saúde. As mulheres destacaram a importância das ações preventivas antes, durante e após o período de gestação, enfatizando ações de educação popular em saúde no contexto escolar. Na percepção das mesmas, a promoção da saúde pode viabilizar a ampliação do olhar sobre a saúde

materno-infantil, valorizando a implicação do companheiro no processo de gestação, assim como de toda a família.

Durante as oficinas, emergiram os seguintes temas geradores: Planejamento Familiar e Pré-Natal, Humanização da assistência e do cuidado, Gênero, Sexo e Sexualidade e Gestação na Adolescência. Estes temas foram incorporados em uma ação educativa visando fornecer subsídios para atuação destas mulheres na atuação no território.

Estratégia Educativa

Considerando-se a baixa efetividade das intervenções pautadas no acúmulo de novas informações e na aquisição de novos conhecimentos, a presente proposta esteve ancorada nas metodologias participativas e dialógicas (AFONSO, 2010; SCHALL; MODENA, 2005).

Durante os encontros formativos valorizava-se a postura ativa dos sujeitos na construção do próprio conhecimento. Nesse sentido, a equipe de pesquisa atuou enquanto mediadores do processo educativo favorecendo momentos de reflexão crítica e discussão teórica sobre os temas levantados na etapa anterior. Ao final de cada encontro, propunha-se a realização de uma atividade prática e coletiva, buscando aproximar o grupo da realidade dos serviços de saúde e estimulando o protagonismo e a autonomia dos participantes no próprio território.

O primeiro encontro formativo teve como principal objetivo apresentar as principais políticas públicas voltadas para a saúde das mulheres e o aprofundamento do debate acerca da temática da mortalidade materno-infantil. Para tanto, foram apresentados dados epidemiológicos da mortalidade materna e infantil no mundo, no Brasil e no território de Ceilândia-DF. Os resultados, encontrados nas observações participantes, subsidiaram o debate, sendo problematizados pelos participantes em plenária. Em seguida, estimulou-se a reflexão sobre os dados apresentados bem como a análise dos fatores que contribuem para este cenário.

Ao final, como trabalho prático e coletivo, solicitou-se aos participantes que identificassem no território os serviços de saúde existentes voltados para

a atenção materno-infantil e ainda os possíveis parceiros com potencial de fortalecer as ações propostas durante a formação.

O segundo encontro, por sua vez, teve como centralidade a discussão a respeito da integralidade e humanização das práticas de assistência à saúde materna e infantil. Nesse sentido, foi realizada uma discussão dialogada sobre os princípios e diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH) e as suas contribuições para a reconstrução dos serviços de saúde locais. Destacou-se o potencial do dispositivo do acolhimento na atenção à gestante bem como a necessidade e viabilidade da participação social na construção dos serviços de saúde.

Como recurso metodológico, utilizou-se um vídeo educativo com o depoimento de uma gestante, diagnosticada com HIV, acerca do atendimento recebido na Unidade Básica de Saúde (UBS). Em seguida, em pequenos grupos, foi realizada uma discussão sobre aspectos favoráveis e desfavoráveis percebidos no atendimento, bem como a reflexão sobre os fatores que inviabilizaram o acolhimento da gestante no serviço de saúde. Os participantes apresentaram suas reflexões em uma plenária, mediada pela equipe de pesquisa, momento esse em que foi possível debater sobre a percepção do grupo a respeito da assistência oferecida à comunidade onde vivem/atuam. Ao final, foi proposta uma análise crítica dos serviços de saúde locais voltados para a saúde materna e infantil.

O terceiro e último encontro teve como finalidade fomentar o debate acerca das relações e desigualdades de gênero e seus impactos na saúde das mulheres. Também foram destacados os temas da gravidez na adolescência e as barreiras que dificultam a participação dos parceiros/cônjuges no processo de gestação e pré-natal. Foram exploradas as vivências dos participantes, suas histórias e narrativas pessoais.

Ao final destes encontros, foi possível construir coletivamente um plano de ação pautado na análise do território e com potencial de contribuir para a redução da mortalidade materno-infantil no território de Ceilândia-DF.

Os principais aspectos identificados no plano de ação em relação à saúde materno-infantil foram as necessidades de mudança no acolhimento, agilidade na assistência e na gestão dos serviços de saúde. Como estratégia necessária para a construção da rede de saúde foi identificada a necessidade

de uma maior participação dos grupos sociais e os resultados esperados depois da implementação do plano é a conscientização e o fortalecimento da rede social. Foi proposto que o plano de ação fosse implementado e acompanhado por meio de estudos posteriores.

Considerações finais

O presente estudo apontou o potencial do desenvolvimento de ações participativas no campo da Saúde Coletiva, pautadas na perspectiva da territorialização das práticas educativas e dos projetos de transformação social. Nesse sentido, o território, onde os processos de saúde/ adoecimento/ cuidado são vivenciados cotidianamente, é compreendido não apenas em sua dimensão geográfica e espacial, mas como produção social coletiva, permeada por uma materialidade histórica e dialética, explicitando as desigualdades, as disputas de poder e suas implicações nas condições de saúde locais.

As vivências compartilhadas com as mulheres por meio das oficinas ampliaram o olhar sobre a situação da saúde materno-infantil no território de Ceilândia, revelando a complexidade de fatores que sustentam o cenário local: deficiências na organização e estruturação dos serviços de saúde locais, fragilidade dos vínculos entre os profissionais de saúde e a comunidade, além de outros fatores relacionados às desigualdades de gênero e a situação de pobreza da comunidade onde vivem e atuam.

A criação de um espaço dialógico e reflexivo entre a população e a universidade contribuiu para a potencialização das atividades, fortalecendo vínculos, criando parcerias intersetoriais e viabilizando a construção de um plano de ação coletivo, pautado na realidade e nas singularidades dos diferentes sujeitos envolvidos.

Mais do que apresentar um formato de intervenção educativa, rígida e acabada, este trabalho aponta para a necessidade e viabilidade da promoção de espaços crítico-reflexivos, adaptados às diferentes realidades, que valorizem os diferentes olhares sobre o tema da mortalidade materno-infantil. Este parece ser um caminho complexo, mas com grande potencial de contribuir para a efetivação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS),

sobretudo, fomentar a participação social e o diálogo entre trabalhadores, gestores e usuários.

Referências bibliográficas

AFONSO, M. L. M. *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2000.

AFONSO, M. L. M. *Oficinas em Dinâmica de Grupo na área da Saúde*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Da Agência Saúde de 24/02/2012. 2011. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=13732. Acesso em: 08 mar. 2012.

BRITO, V. F. D. S.; REZENDE, A. M.; MALTA, J.D.; SCHALL, V.T.; MODENA, C. M. Oficinas para cuidadores de crianças com câncer: uma proposta humanizada em educação em saúde. *Psicologia Hospitalar*, v. 6, n. 1, p. 66-81, 2008.

CODEPLAN. - Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. *UnB lança pedra fundamental do Campus de Ceilândia*. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7040&catid=212. Acesso em: 19 jan. 2012.

DENIS, J.L.; CHAMPAGNE, F. Análise da implantação. In: HARTZ, Z. (org.). *Avaliação em saúde: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 49-88, 2000.

DUCHIADE, M. P.; CARVALHO, M. L.; LEAL MC. As mortes em domicílio de menores de 1 ano na região metropolitana de Rio de Janeiro em 1986: um 'evento sentinela' na avaliação dos serviços de saúde. *Caderno de Saúde Pública*, v. 5, p. 251-63, 1989.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 19ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HARTZ, Z. M. A.; CHAMPAGNE, F.; LEAL, M. C.; CONTANDRIOPOULOS, A. P. Mortalidade infantil 'evitável' em duas cidades do nordeste do Brasil: indicador de qualidade do sistema local de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 30, n. 4, p. 310-318, 1996.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1. Acesso em: 10 abr. 2012.

LAURENTI, R.; JORGE, M. H. P. M.; GOTLIEB, S. L. D. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 7; p. 449-60, 2004.

MACHADO, M. F. A. S.; MONTEIRO, E. M. L. M.; QUEIROZ, D. T.; VIERIA, N. F. C.; BARROSO, M. G. T. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS - uma revisão conceitual. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007.

MACHADO, M. N. M. *Práticas Psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MAHEIRIE, K.; URNAU, L. C.; VAVASSORI, M. B.; ORLANDI, R.; BAIERLE, R. E. Oficinas sobre sexualidade com adolescentes: um relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 3, p. 537-542, 2005.

MENEGHEL, S. N.; FARINA, O.; SILVA, L. B.; WALTER, L.; BRITO, S. G.; SELLI, L.; SCHNEIDER, V. Histórias de dor e de vida - oficinas de contadores de histórias com soropositivos. *Saúde e Sociedade*, v. 17, p. 220-228, 2008.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONTEIRO, R. A.; SCHMITZ, B. A. S. Infant mortality in the Federal District, Brazil: time trend and socioeconomic inequalities. *Cadernos de Saúde Pública*. 23(4): p.767-774, 2007.

MORSE, M. L.; FONSECA, S. C.; BARBOSA, D; CALIL, M. B.; EYER, F. P. C. Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 27, n. 4, p. 623-638, 2011.

NOVAES, H. M. D.; ALMEIDA, M. F.; ORTIZ, L. P. *Redução da mortalidade infantil*. 2ªed. São Paulo: Bireme, 2004.

REIS, L. G. C.; PEPE, V. L. E.; CAETANO, R. Maternidade segura no Brasil: o longo percurso para a efetivação de um direito. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, p. 1139-1159, 2011.

SCHALL, V. T.; MODENA, C. M. As novas tecnologias de informação e comunicação em educação em saúde. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR, C. E. A. (eds.). *Críticas e Atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 245-255, 2005.

SES-DF- Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal - *Núcleo de Saúde da Mulher da Secretaria de Saúde Distrito Federal*. 2011. Disponível em: <http://www.redehumanizaus.net/11683-aumenta-morte-no-parto-no-df>
Acesso em: 02 fev. 2012.

VICTORA, C. G.; AQUINO, M. L.; LEAL, M. C.; MONTEIRO, C. A.; BARROS, F. C.; SZWARCOWALD, C. L. Saúde das mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. *The Lancet*, v. 377, n. 9780, p. 32-46, 2011.

WHO - World Health Organization/United Nations Children's Fund/United Nations populations Fund/World Bank. *Trends in maternal mortality: 1990 to 2008*. Estimates developed by WHO, UNICEF, UNFPA an The World Bank. [2010. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241500265_eng.pdf. Acesso em: 15 dez. 2011.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2005.

UnB em rede com Movimentos Sociais Urbanos: um jubileu de lutas da “univercidade” na crítica ao padrão de segregação socioespacial no DF

Perci Coelho de Souza

Introdução

Quando se utiliza um mecanismo de busca na internet tentando relacionar os **50 anos da UnB** aos **Movimentos Sociais de Brasília** o resultado pode ser bastante frustrante para quem tenha militado alguns anos nos pontos de articulação dessas “aparentes duas histórias” em separado. Ao contrário dos resultados obtidos no *Google*, na verdade, a história da UnB e a dos movimentos sociais sempre esteve absolutamente entrelaçadas. Compõem um todo dinâmico e relativamente orgânico por meio de uma rede de circuitos informacionais que, ora se enriquecem, ora são empobrecidos no valor de troca que desenvolvem. Esse processo de fluxo e de refluxo informacional não pode ser entendido fora dos diferentes contextos históricos que o demarcam. Assim, busquei fontes mais rigorosas para sustentação dessa hipótese, tanto do ponto de vista teórico, quanto no campo da práxis universitária e social. Dado os limites desse artigo, detive-me a apenas um período histórico que demarcou a fundação da UnB até o golpe militar de 1964.

A queda do “muro” da UnB

Em primeiro lugar, questiono, em suas bases teóricas, a metáfora do “muro” que supostamente separa a UnB de Brasília das lutas sociais no DF

e Entorno. De um lado desse muro estaria a realidade da cidade e de outro uma realidade paralela.

Tal metáfora não se sustenta, principalmente, quando se consideram a dinâmica de gestão e a realização dos movimentos sociais urbanos a partir dos depoimentos dos sujeitos individuais e coletivos que fizeram a luta dos movimentos sociais brasiliense desde antes da inauguração de nossa capital. Munido da pesquisa¹ e, ainda, da teoria social crítica, procuro revelar outra história da UnB poucas vezes explicitada, mas, muitas vezes, injustificada pelo silêncio da censura.

Universidade de Brasília: uma síntese entre a geografia crítica e a sociologia neomarxista

Como disse Marx no “*Manifesto comunista*” de 1848, “tudo que é sólido se desmancha no ar...”. É assim que entendo a fragilidade do tal “muro” que separa a UnB de sua cidade. É uma abstração ideológica erguida sobre uma premissa falsa. A ideologia dominante só efetivamente se desmorona quando se resgatam as categorias teóricas capazes de iluminar a razão histórico-estrutural da existência de circuitos informacionais que foram tecidos no sentido de produzir uma história única entre esses dois entes.

O conceito de Redes de cooperação produtiva e política com o qual sustento minha crítica daqui por diante, é o fundamento adequado para criticar a ideologia que separa a história da universidade de seu contexto. Conceito esse definido nos termos de Jean Lojkin (1995) e Rauta Ramos (2002)². Para Lojkin a revolução informacional implica em repensar a relação entre as cidades e os seus equipamentos:

1. Para uma fundamentação desse tipo de pesquisa engajada sem perder o rigor teórico para entender a realidade social e que não parte da suposta “neutralidade” científica para “objetivar” o dito “argumento de autoridade”, vale a pena conferir os textos de Michel Thiollent (1996), ou mesmo de Carlos Rodrigues Brandão (1981) sobre Pesquisa Participante. Para uma exegese sobre os contrastes metodológicos limites e possibilidades tem também o texto de Demo (1995). Mas, para um fundamento mais completo sobre o tipo de linguagem dialógica com os movimentos sociais e a Universidade indico toda a obra de Paulo Freire.

2. Esses dois autores têm sido referência do nosso grupo de pesquisas sobre Poder Local, políticas Urbanas e Serviço Social Locuss-UnB. A professora Maria Helena Rauta Ramos (fundadora do grupo) trouxe ao Brasil pela primeira vez em 1997 o pesquisador marxista Jean Lojkin que também esteve na UnB.

Ao passo que a máquina-ferramenta estava circunscrita ao setor industrial e marcava uma divisão fundamental entre a produção e os serviços, entre o espaço da fábrica e o da cidade, a revolução informacional coloca no primeiro plano as potencialidades e a exigência de superação desta divisão – as redes teleinformáticas e os bancos de dados setoriais já inscreveram nos fatos (apesar das enormes pressões da rentabilidade da tecnocracia) uma estreita interconexão ente produção e serviços, espaço profissional e espaço residencial, empresas, laboratórios e coletividades territoriais. (LOJKINE, 1995, p. 308/9)

A partir desse pressuposto, crio condições para o conceito de *univercidade* de Brasília para demonstrar a indissociabilidade deste equipamento coletivo de sua coletividade urbana.

Admito que a *univercidade*, por ser uma rede sociotécnica, sempre foi dinamizada por sujeitos estruturadores de circuitos informacionais que fizeram a ligação cidade-universidade. Estes sujeitos, em alguns momentos, questionaram os “modelos” de universidade importados. Em outros momentos, foram objeto de ataque daqueles que tentaram minar seu traço de origem renovador e revolucionário, que ligava o local ao global por meio da questão social explicitada pela luta de classes.

Por outro lado, existem os que admitem essa história única, singular e ao mesmo tempo particular dessa rede sociotécnica de cooperação produtiva e política que sempre existiu entre a UnB e sua sociedade imediata que é Brasília. Mas essa relação da *univercidade* só se torna perceptível caso se adote uma perspectiva de totalidade da reprodução da sociedade capitalista em diferentes escalas (do local ao global) para localizar os elementos estruturantes dessa ligação UnB-Brasília via Movimentos Sociais Urbanos. Enfim, me interessa aqui demonstrar o fracasso da ideologia dominante alienante e desarticuladora dos fatos, forçando a separação entre corpos, corações e mentes de Brasília e sua universidade, na tentativa de alienar a UnB dos movimentos sociais.

Um método histórico-estrutural para entender a “univercidade”

A *univercidade* é real, porém só pode ser explicitada segundo um método teórico que pesquise e explicita o duplo movimento analítico do real

das redes sociotécnicas³. De um lado, é necessário fazer um esforço teórico, necessário à objetivação do real social, que na sua aparência é ilusório e, de outro, um esforço de evidenciação empírica para explicitação dessa concreitude real, que traz inovações à própria teoria sobre esse real⁴.

Nesse sentido, um primeiro pressuposto indispensável para pesquisa da **univercidade** está assentado em uma teoria que evidencie a essência do caráter estrutural do objeto no movimento do real, isto é, um movimento do abstrato ao concreto, uma vez que o concreto - as redes sociotécnicas em si - é um sujeito/objeto que remete a um complexo de complexos de múltiplas determinações.

Desse modo, adoto uma abordagem que utiliza uma *categoria-chave* identificada no pressuposto de uma crítica radical à sociedade fetichizada do capital⁵. Uma categoria que, no diálogo com o pensamento clássico da teoria social crítica de Marx, seja capaz de iluminar esse concreto como estruturante das relações sociais aparentemente invisíveis, mas contidas na sociedade capitalista que subordina qualquer cidade contemporânea. Para tanto, é necessário relacionar a discussão da **univercidade** à luz da teoria marxista do valor-trabalho. Somente inserido-a no mundo do trabalho poderemos desnudar a metáfora que separa a UnB de sua cidade. A primeira categoria-chave estruturante do meu pensamento expositivo é aquela que *territorializa* no espaço geográfico essa rede sociotécnica. A categoria fundamental para esse propósito é a de *território*, mais especificamente a de território do Distrito Federal e Entorno⁶.

3. Meu argumento metodológico para análise de redes sociotécnicas foi desenvolvido mais detalhadamente em minha tese de doutorado: *Potencialidades Políticas nas Práticas de Comunicação da CUT: O uso da Internet no Platô Informacional do DF* defendida na - UFRJ em 2005. Confira em: <http://cedoc.cut.org.br/banco-de-teses/> pg.7.

4. Para um aprofundamento sobre esse método de análise da realidade social indico o livro *Introdução ao estudo do método de Marx*, de Netto (2011), confira também o primeiro capítulo do livro de Behring & Boschetti (2008).

5. Não cabe aqui aprofundarmos sobre a teoria do fetichismo em Marx. Só queremos indicar como válidas as assertivas desse autor clássico contidas no livro I de *O Capital* que desvendam o “mistério” aparente da sociedade burguesa que tende a praticar um ilusionismo que tenta esconder a origem social que está implícita em toda e qualquer tipo de mercadoria. Confira em Marx (1998, p.94 e s.).

6. Diálogo aqui com Milton Santos, onde *território* é uma mediação teórica indispensável capaz de exercer uma crítica radical necessária ao passado da geografia positivista e funcionalista. Confira em Santos (2002) e em Santos e Silveira (2001).

Em Milton Santos, o *território* é estruturante do pensamento para a explicitação das relações sociais concretas porque é a mais eficaz para dar sentido histórico ao espaço geográfico. Assim, *território* passou a ser uma das categorias estruturantes do método aqui adotado para mapear as expressões históricas da dinâmica geográfica das redes sociais que se estabeleceram ao longo dos 50 anos da nossa **univercidade** de Brasília. Portanto, minha dialógica com Milton Santos pretende não desvincular o espaço geográfico da tradição sociológica marxista.

Sob essa perspectiva, *território* passa a ser entendido como o fundamento teórico adequado que permite ligar o espaço urbano à teoria do valor-trabalho de Marx. Esta, por sua vez, possibilita evidenciar o duplo caráter do espaço urbano, isto é, de ser a expressão sociogeográfica, ao mesmo tempo, das necessidades humanas de imprimir um valor de uso ao espaço comum da cidade e, contraditoriamente, ter que atender às necessidades do capital que tende a imprimir um valor de troca necessário à sua reprodução, enquanto um modo de produção e reprodução da sociedade no seu conjunto.

Essa primeira dimensão da **univercidade**, que é a categoria território, por seu lado, se desdobra em duas condições materiais, uma que faz revelar a manifestação da rede de cooperação produtiva e política que une a UnB ao seu território citadino do ponto de vista sociotécnico fisicamente instalado. Ou seja, nos termos do Milton Santos, a dimensão na *tecnosfera* do território da rede estudada. Trata-se de objetivar a interação social no espaço a partir do suporte material instalado no espaço geográfico. Desse ponto de vista, me interessa revelar a forma de circuitos informacionais que conectam equipamentos públicos, materializando no espaço urbano da cidade.

A estratégia do método expositivo aqui é o de evidenciar alguns momentos-chave do processo de objetivação do fenômeno da *tecnosfera* da **univercidade** de Brasília, sobretudo nos momentos em que são edificados todos os equipamentos que (re)estruturam essa relação na transição do modelo urbano-industrial para o urbano-informacional da revolução tecnológica, que digitaliza os fluxos informacionais do padrão analógico para o digital. Ter o suporte material indispensável à sustentação e à constituição do nosso objeto cinquentenário que é uma rede de sujeitos individuais e

coletivos, alimentando fluxos informacionais com direção política, não pode ser entendido mecanicamente, mas sim historicamente⁷.

Para mim, o que define a existência sociotécnica da **univercidade** de Brasília é a sua capacidade de tornar-se um *sujeito-rede*⁸ no *território* do DF e Entorno. Essa perspectiva ultrapassa a condição de ter como requisito prévio um equipamento público instalado no espaço geográfico para existência dessa rede. É uma rede de sujeitos individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que é um processo de crítica à tradição instituída em favor de processos instituintes de um tipo novo de *controle social* das políticas urbanas e de suas instituições. É uma práxis de rede que emerge a partir da intensificação da interação produtiva e política de sujeitos que se veem ligados por um projeto político comum. Um projeto que ultrapassa os muros formais das instituições públicas instaladas fisicamente no território.

A rede é a configuração desses pontos nodais que só tem sentido quando é revelada sua face enquanto sujeito coletivo que tem um projeto político para si, nos termos de Marx. É o que chamamos de uma *diretividade política*⁹ desse sujeito-rede que transita e ocupa o território da *tecnosfera* e, no caminhar da luta em sucessivas análises do conflito contra o capital, sobretudo o capital imobiliário. Ao contrário, se opõe a essa ordem socioburguesa de alienação, tendo em vista a edificação de um contradiscurso e busca de outro critério de eficácia do território para fins não lucrativos. É o que Lojkin chama de *eficácia societal*¹⁰.

A **univercidade** é, do ponto de vista da dinâmica social do *território*, um processo dialético de (re/des)ligação sócio-histórico da UnB com a

7. Penso ter superado aqui o “eterno” debate inócuo que apareceu na UnB em vários momentos, principalmente, nos momentos de definição das distintas políticas de extensão universitária de opor mecanicamente o “ter” ou “não ter” equipamentos instalados no território como condição necessária ou imprescindível à constituição da rede em questão. A expressão sociotécnica que defino aqui como **univercidade** pode ser objetivada, ou não segundo parâmetros de instalação no espaço geográfico de equipamento.

8. Sobre esse conceito reporto à minha tese supracitada. Souza P.C (2005).

9. Sobre a matriz de categorias operacionais para mediação e análise de redes sociotécnicas no território, confira os conceitos de: *nodalidade; conectividade; acessibilidade e diretividade política* de minha autoria na tese de doutorado Souza, P.C (2005).

10. Para uma incursão ao conceito de *eficácia societal* como critério antagônico à lógica do critério da rentabilidade do capital nas políticas públicas, sugiro a leitura de Lojkin, (2002) e Rauta Ramos, (2002).

cidade pela via do engajamento nas lutas populares nas arenas de disputa por políticas públicas e acesso aos fundos públicos via redes de circuitos informacionais de cooperação produtiva e política. Nesse processo, a articulação com nodalidades, ora fixas, ora transitórias com os movimentos sociais urbanos eleva a temperatura de tensões na órbita de legitimação do Estado capitalista, desnudando, muitas vezes, seu caráter de classe dominante.

A **univercidade** não é só uma rede que se manifesta sobre um suporte materialmente instalado no espaço geográfico. É uma rede de sujeitos políticos que tendem a tensionar o Estado na sua ética contraditória de depender, ao mesmo tempo, da dinâmica de sua própria legitimação perante uma sociedade desigual, e, marcadamente, definida a partir da luta de classes. E, por outro, de ter que garantir as condições necessárias e gerais para reprodução do modo capitalista de produção.

As **univercidades** congregam, portanto, redes sociotécnicas informacionais que se repolitizam em uma interface contraditória no âmbito das instituições instaladas no território. Isso é realizado mediante um processo de produção, gestão e circulação compartilhada de informações, tendo como alvo a explicitação das contradições de classe do Estado via demandas populares por Políticas Sociais. A essa dinâmica informacional denominei certa vez de *práxis informacional*¹¹.

A *práxis* informacional da **univercidade**, nesse caso, pode liberar a superação dos entraves burocráticos instituídos dentro e fora do campus universitário na medida em que, por força de sua potencialidade singular, articula a *interdisciplinaridade*, *intersetorialidade* e *interinstitucionalidade* perante as demandas objetivas das lutas sociais por Políticas Públicas. Tende a tornar potencialmente mais transparente esse processo e pôr em contradição o sentido conservador institucional de obscurecer, de tornar opacas e invisíveis aos sujeitos, principalmente, ao espaço público, as expressões concretas da questão social em suas múltiplas manifestações no *território*, sobretudo aquelas relativas às particularidades da questão urbana, da questão agrária e da questão socioambiental.

11. Sobre o conceito de *práxis* informacional, confira meu texto publicado nos anais do e que deu origem às pesquisas sobre a fundamentação na teoria social crítica para abordar o potencial político das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à luta social no âmbito das Políticas Sociais.

Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta indissociável, de uma *tecnosfera* e de uma *psicosfera*, funcionando de modo unitário. A *tecnosfera* é o mundo dos objetos, a *psicosfera* é esfera da ação. [grifo meu] (SANTOS, 1997, p. 204).

A outra dimensão teórica indispensável para pensar o desvelamento da nossa *univercidade* é o que Milton Santos define como *psicosfera*. Quero dizer que, para análise das redes de cooperação produtiva e política, é imprescindível que se converta o binômio de Santos da *tecnosfera/psicosfera* em categorias apenas provisórias ao que proponho aqui. Essas categorias são, na verdade, um ponto de partida válido para o debate, mas não um ponto de chegada completo para análise da *univercidade*, pois não se articulam de modo a explicar e explicitar, em profundidade, como e porque a ação política dessas redes de sujeitos coletivos e individuais interfere na requalificação do valor-trabalho coletivo no território vivido.

Nesse sentido, é preciso ir além de uma “ação” na “psicosfera” desencapsulando esse conceito de seu invólucro aparente para ir em direção ao núcleo duro da apropriação do valor-trabalho que não se separa da luta de classes no campo das políticas sociais. O núcleo-duro é a luta de classes no tempo presente mediada por Políticas Urbanas Sociais em meio à crise estrutural do capital¹².

Esse salto de qualidade analítica sobre os grandes avanços de Milton Santos só é possível no diálogo com a perspectiva neomarxista francesa de análise das Políticas Urbanas inseridas na *dinâmica interna* da lógica do capital. Lojkin (1997), em seu prefácio à segunda edição do seu livro seminal, publicado pela primeira vez na França em 1977: *Le Marxisme, L'État ET La Question Urbaine [O Estado Capitalista e a Questão Urbana (1981)]*, em um balanço crítico de sua trajetória intelectual, ele assim resume suas intenções desse texto¹³:

12. Para uma revisão de leitura atualizada sobre a problemática da crise do capital sugiro a leitura de: Mézáros (2002, 2009) e Harvey (2011).

13. É interessante notar que nesse prefácio (de 1997), especialmente apresentado na 2ª edição brasileira do livro, publicado pela primeira vez no Brasil em 1981 (na França em 1977), faz um balanço completo de sua produção até aquela data, após, inclusive, ter lançado em nosso país em 1995 pela Cortez Editora o livro *A revolução informacional* (com tradução de José Paulo Netto). Portanto, esse prefácio é importantíssimo para os que se interessaram em atualizar

A reflexão socioeconômica que empreendi sobre o urbano rompe, num ponto fundamental, com as abordagens tradicionais da cidade. Para mim a (grande) cidade não se define nem pelo consumo (menos ainda a simples reprodução da força de trabalho), nem pela produção, (...) Na realidade trata-se de meios materiais de um tipo radicalmente não-mercantil (ou misto), muito embora sejam objeto de uma avaliação mercantil, pois o que produzem não é um produto material, mas um serviço, uma informação, no sentido lato do termo – produzem SENTIDO (grifo do autor) (LOJKINE, 1997 p. 15).

Concordando com Lojkine (1997, p. 15), sem se partir das lutas de classe para entender os limites e as possibilidades das “políticas urbanas” do capitalismo dos anos 1960-1970 não é possível entender a rede sociotécnica que se formou em torno da fundação da UnB em 1961/2. O retorno à cena dos movimentos de classe, hoje, tem na verdade suas marcas naquele tempo, e Lojkine de forma antecipadora nos propicia uma releitura das categorias por ele cunhadas para análise das Políticas Urbanas do ponto de vista interno da lógica da acumulação capitalista, sem perder de vista a capacidade dos movimentos sociais questionarem essa lógica. O que estamos vendo hoje é o ressurgimento da luta de classes como categoria pertinente para o estudo dos movimentos sociais urbanos. O surgimento da *univercidade* de Brasília é um exemplo.

A partir de agora, feitas as devidas incursões teóricas, passo a produzir uma síntese para análise teórica não só da rede sociotécnica chamada *univercidade*, mas uma infinidade de redes informacionais que se intensificam na ocupação de um novo território criado a partir do novo meio técnico-científico informacional (nos termos de Milton Santos) ou da Revolução Informacional proposta por Lojkine (1995).

Sendo assim, a *univercidade* de Brasília só é observável a partir da teoria que remete a um complexo de mediações típicas das políticas urbanas sociais. De um lado, não perde de vista sua pertinência enquanto rede sociotécnica inserida na divisão social e técnica do trabalho como um

o pensamento lojkineano sobre a Política Urbana e a Questão Urbana considerando essa síntese original em um momento de superação, autocrítica e distanciamento temporal do autor da primeira obra.

trabalhador coletivo e/ou coletivizado pela ordem do capital via serviços de Estado. Nesse sentido, participa do conjunto mais geral do processo de acumulação capitalista. Por outro lado, é essencialmente uma dinâmica histórica em que se caracteriza por ser uma manifestação política na órbita das contradições em disputa que atravessam a ossatura desse Estado capitalista na luta *hegemônica* por projetos que disputam sentidos no espaço público. O direito do valor de uso do território em contraposição ao valor de troca desse mesmo território pela lógica da rentabilidade do capital.

Nos termos das categorias da política urbana de Lojkin (1997), podemos adicionar mais luzes à condição de ser da *univercidade* pública, um equipamento de “*consumo coletivo*”. Também não deve ser entendida como um “equipamento coletivo em si”, mas como um serviço que pode produzir sentidos políticos contraditórios em relação à lógica da rentabilidade do capital.

Lojkin me inspirou, portanto, a dialogar criticamente com perguntas pertinentes do tempo presente, fora do alcance de Marx, sem perder o rumo da crítica radical ao modo de produção capitalista como gerador de aporias civilizatórias insolúveis se pensadas dentro de seus limites. Sem deixar de apostar na teoria da revolução marxista, propõe um tipo novo de (re)conexão histórica da classe operária diante da necessidade do trabalho se ver, também, nas inúmeras classes de assalariados de serviços.

O fracasso do movimento operário tradicional deve-se à sua referência à classe operária: o assalariado atual não é mais, em sua essência, um assalariado operário, como ainda era nos países ocidentais nos anos 50, mas é, majoritariamente, um assalariado de serviços. (...) Diversificadíssimo, cada vez mais feminino, graças ao desenvolvimento dos grandes serviços coletivos (saúde, educação), o assalariado atual é perpassado por novas oposições: como diploma/ sem diploma; assalariados protegidos por um estatuto/ assalariados precários, etc... o que torna muito mais difíceis as convergências intercategoriais, sobretudo em período de crise econômica e de desemprego maciço. (LOJKINE, 1997, p. 10)

De fato, considero imprescindível qualificar o *território* a partir da dinâmica das redes de trabalhadores assalariados segundo essa crítica lojkiniana. Proponho, portanto, o diálogo da geografia crítica de Milton Santos

com a sociologia urbana neomarxista francesa de Lojkine para iluminar as evidências históricas da **univercidade** como uma protoforma de rede de cooperação política e produtiva nesses cinquenta e três anos de Brasília.

É a partir dessa perspectiva de totalidade histórica-estrutural para análise de uma história relacional una, que não dissocia a UnB e sua cidade, que posso, então, enunciar fatos, processos de luta social e trabalho, que corroboram a existência dessa rede. No estudo das políticas urbanas, por exemplo, a **univercidade** disputou a hegemonia por critérios de avaliação da cidade opondo a lógica da rentabilidade à lógica da sociabilidade mais humana e solidária. Expôs a contradição do valor de uso da cidade do ponto de vista da cidadania plena ao valor especulativo da cidade enquanto valor de troca, uma mercadoria do não consumo coletivo, uma expressão radical da segregação socioespacial gestada no e pelo Estado, seja ele autoritário ou democrático.

A existência da **univercidade** de Brasília põe em relevo a substância da Questão Urbana no Distrito Federal e Entorno que pode ou não, ser potencializada no contexto da luta de classes. Isso vai depender do grau de fortalecimento dessa rede sociotécnica do ponto de vista da sua *conectividade*, *acessibilidade* e *diretividade política* dos fluxos informacionais produzidos e gestados por seus sujeitos coletivizados. Sejam institucionais, indivíduos ou movimentos participantes de uma vitalidade política no sentido de jogar luz para a visibilidade no espaço público. Os argumentos que sustentam uma crítica sistemática ao modelo vigente e de segregação socioespacial a serviço da lógica da rentabilidade do capital. Lógica essa que tende a usurpar o direito à vida e ao viver em comum no território citadino.

O poder de “fogo” político da **univercidade** para colocar em evidência essas contradições sociais de sentido histórico-estrutural à lógica da rentabilidade urbana hegemônica pelo capital depende de duas categorias-chave estudadas em profundidade por Lojkine em outro momento de suas pesquisas. Via perspectiva de Lojkine em outro texto de 1995¹⁴, essas

14. Trata-se da perspectiva da Revolução Informacional para situar a crise do capital a partir de um dinamismo contraditório da relação capital/ trabalho, mediado por uma nova revolução sociotécnica que ultrapassa os fundamentos sociológicos do que significou a Revolução Industrial do Século XIX. Confira em (LOJKINE, 1995).

categorias retomadas e recontextualizadas para os dias de hoje oriundas de Marx são: *Condições Gerais da Produção e Forças Sociais Produtivas*. Elas incrementam ainda mais o que nos espera para o próximo cinquentenário da nossa **univercidade** de Brasília.

Em “A revolução informacional” (LOJKINE, 1995) encontra-se a chave de prospecção da **univercidade** no sentido de saber se ela dialoga sociologicamente com a geografia crítica de Milton Santos quando este admite que estamos vivendo uma reconfiguração do espaço-tempo do território e para tanto se trata da emergência de um novo meio geográfico – o meio *técnico-científico e informacional*¹⁵. Veja-se que por caminhos diferentes Lojkin e M. Santos estão apontando para o mesmo caminho das redes sociotécnicas. O caminho de que é possível reunir as bases conceituais que não só explicam os fluxos informacionais sob o suporte da tecnologia digital sem perder de vista o sentido político do confronto de classe.

Hoje, conforme já apontamos, o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica, e tais características o definem como um novo meio geográfico. Tanto sua constituição, como seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação que se distribuem segundo métricas diversas. A natureza dessa informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso, a entender a informação como um recurso, com áreas de abundâncias e áreas de carências. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 93).

A contradição dialética e histórica da *abundância/carências* de informação no território de Milton Santos dialoga perfeitamente com a hipótese da *revolução informacional* de Lojkin e Boccara ao recuperarem a luta de classes nesse novo patamar do capitalismo mundializado, caracterizado pela hegemonia do capital financeiro e pela rápida aceleração dos circuitos produtivos via adestramento do trabalho em rede. As redes (principalmente digitalizadas – como é o caso do setor bancário), portanto, não têm só sentido de apropriação política, mas concomitantemente tornam-se a base

15. Confira também em Santos (1997).

material de circulação da informação portadora de valor. As redes telemáticas tornaram-se a “grande indústria” global de exploração do trabalho em tempo real. Nesse sentido, estamos assistindo uma sociabilidade emergente do capital muito mais precisa no controle dos tempos e movimentos, não da mão do trabalhador somente, mas do cérebro, coração e alma imersos na compressão do espaço-tempo (Harvey, 1994).

A teia fundadora da univercidade de Brasília

A UnB foi conectada para além de si mesma no sentido que defino como uma **univercidade**, antes mesmo da sua fundação oficial em dezembro de 1961. Isso fica patente no discurso da criação da Fundação Universidade de Brasília, órgão suplementar à estrutura orgânica da UnB que daria sustentação financeira para garantir a autonomia político-institucional em relação tanto ao Governo quanto ao mercado.

Nesse sentido, o fundamento político de pensar a UnB como modelo de uma política nacional para o ensino superior, para além de si, estava firmemente enraizado na sua condição de ligação intrínseca com e na “cidade-capital”. Assim, a UnB já nascera sob uma expectativa de uma espécie de cabeça-de-rede das universidades federais com uma missão de transformar essa rede em outro sistema crítico ao modelo conservador. É o que se pode depreender do documento assinado pelo então presidente João Goulart em dezembro de 1961. Com o título “*A missão da Universidade de Brasília*” o presidente assinalava o espírito inovador daquele novo equipamento público da cidade que conteria e disseminaria o germe da inovação tanto da formação de quadros para o desenvolvimento econômico e social nacional quanto do avanço das pesquisas em ciência e tecnologia da rede de ensino superior para este fim.

De um lado, essa concepção inicial de propor uma UnB inserida institucionalmente com um papel singular em uma política nacional de governo caracterizada como desenvolvimentista, e de outro, de Brasília ser uma “meta-síntese” de impacto no imaginário político coletivo não só local mas nacional, proporcionou um traço de origem para **univercidade** que mesmo após o golpe de 1964, ainda é um passado que assombra a história da

UnB até hoje. A **univercidade** inaugural remodelava não só o seu *território* em escala local e regional, era uma referência para ser incorporado como modelo proposto pelo governo federal à base tradicional das universidades públicas federais, sendo objeto de interesse e curiosidade por instituições de caráter internacional.

Essa referência internacional da **univercidade** de Brasília pode ser acompanhada na própria trajetória de um de seus fundadores mais ilustres - Oscar Niemeyer. Segundo Cavalcanti (2009, p. 151), quando sobreveio o golpe, a Oscar não restou alternativa senão ir para o exterior onde gozava de respeitabilidade desde quando ganhou o concurso do projeto arquitetônico do prédio das Nações Unidas em 1947. Sem condições de trabalhar em Brasília, pois, após o golpe os militares não aceitavam nenhuma obra sua, o clima era de perseguição generalizada às suas atividades como professor e como funcionário público estratégico para instalação da nova capital. Os militares de plantão esbravejavam: “*lugar de arquiteto comunista é em Moscou*”.

Oscar Niemeyer, embora, após o golpe de 1964, tenha aceitado o convite para projetar inúmeras outras obras em vários continentes, inclusive da universidade de Constantine na Argélia. Seu desligamento em definitivo da UnB foi crucial para o rompimento dos circuitos informacionais de cooperação produtiva e política que eram nascentes, e fundamentais à consolidação territorial da tecnosfera da **univercidade** de Brasília. Isso é fácil demonstrar visto que, além de coordenador dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo da UnB, era o principal articulador de todas as obras tanto do *campus* universitário quanto residenciais, monumentais e viárias que ligariam o Plano Piloto e a periferia crescente. Esse papel nodal estruturador da **univercidade** do ponto de vista da cooperação produtiva era reforçado uma vez que Oscar Niemeyer também ocupara naquele momento um cargo de destaque na NOVACAP conforme descreve o livro de Márcio de Oliveira.

A vitória do plano piloto de Lúcio Costa selou um destino. Em 1956, Niemeyer se tornaria o arquiteto-chefe do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP e responsável direto dos principais edifícios públicos (OLIVEIRA, 2005, p. 132).

O espaço que disponho aqui neste texto obriga-me a restringir a pesquisa da *univercidade* ao seu período fundador. Momento este que comparo ao de um estaleiro na produção de um grande navio transatlântico. Um momento que vai da dialética da ex/inspiração que rapidamente se desloca para um momento contraditório da des/apreensão.

O momento que defino como marcado pela ex/inspiração é porque combina contraditoriamente o trabalho intenso de produção material de uma cidade tanto universitária quanto cidade para os cidadãos. Portanto, marcadamente presente o capital e o capitalista explorador do trabalhador tensionado por estar longe de casa em barracões de obra com péssimas condições de vida, trabalho e saúde. Mas essas contradições se combinavam. Ao mesmo tempo em que havia uma atitude do trabalhador de adesão ideopolítica à ideologia da esperança, havia as lutas por melhores condições de trabalho e sobrevivência num ambiente de ultraexploração do trabalho. Evidentemente, essas lutas dependiam muito do grau de escolarização e de renda entre aqueles que foram os pioneiros da cidade. A luta de classes, sobretudo dos operários da construção civil, convivia com um processo de cooptação e de violenta repressão da classe trabalhadora, que nesse período era imerso em uma atmosfera ideológica que pouco favorecia a explicitação dessas contradições no cenário nacional. Ficava sob uma espessa invisibilidade midiática patrocinada pelo Estado que impedia a opinião pública, tanto local, quanto nacional que pudesse ter acesso aos fatos, e pôr em risco a continuidade das obras em ritmo acelerado. Por outro lado, a sensação colocada na prática do dia a dia do trabalho de estar convivendo com autoridades máximas do poder de Estado alimentava essa ilusão, e os sonhos de pertencimento nunca antes experimentados.

Dentre esses sonhos estava o trabalho como oportunidade certa e permanente, o acesso a terra e aos equipamentos de serviço público de educação, a saúde e o divertimento, praticamente inexistentes nas principais áreas de fluxo de mão de obra, principalmente, do nordeste. Esse elemento atípico do trabalho farto em Brasília aliado à sensação de estar trabalhando diretamente para o presidente da república fortalecia a livre criatividade de concepção da rede pelos primeiros pioneiros da *univercidade* de Brasília com potencial de adesão da classe trabalhadora, tendo em vista a possi-

bilidade de alimentar o sonho da casa própria, do hospital, da escola e da universidade para os seus filhos.

Um processo histórico que logo se transformou em um drama na vida dos que vieram implantar mais que um projeto pessoal, uma semente fundamentalmente política do ensino superior de Brasília para ser uma referência para o mundo. Uma frustração sem igual se abateu na república e que se configurou localmente na quase bem sucedida tentativa de paralisação por completo dos fluxos informacionais vitais que deveriam ligar a UnB à problemática social de sua cidade. A aliança civil-militar¹⁶, que sustentou o golpe no Brasil, em Brasília e na própria UnB em particular, resultou nos anos que se seguiram em uma rede de conexões fraca, fragilizada e fragmentada sem fluxos contínuos de cooperação produtiva e política nos níveis registrados até 1964. A hegemonia nacional-desenvolvimentista da *universidade* estaria definitivamente abalada.

Esse foi um momento-movimento marcado pela dialética da inspiração/expiração. Isto porque o ambiente da UnB era penetrado pelo sentido dos ventos de trabalho, ao mesmo tempo, extenuante, mas de grande expectativa quanto ao futuro social de otimismo vindo das relações sociais oriundos da cidade e que atravessavam as enormes colunas do prédio do Instituto de Ciências Humanas – ICC – em construção. Os ares citadinos atravessavam mais a estrutura da UnB do que em sentido contrário.

Até 1964 uma hegemonia interna na política da UnB era nutrida não só por objetivos racionais, mas também emocionais locais que favoreciam uma espécie de irmandade que ligava corações e mentes de operários¹⁷, professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos no sonho de fazer uma Universidade diferente. Não que esse sentimento fosse capaz de suplantar as diferenças de classe, mas que reforçava uma ideia singular de pertencimento a um projeto de cidade que na cabeça de todos não existia e se confundia com um ideal de justiça social.

16. Para um entendimento dessa tese sobre como e por que houve o golpe de 1964 indico a leitura de *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, de Maria Helena Moreira Alves. Confirma em Alves, (1989).

17. Lembro aqui a morte de dois operários na construção, homenagem do que é até hoje o principal auditório da Universidade de Brasília localizado na Faculdade de Educação, auditório Dois Candangos para representar aquele momento de irmandade, e entusiasmo que representava a singularidade das obras da UnB no conjunto das construções em andamento na cidade.

Foi um rápido momento de inspiração de múltiplos sonhos que, muitas vezes, serviam para acalmar as longas e extenuantes jornadas de trabalho que atingiam de maneira desigual e combinada às múltiplas classes trabalhadoras. A particularidade e a singularidade da UnB nesse processo encarnavam uma expectativa de formação de quadros profissionais para formação e avaliação de outros profissionais a serem lotados nos postos de trabalho da educação, saúde, arte, cultura etc. A UnB encarnava, portanto, uma expectativa diferenciada naquela altura, podendo implantar um processo de hegemonização de poder na cidade também diferenciada no contexto brasileiro.

Uma vez referenciada mundialmente no campo da arquitetura, poderia abrir caminho para chamar a atenção em outros campos do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Sendo Brasília uma praça de pouco controle dos serviços privados, o sentimento republicado na formatação de redes de serviço público nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer poderia ser uma referência para outras cidades no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, de um projeto urbanístico sob outra lógica de acesso a esses serviços que não pela via direta da acumulação capitalista.

Nesse sentido, pode-se dizer que Brasília era a versão brasileira do projeto dominante do capitalismo monopolista de Estado – CME. Dentro dessa obra em particular, havia uma síntese dessa síntese - o projeto da UnB materializava em laboratório vivo esse tensionamento ideopolítico de conexão das várias escalas do território das redes de cooperação produtiva e política. Nesse sentido, a criação da UnB com sua respectiva *univercidade* era a expressão concentrada local dessa crise ideopolítica do CME.

Uma vez *conectada, sintonizada e hegemonizada* por uma *diretividade política* de expansão em larga escala de um modelo de acesso no território das Políticas Sociais, sob controle do interesse público, e não da iniciativa privada, essa rede sociotécnica responsável pela reprodução ideopolítica desse modelo poderia potencializar um grau de aliança entre as diferentes classes sociais no território da capital. Mas tudo isso era muito “perigoso” em um contexto internacional de Guerra Fria e de grande tensão política no Brasil, vivenciada durante todo o governo de JK, mas que chegara ao limite máximo de instabilidade naqueles poucos dias de governo de João Goulart.

A coalizão civil-militar que se formou não via com bons olhos o surgimento, em plena capital, de uma *univercidade* altamente politizada e com

potencial para realizar um processo de legitimação popular de um projeto político que poderia se valer de um engajamento generalizado no planalto central, alterando a correlação de forças políticas na região. Uma suposta articulação das classes trabalhadoras, que poderia se dar a partir do atendimento de suas reivindicações concretas por Políticas Sociais de qualidade sem igual na região, poderia pôr a perder os interesses conservadores até então hegemônicos nesse território.

Esse clima favorecia a justificativa dessa coalizão reacionária ao projeto nacional-desenvolvimentista que se projetava em Brasília de forma contundente. Percebiam localmente o risco iminente de ver a capital tomada por uma hegemonia desinteressante tanto do ponto de vista político quanto aos propósitos do capital na capital.

Por outro lado, as forças nacionalistas começavam a ganhar visibilidade na capital em construção. E o principal trunfo desse projeto estava na concretização dos equipamentos públicos com a promessa de acesso social para todos. Nesses anos de construção, a iniciativa privada não tinha quase nenhuma expressão na cidade. Sem concorrência a altura, em relação aos serviços públicos em processo de instalação muito mais rápida, os equipamentos coletivos já se colocavam sob o controle do Estado. Em nenhum setor dos serviços públicos isso era ameaçado por grandes grupos e monopólios comerciais nacionais e internacionais.

Na concepção do povo que chegava e dos operários em particular, havia uma expectativa de uma Saúde pública para todos, educação, lazer, supermercado etc. Não poderia ser diferente em relação a uma universidade pública. A UnB surge então inserida nesse contexto de uma cidade pública com pretensões, segundo o governo da época, de ser uma espécie de *cabeça-de-rede* das universidades federais. Isso poria em risco muito mais do que essa aliança poderia aceitar. A UnB e sua rede sociotécnica referendada pela cidade e provavelmente articulada às demandas sociais não só locais, mas de âmbito regional e nacional, poderia representar uma perigosa crítica ao modelo arcaico de formação universitária. Figuras desse discurso encarnavam esse projeto perigoso e precisavam ser caladas. Era o caso de Darcy Ribeiro, Heron de Alencar, Anísio Teixeira e Oscar Niemeyer entre outros grandes nomes da academia na época.

Em 1964 aconteceu a frustração que atingiu não somente toda a força de trabalho engajada no projeto da UnB, mas a alma de uma intelectualidade engajada nos problemas candentes da sociedade brasileira e brasiliense com traços graves de desigualdade e injustiça, daqueles anos sessenta.

Em 1964, sem o espírito pioneiro, os pontos nodais informacionais criados sucumbiram a uma frustração de que eu só consigo comparar à imagem mitológica de um navio que, após concluído no estaleiro, não recebe o combustível para sair navegando. Fica ali ancorado, aos poucos apodrecendo pela ferrugem que um dia há de corroer todo o seu casco sem jamais ter se enriquecido com as grandes viagens prometidas em busca da criação do conhecimento, da ciência e da tecnologia com um compromisso essencial – o de fazer história a partir de problemas concretos no território, no tempo vivido e no coração das pessoas.

Então a UnB ficou sem poder concluir o projeto de sua rede de relações de cooperação produtiva e política que a ligariam definitivamente à Brasília, e todas as cidades irmanadas pela Questão Social de sua fundação. Neste sentido, destacarei apenas sua dimensão local do território recriado pelas relações em rede da universidade de Brasília, isto é, da **univercidade** no primeiro período de fundação.

Quando sobreveio o golpe de 1964, a **univercidade** deveria ser aniquilada em suas bases e dela manter-se-ia somente os escombros de seu projeto original. Sem a sua alma, da rede sociotécnica que ligava a UnB ao território e ao tempo-futuro da utopia de um Brasil novo, a UnB tornar-se-ia, do ponto de vista dos que dela se apossaram institucionalmente, apenas espelho opaco e reverso de costas para a sua cidade e para o seu imaginário coletivo antes em ascensão. Uma universidade esvaziada de sua missão política. Talvez seja no discurso da mãe e da esposa de um dos professores fundadores atingidos pelo golpe a melhor forma de retratar como na dor dos anos sombrios também se fez ressurgir mais tarde a **univercidade** de Brasília.

Heron de Alencar havia deixado Brasília no dia anterior ao golpe, por sugestão do jornalista Darwin Brandão, (...) Seu envolvimento com o Partido Comunista e o fato de ser assessor de Miguel Arraes de Alencar, então governador de Pernambuco e seu primo, além de sua

ligação com Darcy Ribeiro o deixavam em situação delicada. (...) Sua esposa, Wanda de Alencar, recorda o clima que envolvia a todos na UnB naquele período: “Fiquei só, em Brasília, com meus quatro filhos. Foram momentos de grande ansiedade e inquietação decorrentes do clima de repressão e autoritarismo que se instalou repentinamente na Universidade de Brasília”. (...) No dia 3 de abril, a Universidade foi ocupada por tropas armadas do exército, efetuando a prisão de 11 professores, que permaneceram 17 dias incomunicáveis. Nos primeiros nomes da lista dos professores a serem presos figurava o do professor Heron de Alencar (SANTANA, 2012, p. 312).

Foi um sonho de visionários da área da educação que se perdeu institucionalmente no momento em que as tropas militares invadiram o *campus* Darcy Ribeiro, em pleno golpe de 1964 e nos anos subsequentes¹⁸. Um momento típico da *univercidade* foi o processo de rearticulação de forças sociais subterrâneas à institucionalidade autoritária que se instalou na UnB nos anos que se seguiram a 1964. Essa história está magistralmente registrada nas obras do professor Vladimir de Carvalho chamado “Barra 68: sem perder a ternura”. Mas o sonho nunca foi dissipado integralmente, nos corações e mentes dos que ficaram em Brasília e nas gerações que sucederam ao passarem pela UnB começaram a suscitar o renascimento da *univercidade*.

Considerações finais

Do ponto de vista espacial, a *univercidade* é uma manifestação dialética e contraditória entre o processo instituído e o instituinte. Uma objetivação de uma práxis política que se manifesta pela via da cooperação política e produtiva que (re/des)territorializa sua rede de sujeitos individuais e coletivos que dão vida ao processo. São esses sujeitos que, ao tecerem conexões e circuitos informacionais de duplo sentido¹⁹, consolidam contradiscursos à

18. Um filme premiado com: Melhor Filme Brasiliense, Prêmio da Câmara Legislativa/DF e Prêmio do Centro de Pesquisadores do Cinema Brasileiro - XXXIII Festival de Brasília do Cinema Brasileiro/DF, 2000; Prêmio Especial do Júri - XI Cine Ceará/Fortaleza, 2001. (Vladimir, 2000)

19. Duplo sentido porque são circuitos informacionais não autoritários, isto é, que ao mesmo tempo em que legitimam as fontes universitárias (estudantes, professores e técnico-administrativos) também reconhecem nos sujeitos individuais e coletivos dos movimentos sociais como igualmente fontes não só de informação estratégica (argumento político), mas também como fontes de conhecimento e saber.

hegemonia do instituído que aparta a UnB dos problemas candentes de sua sociabilidade imediata. Mas os discursos em si são argumentos proativos, tendo em vista a comunicação com os movimentos sociais no sentido de manter laços permanentes de ligação que vão atravessar os muros separatistas que tendem a fazer dos equipamentos públicos ilhas de atendimento dos indivíduos em sociedade, mesmo quando se valendo de todas as condições materiais de redes digitalizadas de informação e comunicação, em tese, facilitadoras de uma *interinstitucionalização*, *intersectorialização* e *interdisciplinaridade* na ação social junto às políticas públicas.

A **univercidade** é uma expressão instituinte que autocritica o formato instituído passivo e a-histórico de um equipamento público. Nesse movimento interno universitário de questionamento das práticas “normais”²⁰ e das normas instituídas. A esse estado de sinergia cooperativa produtiva e política pela via do conhecimento, das assessorias, da pesquisa, do ensino e da extensão com uma diretividade de conquistas dentro da temática da Questão Urbana é que estou chamando de “**univercidade**”.

Esta hipótese indica que o fluxo de cooperação política-acadêmica-produtiva que sustentou e sustenta essa particularidade da sociabilidade dos sujeitos coletivos brasilienses com a UnB só sobrevive porque existe uma rede de relações. Como em toda rede, existem “nós” de vários tipos: interpessoal, interinstitucional, intersectorial e interdisciplinar. Essa nodalidade **univercitária** toma corpo e alma, sobretudo, quando há uma questão social em jogo. Essa práxis sempre esteve nesses 50 anos ligada como um fogo “piloto” aceso e, por vezes, esse piloto dá origem a uma chama que “incendeia” a cidade em grandes manifestações para além do território citadino local em direção à reforma social do Estado brasileiro como um todo. Quando isso acontece, repercute em ressonância com as lutas sociais também em

20. O sentido de “normal” aqui empregado é inspirado no conceito de “ciência normal” de Thomas Khun em *A estrutura das revoluções científicas* (Khun, 2003). Tal como Khun, em relação à ciência, analogamente quero dizer que as instituições públicas tendem a imprimir em suas rotinas normatizadas uma lógica de “incomunicação” ou anticomunicação com os movimentos sociais. As universidades públicas em geral, e a UnB em particular, não fogem a essa regra, entretanto são umas das poucas instituições de Estado que podem ou não gestar processos de autocritica no sentido de questionar essa “normalidade” instituída. É indispensável para que surja a **univercidade** da universidade tradicional um momento de questionamento radical dessa “normalidade” instituída.

outros estados. Nesse sentido, o entrelaçamento da *univercidade* UnB foi também, em muitas situações, a constituição de uma rede de *univercidades*.

Para tanto, lançamos mão do termo “*univercidade* de Brasília” como uma narrativa que não dissocia a história da cidade cidadã de sua principal instituição interlocutora política, a UnB. São histórias indissociáveis, sobretudo quando o foco diz respeito ao processo de conquistas sociais locais pelo controle social da cidade, efetivado em processo pelos sujeitos coletivos que ganharam, ao longo do último meio século, poder de articulação diferenciada quando em diálogo com sujeitos individuais e coletivos oriundos da UnB. A defesa dessa hipótese não é uma opinião fortuita, mas um processo de análise histórico-estrutural de reflexão-ação que nunca perdeu de vista o rigor acadêmico no sentido de se observar os dois termos dessa análise mesmo na contramão da tradição, tanto da historiografia oficial das instituições, quanto da própria academia. Deste ponto de vista, nos afastamos propositamente daqueles estudos que distanciam o pesquisador do seu objeto. Ao contrário, nos sentimos partícipes dessa pesquisa pela via da extensão que tomou grande parte de minha vida, sem que isso significasse desmerecer o nosso compromisso com o rigor teórico-metodológico nas ciências sociais²¹.

Ao advogarmos a hipótese da “*univercidade*”, isto é, que existe sim uma indissociabilidade inextrincável que liga a história da UnB a de sua cidade cidadã, queremos dizer, mais do que simplesmente afirmar, que sempre houve uma íntima imbricação das tramas políticas, pessoais e projetos ideopolíticos que transpassaram os territórios do campus Darcy Ribeiro (hoje campi de Ceilândia, Gama e Planaltina) em relação ao do Plano Piloto, cidades-saté-

21. Em 2012 completei junto com a UnB 50 anos. Destes, 25 foram dedicados a projetos de extensão universitária no DF e Entorno, seja na condição de Assistente Social, concursado em 1987, vinculado ao então recém-criado Programa de Apoio aos Núcleos Permanentes de Extensão. Dos três núcleos implantados pelo Decanato de Extensão nas cidades de Ceilândia, Novo Gama e Vila Paranoá, coordenei os dois últimos até 1993. A partir de 1995, como professor concursado pelo Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas – IH – passei a propor atividades de extensão. Atualmente coordeno dois projetos aprovados pela nova política de extensão de ação contínua: O Projeto Quintas Urbanas da UnB: problemas e potencialidades do DF e Entorno (2004); e “O grito social das águas” (2011) ambos vinculados às linhas de pesquisa do Locuss-UnB.

lites e Entorno. Queremos sugerir que essa perspectiva analítica requer um método teórico que chamamos histórico-estrutural, único capaz de fazer revelar essa indissociabilidade da trilogia espaço-tempo-sujeito coletivo.

Nossa perspectiva, tenta (re)construir uma totalidade analítica que quer, de um lado, resgatar a dinâmica **histórica** dos sujeitos em relação, recuperando os laços no tempo e no espaço que ligam os sujeitos coletivos em seus processos de luta à UnB. Nesse sentido, a categoria de análise da relação é pautada pela dimensão da política no âmbito do Estado. Nessa ótica, espera-se demonstrar como a história da **univercidade** tem como subproduto, em vários momentos, o fortalecimento dos processos de luta desses sujeitos pela reconquista da cidade do ponto de vista do controle social.

Mas isso não é o suficiente, nossa pesquisa-ação quer, por outro lado, recuperar as leituras **estruturantes** que estão para além dos sujeitos em si, mas inseridos numa sociedade que tem um modo de produção e reprodução social submetido à lógica da acumulação capitalista. Nesse sentido, a categoria trabalho na sua fundamentação ontológica do ser social torna-se uma matriz indispensável. Por essa segunda dimensão de análise da **univercidade**, nos termos dos fatos e dos laços de ligação entre UnB/MSU, podemos, nos termos de Marx, desvelar os limites e possibilidades dos discursos tanto acadêmico quanto dos sujeitos coletivos sem perder de vista um enquadramento crítico acerca dessa relação inserida na lógica local da rentabilidade do capital.

Com essa dupla face da pesquisa, sustentada por uma interpretação da história da **univercidade** a partir da questão urbana, nos propomos fugir das tendências que unilateralizam a relação em tela. É uma abordagem que sincroniza as teorias que ora sustentam, ora são descartadas por essa relação.

Nesse sentido, recontar a história de Brasília ou da UnB, vice-versa, só é possível se, por um lado, nos valem do uso da centralidade ontológica da categoria trabalho e, com isso, assumimos o desafio das implicações teórico-metodológicas do uso dessa categoria como eixo de análise, e escolha das narrativas pertinentes para demonstrar o sentido ideopolítico que estão encobertos quando se reproduz o fetiche da aparente dissociação das “duas” histórias cinquentenárias. Por outro lado, como diria Hegel, o homem moderno só se realiza na política. Eu diria que o trabalho, que liga a “**univercidade**” de Brasília, sempre teve em uma relação particular com o

Estado, uma dimensão que não pode ser deixada a parte dessa historicidade complexa e desde a sua origem, imbricada, ora sincrônica, ora assíncrona como ondas que agitam a relação entre o mar e o rochedo.

Referências bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*.
- ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos - CEBRAP*, mar 2009, n.83, p. 103-127.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap. 1
- BOCCARA, P. “Quelques indications sur la révolution informationnelle”, *La Pensée*, n. 241, set. agosto de 1984.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1988.
- BRANDÃO, Carlos R. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CASTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CELSO FURTADO. *Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967)*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- COSTA, Edmilson. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- DEMO, P. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e Golpe de Classe*. 1981
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LOJKINE, Jean (1979). **O papel do Estado na urbanização capitalista**. In: FORTI, R., (org.) *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: Ciências Humanas, p.15-51.

LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LOJKINE, J. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOJKINE, J. Alternativas em face da mundialização: a instituição municipal, mediação entre empresa e sociedade. In: RAUTA RAMOS (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981 e 1997 (1ª e 2ª ed.).

LOJKINE, Jean. *A classe operária em mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

LOJKINE, Jean. *Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.

LOJKINE, Jean. Novas Tecnologias geradoras de empregos. In: *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: PPGSS, UFRJ, 1997b.

LOJKINE, Jean *Entreprise et société*. Paris, PUF, 1998.

LOJKINE, Jean. *O tabu da gestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 (original: Le tabou de la gestion. La culture syndicale entre contestation et proposition. Paris: Les Editions de l'Atelier/Les Editions Ouvrières, 1996).

LOJKINE, Jean. *La guerre du temps. Le travail en quête de mesure*. Paris.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os pensadores).

MARX, Karl. *Capital y tecnologia. Manuscritos inéditos (1861-1863)*. México: Terra Nova, 1980.

MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. v. 1. México: Siglo Veintiuno editores, 1997a.

MARX, Karl. *O Capital. Livro Primeiro. O processo de Produção do Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J. P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NIEMEYER, Oscar. *Quase Memórias: Viagens: Tempos de Entusiasmo e Revolta - 1961-1966*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- OLIVEIRA, Márcio de. *Brasília: o mito na trajetória da nação*. Brasília: Paralelo 15, 2005.
- RAÚL PREBISCH. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949). In: Ricardo Bielschowsky (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RAUTA RAMOS, M.H. Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política. In: RAUTA RAMOS, M.H. (org.). *Metamorfoses sociais e políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 35-64.
- RAUTA RAMOS, M. H. “Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial”. In: RAUTA RAMOS, M. H (org.). *Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 113-150.
- RAUTA RAMOS, M. H. “Mutações tecnológicas portadoras de novas potencialidades: as redes de cooperação política”. In:
- RAUTA RAMOS, M. H (org.). *Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b, p. 35-64.
- RAUTA RAMOS, M.H. (Org.) *Desenvolvimento local, saúde e meio ambiente: impacto dos grandes projetos em Anchieta/ES, na Região Metropolitana da Grande Vitória e em Macaé/RJ*. Vitória, EMESCAM, 2009.
- RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SANTANA, Carla Patrícia. “Configuração de um intelectual se pensando: considerações e autocrítica de Heron de Alencar”. In: LIMA, Ari; COSTA, Edil. (org.). *Estudos de crítica cultural: diálogos e fronteiras*. 1ª ed. Salvador: Quarteto, 2010, v. 1, p. 29-58.
- SANTANA, Carla Patrícia. “Divergências em torno da prosa romântica brasileira: Heron de Alencar e outros críticos literários”. Interdisciplinar

– *Revista de Estudos em Língua e Literatura*. Departamento de Letras de Itabaiana – UFS. Ano VII, v. 15, n. 15, jan.-jun. 2012.

SANTANA, Carla Patrícia. *Um barracão, jovens professores e um projeto de universidade-intelectualidade nacional: a UnB a partir do olhar do crítico literário* Heron de Alencar. 2013 (mimeo.)

SOUZA, P. C. . Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. *Ser Social* (UnB), Brasília - DF, v. 17, n.1, p. 14-112, 2006.

SANTOS, Milton [1996]. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *Brasil. Território e Sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, P. C., DAL ROSSO, S. Crise e Processo de Trabalho: o ensino a distância em

Questão. In: *XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, 2010.

SOUZA, P. C. A questão informacional e o serviço social na contemporaneidade: para um método de análise e certificação de sistemas de informação em Política Social. In: *19ª Conferência de Serviço Social*, 2008, Salvador.

SOUZA, P. C. Serviço Social e informática. In: *Capacitação em Serviço Social*; ed. Brasília: UnB, v.4, p. 255-270, 2000.

SOUZA, P. C. d. *A Construção da notícia e as políticas sociais no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado – DSS/ UnB, 1993.

SOUZA, P. C. *Potencialidades políticas nas práticas de comunicação da CUT: o uso da*

Internet e o Platô Informacional do DF. Brasília: UFRJ, 2005. (Tese de Doutorado).

SOUZA, P. C. Segregação sócio-espacial na América Latina em tempos de globalização. In: *III Seminário de Política Social: Justiça e Direitos de Cidadania na AL*, 2006, Brasília - DF.

SOUZA, P. C. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. In: *Ser social*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 14-112, 2006b.

TOURAINÉ, Alain. *Prouction de la société*. Paris, Seuil, 1974.

Organizações Sociais do Distrito Federal: um Perfil Preliminar

Nair Heloisa Bicalho de Sousa e Fabiane Macedo Borges

Introdução

Processo de redemocratização do Brasil

Para estudar a trajetória da sociedade civil organizada por meio das suas diferentes formas, tais como os movimentos sociais, associações, ONGs, fóruns e conselhos dentre outros, é preciso considerar os momentos históricos vivenciados por essas organizações, não podendo deixar de ser enfatizado o processo de redemocratização do Brasil.

Esse processo segue a tendência histórica iniciada em países do sul da Europa, nos anos 1970, e depois na América Latina, nos anos 1980, re-colocando a discussão sobre os significados da democracia. No Brasil, o processo de redemocratização ficou consolidado na Constituição Federal de 1988, conhecida também como *Constituição Cidadã*. Nesse contexto, sob o marco histórico da democratização, foi proposta uma forma de governo descentralizada e a institucionalização da participação popular por meio do estabelecimento de novos espaços, entre eles, os conselhos gestores, as conferências, o orçamento participativo e as audiências públicas.

Dagnino (2004, p. 95) aponta para o processo de “alargamento da democracia” que se consagrou tendo como princípio a participação da sociedade civil, expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da

sociedade nos processos de discussão e tomada de decisões. As principais forças envolvidas nesse processo compartilharam um projeto democratizante e participativo, ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia.

No contexto da redemocratização do Brasil, emergem inúmeras experiências participativas. Essas práticas buscaram uma nova forma de governo para a sociedade, em que a perspectiva da democracia passaria a ser a de uma nova cultura política, a qual redefiniria a relação entre Estado e sociedade (NEVES, 2008). Para essa autora, o contexto da democratização nos anos 1980 a partir da emergência de diferentes mecanismos de incentivo à participação, busca não só democratizar o Estado, mas, sobretudo, politizar a sociedade civil. A Constituição Federal de 1988 representaria, pois, um divisor de águas, expressando o desejo pela construção de um Estado Democrático de Direito.

Assim, na década de 1980, do ponto de vista político, a democracia parece ter sido construída com a participação mais ativa da sociedade civil por meio da luta por direito, abrindo espaço para os cidadãos tomarem parte na vida pública.

Nos anos 1990, a história segue rumo diferenciado. Ganança (2006) aponta para o surgimento de forças políticas emergentes nos governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que aderiram em graus diferenciados às políticas neoliberais, favorecendo certo retorno a uma cultura antiparticipativa já arraigada na história sociopolítica do país.

No governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi observada maior abertura à participação dos movimentos populares e maior investimento em políticas de cunho social, influenciando o rumo das decisões políticas e a organização dos movimentos da sociedade (AVRITZER, 2009). Alguns autores, porém, defendem que as novas políticas sociais do Estado embora tenham priorizado a inclusão de setores sociais e de novos movimentos sociais na cena política, isso teria se dado de forma contraditória, com risco de cooptação dos sujeitos políticos, retirando a tensão do debate e enquadrando as demandas em estruturas participativas, onde as organizações da sociedade puderam assumir tanto um caráter emancipatório, como integrativo e conservador (DAGNINO, 2004; GOHN, 2010).

Apesar dos entraves apontados no contexto de redemocratização do país, vários autores reconhecem os ganhos adquiridos pelos novos espaços participativos que, com sua atuação, contribuíram para o aumento da transparência dos atos políticos e a melhoria da eficiência dos serviços. Para Faria (2007), a institucionalização dos canais participativos e a proliferação dos movimentos sociais são considerados como um grande avanço na consolidação da democracia brasileira, abrindo espaço para um processo de condução coletiva das decisões de interesse nacional. Trata-se, portanto, da ampliação do debate, da negociação e do fortalecimento das instâncias participativas, como forma de contribuir para que as decisões sejam direcionadas para os interesses e as necessidades da população.

Associativismo civil no Brasil

Para Avritzer (2004), o Brasil foi considerado até o início do seu processo de democratização, um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constitui uma esfera pública fraca e ampliadora da desigualdade social, gerada pela esfera privada. Esse autor destaca a literatura sobre o associativismo no Brasil, a qual demonstra um país com pouca prática associativa no período 1946-1964, e que, após sua primeira experiência democrática, registra aumento, ainda que pequeno, nas experiências associativas, em geral, associações comunitárias na cidade do Rio de Janeiro. Para ele, a cidade que talvez tenha tido o associativismo comunitário mais organizado e menos clientelista nessa época foi Porto Alegre, onde a Federação das Associações Comunitárias antecipou certas características do associativismo comunitário do período da redemocratização dos anos 1970 e 1980.

Seguindo a trajetória histórica, Avritzer (2004) demonstra que a partir de meados de 1970, começa a ocorrer no Brasil o surgimento do que se convencionou chamar de *onda de democratização*, seguindo a tendência histórica de redemocratização dos países latino-americanos e da luta dos movimentos organizados da sociedade pela garantia de direitos. Para ele, o processo de redemocratização e do aumento no nível de participação na década de 1980, permitiu o crescimento do número de associações de forma

exponencial nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e em outras grandes cidades brasileiras, sendo o foco da sua pesquisa a cidade de São Paulo.

Segundo o autor, na cena política do Brasil, surgiu uma sociedade civil que se organizou autonomamente em relação ao Estado no final dos anos 1970, reivindicou parceria nas políticas públicas nos anos 1980 e expandiu fortemente a sua presença nessas áreas nos anos 1990. No entanto, essa mesma sociedade civil reproduz desigualdades e heterogeneidades, tal como a própria sociedade brasileira.

Scherer-Warren (1996) realizou um mapeamento das organizações voluntárias (associações civis) na cidade de Florianópolis, em que passou a discutir o papel dessas organizações na construção de uma sociedade civil ativa e a analisar em que medida elas eram capazes de desencadear processos de transformação social, além do desenvolvimento da consciência coletiva.

A autora destaca as noções de associativismo e participação voluntária, clássicas nas ciências sociais e bastante antigas no senso comum, e que por isso mesmo não estão livres de sentidos diversos, ambiguidades, nem sempre sendo bem delimitadas. Observa que as organizações pesquisadas possuem uma imensa variedade de ações: o associativismo a serviço da comunidade, do interesse público, da resolução de questões e problemas sociais prementes na sociedade civil, tais como as carências sociais, a degradação ambiental, a saúde, a gestão dos equipamentos coletivos urbanos, as ações para a cidadania e questões de natureza semelhante.

Nesta investigação foi utilizada uma perspectiva ampliada de associativismo civil, conforme adotada por Scherer-Warren e Chaves (2004), incluindo ONGs, associações culturais, de defesa econômica e/ ou assistencialista, associações de pesquisa entre outras. Entretanto, não foram incorporados os movimentos e os novos movimentos sociais existentes no DF, tendo em vista uma abordagem específica sobre eles a ser realizada futuramente.

Em sua pesquisa, a autora aponta três categorias centrais de associativismo e ONGs, grupos de mútua-ajuda e associativismo de bairro. A autora demonstra no estudo que, de uma forma geral, o conjunto das organizações voluntárias pesquisadas na cidade de Florianópolis tinha como alvo resolver problemas relativos a carências urbanas e humanas, relacionadas aos direitos

de cidadania e ao bem-estar dos indivíduos no seu meio social, contribuindo para a conquista de direitos civis e sociais, melhoria da qualidade de vida, do meio ambiente e das condições psicossociais dos moradores, fiscalização das ações do Estado e construção de uma esfera pública mais democrática.

Em 2004, Chaves e Scherer-Warren organizaram estudo semelhante, no qual, apresentam dados da pesquisa realizada sobre o associativismo civil em Santa Catarina, feita por meio de cadastramento do conjunto de organizações civis institucionalizadas (isto é, com registro em cartório civil e publicadas em diário oficial), registradas no período de 1930 a 2000, nos municípios de Florianópolis e Blumenau tratadas teoricamente como associativismo civil. As autoras apontam o ápice do crescimento do associativismo em Florianópolis, no período de 1984 a 1988, destacando-se nessa fase, por seu crescimento relativo, os novos movimentos sociais, as associações acadêmicas e de pesquisa e as de defesa comunitária e assistencialistas.

Ganança (2006) examina o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil por meio da análise do associativismo civil. Além de mapear, caracterizar e classificar tais organizações, sua pesquisa estuda o universo associativo e o seu crescimento em anos recentes. O autor analisa a denominada gramática associativa e as novas institucionalidades da ação coletiva na sociedade brasileira, em uma perspectiva democrática participativa. O estudo tem como base a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (IBGE, 2004), em parceria com duas redes de organizações da sociedade civil.

Os dados da pesquisa (IBGE, 2004) confirmam a constatação de vários outros autores sobre a imensa pluralidade e heterogeneidade do universo associativo: igrejas, hospitais, escolas, universidades, entidades de assistência social, associações patronais e profissionais, associações de produtores rurais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, associações de moradores e organizações de defesa de direitos, entre outras.

Ganança (2006) chama a atenção para o exponencial crescimento do associativismo no Brasil, a partir da década de 1990. Segundo a pesquisa do IBGE (2004), as associações civis no Brasil cresceram 157% entre 1996 e 2002. O pesquisador aponta alguns possíveis fatores que contribuíram para o crescimento: 1. o processo de abertura política, redemocratização e posterior

consolidação da democracia; 2. a existência de programas e fundos públicos que são direcionados para associações civis; 3. as condicionalidades impostas pelo Estado, de formalização de grupos populares ou de trabalhadores, para o exercício de certos direitos ou acesso a certos benefícios; 4. a existência de uma imensa estrutura institucional participativa, formada por milhares de conselhos de políticas públicas, com o papel de exercer democraticamente o controle social das políticas públicas; 5. um processo progressivo de institucionalização de lutas e movimentos sociais e uma opção privilegiada que o formato associativo vem adquirindo na expressão dessas lutas, como o movimento ambientalista e o movimento de defesa dos direitos da criança e do adolescente; 6. o crescimento do associativismo produtivo, que pode ter sido causado pela estagnação econômica vivenciada pelo Brasil nas últimas duas décadas, sendo o mesmo considerado como uma alternativa ao desemprego e como uma nova forma de organização do trabalho.

Ganância (2006) aponta que, embora a ação coletiva institucionalizada associativa no país tenha contribuído para o avanço, a conquista e a efetivação de direitos civis, políticos e sociais, por meio da expressão autônoma de diversos grupos sociais na esfera pública, ao mesmo tempo, reproduzem estruturas de desigualdades presentes na nossa sociedade. Essa reprodução se dá, principalmente, pela existência de segmentos associativos conservadores, a baixa presença relativa de grupos populares no universo associativo brasileiro, em razão das barreiras burocráticas e jurídicas, e pela criação e manutenção de estruturas associativas, além da existência de custos administrativos que inibem a formalização e a manutenção de associações civis de caráter mais popular.

O DF carece de investigações em profundidade acerca do associativismo civil. Estudos anteriores a respeito da organização e mobilização da sociedade civil local (SOUSA, 1982, 1991; IWAKAMI 1991; SOUSA, MACHADO e BARROS, 1993; MACHADO e SOUSA 1998; MACHADO, 2008; REIS, 2009 e BARROSO, 2010) dentre outros, enfocam situações históricas específicas de determinados grupos sociais e comunidades.

Desse modo, as análises realizadas, ainda que se destaquem pela importância em resgatar a memória de diferentes grupos sociais a respeito de suas trajetórias de lutas, obstáculos e conquistas, são fragmentadas no que diz respeito ao tema do associativismo civil no DF.

Com essa ressalva, o presente trabalho se propõe a abrir um debate a partir de dados iniciais a respeito do processo heterogêneo e complexo que envolve a teia de ações e relações entre sociedade civil organizada e o Estado no DF, no contexto da democratização da sociedade brasileira.

Além disso, realiza uma primeira análise que deverá ser aprofundada por outros estudos e pesquisas a respeito do tema, tendo em vista a expectativa da abertura de possibilidades para uma participação mais ativa da sociedade organizada ao nível local, no sentido do fortalecimento da democracia participativa.

Importância da participação

Os vários autores estudados defendem que um dos grandes ganhos da participação em movimentos organizados da sociedade se refere aos benefícios sociais trazidos pelo próprio processo participativo. Gohn (2010) ressalta que a organização coletiva pode gerar processos de mudança e transformação social, destacando os processos de justiça social, emancipação e autonomia dos sujeitos em cena.

Acreditamos que a importância da participação da sociedade civil se faz não apenas para ocupar espaços nas novas esferas públicas, antes dominadas por representantes de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. A importância se faz para democratizar a gestão da coisa pública, para se ter controle social e inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas às questões emergenciais, mas políticas que contemplem o crescimento econômico como o desenvolvimento autossustentável das populações atendidas, assim como respeitem os direitos dos cidadãos. (GOHN, 2010, p. 37)

Para a autora, a participação em movimentos sociais gera novas aprendizagens e a produção de novos saberes. “Na maioria das vezes, os sujeitos participantes dos movimentos sociais têm aprendido a fazer leituras de mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, gerados como respostas às pressões e demanda socioeconômicas que eles fazem” (GOHN, 2010, p. 173).

Autores como Demo (1996) reforçam o caráter educativo da participação. Em seu clássico livro *Participação é conquista*, o estudioso sistematiza algumas ideias em torno da importância da participação em suas várias dimensões e destaca que a participação não pode ser entendida como dádiva, como concessão, como algo preexistente, que cai do céu. Aponta também alguns riscos relacionados à participação: tendência histórica à dominação, participação tutelada (de cima para baixo) e banalização dos processos participativos. Destaca ainda, a participação como processo, o que implica em não poder ser totalmente controlada nem tutelada, sob o risco de não ser de fato participação.

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual (DEMO, 1996, p.18).

Pinto (2004) ressalta que vários são os limites impostos ao processo participativo, destacando que participar não é um processo fácil, pois exige certo grau de flexibilidade e criatividade, além de uma capacidade mínima de comunicação, disposição e comprometimento, inclusive com os resultados inesperados do processo, bons e ruins. Seria preciso um mínimo de autoconfiança e de confiança mútua nos demais integrantes.

A partir deste conjunto de reflexões é possível inferir que a participação em grupos organizados como as ONGs e as associações civis gera novas aprendizagens e a produção de novos saberes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Metodologia

Esta pesquisa foi proposta aos (às) alunos (as) da graduação do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília que cursaram a disciplina Movimentos Sociais no segundo semestre de 2012, os (as) quais se encarregaram da aplicação dos roteiros de entrevista junto aos dirigentes das organizações sociais do DF. A todos (as) eles (elas) nossos sinceros agradecimentos.

Esta investigação foi desenvolvida em duas etapas: inicialmente, foi feito um *levantamento preliminar* dos movimentos sociais, ONGs e associações civis do DF, utilizando um roteiro contendo questões referentes ao perfil institucional, natureza da organização, objetivos, principais atividades e reivindicações, parcerias e beneficiários. Com os dados obtidos nesta primeira abordagem de campo, foram selecionadas as organizações sociais que seriam investigadas.

Na segunda etapa, foi elaborado um *roteiro de entrevista* contendo questões abertas e fechadas a respeito do perfil socioeconômico dos dirigentes (sexo, idade, cor, religião, renda familiar e local de moradia) e das principais características dos movimentos e organizações sociais do DF (natureza da organização, nível organizativo, objetivos, abrangência das ações, parcerias, financiamento de recursos, atividades desenvolvidas, demandas da comunidade, principais serviços prestados, beneficiários, dificuldades e conquistas obtidas).

A partir do trabalho de campo realizado durante os meses de janeiro e fevereiro de 2013, foi realizada a tabulação e análise dos dados referentes às ONGs e associações civis, de modo a compor um conjunto de informações homogêneas que permitissem uma interpretação preliminar a respeito do associativismo civil no DF.

Perfil dos Dirigentes das Organizações Sociais pesquisadas

O perfil dos dirigentes apresenta características diversificadas em relação às variáveis pesquisadas. Em relação ao *sexo*, foi verificado que, dos 22 dirigentes das ONGs e associações entrevistados no DF, 12 são mulheres e 10 são homens. Esta leve preponderância do sexo feminino chama a atenção, na medida em que boa parte da literatura aponta para a maioria masculina nas organizações populares, sobretudo nos cargos de direção (NEVES 2008; SCHERER-WARREN, 2004). Sendo também registrado o aumento no número e no nível da participação popular das mulheres nos últimos anos, principalmente nas organizações que seguem a temática de gênero (movimento feminista) e em movimentos com demandas sociais específicas, tais como aqueles que reivindicam aumento de vagas em creche,

melhoria na escola, na saúde, e melhores condições laborais, acompanhando as mudanças no mercado de trabalho e nos novos arranjos familiares (GOHN, 2008, 2010).

Quanto à *idade* foi verificado que todos os dirigentes são maiores de 18 anos, isso provavelmente se justifique pela necessidade cada vez maior de formalização dessas organizações, sendo exigida a maioria dos seus dirigentes. Dos 19 entrevistados que declararam a idade, 14 possuem entre 28 e 57 anos, demonstrando a preponderância de adultos na direção das associações. Um motivo que possivelmente explique a maior incidência de adultos na direção das organizações sociais é a própria experiência acumulada por essas lideranças em suas trajetórias sociais, profissionais e políticas, dando inclusive maior credibilidade às suas ações. Apenas 5 dirigentes estão na faixa etária dos 18 aos 27 anos.

A baixa incidência de jovens de até 27 anos na direção das organizações sociais pesquisadas desperta a atenção, na medida em que o Brasil possui uma camada extensa de pessoas nessa faixa etária. Há ainda o fato de a literatura registrar o aumento de movimentos, de entidades e de projetos sociais que desenvolvem trabalhos de atendimento aos jovens (GOHN, 2010), demonstrando a necessidade de maior mobilização da juventude nas lutas políticas e sociais e a necessidade de formação e motivação dos mesmos para assumir os cargos de direção. A presença de idosos entre 58 e 67 anos na gestão das associações é de apenas 3, sendo pouco expressiva, embora o número de organizações de atendimento e defesa de direitos dos idosos também venha aumentando nos últimos anos, principalmente em função do envelhecimento da população brasileira (GOHN, 2010).

A *cor* dos dirigentes apresentou um relativo equilíbrio, sendo que, dos 19 entrevistados que responderam à questão, 9 se declararam brancos, 9 pardos e 2 negros, com leve preponderância dos dois últimos (se somados). A presença de negros nas organizações sociais tem crescido nos últimos anos, sobretudo em decorrência do fortalecimento da luta contra a discriminação e em defesa da igualdade, marca de muitas organizações sociais na atualidade (GOHN, 2010).

Em relação à *religião*, 13 dirigentes se declararam cristãos, 5 ateus e 4 não responderam. É possível verificar a prevalência de cristãos entre os dirigentes, embora a pesquisa não tenha realizado a diferenciação entre católicos, evangélicos e outras religiões cristãs. É comum as ONGs e associações terem ligação ou apoio de entidades religiosas, sendo frequente na literatura que trata dos movimentos organizados da sociedade, o registro de entidades religiosas na criação e no incentivo dos movimentos e organizações sociais, com participação ativa em várias lutas organizadas da sociedade (AVRITZER, 2004; GANANÇA, 2006; SCHERER-WARREN, 2004).

Análise dos Dados: conhecendo as Organizações Sociais do DF

Parte expressiva dos dirigentes entrevistados, no total de 8, residem em Brasília, estando os demais distribuídos entre as diferentes regiões administrativas ¹. Embora não haja, nesta pesquisa, a intenção de um mapeamento profundo dessas organizações, é possível vislumbrar a pulverização das várias organizações sociais entre as várias cidades que compõem a capital brasileira, demonstrando a diversidade e a distribuição de suas demandas.

Tabela 1

Tipos de organizações sociais pesquisadas

Tipo	F
Associações Cívicas	12
ONGs	10
Total	22

Fonte: Pesquisa de campo.

A pesquisa identificou dois tipos específicos de organizações sociais no DF: as associações cívicas (12) e as ONGs (10). Essas duas modalidades de organizações sociais estão presentes no cenário urbano do país, indicando se tratar de formas expressivas de atuação da sociedade civil organizada.

1. Brasília (8), Taguatinga (3), Sobradinho (3), Estrutural (2), outros (3), sem resposta (3).

Tabela 2

Abrangência das organizações sociais pesquisadas

Abrangência	F
Local	10
Regional	05
Nacional	07
Internacional	03
Total	25

Fonte: Pesquisa de campo.

Observação: O número de respostas é superior ao número de entrevistados por se tratar de resposta múltipla.

A Tabela 2 indica os níveis de abrangência das organizações sociais que se desdobram desde o âmbito local e regional, até o nacional e internacional. Com a adoção do critério de resposta múltipla, foi possível verificar que parte significativa das organizações pesquisadas atua em vários níveis. Alguns autores ressaltam a importância do local na atuação dessas organizações, ideia muito próxima da noção de *território* que antes era definido como um espaço geograficamente delimitado, mas, com o passar do tempo, foi ganhando um novo significado, passando “a se articular à questão dos direitos e das disputas pelos bens econômicos, de um lado, e, de outro, pelo pertencimento ou pelas raízes culturais de um povo ou etnia” (GOHN, 2010, p. 29).

Com a modernização dos equipamentos de comunicação e a maior inter-relação entre as várias organizações, a noção de território se amplia, abrangendo também os valores culturais e a necessidade de ampliação da atuação, aquecendo a discussão sobre os movimentos organizados em redes, conectando o nível local com o internacional, e contribuindo para a construção de agendas políticas globais (SCHERER-WARREN, 2008; GOHN, 2008, 2010). Essa tendência de maior abrangência no nível de atuação das organizações, que extrapolam a localidade, se mostra também nas organizações pesquisadas no Distrito Federal.

Tabela 3

Parcerias com entidades ou organizações públicas

Parcerias públicas	F
Sim	16
Não	06
Total	22

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 4

Parcerias com entidades ou organizações privadas

Parcerias privadas	F
Sim	16
Não	04
Sem resposta	02
Total	22

Fonte: Pesquisa de campo.

Tabela 5

Existência de financiamento de recursos para as organizações sociais

Financiamento	F
Sim	14
Não	06
Sem resposta	02
Total	22

Fonte: Pesquisa de campo.

As Tabelas 3, 4 e 5 demonstram que parte expressiva das organizações sociais, além de receberem (recursos/ financiamento), tem parcerias com organizações públicas e privadas. Avritzer (2004) e Scherer-Warren (2008) ressaltam que a articulação entre as esferas públicas, privadas e estatais, se intensificaram nos anos 1990, com a maior institucionalização dos espaços participativos e o maior incentivo do governo aos movimentos e organizações sociais. Os autores destacam que, em regimes democráticos, o associativismo

de cunho político ou mais contestatório cresce e se institucionaliza, buscando inclusive atuar em parcerias com a esfera governamental, respondendo aos mecanismos de constitucionalidade do sistema e à institucionalidade da democracia.

No centro da discussão, Gohn (2010) aponta as alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior. Para a autora, esse papel é realizado de forma contraditória, correndo o risco de captura dos sujeitos políticos e culturais da sociedade civil, antes organizados em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas.

Sobre o aumento das parcerias com a iniciativa privada, Ganança (2006) estabelece uma relação com as políticas neoliberais implementadas com afinco, sobretudo no período do governo FHC, com o investimento em ações filantrópicas e o aumento da participação do mercado na execução das políticas sociais, além do incremento do chamado Terceiro Setor, e o consequente desmonte do legado de direitos conquistados na Constituição de 1988. Para o autor, as ações foram guiadas pela política neoliberal em direção à redução do papel do Estado e à mercantilização das políticas sociais, mascaradas sob a justificativa da redução de custos e da agilidade no repasse dos recursos, além da flexibilidade na prestação dos serviços. Neste contexto, os movimentos sociais e o chamado Terceiro Setor foram, por vezes, colocados à disposição dos interesses do grande capital e da política de cunho neoliberal, despolitizando suas ações e reduzindo o conflito e o peso das reivindicações sociais.

Demo (1996) destaca que a participação só será de fato efetiva quando os interessados forem sujeitos principais, aparecendo o Estado como instrumento de promoção, de motivação, de colaboração, e não como condutor ou mesmo dono do processo.

Avritzer (2004) ressalta que o incentivo do Estado à organização da sociedade civil melhora a participação da sociedade na condução das políticas públicas e, conseqüentemente, os seus resultados. Além disto, considera que, em áreas com menos acesso à renda e à educação, a sociedade civil ainda é pouco organizada, havendo necessidade de maior intervenção estatal na sua organização social, cujos efeitos garantiriam um melhor controle social

das políticas públicas e uma equalização de formas de participação gerando efeitos distributivos.

Controvérsias à parte, o estabelecimento de parcerias é uma tendência mundial cada vez mais difundida, provavelmente em decorrência da formação das redes de movimentos e organizações sociais, sendo uma realidade também fortemente verificada na atuação das ONGs e das associações civis do DF.

Quadro 1

Atividades desenvolvidas pelas organizações sociais

Atividades desenvolvidas pelas organizações sociais
Ações de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente
Coleta, triagem e destinação de lixo e de material reciclável
Pesquisa e formação de pesquisadores
Ações junto ao Poder Legislativo
Defesa de direitos de minorias
Ações de mobilização social
Participação em marchas, protestos e manifestações públicas
Articulação com outras organizações sociais
Ações de inclusão e reintegração social
Ações em defesa de grupos sociais vulneráveis
Ações em defesa do trabalho e dos trabalhadores
Realização de capacitações, palestras, seminários e oficinas
Realização de eventos, debates e intercâmbios
Produção de livros/ revistas / filmes / programas de rádio e de TV
Participação em fóruns e colegiados de políticas públicas
Divulgação de informações via internet
Ensino e aprendizagem das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs)

Fonte: Pesquisa de campo.

O Quadro 1 demonstra claramente a diversidade de atividades desenvolvidas pelas associações e pelas ONGs pesquisadas no Distrito Federal, desde aquelas relacionadas aos cuidados com o meio ambiente e reciclagem

de lixo até ações sociais, tais como de acompanhamento e apoio sociofamiliar e de promoção da saúde e participação em manifestações populares, além da realização de capacitação e divulgação nos meios de comunicação social, entre outras atividades.

A heterogeneidade das ações das organizações sociais é amplamente analisada pela literatura que estuda o tema (AVRITZER, 2004; GANANÇA, 2006; GOHN, 2008, 2010; NEVES, 2008; SCHERER-WARREN, 1996, 2004). Os autores concordam que a redemocratização do Brasil e a legalização dos canais participativos a partir da Constituição Federal de 1988 foi, sem dúvida, um dos grandes responsáveis pela proliferação das organizações sociais no país, abrindo espaço para a ampliação dos grupos sociais organizados e a manifestação das suas várias demandas.

A literatura registra organizações extremamente diferenciadas segundo o tipo e grau de organização, demandas, articulações, projeto político, trajetória histórica, experiências vivenciadas, principalmente no plano político-organizativo e na abrangência territorial.

Uma das constatações é de que a demanda não se concentra apenas na questão da desigualdade, havendo grande ênfase nas questões sociais e culturais. Para Gohn (2010), os movimentos organizados passam a ser menos reivindicativos e mais propositivos e ativos. “O novo cenário das políticas públicas cria um deslocamento na questão da desigualdade – de econômica, com ênfase na renda, passa a ser efetivamente social, com ênfase nas características sociais e culturais dos grupos sociais” (GOHN, 2010, p. 23).

A diversidade de organizações também reflete a articulação dessas entidades com um conjunto heterogêneo de questões, tais como meio ambiente, trabalho, cultura, direitos dos idosos, mulheres e negros, demonstrando que o novo associativismo é cada vez mais ativo e diversificado, atuando em rede e se articulando com as esferas públicas e privadas, realidade bastante explícita nos tipos de atividades desenvolvidas pelas organizações sociais do Distrito Federal.

Quadro 2

Atividades desenvolvidas em parceria dos órgãos públicos

Atividades desenvolvidas com parceria dos órgãos públicos
Ações de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente
Ações de prevenção e acompanhamento da saúde da população
Vacinação de animais
Apoio a projetos desenvolvidos nas escolas públicas
Distribuição de kits escolares
Participação em ações de inclusão/ reintegração social
Ações de acompanhamento sociofamiliar
Ações de defesa do trabalho e dos trabalhadores
Produção de livros, revistas, filmes, programas de rádio e de TV
Apoio e participação em projetos e pesquisas
Coleta, triagem e destinação de lixo e material reciclável
Organização de eventos
Participação em capacitações, palestras, seminários e oficinas
Participação em fóruns e colegiados de políticas públicas
Participação em marchas, protestos e manifestações públicas
Monitoramento das políticas públicas

Fonte: Pesquisa de campo.

O Quadro 2 demonstra que as atividades desenvolvidas pelas ONGs e associações em parceria com os órgãos públicos, se assemelham muito com as atividades em geral desenvolvidas por essas organizações e apontadas no Quadro 1. Essa coincidência de atividades demonstra o quanto é estreita a relação entre as ONGs e associações com os órgãos públicos, apontando também para os dados apresentados na Tabela 3, e aquecendo o debate sobre as virtualidades e as dificuldades da parceria entre o governo e a sociedade civil organizada.

Quadro 3

Principais objetivos das ONGs e associações civis pesquisadas

Principais objetivos das ONGs e associações civis pesquisadas
Desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente
Prevenção e acompanhamento da saúde da população
Inclusão e reintegração social
Acompanhamento sociofamiliar
Defesa do trabalho e dos trabalhadores
Defesa dos direitos das minorias (mulheres, negros, crianças e idosos)
Combate à violência
Pesquisa e assessoramento
Profissionalização
Realização de capacitações e oficinas
Realização de eventos e debates
Fortalecimento das organizações sociais
Ampliação dos espaços de atuação da sociedade civil
Promoção do debate público de ideias para o avanço da democracia

Fonte: Pesquisa de campo.

Os objetivos das ONGs e das associações pesquisadas no DF coincidem em vários aspectos com as atividades desenvolvidas por essas organizações. A diversidade de objetivos revela que as organizações sociais não possuem uma identidade única, mas variável de acordo com contextos e conjunturas diferentes.

A pesquisa permitiu vislumbrar o Distrito Federal como palco de inúmeras ONGs e associações com iniciativas relevantes e, por vezes, inovadoras, indo desde a educação popular, até ações de mobilização social, divulgação e defesa de direitos, ações ambientais e prestação de apoio social à comunidade, entre outras. Demonstra ainda, o cenário do próprio Distrito Federal marcado por problemas sociais, diante dos quais a sociedade se articula na busca de soluções coletivas.

Quadro 4

Natureza das demandas da comunidade

Natureza das demandas
Auxílio na regularização de moradia
Solicitação de assistência para grupos vulneráveis
Solicitação de serviços médicos
Auxílio a idosos carentes
Acolhimento de moradores de rua, recuperação de dependentes químicos e usuários de drogas
Coleta seletiva
Educação da comunidade para a correta utilização dos recursos naturais e para a proteção do meio ambiente
Recebimento de denúncias e pedidos de esclarecimento
Demandas de indígenas e quilombolas para o desenvolvimento de ações e efetivação de políticas de direitos
Ajuda em casos de lesbofobia, homofobia e transfobia
Demanda por engajamento feminista
Acompanhamento na realização de denúncias
Solicitação de palestras, oficinas, estudos e pesquisas
Consulta à biblioteca
Manifestações culturais
Questões ligadas aos trabalhadores e à busca por melhores condições de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo.

As demandas apresentadas pela comunidade às organizações sociais do DF apresentam a mesma diversidade dos objetivos e atividades desenvolvidas por essas instituições, uma vez que estão intimamente relacionadas. A carência dos serviços disponibilizados pelas políticas públicas estatais termina por aumentar a demanda da sociedade por serviços junto às associações e ONGs, aquecendo de um lado, o debate sobre a não responsabilização do governo em atender as demandas e as necessidades da população e, por outro lado, ampliando a discussão sobre a importância da sociedade civil se organizar para solucionar problemas comuns, bem como cobrar soluções governamentais.

Quadro 5

Principais serviços prestados pelas ONGs e associações civis

Principais serviços prestados pelas ONGs e associações civis
Doação de donativos como material de construção e cestas básicas
Acolhimento e reintegração de crianças socialmente vulneráveis
Cursos para famílias de adolescentes de baixa renda
Serviços de abrigo, alimentação e assistência médica aos moradores de rua e a dependentes químicos
Apoio social a pacientes internados em hospitais do DF
Serviços relacionados às áreas de fisioterapia, nutrição, enfermagem, terapia ocupacional, fonoaudiologia e medicina
Apoio em questões jurídicas e trabalhistas e acompanhamento no Legislativo e Executivo
Desenvolvimento de políticas ambientais
Coleta e tratamento de lixo
Coleta de material reciclável
Apoio na criação e no estabelecimento de unidades de conservação e de outras áreas protegidas
Projetos abertos à comunidade e debates sobre a definição das diretrizes para a política ambiental no DF
Estudos e pesquisas sobre os recursos naturais e seu manejo adequado
Discussões relacionadas às questões raciais e apoio aos estudantes cotistas
Promoção da pesquisa e do ensino da ética e da bioética, relacionada à temática dos direitos humanos, do feminismo e da justiça entre gêneros
Ação coletiva em defesa dos direitos das mulheres
Divulgação de notícias atualizadas sobre as lutas dos grupos indígenas
Promoção de debates e oficinas
Programas de rádios voltados para a valorização cultural e conscientização política da comunidade
Cursos gratuitos, debates, congressos, reprodução de vídeos, livros, realização e divulgação de eventos
Projetos abertos à comunidade e à conscientização da mesma
Assistência aos trabalhadores e apoio às suas lutas
Apoio às mobilizações sociais

Fonte: Pesquisa de campo.

Os serviços prestados pelas ONGs e associações civis demonstradas no Quadro 5 vão ao encontro das demandas apontadas no Quadro 4, configurando uma resposta dessas organizações às necessidades apontadas pelos usuários. Os principais serviços estão em torno de questões, tais como: apoio social, desenvolvimento de ações ambientais, defesa de direitos, capacitação e informação, manifestações culturais e ações de mobilização social.

Quadro 6

Beneficiários dos serviços prestados pelas ONGs e associações civis

Beneficiários
População residente nas áreas de implementação dos projetos
Povos indígenas
Grupos socialmente vulneráveis*

Fonte: Pesquisa de campo.

* Mulheres, crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, mendigos, ex-usuários de drogas, trabalhadores de baixa renda, alunos/as cotistas e pacientes carentes de hospitais públicos, portadores de câncer.

Entre os beneficiários dos serviços prestados pelas ONGs e associações civis no DF, destacam-se aqueles residentes nas áreas de implementação dos projetos. Esse dado demonstra que, apesar das organizações sociais estarem atuando em nível regional, nacional e internacional, sua demanda está ainda muito relacionado ao local, confirmando a importância do território na atuação dessas organizações. A incidência dos grupos indígenas demonstra a importância da questão étnica na atuação de algumas organizações sociais no DF. Além disso, o atendimento aos grupos socialmente vulneráveis, abrangendo não só as questões econômicas, mas também de gênero e culturais, reafirma o incremento das lutas sociais e a expansão do debate e da atuação dessas organizações e associações.

Quadro 7

Principais dificuldades enfrentadas pelas ONGs e associações civis

Dificuldades
Falta de apoio político
Burocracia do governo
Ausência ou insuficiência de apoio financeiro
Não regularização dos lotes doados
Falta de local de trabalho digno com melhor infraestrutura para os cooperados
Ausência de meio de transporte para o tratamento e coleta de lixo
Falta de equipamentos de uso coletivo
Não reconhecimento e valorização das demandas sociais
Dificuldade em encontrar voluntários e colaboradores
Falta de conscientização e colaboração da comunidade

Fonte: Pesquisa de campo.

As dificuldades enfrentadas pelas ONGs e associações civis no DF (Quadro 7) vão desde faltas apontadas na atuação do governo, até ausência de condições apropriadas de funcionamento e falta de colaboração e ou participação da sociedade.

A questão do apoio governamental reitera a discussão sobre a responsabilidade do governo em atuar no atendimento das demandas públicas, em parceria das organizações sociais.

A ausência de condições apropriadas para o seu funcionamento revelam que várias organizações sociais e ONGs no DF, embora tenham declarado estabelecer parcerias com o governo e instituições privadas (Tabelas 3 e 4) e receber auxílio financeiro (Tabela 5), ainda dispõem de recursos insuficientes para atender de forma adequada e efetiva as inúmeras demandas apresentadas pela sociedade, revelando a carência de suas condições.

A falta de colaboração e/ou participação da sociedade revela, possivelmente, a existência de certo grau de desconfiança da população ante o associativismo, isso dificultaria a participação. Vários autores defendem que a desconfiança e desmotivação da sociedade em participar pode ser fruto de um passado histórico marcado por posturas políticas antidemocráticas, associado ao clientelismo, ao personalismo e ao favor (DAGNINO, 2004; NEVES, 2008). Além disto, é preciso considerar que participar não é uma tarefa fácil, pois exige dedicação, compromisso, envolvimento e abertura à negociação, além do compartilhamento dos resultados (AVRITZER, 2009; DEMO, 1996; PINTO, 2004).

Quadro 8

Principais conquistas alcançadas pelas ONGs e associações civis

Principais conquistas
Aprovação de 70 termos de ocupação
Rede de esgoto em uma comunidade
Agentes de saúde responsáveis por visitas familiares em uma comunidade
Limpeza das ruas, praças e fossas
Colocação de lixeiras públicas
Criação de equipe psicossocial para atendimento de beneficiários
Esteira, prensa e tenda doados pelo governo aos catadores do DF
Aquisição de bens duráveis pelos catadores do DF
Áreas destinadas à construção de galpões para as cooperativas de catadores
Diversas parcerias implementadas com órgãos públicos e entidades da sociedade civil
Reconhecimento junto aos conselhos e entidades não governamentais
Reconhecimento profissional dos catadores
Construção de abrigo para idosos carentes
Plantio e troca de sementes, tendo em vista o equilíbrio ambiental
Reconhecimento de rádio livre comunitária pelo Ministério das Comunicações
Construção do Centro de Triagem em Sobradinho para ex-moradores de rua e usuários de drogas
Capacitação a respeito da questão racial realizada em eventos de escolas públicas do DF

Fonte: Pesquisa de campo.

O Quadro 8 revela que as conquistas alcançadas pelas organizações sociais no DF estão relacionadas às atividades específicas de cada associação e ONG, sendo em sua maioria conquistas materiais (infraestrutura, bens duráveis e equipamentos coletivos).

Alguns autores afirmam que os ganhos subjetivos são uma das principais conquistas do processo participativo (DEMO, 1996; GANANÇA, 2006). Sobre o processo de aprendizagem, que ocorre neste último, Demo (1996) ressalta o fato de a participação possuir um caráter pedagógico, assumindo um sentido socioeducativo. Acrescenta ainda, que a participação em si já é uma conquista, pois estimula os participantes a buscar soluções para os problemas do dia a dia, de forma coletiva e autônoma. Para o autor, os ganhos subjetivos devem estar atrelados às conquistas materiais como forma de estimular a participação.

Reflexões finais

A pesquisa revelou um primeiro olhar sobre a realidade das ONGs e das associações civis no Distrito Federal, demonstrando sua pulverização entre as várias cidades do DF e a diversidade de suas demandas e ações que não se resumem apenas a questões econômicas, mas envolve questões sociais, ambientais e culturais, confirmando a tendência atual, demonstrada por vários autores, de ampliação do debate e das lutas sociais.

A atuação extrapola o nível local chegando aos níveis regional, nacional e até internacional, compondo uma extensa rede de mobilização social. É evidente o número expressivo de parcerias estabelecidas entre as várias organizações sociais e instituições públicas e privadas no DF, confirmando a atuação das várias instâncias envolvidas na corresponsabilização pelas ações e pelos resultados.

As principais dificuldades apontadas revelam a necessidade de maior apoio governamental e de maior participação da sociedade, mostrando que apesar das parcerias estabelecidas, algumas organizações ainda trabalham de forma precária, o que pode prejudicar o alcance dos resultados.

Sobre as conquistas, cabe considerar que as aquisições materiais devem estar unidas aos ganhos subjetivos da participação para que os resultados sejam compartilhados e mais democraticamente distribuídos.

Nesta primeira aproximação, não foi possível realizar o aprofundamento da análise, mas, apesar disso, houve um esforço para apreender o potencial das ações, abrindo com isto a possibilidade para novas reflexões sobre a atuação das ONGs e associações no DF, como possível espaço de construção da participação com controle social mais efetivo, aberto à produção de novas aprendizagens e com capacidade para a mobilização de ideias e valores, tendo em vista alcançar ao aprofundamento do exercício democrático.

Referências bibliográficas

AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

AVRITZER, Leonardo; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 11-57.

BORGES, Fabiane Macedo. *O Associativismo no Projeto São Francisco: estudo de caso da Vila Produtiva Rural Negreiros*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - UnB. Brasília: 2012.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 1996.

FARIA, Cláudia Feres. Sobre os determinantes das políticas participativas: a estrutura normativa e o desenho institucional dos Conselhos Municipais da Saúde e de Direitos da Criança e do Adolescente no Nordeste. In: AVRITZER, Leonardo. *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. *Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB. Brasília: 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilização Cívica no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil - 2002*. Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

NEVES, Angela Vieira. *Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

PINTO, Vanessa Daniela Silva. *O exercício do direito de participar para democratizar a gestão pública municipal*. *Ser Social: Democracia e Participação Sociopolítica*. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília, v. 15, p. 57-84, julho a dezembro de 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo Civil em Florianópolis da ditadura à redemocratização. *In*: CHAVES, Iara Maria e SCHERER-WARREN, Ilse (Orgs.). *Associativismo civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 21 a 44.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Organizações voluntárias de Florianópolis: cadastro e perfil do associativismo civil*. Florianópolis: Insular, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? *CADERNO CRH*. Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

O Direito achado na Rua e os Movimentos Sociais

Alexandre Bernardino Costa e Livia Gimenes Dias da Fonseca

O Direito Achado na Rua - Perspectiva teórica

A transformação da sociedade deve ser compreendida na (re)afirmação dos seres humanos enquanto sujeitos históricos que, como tais, têm na sua ação no mundo a busca pela destituição de toda cultura de dominação que negue esta sua condição.

Ao observarmos as declarações burguesas criadas após a Revolução Francesa e a Estadunidense, fundadas sob a égide do jusnaturalismo racional, percebemos a presença do direito à resistência à opressão como algo considerado impreterível ao ser humano. Todavia, a burguesia se utilizou deste conceito para realizar o seu direito à insurreição para depois aprisionar os sentimentos por libertação dentro do pacto social. Para Lyra Filho (LYRA FILHO, 1980, p. 33), o contrato social é um consenso fraudulento em que o conceito de transição é a metáfora da “alienação” da liberdade “atada à ordem legal do Estado capitalista”.

Dentro da noção de contrato social os indivíduos têm a sua liberdade reduzida à possibilidade de fazer tudo aquilo que as leis não proibam. A produção destas leis é repassada ao poder do Estado burguês que transforma a criação do Direito no seu monopólio.

Para o pensamento positivista o Estado seria o local da realização jurídica onde cessariam todas as contradições, relegando à cidadania um papel secundário, pois o poder estatal já atenderia aos anseios populares, não havendo Direito a ser buscado acima ou fora das leis. Dessa forma,

“ao direito moderno foi atribuída a tarefa de assegurar a ordem exigida pelo capitalismo cujo desenvolvimento ocorrera num clima social que era, em parte, obra sua” (SANTOS, 2000, p. 119). O problema que se apresenta neste pensamento jurídico moderno é que realiza uma grande inversão de “tomar as normas como Direito e, depois, definir o Direito pelas normas, limitando estas às normas do Estado e da classe e grupos que o dominam” (LYRA FILHO, 1995, p. 84).

A definição do conteúdo do direito, então, vem de cima para baixo, ou seja, das classes dominantes sobre o povo “como o principal destinatário dos imperativos” legais que só podem exercer o dever obediência. Assim, o povo possui limitados direitos subjetivos pela realidade de opressão em que se encontram (LYRA FILHO, 1980, p. 20-21).

Para Roberto Lyra Filho, marco teórico de O Direito achado na rua, a criação de novos instrumentos jurídicos somente é possível a partir da (re) criação da própria noção de justiça e da ampliação do conceito de Direito. Estes dois conceitos não poderiam ser reduzidos “à ordem estabelecida” se o interesse está na criação de um Direito que seja libertação. Para tanto, seria necessário vincular a produção do Direito na ação do oprimido e da oprimida para a destituição de sua condição enquanto tal num “auto-exercício de participação como sujeito determinante, ativo e soberano, da direção de seu próprio destino” (SOUSA JUNIOR, 1993, p.30).

Nesta direção, no sistema capitalista, que se estrutura sob uma base necessariamente desigual de competição e acúmulo de capital, “para que se aceite que ‘todos são iguais diante da lei’, se faz necessário um sistema ideológico que proclame e inculque cotidianamente esses valores na mente das pessoas” (SADER, 2005, p. 16).

É nesta conformação mitificadora da realidade que se constrói a noção de Direito tida como um “privilégio” do qual o corpo dominante que o detém não estaria disposto a abrir mão, por isso a reação, supostamente legítima, inclusive com o uso da força, da classe detentora do poder estatal para o controle de qualquer emersão popular.

A construção de um Direito como prática da liberdade é um desafio da história presente. Neste sentido, Lyra Filho constrói um olhar do Direito dentro do que ele denomina de “humanismo dialético”, ou seja, a partir de uma

“maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana” (KONDER, 2005, p. 39). A forma de pensar dialética pressupõe um trabalho de identificar as contradições concretas “e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade” (KONDER, 2005, p. 46). A realidade para Marx era uma “totalidade aberta” e o conhecimento sobre ela é “sempre provisório”, isto é, “nunca alcança uma etapa definitiva e acabada” (KONDER, 2005, p. 36).

Lyra Filho, pensando a partir da dialética, percebe que, paralelamente à organização social instituída, haveria um “processo de desorganização, que interfere naquela, mostrando a ineficácia relativa e a ilegitimidade das normas dominantes e propondo outras, efetivamente vividas, em setores mais ou menos amplos da vida social” (LYRA FILHO, 2005, p. 76).

Lyra Filho explica que cada sociedade no instante em que estabelece o seu modo de produção, com a cisão de classes, inaugura uma dialética que é jurídica também, já que os direitos dos trabalhadores/as explorados/as contradizem o “direito” (normas estatais) burguês capitalista. “A oposição começa na infraestrutura” (LYRA FILHO, 2005, p. 73).

O Direito inserido no processo histórico “não é”, seria sempre um “vir a ser” (LYRA FILHO, 2005, p. 82), não pode ser tomado como algo feito, perfeito e acabado, pois será sempre atualizado e enriquecido pelos movimentos de libertação daqueles e daquelas coisificados/as pelas explorações e opressões que os/as negam enquanto sujeitos históricos, porém “de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas” (LYRA FILHO, 2005, p. 86).

Nesta direção, o jurídico se realizaria dentro do processo histórico das lutas sociais de “reorganização da liberdade” que atualizam a compreensão de Justiça social. A norma é a lei interpretada com sentido concreto, e este sentido pode também ser construído como forma de manutenção da ordem de dominação ou como fundamento de libertação, todavia, ela por si só não é Direito, mas pode vir a ser a sua expressão quando tiver interpretado em seu conteúdo um sentido justo, ou a sua negação, isto é, atuar como “AntiDireito”.

A norma seria a “síntese jurídica” que é a visão de conjunto que permite aos seres humanos “descobrir a estrutura significativa da realidade com que

se defronta, numa situação dada” (KONDER, 2005, p. 37). Ela atua não como “cristalização ideológica”, mas como “vetor histórico-social” da caminhada histórica da humanidade e como resultante “final” do estado presente do processo, mas não acabado, pois “se reinsere, imediatamente, no processo mesmo, uma vez que a história não para” (LYRA FILHO, 2005, p. 78).

A Justiça não é um ente abstrato, mas é “substância atualizada do Direito”, isto é, a realização da libertação na história presente (LYRA FILHO, 2005, p. 87). Para Lyra Filho, o Direito é o produto de articulações da própria sociedade, em especial dos movimentos sociais, na sua atuação para a destituição de uma realidade injusta e que nega aos indivíduos a sua plena realização. A Justiça se realiza a partir da “legitimidade da origem e conteúdo” (LYRA FILHO, 2005, p. 49) do Direito e se iguala à Justiça Social, enquanto “atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação duma sociedade em que cessem a exploração e opressão” do ser humano pelo ser humano (LYRA FILHO, 2005, p. 86).

Relação histórica com a advocacia popular e ações com movimentos

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Roberto Lyra Filho, criou a expressão “O Direito Achado na Rua” em seu último escrito antes de seu falecimento em 1986. Essa expressão passou a designar uma linha de pesquisa e um curso a distância organizado em série.

Lançado em 1987, pelo Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos e pelo então Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância¹, o primeiro volume da série “O Direito Achado na Rua” consistiu em corresponder a uma solicitação de advogados e advogadas populares que atuavam para os mais diversos movimentos e entidades de defesa de direitos humanos.

O segundo volume, “Introdução Crítica ao Direito do Trabalho”, foi dirigido às pessoas que organizavam em torno do mundo do trabalho resistências às formas de dominação classista da sociedade capitalista. Já o terceiro volume, “Introdução Crítica ao Direito Agrário”, tratou da mais antiga questão social brasileira que é a luta pela terra, que tem base na formação de nossa enorme desigualdade econômica e de inúmeras injustiças e violências.

1. Atual Centro de Educação a Distância (CEAD).

O quarto volume, “Introdução Crítica ao Direito à Saúde”, trouxe para atualidade o amplo debate sobre Direito à saúde, realizado com força durante a Constituinte de 1987, que definiu as bases da reforma sanitária e do Sistema Único de Saúde (SUS). Um volume de mesmo tema foi publicado em 2012, em espanhol, em parceria entre o Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (Cead-UnB), a Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). O livro, “El Derecho desde la Calle: Introducción Crítica al Derecho a la Salud”, foi utilizado num curso a distância em 2013 ofertado para diversos países da América Latina.

Ainda em 2012, foi lançada a publicação do quinto volume da série, “Introdução Crítica do Direito das Mulheres”, elaborado a partir da experiência do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal (PLPs/DF) e escrito com a colaboração de várias integrantes de projetos de PLPs do país e de diversas militantes feministas.

Essas publicações todas vieram, desse modo, de demandas da própria sociedade que buscava discutir o direito numa perspectiva emancipatória, na compreensão de que não se faz teoria sem ser associada à prática. Por isso, para além dos cursos a distância, outras diversas práticas extensionistas foram desenvolvidas a partir do pensamento presente em *O Direito Achado na Rua*.

Essas práticas extensionistas possuem como referencial teórico, para além do já citado autor Roberto Lyra Filho, o professor Boaventura de Sousa Santos, em especial, pelos seus trabalhos acerca do papel social da Universidade.

Para Boaventura de Sousa, a Universidade se encontraria em uma crise decorrente da perda de seu status de *locus* privilegiado, adquirido nos séculos XIX e XX, de formação das elites e de espaço exclusivo de produção de conhecimento.

Essa crise abre portas para a discussão acerca do conhecimento científico na concepção moderna. Esta concepção tinha na ciência a busca pelo discurso verdadeiro, objetivo, que é alcançado por meio do distanciamento da prática cotidiana e da racionalização presente na divisão do mundo em “caixas”, ou seja, em disciplinas.

Nesta direção, a ciência serve para a modernidade como modelo de “não-existência”, ou de “monocultura do saber” no qual os critérios da ciência moderna são considerados como únicos dotados de verdade e na qual “tudo que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente” (SANTOS, 2006, p. 102-103).

Dessa forma, o que impera é uma “razão metonímica” que se reivindica como única válida ignorando todas as demais existentes, atuando através das ideias reducionistas e dualistas que realizam uma separação absoluta entre conhecimento científico e outras formas de conhecimento do senso comum ou estudos humanísticos, tendo na ciência catedrática a única forma de produção de conhecimento considerado válido (SANTOS, 2006, p. 25).

Neste sentido, não se pode compreender o conhecimento jurídico numa perspectiva libertadora sem pensar a própria concepção de conhecimento associado ao papel que a universidade cumpre como espaço de parte desta produção.

A extensão universitária como espaço de diálogo entre universidade e sociedade possibilita desenvolver o saber jurídico por meio da abertura para a dinâmica social. Isso significa que “a sociedade ganha por desenvolver processos de autonomia na sua luta emancipatória, e a universidade ganha ao aprender com a comunidade formas de realização de justiça social” (SOUSA JUNIOR e COSTA, 2009, p. 23).

Este exercício realizado a partir da extensão provoca uma verdadeira “sociologia das ausências” que implica na identificação de experiências produzidas como ausentes de forma que se tornem presentes como “alternativas as experiências hegemônicas”, e que possam ter a sua credibilidade discutida e argumentada tornando-as objeto de disputa política (SANTOS, 2006, p. 104).

Esta disputa política de concepções de direito por meio da extensão universitária foi travada já desde as primeiras experiências extensionistas vinculadas a O Direito Achado na Rua. A atuação de estudantes e de professores(as) no processo de fixação do Acampamento da Telebrasilândia nos anos 1990 por meio do Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Direitos Humanos e Cidadania da Faculdade de Direito buscou contribuir na intermediação das demandas de seus/suas moradores(as) pelo acesso ao direito

de moradia com dignidade e numa região central do Distrito Federal, já que normalmente quando se concede este direito são em locais periféricos, distantes dos principais instrumentos públicos sociais.

Outro projeto existente foi “Ceilândia: mapa da cidadania. Em rede na defesa dos direitos humanos e na formação do novo profissional do direito”, que realizou um “mapeamento das organizações civis e organismos públicos voltados para a defesa e criação de novos direitos que foi utilizado pelo programa Justiça Comunitária do Tribunal de Justiça do DF, implementado em Ceilândia anos depois e tem servido como referência para diferentes atividades sociais e culturais desenvolvidas na comunidade” (SOUSA; COSTA; FONSECA e BICALHO, 2010, pp. 41-52).

Atualmente são diversos os projetos desenvolvidos na Faculdade de Direito da UnB que se identificam com o pensamento de O Direito Achado na Rua², dentre eles, estão os projetos de extensão: Assessoria Jurídica Popular “Roberto Lyra Filho” (AJUP); “Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares”; “Universitários Vão à Escola” (UVE) e o Programa Educação Tutorial (PET).

Assessoria Jurídica Popular “Roberto Lyra Filho” (AJUP)

A AJUP surgiu em 2011 com um grupo de advogados e de advogadas populares que passaram a atuar coletivamente em defesa junto aos movimentos sociais no Distrito Federal que, por meio da participação de estudantes, de professores e professoras da UnB, se tornou um projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB com sede no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ/UnB). A AJUP possui os seguintes eixos: “a) advocacia popular; b) educação popular; e c) fortalecimento político dos movimentos populares”³ que se desenvolvem atualmente em três frentes de atuação. A primeira atua com o Movimento de Trabalhadores(as) Sem Teto (MTST); a segunda se articula com movimentos que compõem a Via Campesina; e a terceira atua com o movimento de catadores(as) de materiais recicláveis da

2. Para saber mais, acesse o blog: odireitoachadonarua.blogspot.com.

3. DIEHL, Diego. *Sobre a AJUP Roberto Lyra Filho*. Disponível em: <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2013/03/sobre-ajup-roberto-lyra-filho.html>. Acesso em: 05 de março de 2013.

Cidade Estrutural e também com o Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM). Ainda, a AJUP está envolvida com a construção do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).

Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares

A transversalidade da temática de gênero está ligada a desigualdade específica na sociedade relativa a ser mulher ou homem, é dizer, quando os papéis sociais se constroem conforme o que é diferenciado culturalmente como feminino/masculino. Historicamente, foi relegado às mulheres o espaço privado da casa, da submissão, e do silêncio. Assim, as mulheres foram excluídas do espaço público de expressão e de ação política.

Essa exclusão se reflete na violência sofrida pelas mulheres que possui como base a hierarquização a que estão submetidas no espaço de poder do lar em que os homens exercem o cargo de chefia do modelo patriarcal. Nesta direção, 68,8% das agressões realizadas contra mulheres no Brasil são praticadas por pessoas conhecidas, parente, cônjuge ou ex-cônjuge⁴.

O enfrentamento a este tipo de violência demanda a alteração de toda estrutura de opressão a que as mulheres estão sujeitas. Com isto em mente surge o projeto Promoção Legais Populares (PLPs) a partir de experiências da Bolívia, Peru e Chile. Em 1993, este curso foi trazido para o Rio Grande do Sul e São Paulo por feministas militantes. Em 2005, estudantes da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e ONGs, fundaram o mesmo projeto no Núcleo de Prática Jurídica da UnB que se localiza em Ceilândia/DF.

O curso de formação “Promoção Legais Populares do Distrito Federal” (PLPs/DF) tem como objetivo ser um espaço de empoderamento das mulheres no sentido que elas se descubram sujeitos no processo de construção de um Direito que contemple as demandas específicas que as relações desiguais de gênero na sociedade provocam.

Outra vertente do projeto é a articulação das Promotoras Legais Populares em um Fórum com atuação política no Distrito Federal. Assim,

4. DIEESE, *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf. Acesso em: 05 de março de 2013.

o curso, dentro de um modelo de educação popular, busca na práxis explorar a noção de Direito como construção social, isto é, uma concepção que não se reduz a textos legais, formulações doutrinárias ou decisões judiciais, mas que emerge dos processos desenvolvidos nas lutas dos movimentos sociais na linha de pensamento de O Direito achado na rua.

Assim, a participação da Universidade de Brasília (UnB) na coordenação do curso de Promotoras Legais Populares funda-se sobre os pressupostos de ser uma ação afirmativa em gênero; uma atividade extensionista de educação jurídica popular, com base nas ideias de “O Direito Achado na Rua”.

A educação jurídica popular, associada à prática extensionista que se propõe ser emancipatória, permite que o curso de PLPs seja um espaço de produção de um novo saber sistematizado a partir do diálogo entre o conhecimento acadêmico e popular.

Dessa forma, o curso e as oficinas caminham no sentido de proporcionar a todas as participantes um espaço ativo de fala onde o direito positivado é discutido de forma crítica e o conhecimento construído seja multiplicado, de maneira que as PLPs contribuam para a diminuição da exclusão social e para a transformação da realidade das mulheres na comunidade na qual atuam.

Assim, na prática educativa se reconhece a situação concreta e histórica que evidenciam as diversidades culturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geracionais, físicas, sensoriais, intelectuais e sócio-ambientais, de modo a assegurar o desenvolvimento de posturas críticas frente à realidade.

Por fim, o curso de PLPs busca a libertação das mulheres das amarras do machismo que por séculos aprisionou-as ao espaço privado e, através desse processo educativo, que elas se sintam empoderadas a liberar a sua voz e seus sonhos nos espaços públicos da política e realizem, dessa maneira, uma transformação da sua realidade e de toda a coletividade.

Universitários Vão à Escola (UVE)

Após um grupo de estudantes da Universidade de Brasília conhecer a realidade vivida pelos(as) moradores(as) de Itapoã/DF. Este projeto iniciou suas atividades em julho de 2005 como uma Organização Não Governamental

(ONG) depois se institucionalizando também como projeto de extensão da Faculdade de Direito da UnB.

O projeto tem como atividade principal a prática pedagógica de diálogo horizontal e transformador com crianças e adolescentes de Itapoã baseada na experiência da Escola da Ponte, de Portugal, descrita por Rubem Alves, a Pedagogia de projetos e o pensamento de intelectuais e educadores brasileiros como Darcy Ribeiro e Paulo Freire. Esta abordagem de educação possibilita que estudantes da UnB e estudantes das escolas de ensino básico de uma região com uma das menores rendas per capita do DF repense a prática educativa a que estão submetidos(as) e se descubram sujeitos de aprendizagem, de pensamento, de produção de conhecimento, se empoderando para uma existência voltada para a cidadania e autonomia.

Para fortalecer as suas práticas, o projeto busca o estabelecimento de um diálogo com pais e mães do público participante do projeto, além de ter formado uma parceria com grupos de terapia comunitária voltados para um trabalho com os(as) adultos, no qual conta com colaboração da Promotora Legal Popular (PLP) Sabina Batista⁵.

Programa Educação Tutorial do Curso de Direito UnB (PET-Dir)

A primeira tentativa de obtenção de um então chamado de Programa Especial de Treinamento, vinculado a CAPES – MEC, no curso de direito da UnB foi em 1996, quando os professores José Geraldo de Sousa Junior e Alexandre Bernardino Costa elaboraram uma proposta baseada em O Direito Achado na Rua e tendo o segundo sido indicado como Tutor. Contudo, embora elogiada, a proposta foi rejeitada por razões formais e no ano seguinte foi fechada a possibilidade de novos grupos, e assim permaneceu por mais de doze anos. Quando foi reaberta a possibilidade, os mesmos professores elaboraram novo projeto e submeteram à UnB por três anos até que fosse aceita e enviada ao MEC, agora no âmbito da SESU – Secretaria de Ensino

5. Informações presentes no site da Faculdade de Direito da UnB, no link: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=136&Itemid=2791&lang=br. Acesso em: 12 de julho de 2015.

Superior, e chamado de Programa de Educação Tutorial, onde ocorreu a aprovação e instalação da proposta no ano de 2009.

O PET-Dir UnB baseia-se na linha teórica de O Direito Achado na Rua, desenvolvida na Faculdade de Direito e tem como fundamento a construção social do direito. Vinculada à tradição crítica do Direito, emerge de uma sociedade com profundas desigualdades e que é necessário transformá-la, inclusive e sobretudo, por meio do Direito, e para isso busca nos movimentos sociais a força motriz da mobilização da esfera pública que faz com que o Direito exista, seja implementado e se modifique a partir da legítima afirmação da Liberdade daqueles que lutam pela sua realização.

A proposta Teórica-prática de O Direito Achado na Rua coaduna-se perfeitamente com a concepção atual do PET-SESU-MEC por buscar sua realização na integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, além de uma perspectiva interdisciplinar. Parte-se da ideia de que somente quando o ensino superior transformar-se em Extensão que ensina e pesquisa é que estaremos em uma Universidade democrática e popular. O Direito tem papel central nessa proposta se for associado àqueles que, oprimidos e excluídos, buscam sua realização.

O PET-Dir UnB realiza sua proposta pedagógica por meio de um grupo de pesquisa que semanalmente estuda textos pertinentes à sua formação teórico-prática, produz textos que são publicados em seu blog e em sua revista além de revistas e seminários externos; atua na extensão universitária com trabalhos na Cidade Estrutural por meio do Teatro e das oficinas de Direitos Humanos; pratica o teatro como seu próprio processo de formação, além de um trabalho junto à Casa de Cultura da America Latina UnB chamado Cine CAL que une cinema e universidade na discussão com o público sobre temas relevantes; e por último trabalha na construção das disciplinas de Pesquisa Jurídica e Direito Achado na Rua.

Conclusão

A construção de um pensamento jurídico voltado para o reconhecimento de que o Direito se expressa nas manifestações por libertação de realidades de opressão, como a defendida pelo O Direito achado na Rua, somente se

faz de forma coerente se for realizada por meio do diálogo com as/os protagonistas destes processos de luta, que são os movimentos sociais. Por fim, a extensão é o espaço da Universidade que articula aprendizagem (ensino) e pesquisa e é o lócus propício para a produção e efetivação deste pensamento.

Referências bibliográficas

COSTA, Alexandre Bernardino. A experiência da extensão universitária da Faculdade de Direito da UnB. In: *A Experiência Universitária da Faculdade de Direito da UnB*. v. 3, Brasília, 2007 (série O que se pensa na Colina).

COSTA, Alexandre Bernardino; SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento. In: *Introdução crítica ao Direito à saúde*. v. 4, Brasília: CEAD/UnB, p. 23 (série O Direito Achado na Rua).

DIEESE, *Anuário das mulheres brasileiras*. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em :http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/anuario_das_mulheres_2011.pdf>

DIEHL, Diego. *Sobre a AJUP Roberto Lyra Filho*. Disponível em :<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2013/03/sobre-ajup-roberto-lyra-filho.html>. Acesso em: 05 mar.2013.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. *A luta pela liberdade em casa e na rua: a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2005. (coleção primeiros passos, nº 23).

LYRA FILHO, Roberto. *Para um Direito sem dogmas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1980.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é Direito?*, São Paulo: Brasiliense, 2005, 12ª reimpr. da 17ª ed. de 1995 (col. primeiros passos; 62).

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉZÁROS, István. *A educação para além do capital*. trad. Isa Tavares, SP: Boitempo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. Função social do advogado. In: *Introdução crítica ao Direito*. série O Direito achado na rua, v. 1, 4ª ed., 1993.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de e COSTA, Alexandre Bernardino. O Direito Achado na Rua: uma ideia em movimento. In: *Introdução crítica ao Direito à saúde*, v. 4. Série O Direito Achado na Rua. Brasília: CEAD/UnB, 2009.

SOUSA, N. H. B.; COSTA, A. B.; FONSECA, L. G.; BICALHO, M. F. O Direito Achado na Rua: 25 Anos de Experiência de Extensão. *Revista Participação* (UnB), v. 10, p. 41-52, 2010.

Sítios

Faculdade de Direito da UnB, disponível em: http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_zoo&task=item&item_id=136&Itemid=2791&lang=br. Blog “O Direito Achado na Rua – Grupo de estudos Diálogos Lyrianos”, disponível em: odireitoachadonarua.blogspot.com.

Movimentos Sociais e Educação Popular na Cidade de Ceilândia/DF: Mediações e Diálogos Possíveis

Oviromar Flores e Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Introdução

A partir do Século XIX, os termos Educação popular e Educação popular em saúde, no Brasil, designam práticas diferenciadas cujas peculiaridades se expressam nos espaços de ação, nas abordagens, nos seus protagonistas, nas suas direções e intencionalidades e nos seus projetos de sociedade. Em outras palavras, a história da Educação popular e da educação em saúde no Brasil ilustra de forma clara a evolução das relações entre o Estado e a sociedade nos últimos dois séculos. Nos seus primórdios, por exemplo, educação popular nominava uma ação educativa direcionada para o povo ou para o popular, vistos como o grosso de uma população indiferenciada cuja característica unificadora era a condição de exclusão dos círculos de poder.

No campo da saúde, essas ações eram denominadas “educação para a saúde”, “higiene”, “educação sanitária” e orientavam-se por três finalidades fundamentais: 1) o saneamento do meio ambiente como condição para o escoamento da produção de uma economia agroexportadora preocupada exclusivamente com as suas relações com o mercado externo; 2) o exercício de funções eugenistas de purificação da raça; 3) O combate ao pânico provocado pelas aglomerações urbanas características do processo de urbanização/ industrialização, aliado à baixa qualidade de vida; à constante ameaça de epidemias e à ausência de uma estrutura de serviços públicos de saúde. Ao exemplo da experiência alemã no final do Século XVII, nossas

práticas médico-sanitárias e as ações educativas a elas inerentes conformavam um conjunto de ações onde predominavam razões de estado, fazendo jus à denominação de “polícia médica”.

Passado pouco mais de um século, ao ritmo da formação sócio-histórico brasileira, cadenciado por mudanças radicais não só no plano interno como também, no conjunto das relações internacionais, considera-se que no tocante à educação popular operaram-se avanços no plano conceitual e no teor das suas ações, que apontam para a politização dos movimentos populares; o desenvolvimento de autonomia por parte desses movimentos em relação ao Estado brasileiro; o reconhecimento e incorporação dos movimentos sociais e dos movimentos de educação popular como experiências educativas por excelência em favor das classes subalternas; a incorporação do cotidiano dos grupos sociais como foco da articulação e mobilização; a permeabilidade do Estado brasileiro em relação aos movimentos populares mediada pela institucionalização de mecanismos formais de participação e controle social; a internalização de competências e habilidades no trato com a burocracia estatal por parte desses movimentos, traduzida na capacidade de trânsito, diálogo e negociação com o aparelho de estado; e, ainda, a crescente multiplicidade e especificidade dos focos de ação dos movimentos.

Materializam um extenso leque de ação que se estende da informalidade até a condição oficial de Política de Estado, haja vista a recente implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde desencadeada no âmbito do Ministério da Saúde. Em muitas ocasiões, passam desapercibidas e, inclusive, algumas não são reconhecidas pelos seus praticantes como ações educacionais. Às vezes, são desconsideradas e desvalorizadas. Outras vezes, são utilizadas pelo próprio sistema a que dizem confrontar. Muitas estão repletas de inovações e produzem importantes novidades, outras se tornaram reféns da rotina e repetem moldes e modelos estereotipados. Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadoras, investigadoras, pedagógicas e comunicativas em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas aos trabalhos grupais e comunitários, concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade (HOLLIDAY, 2006).

Há que se considerar, portanto, a configuração do campo da educação popular como um processo histórico plural, profundamente diversificado e complexo que demanda aos que trabalham nessa área uma permanente atualização em relação às práticas em curso, visto que estas práticas têm possibilitado a mudança não somente nos modos de estruturar ações educativas, mas acima de tudo, de construção de novas relações e novos papéis de modo a conformar outra pedagogia, como nos afirma Arroyo (2009, p. 407):

Estamos em outro momento, não mais de pensar em ações de educação e saúde, em pedagogias para o povo, mas estamos em tempos de nos deixar reeducar pelas autoimagens, práticas, resistências coletivas e pelos movimentos populares, de reconhecer nos movimentos sociais populares os “novos” pedagogos da sociedade, da cultura política, social e pedagógica.

Contudo, na medida da polissemia, que marca o universo da educação popular e de uma nova orientação pedagógica, nos termos propostos por este autor, colocam-se questões de fundo e de natureza epistemológica para a identificação e caracterização dos movimentos de educação popular, com vista à aproximação e delimitação deste campo de práticas. Brandão (1990) define a educação popular como uma prática desenvolvida em favor das classes desprivilegiadas a partir do reconhecimento de que a tarefa histórica de realização das transformações sociais é atribuída a operários, camponeses, lavradores sem-terra e trabalhadores sem-emprego; e estabelece três questões que funcionam como importantes categorias de análise para a identificação e o estudo desses movimentos: 1) a dimensão das transformações da realidade a que visam; 2) a condição de sujeitos dos grupos populares nessas experiências; e 3) o potencial da prática educativa como instrumento de mudança social.

A educação popular é considerada como a prática pedagógica que participa, por meio de diversas situações e instrumentos, do processo de desenvolvimento de um saber orgânico das classes populares. Nesse saber, os grupos populares aprendem a partir de sua própria política e a ler sua própria história, colocando esse processo de aprendizagem a serviço da produção de poder. Educação Popular envolve convergência entre a necessidade de

movimentos sociais estabelecerem a dimensão de sua prática pedagógica e a de setores da Educação dissidentes se reorganizarem como movimentos pedagógicos [em contestação] da ordem opressora vigente (BRANDÃO, 1995).

Para Stotz (2005), o termo Educação Popular designa a educação realizada pelos movimentos populares, uma vez que se vincula e está fortemente imbricado na vida cotidiana, de onde parte para compreender os problemas coletivos e refletir sobre os efeitos da estratificação e da estrutura social mais ampla. Para esse autor, a vida cotidiana se amplia no processo educativo, ganhando sentido político no qual as pessoas descobrem tanto a solidariedade quanto a opressão e, pela organização, a esperança de promover as transformações necessárias.

Se é correto afirmar que a educação popular diz respeito a uma multiplicidade de práticas, com características diversas e complexas, é igualmente correto argumentar que elas têm em comum uma intencionalidade transformadora. Como concepção de educação, ela indica um novo paradigma educacional, que se opõe a um modelo de educação autoritário, de reprodução, predominantemente escolarizado e que desassocia a teoria da prática. Em resposta a esse modelo dominante, há a educação entendida como processo político pedagógico, centrado no ser humano como sujeito histórico transformador, que se constitui socialmente nas relações com os outros seres humanos e com o mundo. Esta concepção educacional, fortemente ancorada em princípios políticos que apostam na construção de relações de poder equitativas e justas nos diferentes âmbitos da vida e em uma pedagogia crítica e criadora, busca o desenvolvimento pleno de todas as capacidades humanas (HOLLIDAY, 2006).

No contexto de uma educação concebida em forma de investimento pessoal e de mecanismo democrático, que possibilitaria aos indivíduos a ascensão social, Freire (1994; 1987) apresenta a necessidade de mudança de um modelo de educação, perpassando do nível da consciência ingênua à crítica, materializando-se em procedimentos educacionais que constroem junto com o povo todas as possibilidades de decisão política e ação coletiva, a partir dos interesses dos grupos populares. Uma educação ética e responsável que apresente as contradições históricas de seu tempo, contribuindo com a conscientização e que tenha como pretensão colocar homens e mulheres

em diálogo permanente, apontando, a partir dessa relação, uma perspectiva de sociedade que contemple principalmente as suas reais necessidades e que ofereça os elementos para a construção de novas possibilidades, de outros mundos possíveis. Mundos nos quais já estejam substituídos os mecanismos e instrumentos exagerados de poder aplicados sobre indivíduos ou grupos, de forma tirana, mas nos quais estejam reafirmados os princípios de convivência fraterna e solidária que reconhecem em cada um, mais do que sua condição sociocultural, mas sua condição de ser planetário.

Esse movimento, como aponta Ribeiro (2002, p. 126), leva a novas formas de “produzir, de conviver e de educar-se, mas gestam-se também novos conceitos, nos quais o conteúdo, marcado pelas práticas de cooperação e de solidariedade, projeta a emancipação social”.

Se, por um lado, novos conceitos estão sendo gestados; por outro, predominam imagens sobre o (ser) popular que, em certa medida, explicam a contradição entre concepções e práticas de educação popular em saúde. Uma das contribuições sobre a questão das práticas populares e sua relação com as concepções sobre ser popular e a construção das imagens predominantes sobre os processos educativos que se baseiam nessas acepções, ou na própria ação dos sujeitos e movimentos sociais, é trazida por Arroyo (2009), que ele denomina de reconhecimento de autoimagens pelo próprio povo e de construção de imagens positivas como sendo um dos aspectos mais pedagógicos do movimento de educação popular.

O dado mais relevante é que estamos em outros tempos, não apenas quanto às imagens com que são vistos e representados os setores populares, mas em outros tempos em relação a como os próprios setores populares se identificam, se representam e se mostram à sociedade. Quando o povo muda suas autoimagens e suas práticas, as imagens sociais sobre eles são quebradas e forçadas a mudar. Estamos em tempos em que as imagens e significados preconceituosos sobre o povo são forçados a se rever, na mídia, na intelectualidade, nas ciências sociais, na educação, na saúde e na cultura dos profissionais destas áreas (ARROYO, 2009, p. 406).

Nos termos propostos pelos autores acima referidos, a Educação Popular se instituiu como prática social no Brasil e na América Latina no final da década de 1950, quando intelectuais e educadores ligados à Igreja Católica, e influenciados pelo humanismo personalista que florescia na Europa no pós-guerra, voltaram-se para as questões populares. Durante as décadas de 1970 e 1980, em um cenário de crise do capitalismo mundial e dos estados nacionais, a Educação Popular passa a referenciar-se pelas ideias de Paulo Freire, pela Teologia da Libertação, pelas teorias do desenvolvimento e da dependência, e pelo referencial marxista (PALUDO, 2006), constituindo importante instrumento para o fortalecimento de atores sociais e políticos no estabelecimento de outras formas de se relacionar com o Estado.

A Educação Popular passa, então, a assumir de forma radical, a tarefa de dar visibilidade às formas sutis e explícitas da subordinação vivida por determinados segmentos sociais e de construir formas libertárias e transformadoras (FREIRE, 1992; GARCÉS, 2006) para a superação destas relações, tendo como base o entendimento de que a Educação Popular tem como legado da pedagogia crítica universal a noção de aprender a partir do próprio sujeito e a educação como ato de conhecimento e de transformação (GADOTTI, 2000).

Ela se constituiu prática referida ao fazer e ao saber das organizações populares na busca do fortalecimento de sujeitos coletivos e, assim, no desenvolvimento de uma ação-reflexão-ação necessária à consolidação da sociedade civil e às transformações para a construção da democracia e para o desenvolvimento econômico com justiça social nos países latino-americanos (PONTUAL, 2006).

No campo da saúde, a Educação Popular tem início, de forma mais estruturada, na década de 1970, contexto de crise de legitimidade do Estado Brasileiro, quando os baixos níveis de qualidade de saúde da maioria dos brasileiros passam a ser denunciados, tendo por referência a degradação das condições de vida de uma forma geral. Nesse contexto, as limitações do tecnicismo da formação e da orientação normativa da ação face à complexidade da vida com as quais os profissionais da saúde se deparavam, aliadas à experiência do sofrimento e à falta de resolubilidade dos serviços de saúde, mobilizavam os profissionais no sentido de buscar outros caminhos e outras

soluções. Isso contribuiu para a emergência do movimento de Educação Popular e Saúde, cujos propósitos consistiam em trazer, para o campo da saúde, a contribuição do pensamento freiriano, expressa em uma pedagogia e concepção de mundo centrada no diálogo, na problematização e na ação comum entre profissionais e população (STOTZ, DAVI e UN, 2005), capaz de responder ao risco da manipulação pelas elites, voltadas à manutenção da dominação das classes populares e à necessária organização na direção da libertação das amarras da tirania, da opressão (ZITKOSKI, 2006).

Nessa direção, as Universidades, as corporações da saúde, os partidos políticos de oposição ao regime político, a constituição do paradigma da Saúde Coletiva, o Movimento Sanitário Brasileiro, o Movimento pela Reforma Sanitária, a constituição do Sistema Único de Saúde (SUS), os programas de extensão da cobertura dos serviços de saúde, o movimento popular de Saúde, as experiências pilotos de modelos de atenção à saúde constituíram um amplo espaço democrático de lutas, que tiveram na Educação popular em saúde um dos seus componentes norteadores. É nesse espaço que emerge o Paradigma da Saúde Coletiva que incorpora nas suas bases conceituais e filosóficas a saúde como um direito e define os aspectos constituintes do modelo de atenção à saúde, necessário para a sociedade brasileira, tendo como princípios a universalidade, a integralidade, a equidade, a participação e o controle social.

É este espaço, o lugar das demandas populares em saúde, que têm como base os direitos humanos fundamentais que foram sendo expropriados do cidadão brasileiro, evidenciados na ausência manifestada de políticas capazes de assegurar as condições de vida e de saúde das populações.

Porém, mesmo nos momentos em que se verifica a inserção das demandas populares ou das agendas dos movimentos sociais nas pautas políticas e institucionalizadas, predominariam duas formas expressivas de incorporação da educação popular em saúde: 1) fragmentada, com “intervenções isoladas sob a responsabilidade de vários setores do governo que não potencializam seus efeitos no sentido de ampliar a cidadania”; 2) incorporada à agenda de direitos humanos, caracterizada por “intervenções transversais às políticas sociais, que dependem, para sua viabilidade, dos níveis de articulação entre os setores e de processos de gestão colegiada” (BONETTI, PEDROSA e SIQUEIRA, 2011, p.405).

Nesta mesma perspectiva encontramos, em termos efetivos, a defesa da criação de mecanismos e de maior fomento ao protagonismo dos movimentos sociais e dos usuários do SUS, visando processos de educação popular em saúde comprometidos com a defesa do direito à saúde e a disseminação de conhecimentos sobre as diretrizes e princípios do SUS, estimulando a conquista de territórios saudáveis, destacando-se a importância da juventude nesse processo e garantia da participação da comunidade, como destacado no Relatório da XIV Conferência Nacional de Saúde. A forma desse fomento às práticas de educação popular e saúde está explicitada na Diretriz 2, que trata da gestão participativa e do controle social sobre o Estado, que pretende ampliar e consolidar o modelo democrático de governo do SUS. Nela, está proposto que esse fomento se concretiza por meio do orçamento participativo, conselhos de saúde e movimentos populares, no planejamento das ações de saúde e na construção e votação dos orçamentos públicos como também, implementar educação em saúde, com temas como cidadania e participação, nas escolas e instituições de ensino (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, os avanços mediados pelos movimentos de educação popular na saúde estão a indicar que a Educação Popular não é a educação informal dirigida ao público popular, como destaca Vasconcelos (2004). Ela é, pois, o saber orgânico das classes populares que orienta e direciona os caminhos da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir/pensar/agir dos setores subalternos para a construção de uma sociedade fundada na solidariedade, justiça e participação, cuja ancoragem está na capacidade autônoma e emancipadora dos grupos populares de trabalharem a serviço das próprias classes populares (BRANDÃO, 2006), não se limitando a ser um método, mas uma concepção de educação e, por consequência, uma intenção transformadora declarada (PICÓN, 2006).

Essa prática popular de abordagem das questões de saúde, e sua propensão e aproximação com um conceito ampliado de saúde, trouxe fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, psicológicos, comportamentais, ambientais, religiosos, ecológicos, espirituais e subjetivos à compreensão do fenômeno saúde-doença. Além disso, avizinhou-se, de forma natural, do conceito de desenvolvimento humano, entendido como processo que abrange

o ciclo de vida da pessoa e que, ao longo de sua existência, vai se constituindo de acordo com as possibilidades e condições concretas de existência dos sujeitos. Essa asserção implica a necessidade de maior democratização dos processos de formação dos sujeitos e das coletividades e a importância do estabelecimento de relações cidadãs e de conexão de saberes antes desligados, resultando na substituição de antigos e arraigados hábitos de passividade por novas práticas participativas e transformadoras (FREIRE, 1987, 1996). Como prática educativa, a ação popular em saúde, favorece a partilha de ideias e a criação de outros mundos possíveis (GADOTTI, 2008; BRANDÃO, 2008) que demandam dos sujeitos novos saberes e novos fazeres em saúde.

Para tanto, há que se buscar maior convergência entre a necessidade de movimentos sociais estabelecerem a dimensão de sua prática pedagógica e a necessidade de setores da Educação se reorganizarem como movimentos pedagógicos, uma vez que a educação, enquanto instituição social e programa formalizado, representa parte do aparato que classes sociais lançam mão para realizar alguns dos seus interesses e objetivos sociais. É efetivo instrumento de controle social, conduzindo mensagens que legitimam uma ordem social vigente. Todo processo educativo tem uma dimensão instrumentalizadora, na qual responde às necessidades da pessoa e da sociedade, que acaba definindo a prática do educador (BRANDÃO, 2006). Nesse sentido, os movimentos sociais têm sido capazes de assumir, como argumenta Arroyo (2007), a tarefa de resgatar uma concepção de educação emancipadora voltada à libertação, enquanto as instituições educativas parecem ter sido mais capazes de reforçar um movimento de educação vinculado à regulação, como enfatizado a seguir:

São os movimentos sociais que recolocam a educação como emancipação. Paulo Freire, no movimento de educação popular, sempre entendeu educação como libertação. Desde que descobriram esse país, os indígenas, os negros foram educados para a regulação. Para que entrem em nossas crenças, dentro de regras, de disciplinas, as nossas, dos brancos, da burguesia, foram reguladas suas crenças, suas culturas, suas identidades, suas linguagens e sua memória. Portanto, o que se espera dos movimentos sociais é uma concepção de educação emancipadora

que não se restringe aos regulamentos estreitos do saber. Se trata de um diálogo de saberes, de concepções, de natureza, de universo, de ser humano, de infância, de gênero, de mulher, de memórias e de tradições diferentes (BRANDÃO, 2006, p. 165).

A Educação Popular assume uma posição consequente e define educação também como um ato político uma vez que não há como se manter na mera declaração de princípios, na margem de compromissos socio-históricos concretos, apartados de uma visão política a favor e na direção da visão dos pobres da terra (HURTADO, 2006). Dessa forma, deve estar vinculada aos movimentos populares e, ao mesmo tempo, desdobrar-se em uma estratégia de amplo espectro, de alianças e interlocução com múltiplos outros atores sociais e políticos, absolutamente territorializada e contextualizada (CASILLAS, 2006), constituindo uma forma de vida com consequências pedagógicas, econômicas, sociais, políticas e familiares (ARGUELO, 2006). Como ação pedagógica, parte do anseio das classes populares e permite sua organicidade bem como uma construção de concepção de mundo que lhe é correspondente, por ser gestada pelos oprimidos e embasada na cultura popular, embora seja construída dialeticamente, como argumenta Manfredi (1980), enquanto polo antagônico da manutenção hegemônica das classes dominantes.

Esta mobilização social, que resulta da ação de movimentos populares, contribui para a conformação de uma ética democrática nos termos defendidos por Toro e Werneck (1994, p. 3):

Construir a ética democrática significa fazê-la possível e cotidiana e para isto é preciso a participação e a vontade de todos os membros de uma sociedade. A criação de uma cultura e uma ética democrática requer a mobilização social, entendida como a convocação livre de vontades. A mobilização social é uma forma de construir na prática o projeto ético proposto na constituição brasileira: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

A prática de educação popular na localidade de Ceilândia

Com base nesses pressupostos, foi realizado um estudo sobre as práticas de educação popular na localidade de Ceilândia, no Distrito Federal, que buscou conhecer as práticas de saúde desenvolvidas, tomando como referencial os pressupostos da educação popular, sua direção e intencionalidade; os espaços nos quais ela estava se consolidando, os sujeitos participantes, tanto na condução das propostas quanto como beneficiários das iniciativas desenvolvidas, e as abordagens adotadas na sua implementação. Tendo como base para a sua estruturação, e conseqüentemente para a análise dos dados, as ideias de Paulo Freire, o estudo considerou a potencialidade da educação popular em saúde para a mobilização e a articulação da sociedade civil na superação e no enfrentamento das necessidades de saúde de populações vulneráveis, sobretudo na mediação, participação e controle social das políticas de saúde.

Buscou sistematizar as experiências de educação popular em saúde em desenvolvimento nessa cidade que reúne, de forma predominante, a naturalidade nordestina. Essa característica, embora não seja a única explicação, parece ter sido determinante na criação de um número expressivo de movimentos sociais com forte ação comunitária, que têm na linguagem popular sua maior identidade. Da mesma forma, também é destacada a presença de jovens, líderes comunitários, na coordenação e na condução dos projetos e ações de natureza educativa e de apelo popular.

Ao levar em conta o caráter transformador da ação educativa em saúde conduzida por esses grupos, o estudo buscou conhecer os grupos populares constituídos e os movimentos sociais atuantes junto à comunidade de Ceilândia. Esses atores respondem com a oferta de alternativas à superação da subordinação, a exclusão e opressão vividas pela população desde a criação da cidade, características de sua própria constituição histórica, a qual está associada à luta por democratização da informação e das possibilidades de consolidação da cidadania, sobretudo dos seus grupos vulneráveis.

O estudo foi coordenado e realizado por pesquisadores, docentes e discentes vinculados à Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB). A Universidade de Brasília, com a implementação do Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), avançou para além dos limites geográficos da Região Administrativa do Plano Piloto, e criou três novos campi universitários. A criação desses novos campi em localidades e comunidades, nas quais inexistia a presença de instituições públicas de ensino superior, passou a aproximar, ainda mais, a academia das comunidades com as quais a UnB, predominante com ações de extensão, já se fazia presente. É o caso da Faculdade de Ceilândia (FCE/UnB) implantada na maior Região Administrativa/RA do Distrito Federal/DF.

A pesquisa analisou práticas de educação popular em saúde na cidade de Ceilândia. Para tanto, levantou as ações em desenvolvimento, buscou caracterizar os atores envolvidos em sua concretização, as principais temáticas tratadas e o perfil dos beneficiários dessas iniciativas que são genuinamente populares e, portanto, mais aproximadas das expectativas e desejos dos sujeitos que delas participam.

Esse capítulo traz a análise da ação de dezenove grupos e organizações não governamentais com forte atuação no território de Ceilândia. Ele reúne, em um primeiro momento, propostas que têm uma maior aproximação com o objeto de estudo da pesquisa, tendo sido estabelecido o número de sujeitos a serem entrevistados por meio da técnica de definição amostral intitulada *bola de neve*, que consiste em obter, dos próprios pesquisados, indicação de novos sujeitos a cada contato ou entrevista. Com base nas primeiras indicações dos interlocutores consultados, chegou-se a dezenove entidades, associações e movimentos sociais que possuíam identidade com a educação popular e, em menor medida, com a questão da saúde. Constituiu-se estudo descritivo exploratório. Os dados foram coletados por meio da análise documental, para efeito de caracterização da formação sócio-histórica dos movimentos sociais em saúde na cidade de Ceilândia, por entrevistas individuais, grupos focais e observação participante. O estudo elegeu como sujeitos da pesquisa as lideranças comunitárias e as organizações sociais que respondiam pela oferta de ações e atividades que atendiam aos pressupostos da educação popular e ao referencial freireano. Procurou-se identificar e caracterizar os componentes das práticas de educação popular em saúde em desenvolvimento na cidade, os traços e as características dos sujeitos que as conduzem, bem como os campos demarcados por eles no tocante ao modo de viver, à biologia humana e aos serviços de saúde.

A pesquisa, que não se esgota nos resultados apresentados neste capítulo, buscou estudar a prática de educação popular em saúde como uma forte aliada no estabelecimento de relações orgânicas e cidadãs entre a população, os movimentos sociais e os serviços de saúde empenhados na promoção da saúde da população ceilandense.

Para a análise das práticas desenvolvidas na localidade de Ceilândia, tomou-se como referência, e de acordo com a proposta de Brandão (2009), três questões que orientam a identificação das práticas de Educação Popular: 1) Quais dimensões de transformação visam?; 2) De que modo os grupos populares são agentes participativos dos processos?; 3) Até onde a Educação é considerada como instrumento de formação de grupos para mudança social?

Tendo como base tais indagações, o estudo sobre as práticas de Educação Popular na localidade de Ceilândia, tem mostrado que as linguagens e as abordagens predominantes nas ações, cuja implementação está sob a responsabilidade de movimentos sociais na cidade, atendem a essas questões.

Quanto às transformações que visam, dentre os grupos e movimentos estudados, é destacada a busca pela inserção social e pela superação das condições vividas.

Elementos para análise das práticas de educação popular em Ceilândia

A cidade de Ceilândia tem, impressa em sua história, uma forte vinculação com as tradições populares, notadamente nordestinas. A sua criação, resultado de uma ampla Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), levou o governo a destinar terra e a transferir os seus moradores, de forma precária, para um local sem as condições materiais mínimas de moradia. Desprovidos do apoio necessário à essa mudança, os seus moradores, em resposta às impossibilidades que se colocavam para a sua organização - explicadas pela falta de moderação, de transigência e mesmo de flexibilidade na adesão da população à proposta de transferência oferecida pelo governo – passaram a criar mecanismos e formas alternativas na busca dessas condições.

Fruto desse esforço é a destacada quantidade de grupos e de organizações sociais que atuam, na maioria dos casos, de forma independente do governo, oferecendo à população residente oportunidades culturais, edu-

cativas e políticas. Os resultados parciais alcançados pelo estudo realizado, e já analisados, sinalizam para um predomínio de iniciativas desenvolvidas por jovens moradores que, com base em sua própria trajetória de exclusão escolar e social, tomam para si a responsabilidade de criar outros mundos possíveis para as próximas gerações. Da mesma forma, tais iniciativas evidenciam a significativa e estreita associação que fazem entre as expressões culturais, com as quais trabalham, e a inclusão social. Nos processos que conduzem, há – de forma destacada – um diálogo entre a cultura nordestina e as linguagens e manifestações culturais próprias dos grandes centros urbanos, como é o caso do hip-hop, do grafitismo e da dança de rua, resultando em uma espécie de fusão de elementos na qual são perceptíveis os traços originários de cada um deles.

Coube-nos, nesse contexto, contribuir para o estabelecimento do que Sacristán (2008) chama de contrato pedagógico, no qual se pode estabelecer mais precisamente conteúdos e abordagens orientados para os requisitos que melhor favoreçam uma aprendizagem significativa e geradora de atitudes favoráveis à incorporação de práticas e saberes com implicações reais na transformação das realidades opressoras e pouco libertárias vividas pelos educadores populares e os grupos com os quais se aliam na busca da superação dessas limitações.

Alguns diálogos possíveis com os resultados parciais do estudo

A educação popular em saúde, assumida não como método, mas como processo político e transformador, se vincula aos movimentos de setores populares e ganha, por consequência, expressão e vigor, maior capacidade de mobilização e mediação com um número também maior de atores políticos e sociais. Considerando que esse processo precisa, necessariamente, estar localizado e territorializado, a realidade concreta de Ceilândia se mostra, pela sua história sociopolítica, campo fértil para a construção das alternativas de superação dos problemas e os entraves colocados à promoção da saúde dos seus moradores quando suas organizações passam a atuar.

Nós precisamos olhar para a saúde como uma coisa importante. Se nós não temos saúde, nós não conseguimos estudar; se nós não temos

saúde, nós não conseguimos pensar; se nós não temos saúde, nós não conseguimos desenvolver um bom trabalho; se nós não temos saúde, nós não conseguimos ajudar o próximo; se nós não temos saúde, nós não conseguimos ganhar o nosso próprio dinheiro” (...) E as pessoas que foram colocadas lá, para nos dar uma saúde melhor, não se importam com isso, né? Fatos que a gente vê toda hora, que eu nem preciso citar, né? Acho que quanto menos se comenta, menos a gente sofre, mas a saúde pra mim é isso: um caos. Eu acho que, principalmente nessas microrregiões, são totalmente abandonadas (...) um aluno meu se precisar de um hospital público vai pra fila fazer uma ficha nove horas da manhã, vai para casa passando mal, e sete horas da noite ele volta e é atendido dez, onze horas da noite (S8).

É comum encontrar, na concepção de saúde descrita pelas lideranças comunitárias entrevistadas, uma compreensão ampla de saúde que vincula arte, educação e saúde, ainda que só verbalizada quando confrontada pelo entrevistador. Isto pode indicar que, mesmo que percebida como imbricada na ação que desenvolvem, a noção de saúde parece não estar tão patente quanto os benefícios que a ação inclusiva e acolhedora resultante do uso social das linguagens artísticas pode propiciar aos jovens que não dispõem de ações públicas voltadas para o seu desenvolvimento e integração social. Essa distância percebida ou esta lacuna localizada entre as políticas públicas e a população menos favorecida - principal motivadora da criação da entidade, movimento e associação entrevistadas - parece se constituir, de forma contraditória, parte importante da identidade destes grupos sociais. Isto pode ser verificado no trecho a seguir, extraído da entrevista de um dos sujeitos:

A gente vive num ambiente urbano tenso, onde a gente não tem uma perspectiva de ter vida muito saudável. Se você pensa que a média das famílias da Ceilândia é de ter três salários mínimos, que provavelmente a partir da alimentação delas, até a rotina que elas têm diariamente, sem condições de ter uma vida muito saudável. A gente tem uma cidade que não tá bem, não tem perspectiva de uma cidade com pessoas que naturalmente vão ser saudáveis, entendeu? Então, a nossa perspectiva é tentar entender junto com essa sociedade, e como a gente transforma

isso, numa outra sociedade que busca, pelo menos, essa perspectiva mais saudável. Procurando ter hábitos diferentes, talvez tentando se organizar, se ajustar na economia solidária (...) como se organizar economicamente, como se organizar na prática de esporte, no acesso à leitura, no acesso à cultura (S10).

Por vezes, a opção pela abordagem das questões de saúde pode surgir em função do enfrentamento de determinadas situações que evidenciam a fragilidade da população com relação à promoção dessa mesma saúde que, embora, inicialmente, vista como tendo relevância individual, possa assumir uma dimensão mais coletiva ou vir a servir de guia para a ampliação da perspectiva inicial. Expressão disso pode ser verificada nas argumentações de sujeitos entrevistados:

“... eu, depois de ter ficado muito doente (...) eu descobri bem o que era saúde. Antes de ficar doente, quando eu via as pessoas mais velhas dizer que saúde era o bem maior eu ficava assim (...) o bem maior acho que é você amar, namorar, ir dançar e fazer tudo isso (...) eu imaginava que isso era o mais importante da vida da gente, mas não é! Eu não vejo a saúde isolada. A saúde não pode ser isolada (...) Por exemplo, tem uma coisa que me perturba muito na Ceilândia: é a pichação. Mas ao mesmo tempo, eu vejo o que está por trás do pichador. Está atrás o desemprego, algum protesto que eles queiram fazer. Mas, não deixa a nossa cidade feia? Então dá pra esse povo ser saudável, bonito, mas num lugar tão feio? (...) um lugar sem árvore?” (S1).

“já teve gente que chegou lá com depressão, de cabeça baixa (...) eu saía convidando: - vamos dançar um pouquinho pra ver se você se anima, e tal. E, com isso, eu levantei muitas e muitas pessoas. E isso só pode ser muita saúde, porque ele chegava – não é brincadeira, não; é coisa verdadeira – com aquela depressão de já tá na hora de morrer e com uma semana já tava em pé e andando, e dançando, e namorando. Eu já fui testemunha de muitos casamentos nessa associação” (S3).

O estudo realizado converge para a compreensão de que a educação popular em saúde repousa no entendimento de que os setores populares

– ao se organizarem e ao mediarem processos – se tornam protagonistas e assumem a liderança na construção da cidadania e da participação popular que, no caso da saúde, é decisivo no controle social.

“(…) educação popular em saúde pra mim é a ação que um grupo, ou uma pessoa, se dispõe a ter ou se propõe a fazer para atacar as questões que afetam a saúde diretamente, mas também a amplitude disso aí. Que é ver as condições de vida que a pessoa tem (...). A educação popular em saúde está ligada a questão maior que é você transformar o meio onde a pessoa vive. Eu poderia até dar um exemplo: não basta você trabalhar na questão da saúde curativa, mas você não fazer um trabalho preventivo com a criança, com o adolescente, e tal. E, principalmente, não conseguir transformar o meio, ou se não transformar, fazer alguma coisa ter alguma ação direta onde ele vá ter como resultado a boa saúde, né? A saúde mental, o estado físico (...) E uma das condições, uma dessas questões, é dar as condições de uma boa educação, uma boa informação, e daí inclui também o acesso ao sistema de saúde” (S5).

“(…) o que mobiliza a gente, e que foi nosso carro chefe de mobilização, foi a falta de políticas públicas, de incentivos, de apoio pra comunidade de Ceilândia, que nunca foi assistida. E uma coisa que a gente sempre leva muito foi tentar elevar um pouco de autoestima do jovem e do morador de Ceilândia” (S4).

Da mesma forma, o estudo tende a concordar com Pedrosa (2007) no que diz respeito ao fato da Educação Popular mobilizar autonomias individuais e coletivas e de ser capaz de fazer com que haja ampliação do significado e do sentido dos direitos de cidadania. Na localidade de Ceilândia, o trabalho desenvolvido pelos grupos populares tem se constituído importante dispositivo de crítica social e de mobilização de segmentos em torno de práticas inclusivas e emancipadoras, conforme se verifica na discussão trazida por outros entrevistados:

“Eu seria, talvez, só mais um que passaria pela cidade, e que seria reconhecido pelos erros que fazia, de uma forma de olhar a pichação. E através do hip-hop, ele me abriu caminhos, me abriu portas, ao in-

vés de ser desrespeitado pela sociedade eu tenho um respeito muito grande que a sociedade brasileira tem comigo. Eu creio que o hip-hop transforma, ele valoriza, ele faz com que as pessoas pensem (...) Sei lá, mudanças, a gente pensa que mudanças faz crescer, faz melhorar, faz ter outro olhar pra vida” (S9).

“Pra mim é uma experiência tremenda. É uma experiência realmente de transformação (...) Eu comecei a trabalhar aí programa (...) a gente atende a trinta, quarenta jovens aqui nesse espaço (...) Hoje a gente já tem três salas, acho que quatro de a gente for ver (...) Tive que brigar muito. Eu acho que na verdade acho que se eu for colocar assim, eu envelheci uns dez anos nesses três. Nesses três anos eu envelheci uns dez. Mas é uma experiência muito gratificante, sabe? Me traz muito resultado, até pelo fato de que se repente é (...) reconhecimento, né? Agora, de fato, eu consegui me achar profissionalmente, né? Como profissional é uma coisa que eu realmente tenho prazer em fazer” (S6).

Essa dimensão libertária e indutora à reflexão e à crítica da realidade é, para Freire, Freire e Oliveira (2009, p. 63), responsabilidade da educação. Afinal, a ela cabe, dentre outras, “a responsabilidade de criar consciências críticas, e esta responsabilidade se manifesta quando o educador estimula ao mesmo tempo a criatividade do estudante e sua criatividade (p. 63)”. Com isso, cabe revisar, no contexto das práticas populares em desenvolvimento, em que medida as ações realizadas têm sido capazes de possibilitar a transformação de algumas dessas realidades.

Nesse sentido, nos parece possível afirmar que a Universidade de Brasília, por meio das ações e projetos implementados pelos seus pesquisadores, docentes e discentes em parceria com a comunidade de Ceilândia, mesmo antes da criação do próprio Campus Universitário na localidade, vem participando de um processo de mudança da imagem, que os grupos e movimentos sociais têm tido historicamente, e consolidando, nos últimos cinquenta anos, uma forte e estratégica parceria com a comunidade local.

Referências bibliográficas

ARROYO, M.G. *Educação Popular, Saúde, Equidade e Justiça Social*. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 79, p. 401-416, set./dez. 2009.

ARROYO, M.G. Pedagogias em movimento. *Rev. Ed. Popular*, Uberlândia, v. 6, p.163-169. jan./dez. 2007.

BERGER, M. *Educação e Dependência*. 2ª ed. DIFEL-Difusão Editorial S.A.: Rio de Janeiro/São Paulo, 1977.

BRANDAO, C. R. *O que é educação popular?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. *Relatório final da 14ª Conferência Nacional de Saúde: todos usam o SUS: SUS na seguridade social: Política pública, patrimônio do povo brasileiro / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde*. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 232 p. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BONETTI, O.P.; PEDROSA J.I. dos S. & SIQUEIRA, T.C. de A. *Educação popular em saúde como política do Sistema Único de Saúde*. *Rev APS*. 2011 out/dez; 14(4): 397-407.

CASILLAS, C.A.L. Processo de reflexão coletiva sobre a vigência e desafios da Educação Popular. In: PONTUAL, P. e IRELAND, T. (org). *Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas*. — Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005, p. 187-194.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Ceilândia – PDAD 2010/2011*. Brasília, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P; FREIRE, N. e OLIVEIRA, W.F. de. *Pedagogia da Solidariedade: América Latina e educação popular*. 1ª ed. Indaiatuba, SP: Vila das Letras, 2009. (Coleção Dizer a Palavra).

GARCÉS, M. Educação Popular e Movimentos Sociais. In: PONTUAL, P. e IRELAND, T. (org). *Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas*. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

GADOTTI, M. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. São Paulo em Perspectiva, 14(2) 2000.

HOLLIDAY, O.J. Resignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, P. e IRELAND, T. (org). *Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas*. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2006.

MANFREDI, B.M. Educação Popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, C.R. (Org). *A questão política da Educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

MATSUNAGA, P. S. *As representações sociais da mulher no movimento hip hop. Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 108-116, 2008.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.* Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

PALUDO, C. Educação Popular: dialogando com redes latino-americanas (2000-2003). In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.) *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.

PEDROSA, J. I. S. Educação Popular no Ministério da Saúde: identificando espaços e referências. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Caderno de educação popular e saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. (Serie B. Textos Básicos de Saúde).

PICÓN, C. A. Educação Popular caminhando para o futuro. In: *Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas*. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2006, p. 169-178.

PONTUAL, P. Educação Popular e Democratização das Estruturas Políticas e Espaços Públicos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (org.). *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.

RIBEIRO, M. *Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2002.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

SACRISTÁN, J.G. *A educação que ainda é possível. Ensaio sobre a cultura para a educação*. Porto: Portoed, 2008.

STOTZ, E.N. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise de experiências nas décadas de 1970 e 1980. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 3 n. 1, p. 9-30, 2005.

STOTZ, E. N.; DAVI, H. M. S. L. e UN, J. A. W. Educação Popular e Saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. *Revista de APS*, vol. 8, nº 1, p. 49-60, 2005.

TAVARES, B.L. *Na quebrada a parceria é mais forte: Juventude hip hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, Brasília.

VALDERRAMAS, C. G. M.; HUNGER, D. A. C. F. *Professores de Street Dance do Estado de São Paulo: formação e saberes*. Motriz, Rio Claro, v. 15, n. 3, p. 515-526, jul./set. 2009.

Universidade e sociedade: o movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente

Vicente de Paula Faleiros

Introdução

A relação entre universidade e sociedade é complexa, definida não só pelo que se denomina mundo da ciência, com seus interesses e disputas na produção e apropriação do conhecimento, mas na relação com o mundo da vida social, com as demandas políticas de formação, de inserção na dinâmica das lutas de classes, de grupos, de construção de propostas para a vida comum. Esses mundos podem parecer paralelos, a ciência pretendendo-se neutra, a formação pretendendo-se meritocrática e técnica, os movimentos sociais vistos apenas externos à universidade, mas na realidade se cocondicionam, pois saber e poder estão intimamente intrincados (FOUCAULT, 1979; FALEIROS, 2011).

O poder econômico e político dos grandes grupos ou empresas (como a indústria farmacêutica) podem direcionar pesquisas e experimentações por meio de financiamentos ou de outros incentivos. Assim também, as agências estatais direcionam apoios para áreas de interesse dos grupos dirigentes. Na relação com os movimentos sociais há a construção de um compromisso entre docentes/pesquisadores e as propostas provenientes da sociedade. Os docentes podem estar defendendo uma ideologia de mudança e de crítica ou mesmo estar filiados a uma determinada corrente política. Esse compromisso busca tornar o conhecimento crítico ao sistema e à ordem dominante e contribuir para a formação e informação dos movimentos sociais.

No projeto de fundação da UnB, Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2012, p. 16) afirma que:

as tarefas de nossos estabelecimentos de ensino superior eram qualificar socialmente, pela diplomação, uns poucos doutores para o exercício de uma medicina só acessível às camadas mais abonadas ou de uma engenharia destinada à construção de casas senhoriais ou de umas tantas obras públicas.

Ou seja, a Universidade servia diretamente às classes dominantes. A vinculação com os movimentos sociais tenta articular a Universidade com as classes dominadas, com os grupos populares. Essa foi a perspectiva de um movimento docente da UnB que derrubou o interventor José Carlos Azevedo e elegeu Cristovam Buarque em 1985. Esse movimento docente contra a ditadura contava com o apoio do movimento estudantil e se inseria no movimento pela democratização do país em sua luta pelas “diretas já”.

É um processo político que se instaura dentro e fora da Universidade. A luta não se limitava a uma produção crítica do conhecimento intramuros, mas a um processo de intercâmbio de saberes, inclusive por meio das atividades de extensão, entre universidade e movimentos populares como com os Incansáveis da Ceilândia e moradores da “Telebrasilândia”.

No bojo da Constituinte de 1986, a luta pelos direitos e pela cidadania tomou conta do país e dos movimentos sociais e nessa perspectiva vai se articulando um movimento interno da Universidade com os movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A memória dessa fase de compromissos se inscreve em um projeto de crítica à ordem dominante, mas com o olhar do presente. Retomo parte de uma frase famosa de Marx no *Dezoito Brumário* que diz: “os homens fazem a história nas condições dadas pelo passado”, e parafraseando-o, diria que os homens fazem a memória nas condições dadas pelo presente. Por sua vez, essa memória que articula os projetos e as ações de pessoas com o contexto é também contraditória, pois, ao mesmo tempo em que expressa os eventos, também os silencia, conforme o grupo que os vivenciam e os elaboram ideologicamente. A memória vai depender dos interesses em jogo, de quem

quer silenciar e de quem quer colocar as questões em evidência. Nesse sentido, busco a construção crítica da memória.

O pressuposto acima delineado é de que a universidade é ciência, é sociedade e política, não uma torre de marfim, estando na interação com suas pressões e movimentos. O movimento da sociedade entra na universidade para que esta entre no movimento, enfrentando pressões da sociedade, das empresas e do governo. Assim, vive-se na história uma UnB dividida, pois havia professores que defendiam o próprio capitão Azevedo, então Reitor, e a ditadura. Nessa perspectiva, o compromisso com a defesa dos direitos das crianças e adolescentes é um processo de luta interna na Universidade que também se defronta com uma sociedade dividida. Uma parte da sociedade era contrária a que crianças e adolescentes fossem sujeitos de direitos, cidadãos, pois significaria o fim do estatuto da obediência da criança à ordem adultocêntrica.

Movimento da UnB pelos direitos da criança e do adolescente e no enfrentamento da violência sexual

Foi a mudança da sociedade que provocou o engajamento de uma parte da Universidade nos movimentos sociais. Essa parte da UnB é a voz da sociedade e não a voz da ditadura ou dos governos de plantão. Assim, a universidade se torna um processo social com os conflitos de interesses dentro da própria universidade, não sendo um lugar pacífico, mas um lugar de luta, de enfrentamento.

Quando nos colocamos contra o capitão José Carlos Azevedo, contra a ditadura, fizemos parte de um compromisso com a sociedade, de vinculação política do saber com a transformação social. Esse compromisso com a sociedade foi um processo situado no contexto da crítica à submissão do saber ao poder dominante. Se hoje a produção do conhecimento tem dificuldades de se engajar num movimento social crítico é porque boa parte dos professores está mais interessada em publicar o seu artigo que contribuir para a transformação social. Há outros, no entanto, implicados na sociedade.

A universidade, pois, está dividida, não é ela inteira que está na sociedade, são parte dos docentes e dos estudantes. Trata-se da aliança entre

universidade e movimento de transformação. No livro *Saber profissional e poder institucional* (FALEIROS, 2011) coloco esse processo de construção da aliança do saber com o poder popular. O saber nem sempre foi um aliado do poder popular, ao contrário o saber foi muitas vezes aliado dos interesses dominantes, como os da igreja, dos capitalistas, dos senhores das terras. Então a voz da crítica é a voz que o movimento social traz para a universidade na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

No momento da transição democrática, da queda da ditadura, também a UnB teve a oportunidade de abrir a tampa da repressão sobre os crimes da ditadura, expurgos e punições e colocar os direitos da criança em evidência.

Ao mesmo tempo, articulava-se a luta por esses direitos com a emergência internacional do paradigma de direitos da criança e do adolescente na Convenção Internacional desses direitos, aprovada em 1989. Esse paradigma propugnava por uma mudança de compreensão da criança na sociedade, não como objeto de obediência, mas como sujeito de direitos. Assim, a luta pelos direitos da criança não foi por este ou aquele menino ou aquela menina pobre na ótica filantrópica, mas por uma mudança de paradigma da situação irregular adotada no Código de Menores de 1979 para a proteção integral (FALEIROS e PRANKE, 2001; FALEIROS, 1995).

Esse movimento social vinculou academia e sociedade, inclusive com manifestação nas ruas no período da Constituinte, em 1986, antes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - de 1990. A luta pelos direitos da criança na Constituinte se uniu à luta para tirar as crianças da rua e das cadeias, no Distrito Federal, juntando-se à voz do Movimento de Meninos e Meninas de Rua (FALEIROS, 1986; 1992). Nesse ano de 1986 foi realizado, sob minha coordenação, o primeiro encontro integrado de sociedade e estado em defesa dos direitos da criança na Faculdade de Tecnologia, reunindo a polícia que reprimia os meninos e as meninas de rua, o juiz que punia as famílias e as crianças a partir da chamada, situação irregular, e a assistência que abrigava as crianças. A “situação irregular”, prevista no então Código de Menores de 1979, era definida a partir da responsabilização dos pais pela violência ou pela pobreza que causasse o abandono dos filhos, conforme a interpretação judicial.

Para exemplificar a adoção do paradigma da situação irregular, registramos a expressão do delegado de polícia, Dr. Bimbato, que afirmou no auditório que seu “sonho” era o de contar com uma delegacia tão grande que pudesse colocar mais crianças lá dentro. A delegacia de então funcionava como prisão de “menores”¹ no Centro Policial do Parque da Cidade.

O Juizado de Menores, a Delegacia de Menores e a assistência a menores, durante a ditadura, não tinham interlocução conjunta. Juizado e assistência (Fundação do Serviço Social) interagiam formalmente, principalmente quanto ao Comissariado de Menores e abrigo. Os Comissários funcionavam como fiscais da presença de menores em eventos públicos e no centro da cidade.

Além do debate público em 1986, promovemos um encontro da imprensa com o Dr. Nívio Gonçalves, Juiz de Menores, na antiga Faculdade de Serviço Social na L2 Sul, para que não se enviasse os adolescentes infratores à prisão de adultos, e para pressionar os órgãos do governo para atuarem pelos direitos da criança e do adolescente. Essa proposta foi encampada pelo CBIA - Centro Brasileiro da Infância e da Adolescência -, criado pelo Governo Federal. A fragmentação das políticas para a infância era a forma predominante de se tratar a questão, ao invés da integração.

A luta pelos direitos da criança e do adolescente na Constituinte foi acompanhada pela UnB. Os dois primeiros Cadernos da UnB na Constituinte trazem meu relatório desse acompanhamento (FALEIROS, 1987; 1988).

A visão conservadora sobre a infância abandonada e “coitadinha” ou apenas privatizada na esfera doméstica passa a ser questionada por uma visão socialmente estruturada da construção da infância e de suas condições econômicas, e como uma questão pública, de políticas públicas. A revista *Humanidades* da UnB, em 1987, deu evidência máxima à questão da infância, com um artigo de capa, de minha autoria, chamado de “A fabricação do menor”, com uma crítica da situação irregular e contrapondo-a à visão da desigualdade, na perspectiva da defesa dos direitos à proteção integral (FALEIROS, 1987a).

1. A palavra “menor” era desqualificadora, associada a infrator, ao invés da expressão “criança”, sujeito de afeto e consideração.

Na luta e na mobilização pelos direitos da criança e do adolescente, participamos da mobilização social com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, da assinatura de abaixo-assinado pelos artigos 227 e 228 da Constituição Federal no processo constituinte e da redação do ECA.

Ao mesmo tempo, deslanchou-se todo um processo de produção do conhecimento sobre a criança, com estudos sobre meninos e meninas de rua, infratores, abrigo, abrigo. Por exemplo, o número um da Revista *Ser Social*, da Pós-graduação em Política Social, foi sobre os meninos de rua, com resultados de uma pesquisa coordenada pela Professora Maria Auxiliadora. O número dois (1998) da mesma Revista trata da exploração sexual de crianças e adolescentes, com artigo crítico sobre o machismo e o poder adultocêntrico (FALEIROS, 1988).

A articulação com o Movimento de Meninos e Meninas de Rua está evidenciada na participação em seus encontros nacionais, com crianças e adolescentes de todas as regiões do país (FALEIROS, 1986; 1992). Os relatórios críticos desses encontros (redigidos sob minha coordenação), realizados em Brasília, foram feitos a partir de observação participante de uma equipe. Mostramos que a luta pelos direitos desse segmento se articulava tanto à construção de uma identidade política como à cidadania. A identidade do movimento se referenciava na consideração da infância como fase da vida e com o direito para todos, sem discriminação e estigmatização dos moradores de rua. O primeiro encontro foi no estádio Mané Garrincha, e o estigma relativo aos meninos e às meninas de rua apareceu em depoimentos de pessoas que os viam como assaltantes, perturbadores da cidade ou como coitadinhos, destinatários da filantropia, inclusive havia madames com sacolinha de comida oferecendo-a para as crianças.

No entanto, as crianças queriam expressar a injustiça em que viviam e a desigualdade da sociedade e, ao mesmo tempo, lutar por direitos. Faixas nos ônibus das delegações diziam: “lugar de criança é na escola”. Cada delegação que chegava ao encontro era aplaudida e falava do seu Estado, na perspectiva de desconstruir o estigma de criança tutelada para a construção da criança emancipada, no seu nível de desenvolvimento. A perspectiva era não só de mudar o paradigma da tutela na lei, mas de mudar a relação da sociedade e da cultura de dominação sobre as crianças.

O importante para o movimento social pelos direitos da criança e do adolescente era dar-lhes voz, para a construção de um lugar de reconhecimento da infância como lugar de cidadania e de desenvolvimento como pessoas. A luta principal, naquele momento, era a luta pelo direito à escola. O segundo encontro teve como foco a questão de que “lugar da criança é no orçamento”, reivindicando-se o orçamento pelos direitos da criança. Em uma pesquisa sobre os dez anos do ECA, detalha-se o histórico do Movimento de Meninas e Meninos de Rua, que aglutinou intelectuais, religiosos progressistas, militantes de várias organizações sociais e, mais importante, os próprios meninos e meninas (FALEIROS e PRANKE, 2001).

Outra luta em que nos envolvemos, com a participação tanto do Departamento de Serviço Social como da Faculdade de Educação, foi pelo modelo pedagógico participativo do Centro Educacional Número 09 do Gama, proposto pela sua diretora Ana Jucelma. A pedagogia proposta se orientava no sentido de mudar a relação da escola com a sociedade, com mais interação entre ambas.

Tratava-se, não só de mudar a relação do professor com o aluno, mas da escola com a sociedade e a família, principalmente em razão da violência. Diante dela havia professores que queriam cercar o Centro Educacional com um grande muro em volta para conter a ameaça de um jovem contra os professores.

A UnB, especialmente a Faculdade de Educação, se engajou na luta pelos direitos da criança na articulação dessa luta com a mudança na escola, pois as instituições de ensino estavam demarcadas pelo autoritarismo e por uma pedagogia de conteúdos prescritos, que Paulo Freire denominava de “educação bancária”.

A luta pelos direitos da criança e do adolescente implica várias frentes como a mudança na lei, na cultura, na escola, na família, na situação de meninos e meninas de rua. Outra frente foi a luta e o movimento contra a violência sexual, que envolveu vários docentes militantes do Departamento de Serviço Social e também profissionais de outras áreas (FALEIROS, 1995a).

Em 1993, um grupo de militantes (alguns docentes da UnB) pelos direitos da criança e do adolescente, convidados pela assistente social Maria Lucia Leal, reuniu-se para criar uma ONG, o CECRIA - Centro de Referências,

Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes -, coordenado em momentos diferentes, por Maria Lúcia Leal, Vicente Faleiros, Fátima Leal e Neide Castanha.

O CECRIA assumiu, como foco central de sua atuação, a luta e a atuação organizacional contra a violência sexual dirigida a crianças e a adolescentes, na época um assunto invisível diante da cultura machista da sociedade e da cultura autoritária dominante. A luta pelos direitos humanos das crianças implicava ir além do estabelecido legal e formalmente, explicitando a luta contra o machismo, não mencionado na Lei de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Colocamos a violência sexual na pauta da sociedade, ligada fundamentalmente ao combate ao machismo. No número dois da Revista *Ser Social*, discuto a questão do machismo na dimensão crítica de gênero e de poder, articulada à cultura (FALEIROS, 1998).

Na perspectiva da formação/capacitação de pessoas para atender aos direitos das crianças, chegou-me a demanda de um curso a distância pela EAD/ Serviço Social, que foi coordenado por mim com a colaboração da Professora Denise Bomtempo, contando com a contribuição da Faculdade de Comunicação e de vários docentes de outras áreas. O curso era destinado aos conselhos tutelares da Amazônia inicialmente. A Faculdade de Comunicação fez programas de rádio para se ouvir nos táxis, em casa, nos conselhos tutelares. Com 16 capítulos o conteúdo foi adequado ao ECA e às questões emergentes na atuação junto a crianças e adolescentes. Era a articulação de ensino, pesquisa e extensão (FALEIROS *et al*, 1995b).

Em articulação com várias organizações, executamos também trabalhos acadêmicos de investigação social, dentro da linha da pesquisa crítica, no sentido de contribuir para a sociedade. Uma delas, de 1988, foi sobre política, sociedade, família e criança, coordenada por mim, com participação de docentes do Departamento de Serviço Social.

Duas pesquisas foram realizadas em 1990, a primeira tratou das creches no Distrito Federal, a segunda do perfil do programa Criança Esperança, mostrando a presença do voluntariado nas organizações de atendimento à criança (FALEIROS; ROSA, 1990).

Em coautoria com Mário Volpi, coordenei a pesquisa sobre a integração entre a assistência social (LOAS) e os direitos da criança (ECA) (FALEIROS e VOPLI, 1997). Já em 2000, na parceira CECRIA/ AMENCAR e apoio do

UNICEF, fizemos a avaliação dos 10 anos do ECA, com livro publicado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMT. Essa pesquisa teve caráter participativo, com grupos focais, com conselheiros tutelares de todo o Brasil (FALEIROS; PRANKE, 2001).

Outra pesquisa da qual eu e a Professora Eva Faleiros participamos, em parceria com o Instituto Interamericano del Niño, e coordenada por Irene Rizzini e Francisco Pillotti, foi sobre as políticas para a infância, publicada no livro *A Arte de Governar Crianças*, que está reeditado pela Editora Cortez (FALEIROS, 1995c).

O CECRIA, pela iniciativa da Professora Maria Lúcia Leal, cujo depoimento está neste livro, realizou vários eventos sobre a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes dando visibilidade nacional e política a essa temática.

Já atuando como professor voluntário na UnB e junto a Professora Eva Faleiros, elaboramos, em 2004, o conteúdo do livro *Escola que Protege* (FALEIROS; FALEIROS, 2012) para ensino a distância de docentes de todo o Brasil, por meio da SECAD/ MEC, livro hoje disponibilizado na internet pela UNESCO.

Com apoio da Secretaria de Direitos Humanos, do CECRIA e da Universidade Católica de Brasília, realizamos uma pesquisa sobre a relação estado/sociedade no enfrentamento da violência sexual (FALEIROS, 2010).

Ao mesmo tempo, no CECRIA participamos dos movimentos sociais pela política de formação de conselheiros, pelo controle social da política, pela articulação da política com o protagonismo juvenil e pela criação e implementação do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e do Disque 100 - de denúncia das violações.

Em síntese, como expressão de militância política, produziu-se conhecimento comprometido e politizado na defesa dos direitos da criança e do adolescente na Universidade de Brasília, em movimento com a sociedade. Esta é uma forma de saber que se articula à pertença cidadã dos pesquisadores e a sua militância pela transformação da sociedade capitalista, machista, adultocêntrica, eurocêntrica, racista, homofóbica.

Nessa rápida exposição não me isento de lacunas, pois como já assinalai no início do depoimento, a memória se faz nas condições dadas pelo

presente. Mais recentemente, em 2012/2013, junto a Professora Maria Lúcia Leal editamos um número especial (31) da Revista *Ser Social* sobre crianças e adolescentes, em que na capa aparece uma criança indígena, cujo lugar na sociedade está sendo cada dia mais oprimido. A crítica à sociedade opressora capitalista é o foco central da luta pelos direitos da criança e adolescente enquanto movimento no âmbito acadêmico-político. O importante é assinalar que nessa história de lutas não separamos o político do acadêmico. Desta forma a produção do conhecimento e sua difusão se articulam à mudança das relações sociais, da lei, da cultura. A particularidade da infância se insere na generalidade das relações de poder e de dominação e no processo de produção do sujeito na sociedade capitalista. Com certeza, a implicação de docentes e pesquisadores na crítica ao machismo, ao autoritarismo, à violência tem contribuído para uma mudança do lugar da criança na sociedade e na relação com o Estado, na perspectiva da proteção, da promoção de direitos, da provisão de serviços e do protagonismo infanto-juvenil (quatro “pês” articulados). Estou orgulhoso de ter trabalhado com as professoras Maria Lúcia Leal, Maria Auxiliadora e Eva Faleiros e de ter podido desenvolver este tipo de saber militante na UnB.

Concluindo, e retomando nosso foco inicial, vemos que é possível a integração comprometida do saber, da sociedade e da transformação. A história somos nós quem a fazemos, sob determinadas condições, para incluir cada vez mais a universidade nos movimentos sociais. À memória cabe reinterpretar a história para também retraduzir a crítica no contexto atual. O Estatuto da Criança e do Adolescente vem sendo questionado por uma sociedade repressiva que quer o rebaixamento da idade da imputabilidade penal (FALEIROS, 2004). A defesa dos direitos da criança e do adolescente parte do pressuposto educativo, do fortalecimento da formação cidadã que compreende toda a sociedade e as políticas públicas. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente tem possibilitado, inclusive por meio dos Conselhos de Direitos e dos Conselhos Tutelares um lento processo de mudança cultural quanto ao lugar da criança e do adolescente nas políticas e na sociedade, passando-se para um sujeito, ao mesmo tempo, emancipado e protegido, ao invés de tutelado e abandonado.

A universidade emancipada das amarras e da estrutura dominante cabe também se articular com o projeto emancipatório da educação de nossas crianças e adolescentes, com os projetos emancipatórios pelos direitos humanos e por sua efetivação em políticas concretas. Na América Latina tem havido fases históricas em que a correlação de forças favoreceu o avanço desses direitos, como no Chile da Unidade Popular de 1970 a 1973, com interação com os movimentos sociais. Em outras fases predomina um retrocesso, conforme a pressão conservadora e implantação das ditaduras.

As ditaduras, derivadas de golpes de estado implantam o estado de exceção, que se caracteriza pela exclusão da participação popular, pela dizimação e repressão aos movimentos sociais e imposição da ordem autoritária.

O movimento pelos direitos humanos das crianças e adolescentes vai na direção contrária aos autoritarismos da ordem dominante e da família, para que o protagonismo infanto-juvenil se exerça conforme seu desenvolvimento, na expressão de sua palavra e de seus desejos, para que sejam considerados no diálogo do exercício do respeito e do direito.

Esse movimento é complexo e conflituoso, manifestando-se, por exemplo, na articulação das organizações não governamentais (ONGs) combinada com sua relação com o Estado (FALEIROS, 2010). A mudança da relação das ONGs com o governo traduz uma mudança da relação do Estado com a sociedade. No momento da democratização, pós-ditadura, o processo de participação social era muito mais presente, o governo ouvia muito mais a sociedade.

Com a globalização que pressiona os estados, houve a perda do poder político nacional, houve também uma tendência à mercadorização das políticas, no contexto do neoliberalismo. O paradigma da relação do estado com a sociedade passou a privilegiar a relação público/privado, com mais junção e interpenetração entre ambos e com tendência à privatização e terceirização dos serviços públicos.

Quando há participação da sociedade na formulação de políticas e de legislação, e maior democratização do Estado, como aconteceu nos anos iniciais do Século XXI quando da atuação do CECRIA e dos movimentos sociais pelos direitos da criança e do adolescente, as propostas de políticas “de baixo” têm chances de maior incidência no Estado. É o caso da implanta-

ção, e principalmente da construção de uma estrutura e de uma metodologia de acolhida da denúncia de violência e de seu encaminhamento para a defesa e proteção da vítima. O CECRIA e o Comitê Nacional de Enfretamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes participaram efetivamente da formulação de uma política de combate à violência, do controle social e de sua gestão. Hoje o disque 100 é disque de direitos humanos para vários setores da sociedade, mas os movimentos sociais não mais fazem parte dele. No final do governo Lula esse serviço passou para uma empresa privada, tornando-se um *call center* com gestão privada e não mais vinculado a uma organização da sociedade, no processo de mudança da relação do governo com a sociedade, que se faz fundamentalmente pela via empresarial, na ótica de parceria público/privada ou de privatização.

Houve, inclusive, uma demonização das ONGs, para se indigitar um bode expiatório, porque alguns políticos usaram as ONGs para corrupção, e o culpabilizado não foi o político, foram as ONGs, o que contribuiu para se criminalizar os movimentos sociais. O marco regulatório para as ONGs abre um espaço para um processo de conquista de um canal participativo da sociedade nesse novo contexto, mas as ONGs são tolhidas em autonomia pela burocracia. O Estado confia mais nas empresas privadas que nas ONGs, mas as denúncias de corrupção nas grandes empresas, por exemplo, as empreiteiras, desconstroem um imaginário de confiabilidade nas empresas.

O espaço participativo está sendo reduzido porque o Estado não está ouvindo mais ou devidamente a sociedade. Há uma surdez do Estado em relação aos movimentos sociais. Os indignados saem às ruas com ondas de revolta, propugnadas pela internet, mas com o risco de logo se esvaziarem também. Muitas vezes apenas aglutinam indignações pessoais e de pequenos grupos ou mesmo servem para destilar o veneno do conservadorismo, justamente contra os movimentos sociais emancipatórios, e a interação do Estado com esses movimentos. Querem ocupar o Estado para interesses de dominação e não de emancipação.

É preciso decifrar criticamente esse momento para a sociedade se reinventar nesse contexto. Há indícios de perda de força da sociedade nessa relação com o Estado e aumento da presença do campo conservador. Há um campo de forças, inclusive na internet, a ser reinventado pela sociedade organizada

na defesa dos direitos humanos. O desencanto com os políticos, embora contamine o desencanto com a política, obriga a sociedade a repensar toda a estrutura política, e nela, o lugar e a força de sua incidência na mudança.

Referências bibliográficas

FALEIROS, V. P. *et al.* Identidade/Coletivo/Cidadania. Relatório do II Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. In: *Serviço Social & Sociedade* 13 (39): 144-160, São Paulo: 1992.

FALEIROS, Vicente de Paula *et al.* III Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. In: *Serviço Social & Sociedade*. V.14, n. 43, p. 160-167, São Paulo: 1993.

FALEIROS, V. P. Impunidade e inimputabilidade. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, v. 25, n. 77, p. 78-97, 2004.

FALEIROS, V. P. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. In: *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 63-82, 2008

FALEIROS, V.P e PRANCKE, C. *Uma década de direitos*. Campo Grande: UFMS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva T. S. *Circuito e Curtos-circuitos no Atendimento, Prevenção, Defesa e Responsabilização do Abuso Sexual de Crianças e de Adolescentes no Distrito Federal*. São Paulo: Editora Veras, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula (coord.). *Crianças e Adolescentes: Pensar & Fazer*. Brasília: Curso de Ensino a Distância. CEAD- 1995b. v. 1- Módulo 1.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A fabricação do menor*. In: *Humanidades*, v. 4, n. 12, p. 5-15, Brasília, UnB, 1987a.

FALEIROS, Vicente de Paula; PRANKE, Charles (coords). *Estatuto da Criança e do Adolescente - Uma década de direitos - avaliando resultados e projetando o futuro*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula; ROSA, Lutero O. *Perfil das entidades apoiadas pelo programa Criança-Esperança*. Brasília: UNICEF, 1990.

FALEIROS, Vicente de Paula. Violência contra a infância. In: *Sociedade e Estado*. v. 10, n. 2, p. 475-492, jul-dez.1995a.

FALEIROS, Vicente de Paula *et al.* Análise dos impactos e dinâmica do I Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua. In: *Serviço Social & Sociedade* 7 (22): 134-146, São Paulo: 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva T.S. *A escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.* Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154588por.pdf> Acesso em: 14 out. 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. In: *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 2, n. 2, p. 65-82, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula; VOLPI, M. As relações entre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica da Assistência. In: II Conferência Nacional de Assistência Social, 1997, Brasília. *Anais da IIª Conferência Nacional de Assistência Social.* Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social- MPAS. v. 1. p. 89-94.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Adolescência: trabalhar, punir, educar, assistir, proteger.* Ágora: Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da família, do menor e do idoso. In: *Caderno Ceac/ UnB.* v. 1, n. 1, p. 153-156, 1987.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A questão da violência sexual contra crianças e adolescente na produção acadêmica.* O Social em Questão. Rio de Janeiro: PUC – Pós-Graduação em Serviço Social, v. 11, n. 19, p. 57-92, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: *Ser Social.* v. 2, n. 2, p. 37-56, Jan-Jun 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desigualdades sociais e a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. In: Seminário Contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 1996, Brasília. *Anais do Seminário contra Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.* Brasília: MJ/CECRIA/OIT. v. 1, p. 53-56.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estado e Sociedade: parcerias e práticas contra a violência sexual.* Brasília: Universa, 2010

- FALEIROS, Vicente de Paula. Liberdade e igualdade na sociedade plural. In: *Caderno Ceac/UnB*. v. 1, n. 2, p. 159-166, 1988.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Parar o abuso e desenvolver a proteção. In: COSTA, L.F.; LIMA, H.G.D. *Abuso sexual. A justiça interrompe a violência*. Brasília: Liber Livro Editora, p.159-170, 2008.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. In: *Políticas Sociais* (IPEA), v. 11, p. 171-177, 2005.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Redes de Exploração e Abuso Sexual e redes de Proteção. Brasília: *Anais do IX Congresso Nacional de Assistentes Sociais*, 1998.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1985; 1997; 2007; 2011.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Violência e barbárie. O extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. In: RIZZINI, Irene. (org). *A criança no Brasil hoje. Desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula/ Amais, 1993, pp. 172-187.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 33-96 (1ª Edição de 1995c)
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. In: *Universidade de Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 2012.

Depoimento: A UnB na luta pelos direitos da criança e do adolescente

Maria Lúcia Pinto Leal

Este texto trata de analisar, no marco dos 50 anos da Universidade de Brasília – UnB, a nossa participação na luta pela construção dos direitos humanos da criança, do adolescente e dos jovens brasileiros, à luz das transformações históricas que sofreram a sociedade e o Estado a partir da década de 1980, marcada, dentre outras lutas políticas, por um amplo processo de mobilização da sociedade brasileira para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Foi nessa conjuntura que se iniciou o processo de redemocratização da sociedade brasileira, após os duros anos de ditadura militar.

Abro as páginas da história para mostrar este difícil e lento processo de democratização dos interesses sociais e políticos do segmento infantojuvenil no Brasil, apontando as estratégias de participação social da universidade, articulada com a sociedade civil.

Na década de 1980, atuei como assistente social na Fundação de Serviço Social do Distrito Federal (FSS-DF) em projetos de atendimento a meninos e meninas de rua do Distrito Federal (Plano Piloto, Taguatinga e Ceilândia). Fui diretora do Centro de Desenvolvimento Social – CDS de Taguatinga. Nesta época, participei junto aos sindicatos de categorias profissionais, movimentos sociais e outras organizações sociais, da luta contra a derrubada dos barracos da Boca da Mata, política intransigente do Governo do Distrito Federal contra as ocupações realizadas pela população de baixa renda no DF. Trabalhei, ainda, no CDS de Planaltina, Brazlândia e Ceilândia.

Atuei junto a adolescentes autores de infração penal na Colmeia – Gama (1984) –, ao mesmo tempo em que trabalhei em projetos voltados para os meninos e as meninas de rua de Brasília; junto a atores sociais que faziam parte do movimento a favor de um novo paradigma que elevasse a criança e o adolescente à condição de sujeitos sociais.

Neste aspecto, vale ressaltar o papel do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR (com sede em Brasília), em 1985 –, de setores universitários e de outras organizações voltadas para a infância, na convocação da Assembleia Constituinte para incluir na Carta Magna Brasileira alguns instrumentos jurídicos legais que ampliasse a defesa dos direitos da criança e do adolescente, visando romper com a perspectiva prisional e repressiva dos códigos de 1927 e 1979 (doutrina da proteção irregular), fundamentadas na institucionalização hostil da infância e da juventude de classes populares e baseada no assistencialismo, em medidas higienistas e na tutela.

Neste contexto, assinalamos duas campanhas que foram importantes para fortalecer essa luta: “Criança e Constituinte”, de iniciativa do Ministério da Educação em 1986, cujo debate se voltava para as crianças de 0 a 6 anos; e a campanha “Criança Prioridade Nacional”, uma emenda popular mobilizada em 1987, que arrecadou 250 mil assinaturas. Deve-se ressaltar, ainda, a articulação nacional e regional, por meio de um abaixo-assinado, contendo mais de um milhão de assinaturas, que na sua maioria era de crianças, adolescentes e jovens.

A partir dessa mobilização foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA-1988), entidade que fazia a mediação entre a sociedade civil e o Congresso Nacional para tratar das questões relativas à criança e ao adolescente.

Esse processo intenso de participação dos movimentos ligados à infância resultou na inclusão, quase total, da emenda Criança Prioridade Nacional nos artigos 227 e 228 da Constituição Federal de 1988. A partir daí, conseguimos aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, considerado por muitos, como um dos instrumentos mais ricos de proteção à criança e ao adolescente no mundo.

Feita esta contextualização, faremos alguns relatos sobre nossa contribuição na garantia e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, especialmente no combate à violência contra meninos e meninas de rua e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, por meio da criação do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA (1993-1996)¹ – e do grupo de pesquisa sobre Violência, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres – VIOLES (2002-2013).

Em 1991, foi criada a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – contra o extermínio de meninos e meninas de rua, em função do assassinato de crianças e adolescentes no bairro da Candelária, no Rio de Janeiro, naquele ano. Este fato foi politizado de tal forma, que passou a ser agendado na esfera da sociedade, dos governos locais e da universidade.

Nesse sentido, no âmbito do Distrito Federal – DF –, realizamos a pesquisa “A Criança e o Adolescente em Situação de Rua no Distrito Federal”, em que fizemos uma contagem dessa população com os seguintes objetivos: explicar quanti-qualitativamente a situação da população infantojuvenil nas ruas do DF; subsidiar as políticas de atendimento aos meninos e às meninas de rua pela Fundação de Serviço Social - FSS/DF; e defender a continuidade dos educadores de rua na mediação entre os meninos e as meninas de rua e a Política de atendimento da FSS-DF. Esta pesquisa foi publicada integralmente na Revista Debate Social/SER/UnB em 1995².

Outro estudo que merece destaque, dentre outros realizados pela UnB, é a publicação em vídeo e livro da dissertação de mestrado “No Olho da Rua”³ que mostra a vida de meninos e meninas de rua, na rodoviária de Brasília,

1. CECRIA – coordenei o CECRIA no período de 1993 a 1996.

2. Revista Debate Social: “*A Criança e o Adolescente em Situação de Rua no Distrito Federal*” Brasília: UnB, 1995. Parcerias: Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária / Fundação do Serviço Social do DF-FSS/DF Apoio: Fundação de Apoio à Pesquisa no Distrito Federal - FAP/DF / Departamento de Serviço Social da UnB / Associação dos Amigos dos Meninos de Rua - AMER/DF.

3. LEAL. Maria Lúcia Pinto, *No Olho da Rua: uma experiência de oficina com meninos e meninas de rua*. Brasília: Editora Thesaurus, 1991. Vídeo *No Olho da Rua*: 15’ CPCE/UnB. Direção: Maria Lúcia Pinto Leal e Beth Moreira. Este Vídeo foi capa da revista Humanidades e foi premiado no 16º Guarnicê – Festival Nacional de Cinema em São Luís, Maranhão. Recebeu honra ao mérito no Festival Internacional de Cinema - Intercom de Chicago em 1992.

defendida na Faculdade de Comunicação em 1991, onde destaca a participação de crianças e adolescentes como centrais no processo de construção do conhecimento e retoma a pedagogia dos educadores de rua, largamente defendida pelo MNMMR e fundamentada nos pressupostos de Paulo Freire.

Em 1993 foi instalada a CPI contra a prostituição de meninas no Brasil, em função das denúncias realizadas pelo MNMMR, pela CPI da Violência Contra Mulher (1992) e pelo Jornalista Gilberto Dimenstein, ao escrever sobre a escravidão de meninas para a prostituição em Serra Pelada, no Pará, em sua obra *Meninas da Noite* (1992).

Em resposta a essa CPI, o extinto Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) foi chamado pelo governo federal para coordenar uma pesquisa em âmbito nacional sobre a temática da prostituição infantil.

Neste contexto, fundamos a ONG Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA (1993)⁴, com a finalidade de fortalecer a relação entre a UnB e a sociedade organizada na área da Infância e Juventude, aproximando a pesquisa, o ensino e a extensão, da realidade deste segmento, à luz do debate político e pedagógico da sociedade, no contexto das Políticas Sociais.

Assim, o CECRIA é chamado a coordenar a pesquisa do CBIA, no DF (1993), e a partir de então, torna-se referência na temática da Exploração Sexual Comercial e do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes, realizando eventos de envergadura global⁵, campanhas, formações, estudos e pesquisas que vão subsidiar normativas, políticas e planos no Brasil e com abrangência internacional.

4. O Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) é uma organização da sociedade civil, fundada em 1993 por iniciativa de Maria Lúcia Leal, juntamente com um grupo de profissionais de diversas áreas do conhecimento, militantes dos direitos humanos, indignados com a situação de violação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

5. Em 1994 promovemos o Seminário Nacional sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes para conhecer os resultados das pesquisas do CBIA, realizado de forma descentralizada no Brasil. Vide a publicação intitulada – “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil”. Brasília: Unesco/Cecria /Thesaurus, 1996. Em 1996 realizamos o Seminário das Américas, preparação da consulta sobre a temática da ESCA a ser apresentado no Congresso Mundial Contra a ESCA, realizado em Estocolmo em 1996.

Nesta direção, vale salientar algumas publicações que editamos, dentre outras, e que teve repercussão nacional e internacional na época: “Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil” (Thesaurus/Unesco/FENARJ), resultado do primeiro seminário nacional que realizamos em 1994 com ampla participação de organizações da sociedade civil, setores universitários e a cooperação internacional, envolvidos com a temática.

Como resultado ficou definido um seminário internacional sobre o assunto para mobilizar a América Latina, que terminou como a Consulta das Américas, preparatório para I Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, em Estocolmo/Suécia, realizado pelo governo de Estocolmo, em parceria com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), ECAPT (Protecting Children Everywhere), dentre outros.

A Consulta das Américas aconteceu em Brasília (1996), e promoveu uma grande mobilização nacional e internacional que resultou na Carta de Brasília, documento entregue no Congresso Mundial, que contou com a participação de 122 países.

Como resultado do referido evento foi feito um pacto entre os países participantes, que se comprometeram a elaborar em seus países, a partir de uma Agenda de Ação, seus respectivos Planos Nacionais contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (1996).

Em 1998⁶, criamos a Recria – Rede Nacional de Organizações de Enfrentamento à Violência Sexual. Neste mesmo ano, coordenamos com o Movimento Nacional de Moradores de Rua – MNMR – o projeto “Fala Juventude”. Em 1999 fomos convidados pelo Instituto Interamericano Del Niño para apresentar um artigo sobre a situação da exploração sexual contra crianças e adolescentes, visando subsidiar o documento intitulado Violência y Explotación Sexual contra Niños y Niñas na América Latina y Caribe. Em 2000 conseguimos elaborar e implantar o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil.

Em junho de 2002 lançamos a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual no Brasil –

6. Em 1998 saí da coordenação do CECRIA para cursar o Doutorado: LEAL, Maria Lúcia Pinto. A Mobilização das ONGs no Enfretamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (1993 a 2000). Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2001.

(PESTRAF)⁷ –, que teve resultados importantes no enfrentamento da questão no Brasil, como: demonstração da existência do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, em âmbito nacional e também no exterior; mobilização de uma rede nacional de organizações da sociedade civil, governos, setores universitários e da cooperação internacional para o enfrentamento do fenômeno; mudanças na legislação nacional sobre o tema, além de subsídios para a elaboração da Política⁸ e do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas⁹.

Em 2002¹⁰, criamos o Grupo de Pesquisa sobre Violência, Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (VIOLES), ligado à Pós-Graduação de Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB (SER) e certificado pelo CNPq.

Realizamos duas pesquisas sobre o tema de Metodologias de Intervenção Social e Artística (MISA/2004/2005) para o enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – ESCA – em parceria com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Childhood e 50 ONGs do Brasil. A perspectiva era articular o aspecto social e artístico da educação nas metodologias de enfrentamento das violências sofridas pelos sujeitos sociais nas práticas institucionais.

Em parceria com a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz –, realizamos dois diagnósticos sobre a violência e os agravos da população do DF nas

7. Devido à complexidade do tema, do ponto de vista teórico e metodológico e da sua natureza clandestina/ilegal; à diversidade e identidade de cada região; à extensão territorial; aos diferentes estágios de mobilização e articulação entre os atores governamentais e não governamentais, nas regiões brasileiras; optou-se pela descentralização da coordenação da pesquisa, através do estabelecimento de contrapartes regionais, a fim de fortalecer as articulações locais. Na região Sul, a Coordenadora foi a Deputada Federal Maria do Rosário Nunes (ex- ministra dos Direitos Humanos da Presidência da República); na região Sudeste, Welinton Pereira da Silva; na região Norte, Marcel Theodor Hazeu; na região Centro-Oeste, Estela Márcia Scandola e na região Nordeste, Rosario de Maria da Costa Ferreira.

8. A “Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, publicada no decreto presidencial nº 5.948 de 26/ 10/ 2006.

9. Em 13 de março de 2007, foi publicada a [Portaria Conjunta nº 631](#) que designou os membros do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), encarregado de elaborar o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Os trabalhos foram coordenados pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres, ambas da Presidência da República.

10. Em 2002 fundei o Grupo de Pesquisa VIOLES tendo a participação de professores, alunos e pesquisadores.

redes locais de saúde. Aqui, identificamos, dentre outros achados, a violência de geração e de gênero e seu enfrentamento pelas redes locais de saúde no DF (2007/2008).

Em 2007, a convite da Organização das Nações Unidas – ONU / Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW – sediada em Nova York, fomos chamados a apresentar a situação do tráfico de mulheres e meninas no Brasil. Ainda, em 2008, a convite do Ministério Público do DF (MPDFT), fomos convidados a realizar a pesquisa sobre o “Perfil dos Adolescentes que Morreram Cumprindo Medidas Socioeducativas”. Neste estudo mostramos que 179 adolescentes foram a óbitos sob a tutela do Estado no DF.

O VIOLES-SER-UnB, nesta última década, em parceria com o NEIJ-CEAM-UnB¹¹, também tem produzido estudos e pesquisas vocalizados pela sociedade e pelo poder público, de grande relevância, com a finalidade de subsidiar o debate local e transnacional sobre a temática da exploração sexual de crianças e adolescentes. Eis algumas delas: “Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (2010-2012), ferramenta de gestão pública e de enfrentamento municipalizado da exploração sexual de crianças e adolescentes; “A Trajetória Social de Crianças e Adolescentes em Situação de Exploração Sexual na Rodoviária e Setor Comercial Sul de Brasília” (2009-2011); e a “Disseminação da Metodologia de Pesquisa Ação e Intervenção Social com Adolescentes em Situação de Exploração Sexual nas cidades-sede da Copa de 2014” (2011-2012).

Estas duas últimas produções, fazem parte de um mesmo projeto de construção de uma metodologia que tem como centralidade a participação e o protagonismo infantojuvenil. A primeira foi realizada em parceria com organizações da sociedade civil e da rede pública do DF, constituindo-se em uma pesquisa-ação e intervenção social (PAIS-DF), que resultou no desenvolvimento de uma metodologia que considerasse a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, nas práticas institucionais. Este estudo foi indicado como uma das 50 melhores práticas inovadoras, nesta área, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011).

11. Assumi a coordenação do NEIJ-CEAM em 2009.

A partir daí, fomos chamados a organizar um novo projeto que pudesse disseminar essa experiência para outras organizações no Brasil, em especial, para as cidades-sede da copa de 2014. Assim realizamos a segunda produção: “A Disseminação da Metodologia de Pesquisa-Ação e Intervenção Social com Adolescentes em situação de Exploração Sexual nas Cidades-sede da Copa 2014”, com foco na participação/protagonismo de adolescentes em situação de exploração sexual, em parceria com ONGs e movimentos locais e nacionais, universidades, setores governamentais, além da mídia.

Para divulgar os resultados dessas duas produções foi utilizada a linguagem cultural, ou seja, realizamos duas peças de Teatro: “*Trajetória X*” e “*É*”, em parceria com o Instituto de Artes (IDA-UnB).

Em nossas articulações internacionais criamos a Rede Ibero-americana de Cidadania e Prevenção a Mulheres em Situação de Tráfico para Fins de Exploração Sexual – RIMA (1998) –, formada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra de Portugal (UC-PT) e a Universidade Complutense de Madri da Espanha (IUDC-ES). A rede RIMA viabilizou um Convênio de Intercâmbio cultural e acadêmico entre o CES-UCPT, o IUDC-ES e o VIOLES-SER-UnB. O produto dessa parceria foi o desenvolvimento da pesquisa “Mulheres Brasileiras na Conexão Ibérica: um estudo comparado entre migração irregular e tráfico” (2010-2011).

Vale salientar a nossa contribuição ao Projeto ViraVida, do Conselho Nacional do Sesi, no processo de criação, avaliação e monitoramento deste projeto, em âmbito nacional e internacional. Também participamos da capacitação das equipes de educadores e técnicos, no processo de implantação e implementação do referido Projeto em 16 estados brasileiros.

Com relação à nossa produção acadêmica podemos dizer que esta se traduz por meio das pesquisas realizadas, de artigos, resenhas, teses, monografias, livros, cartilhas, e entrevistas em jornais, difundindo o debate crítico e afinado com a defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Para ter acesso a essa produção, basta consultar o site www.violes.unb.br e o site da Revista SER SOCIAL, do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UnB. Vale citar, ainda, as Revistas SER SOCIAL N° 2 (1998), cujo tema é a “Exploração Sexual de Crianças e

Adolescentes”, e a de Nº 31 (2012), que trata da “Política Social da Criança e do Adolescente”.

O NEIJ-CEAM/VIOLES-SER também tem contribuído para o processo de formação, ofertando a disciplina “Criança e Adolescente na Contemporaneidade”, com uma variedade de público da UnB, viabilizando o acesso à temática da infância e juventude, enquanto sujeitos de direitos. Atualmente, estamos com o projeto de uma coordenação colegiada desta disciplina, da qual participam organizações da sociedade civil e outros departamentos e núcleos do CEAM/UnB, para o fortalecimento da concepção de multidisciplinaridade e da intersetorialidade no projeto pedagógico da disciplina em questão.

Vale ressaltar, ainda, a contribuição dada pelo nosso trabalho no quesito formação e participação efetiva de alunos de graduação e pós-graduação, na construção política e pedagógica dos projetos de pesquisa, extensão e formação realizados dentro e fora da UnB.

Atualmente, o NEIJ/CEAM, em parceria com o VIOLES/SER/UnB, está mapeando os projetos de extensão, de pesquisa e de formação na área da infância e da juventude para identificar a produção acadêmica da UnB sobre o tema e propor um observatório permanente na UnB, em parceria com a sociedade.

Estamos também desenvolvendo uma pesquisa denominada “Observatório sobre a Violência contra a População de Rua no DF”, para quanti-qualificar a letalidade dessa população no âmbito do DF (2012/2013). Ao mesmo tempo estamos ofertando um curso para formação de lideranças do movimento de população de rua, também do DF (2013), denominado “Escola de Formação Permanente da População de Rua do DF”.

Assim, buscamos agendar a questão da criança, do adolescente e dos jovens na pesquisa, no ensino e na extensão, construindo uma interlocução com a sociedade civil por meio de nossas representações nos espaços de decisão desta instância (Comitês, Fóruns, Comissões, etc.), e junto aos setores organizados da UnB (DCE, Centros Acadêmicos e coletivos em defesa de ações afirmativas) para uma construção política/pedagógica e acadêmica, em torno do debate da infância e adolescência.

Dessa forma, a luta continua, pois, embora tenhamos participado intensamente do processo de redemocratização da sociedade brasileira e da UnB, nestes 30 anos, temos enfrentado a onda neoliberal e os impactos da globalização e suas crises cíclicas, que rebatem diretamente no mundo do trabalho, na diminuição do Estado, na despolitização da sociedade civil e na mercantilização do ensino público, o que tem agravado, ainda mais, as violações de direitos contra as crianças e adolescentes no Brasil.

A legislação no campo da criança e do adolescente avançou positivamente no sentido de uma igualdade formal, mas ainda falta avançar mais em relação a uma igualdade substantiva, ou seja, diminuir significativamente ou mesmo excluir a pobreza, as desigualdades sociais de gênero, raça, etnia, machismo, estigmas e formas contemporâneas de violência contra as crianças e adolescentes no contexto familiar, na rua, nas instituições e no espaço midiático. Esta realidade no Brasil precisa ser superada, pois o direito da criança e do adolescente de ser sujeito de direitos está constituído, mas não construído. Assim, precisamos continuar lutando junto à sociedade civil e aos setores da universidade para garantir essa construção social.

Credenciais dos autores

Alberto Mesaque Martins

Mestre e Doutorando em Psicologia (UFMG) - Bolsista de Pesquisa no Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ – MG). Contato: albertomesaque@yahoo.com.br

Alexandre Bernardino Costa

Professor Associado da Faculdade de Direito da UnB. Tutor do Programa Educação Tutorial do Curso de Direito UnB (PET-Dir). Coordenador do PEAC “Universitários Vão à Escola” (UVE).

Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira

Educadora, com mestrado em Educação e Doutorado em Psicologia. Docente do Curso de Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia da Universidade de Brasília (UnB).

Erlando da Silva Rêses

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor da Faculdade de Educação em Educação (FE) da UnB. Coordenador de Programas de Extensão de democratização do acesso à Educação Superior: FORMANCIPA (Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior) e PÓS-POPULARES (Democratização do Acesso à Universidade Pública Pelo Chão da Pesquisa). Membro do Movimento Social SERPAJUS (Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência). Coordenador do Centro de Memória Viva – Referência e Documentação em Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Distrito Federal e membro do GTPA-Fórum EJA/DF. Contato: erlando@unb.br

Fabiane Macedo Borges

Graduada em SERVIÇO SOCIAL pela Universidade de Brasília – UnB. Especialista em DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em POLÍTICA SOCIAL pela Universidade de Brasília – UnB. Servidora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS.

José Geraldo de Sousa Junior

Professor e ex-Reitor da UnB (2008-2012). Coordenador do Projeto “O Direito Achado na Rua” e Organizador do livro “Da universidade necessária à universidade emancipatória” (Editora UnB).

Lívia Gimenes Dias da Fonseca

Doutoranda no Programa Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília (UnB). Integrante do PEAC “Direitos Humanos e Gênero: Promotoras Legais Populares”.

Luiz Alves da Silva

Bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação Ambiental pela UnB. Agente administrativo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e professor da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. Presidente do CODEMA - Conselho de Defesa do Meio Ambiente do Município do Novo Gama - GO. Membro do Movimento Social SERPAJUS (Serviço de Paz, Justiça e Não-Violência).

Luiza de Marilac Meireles Barbosa

Mestre em Saúde Pública - Professora Assistente do Curso de Saúde Coletiva – Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília (UnB), Doutoranda em Ensino na Saúde (UnB). Contato: marilac.meireles@gmail.com

Maria Lúcia Pinto Leal

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Fundadora do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA (1993 a 1996). Fundadora e Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Violências, Tráfico e Exploração Sexual de Crianças, Adolescentes e Mulheres - Violes/SER/UnB desde 2002. Coordenadora do Núcleo de Estudos da Infância e Juventude (Neij) do Ceam/UnB).

Maria Luiza Pinho Pereira

Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (1988), Professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, pesquisadora do Grupo CNPq Lattes Aprendizagem, Tecnologia e Educação a distância, coordenadora do Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil (2005-2012), membro do GTPA-Fórum EJA/DF, desde 1989.

Maria Madalena Tôrres

Educadora popular, Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (2005), membro da Diretoria do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia/DF (CEPAFRE) e do GTPA-Fórum EJA/DF, desde 1989.

Nair Heloisa Bicalho de Sousa

Professora do Departamento de Serviço Social e coordenadora do Núcleo de Estudos para a Paz e Direitos Humanos / CEAM/ UnB. É membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos/PR e professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania. É autora e coautora de diversos livros, entre eles, *Trabalhadores pobres e cidadania: a experiência da exclusão e da rebeldia na construção civil*.

Oviromar Flores

Sociólogo e Sanitarista, com mestrado em Ciências Sociais e Doutorado em Ciências da Saúde. Docente do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB).

Paulo Henrique da Silva Santarém (Paíque Duques Lima)

Doutorando em Transportes no Programa de Pós-graduação em Transportes da Universidade de Brasília (PPGT/UnB). Mestre em Antropologia Social no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/DAN-UnB). Graduado em Ciências Sociais e Bacharelado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2004-2009).

Patrícia Maria Fonseca Escalda

Doutora com concentração em Epidemiologia - Professora Adjunta do Curso de Saúde Coletiva – Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília (UnB). Contato: escalda@unb.br

Perci Coelho de Souza

Assistente Social, Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005), Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da UnB (2003). Líder do Grupo de Pesquisadores do CNPq sobre Poder Local, Políticas Urbanas e Serviço Social - Locuss-UnB e coordenador do projetos de extensão: “*Quintas Urbanas da UnB: problemas e potencialidades do DF e Entorno*” (desde 2004); e “*O grito social das águas*” (desde 2011).

Vicente de Paula Faleiros

Assistente social e PhD em sociologia. Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq. Docente na Universidade Católica de Brasília (UCB) e coordenador geral do Cecria - Centro de Estudos Referências e Ações sobre Crianças e Adolescentes.

FINO TRAÇO



EDITORIA

FORMATO: 15,5cm x 22,5cm | 288 p.

TIPOLOGIAS: Minion Pro, Myriad Pro

PAPEL DA CAPA: Supremo 250g/m²

PAPEL DO MIOLO: Offset 90g/m²

PRODUTORA EDITORIAL: Lilian Lopes

CAPA & DIAGRAMAÇÃO: Peter de Andrade

FOTO DE CAPA: Google imagens

REVISÃO DE TEXTOS: Cláudia Rajão

O conflito entre conservadores e progressistas coloca em evidência os que defendem a ordem dominante e a repressão e os que defendem um processo emancipatório, de autonomia dos sujeitos, da ampliação dos direitos e de inclusão social. Essa narrativa que separa progressistas e conservadores na questão de defesa dos direitos humanos se expressa nas lutas por reconhecimento dos direitos das mulheres (questão de gênero nas escolas, do aborto), da população LGBT (questão da garantia da opção sexual), dos índios (cultura e terra), dos negros (quilombolas), implicando nuances e pactos que buscam isolar ou ampliar forças. É fundamental contextualizar e situar essa narrativa na relação de forças tanto estrutural como superestruturalmente, articulando os interesses econômicos em jogo com os interesses políticos manifestos e ocultos.

O conservadorismo pode se disseminar ou avançar na universidade, principalmente num processo de acomodação nas zonas de conforto de “pensar sem se engajar”, o que é realmente ilusão, pois se trata de um engajamento na ordem dominante. Pode ter força para reduzir ou eliminar a participação da sociedade e dos segmentos estudantil e de trabalhadores nas instâncias decisórias. Conservadorismo, aliás, que pode ser mais ativo na recusa da transformação do mundo, ou mesmo na indiferença para com a opressão, seja naturalizando-a, seja camuflando-a.

A interação entre setores organizados da universidade e os movimentos sociais emancipatórios expressa uma crítica ao conservadorismo, à dominação, à exclusão social, na busca da inclusão participativa, do reconhecimento de direitos e de sua efetivação.

Prof. Dr. Vicente de Paula Faleiros
Professor emérito da UnB



Coleção
EDVCERE

